

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CAROLINA BIZ

A CELESC NA FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE

CRICIÚMA
2023

CAROLINA BIZ

A CELESC NA FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Coorientadora: Prof. Dra. Teresita M. Gómez Milo.

CRICIÚMA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B625c Biz, Carolina.

A CELESC na formação do sistema estatal catarinense /
Carolina Biz. - 2023.
221 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023.

Orientação: Alcides Goularti Filho.

Coorientação: Teresita M. Gómez Milo.

1. Centrais Elétricas de Santa Catarina - Aspectos
econômicos. 2. Setor elétrico - Brasil. 3. Energia
elétrica - Distribuição - Santa Catarina - Aspectos
econômicos. 4. Serviços de eletricidade - Santa
Catarina. 5. Empresas estatais - Santa Catarina. I.
Título.

CDD 23. ed. 333.7932098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Carolina Biz

A CELESC NA FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Doutor(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 09 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Presidente e Orientador – UNESC)



Profa. Dra. Teresita M. C. Gomez Milo
(Coorientadora -Universidade de Buenos Aires)



Prof. Dr. José Antonio Mateo
(Membro – UNER)

SILVIO PARODI
OLIVEIRA
CAMILO:36223115091

Assinado de forma digital por
SILVIO PARODI OLIVEIRA
CAMILO:36223115091
Dados: 2023.08.31 10:35:04 -03'00'

Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo
(Membro – UNESC)

FABIO FARIAS DE
MORAES:03738151
907

Assinado de forma digital por
FABIO FARIAS DE
MORAES:03738151907
Dados: 2023.08.30 13:46:16 -03'00'

Prof. Dr. Fabio Farias de Moraes
(Membro - CIASC)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro – UNESC)

Carolina Biz
Carolina Biz
(Discente)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coordenador Adjunto do PPGDS – UNESC

Diego, Rita e José, perdão pela minha ausência nesses dias, obrigada pela compreensão e por sonharem comigo. Tudo por vocês! Cada página desta tese eu dedico, com todo amor, aos meus alicerces.

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos e meio de estudos direcionados, uma vida de construção de conhecimento, é preciso, acima de tudo, ser grata.

Gratidão às forças positivas, às boas energias que conduziram a escrita, à fé em Deus que sustenta a perseverança em transformar palavras em conhecimento, ao poder de se transformar todos os dias em uma pessoa melhor nas diversas esferas.

Aos meus companheiros dessa caminhada, Diego, meu grande amor, que tolerou a ausência, fez dos dias tristes mais leves com sua alegria de viver, pelo apoio, incentivo e por todo amor, eu aprendo com você todos os dias, como dizia Raul: “tu és o MDC da minha vida”.

Meus pais, ah! Meus pais! Privilégio meu em tê-los, José e Rita, que embarcaram nos meus sonhos e planos, sempre regados de compreensão, afeto e de um amor incondicional. Obrigada, mãe, minha autora favorita, por me defender, proteger, incentivar. Obrigada, pai, por apoiar, compreender e por todo esforço em sempre dar o melhor.

Aos meus afilhados, Vitor e Julia, desculpem-me pela ausência. Meu pequeno gafanhoto, é tão feliz te ver crescer! E obrigada pelos conselhos, minha preciosa. Maitê, minha irmã, meu querido cunhado Eve, obrigada por todo carinho e compreensão, vocês são minhas alegrias, eu sei que vocês não aguentam mais ouvir eu reclamar, fiquem tranquilos, estou com novos planos! Luiza, minha conselheira! Sandra, minha professora, que me ajuda tanto em tudo, à minha querida tia Salete (*in memoriam*) pelas orações, infelizmente não deu tempo de você me ver conquistando mais este sonho, mas tenho certeza de que torcerás por mim! Aline, meu socorro, obrigada por tudo! Amo todos vocês! Entre tantos familiares que amo, voltarei visitar vocês em breve!

Aos amigos, Liara, tu és incrível, obrigada pelas leituras, dicas, correções, por ouvir, rir e chorar comigo e, acima de tudo, ser minha amiga, eu te amo! Jaque e Sil, minhas risadas diárias, conselheiras. Dai, obrigada por realizar meu sonho. Carlos “Mão”, obrigada pelas boas conversas e por ajudar. Max, obrigada, meu amigo, por me nortear e, ao mesmo tempo, confundir. Fábio, eu não sei como te agradecer, por todo material, paciência, dedicação, incentivo. Meu aluno Gustavo Pacheco Militão, que me ajudou nas tabelas, correções, transcrições, tu és “fora da curva”. À minha

querida Micheline, quantas conversas, balanceamentos, geleias, uma amiga, um motor propulsor ao desenvolvimento intelectual, obrigada por tudo, eu amo você. Minha amiga Tati, pelo incentivo, abraços, risadas e pães maravilhosos. Vocês foram essenciais nessa caminhada.

Aos professores doutores (as) do PPGDS: Giovana, Giane, Ismael, Rafael, Dimas, por tanta troca de conhecimento, foram bons anos entre mestrado e doutorado, quanta construção e desconstrução! Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Alcides Goularti Filho, que me incentivou a iniciar o mestrado, o doutorado, ensinou-me a arte da pesquisa, ajudou a desenvolver o tema e confiou no meu trabalho.

Aos membros da banca: Prof. Dra. Teresita pelo enriquecimento do estudo; Prof. Dr. Silvio Parodi, pelas exímias contribuições; Prof. Dr. José Mateo, por tanto conhecimento; Prof. Dr. João Henrique Zanelatto, pelas maravilhosas aulas; e Prof. Dr. Fábio Moraes, que contribuiu constantemente com o meu desenvolvimento na pesquisa.

À Capes, na verdade, a todos e a todas que contribuem para que existam bolsas de estudo! Viva a ciência e a tecnologia!

Uma tese é constituída por múltiplas determinações, essa foi a parte afetiva e mais gostosa de escrever.

"Os homens fazem sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram."

Karl Marx

RESUMO

O estado catarinense, ao longo do seu processo de desenvolvimento econômico, esteve pautado no planejamento de governo que, em boa parte, consagrou-se em planos de governo. Caracterizado por um desenvolvimentismo conservador, que, embora seja um termo redundante, remete ao conservadorismo das suas estruturas, ou mesmo da ossatura material do Estado, conduz uma formação de um sistema de estatais. Esse sistema vai se formando a partir de setores estratégicos da economia que são essenciais para a industrialização como: energia, água, crédito. No caso da energia, a Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) foi criada com o intuito de amenizar essa necessidade e concentrar as unidades de geração e transmissão de energia que eram isoladas. Por isso que, no início, em 1955, ela nasceu como uma *Holding* e conforme a sua complexidade foi aumentando e se consolidando como estatal e abarcando, cada vez mais, o território, sanando as deficiências do setor elétrico. Entretanto, ao adentrar nos anos de 1990, a política nacional visava à privatização das estatais, em especial as do setor elétrico. Nesse sentido, o recorte do estudo se concentra nos anos de 1990 até 2020 e, com isso, as transformações por que a empresa passou, seu desenvolvimento econômico, financeiro e operacional, engajada nas decisões governamentais e mudanças estruturais. O objetivo foi percorrer essas mudanças por meio de estudos bibliográficos, pesquisa de campo, relatórios da empresa e entrevista com três ex-governadores que viveram períodos de transformação da estatal. Denominada como “Joia da Coroa”, a Celesc volta à configuração de *Holding* em 2006, quando se dividiu em Celesc Geração, Celesc Distribuição e que, além de fazer parte de um sistema de estatais, ainda se tornou um braço do sistema abarcando duas outras estatais: a Casan, na distribuição de água e saneamento, e a SC Gás, na distribuição de gás natural. A tese se fundamenta nessas transições, decisões políticas e resistências, tema concernente às linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e a pesquisa e obtenção das fontes esteve imersa no período da pandemia, fator que limitou a obtenção de mais recursos.

Palavras-chave: Estado, Desenvolvimento, Energia, Planos, Política.

ABSTRACT

The state of Santa Catarina, throughout its economic development process, was guided by government planning, which, in large part, was based in government plans. Characterized by a conservative development, which although it might be a redundant term, refers to the conservatism of its structures, or even the material structure of the State, leads to the formation of a system of state-owned companies. This system is being formed based on strategic sectors of the economy that are essential for industrialization, such as: energy, water, credit. In the case of energy, Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) was created with the aim of minimizing this need and concentrating the energy generation and transmission units that were isolated. That is why at the beginning, in 1955, it was born as a Holding Company and as its complexity increased, it consolidated itself as a state-owned company and increasingly covered the territory and remedied the deficiencies of the electrical sector. However, entering the 1990s, national policy aimed at privatizing state-owned companies, especially in the electricity sector. In this sense, the study focuses on the 1990s and goes up to 2020 and with that the transformations that the company has undergone, its economic, financial, and operational development, engaged in government decisions and structural changes. The objective was to cover these changes, through bibliographical studies, field research, company reports and interviews with three former governors who lived through periods of transformation at the state-owned company. Named as the “Jewel in the Crown”, Celesc returned to its Holding configuration in 2006, where it was divided into Celesc Geração, Celesc Distribuição and which, in addition to being part of a system of state-owned companies, also became an arm of the system encompassing two other state-owned companies: Casan, in the distribution of water and sanitation, and SC Gás, in the distribution of natural gas. The thesis is based on these transitions, political decisions and resistance, a topic concerning the lines of research of the postgraduate program in Socioeconomic Development and both research and sources obtaining were done in the pandemic period, fact that limited the obtaining of more resources.

Keywords: State, Development, Energy, Plans, Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área de Atuação da Celesc Distribuição 2022	96
Figura 2 - Consumidores Cativos e Livres	109
Figura 3 - Atuação da Casan em Santa Catarina.....	129
Figura 4 - Engrenagem dos Poderes	137
Figura 5 - Representação da Trajetória da SC Gás	163
Figura 6 - Atuação da SC Gás	167
Figura 7 - Evolução das concessões da Celesc.....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Governos e os investimentos no setor elétrico (Parte I).....	32
Quadro 2- Governos e os investimentos no setor elétrico (Parte II).....	38
Quadro 3 - As Empresas de Distribuição de Energia do Brasil	41
Quadro 4 - Propostas de Investimentos no setor energético catarinense	46
Quadro 5 - Orçamento POE em 1957	46
Quadro 6 - Planos de Governo e a Celesc.....	54
Quadro 7 - Estatais e sua fundação	62
Quadro 8 - Laços Políticos dos Governadores de Santa Catarina	71
Quadro 9 - Ocupação de Cargos e Criação de Órgãos Públicos	73
Quadro 10 - Presidentes da Celesc e relações políticas.....	76
Quadro 11 - Recursos e financiamentos 1990 - 2000	85
Quadro 12 - Distribuição Societária da Celesc 1990 - 2000.....	86
Quadro 13 - Distribuição Societária da Celesc 2001 - 2020.....	89
Quadro 14 - Fontes de Financiamento 2001 - 2020.....	90
Quadro 15 - Ampliação das usinas existentes	94
Quadro 16 - Dados Financeiros e Econômicos	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - EBITDA/LAJIDA 1996 - 2020	102
Tabela 2 - Índice de Liquidez Corrente	107
Tabela 3 - Consumidores Cativos x Livres	110
Tabela 4 - Funcionários concursados x terceirizados	113
Tabela 5 - Clientes Celesc	122
Tabela 6 - Capital Social da Celesc	162
Tabela 7 - Consumo por Classe	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de endividamento	101
Gráfico 2 - Alavancagem.....	102
Gráfico 3 - Margem EBTIDA.....	104
Gráfico 4 - Rentabilidade.....	105
Gráfico 5 - Capital Social da Celesc nos anos 1992 a 2006	106
Gráfico 6 - Consumo Rural.....	112
Gráfico 7 - Consumo Residencial.....	120
Gráfico 8 - Consumo Industrial.....	121
Gráfico 9 - Consumo por Região.....	124
Gráfico 10 - Consumo por Classe	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACIB	Associação Empresarial de Blumenau
ACIJ	Associação Comercial e Industrial de Joinville
AEG	<i>Allgemeine Elektrici Elektrizitäts Gesellschaft</i>
ALCA	Comissão da Área de Livre Comércio das Américas
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMFORP	<i>American & Foreign Power Company</i>
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
APSFS	Administração do Porto de São Francisco do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARESC	Agência de Regulação de Serviços Públicos em Santa Catarina
ASMAE	Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BDI	Banco de Desenvolvimento Integração
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BESCRED	Besc Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento
CAGESC	Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Santa Catarina
CASAN	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CBEE	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.
CEE	Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina
CEF	Caixa Econômica Federal
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELOS	Fundação Celesc de Seguridade Social
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPCAN	Comissão do Plano do Carvão Nacional
CESC	Caixa Econômica de Santa Catarina
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CHESF	Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CHEVAP	Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba
CIAOESTE	Companhia Oeste de Eletricidade de Concórdia
CIASC	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIPASC	Companhia Catarinense de Conservação e Industrialização de Produtos Agrícolas
CIPEL	Companhia Pery de Eletricidade S.A.
CTIC	Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação
CITUR	Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COCAR	Companhia Catarinense de Comércio e Armazenamento
CODESC	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense
CODISC	Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense
CODOESTE	Companhia de Desenvolvimento do Oeste Catarinense
COETEL/SC	Conselho Estadual de Telecomunicações
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CONDESUL	Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COSEL	Companhia Serrana de Eletricidade S.A. de Lages

COTESC	Companhia Catarinense de Telecomunicações S.A.
CPCAN	Comissão do Plano do Carvão Nacional
CPDESC	Centro de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina S.A.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRC	Conta de Resultados a Compensar
CTG	<i>China Theree Gorges</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAES	Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária
DEATUR	Departamento Autônomo de Turismo
DEM	Democratas
DEOS	Departamento Estadual de Obras e Saneamento
DESP	Departamento Estadual de Saúde Pública
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina
DFSA	Dona Francisca Energética S.A.
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
DPER	Departamento de Energização Rural
ECTE	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia
ECTEE	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica
EFSC	Estrada de Ferro de Santa Catarina
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
ELFA	Empresa Força e Luz de Florianópolis S.A.
EMCATER	Empresa Catarinense de Extensão e Assistência Rural
EMPASC	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EMPRESUL	Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A.
ENERCAP	Programa de Energia para a Capital
ENERSUL	Programa de Energia para o Sul do Estado
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
EPE	Empresa de Pesquisa Energética

ERUSC	Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A.
FAE	Fundos Rotativos Estaduais
FATMA	Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente
FEE	Fundo de Eletrificação
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FIDIC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
GASPETRO	Petrobras Gás S.A.
GCOI	Grupo Coordenador da Operação Interligada
GENESC	Grupo Executivo de Energia do Estado de Santa Catarina
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEE	Instituto Estadual de Educação
INFRAGÁS	Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A.
INTERCEL	Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina
INVES	Santa Catarina Participação de Investimentos S/A
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPESC	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
IRASC	Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
IUEE	Imposto Único de Energia Elétrica
JK	Juscelino Kubitschek
MAESA	Machadinho Energética S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MITSUMI GÁS	Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUCAP	Movimento Unificado Contra a Privatização
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PA	Plano de Ação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCD	Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PCH	Pequenas Centrais Hidroelétricas
PDEE	Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica
PDI	Programa de Demissão Incentivada
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido de Frente Liberal
PG	Plano de Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMEG	Planos de Metas de Governo
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Eletrificação
POE	Plano de Obras e Equipamentos
PP	Partido Progressista
PPA	Programa Permanente de Aperfeiçoamento
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPT	Programa Prioritário de Termoelectricidade
PRODASC	Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
PRP	Partido de Representação Popular
PR'S	Plano de Recuperação Setorial
PSD	Partido Social Democrático
REFLOREST	Reflorestadora de SC
RELUZ	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente
RGR	Reserva Global de Reversão
SAE	Serviço de Água e Esgoto
SANTUR	Santa Catarina Turismo S.A.
SAR	Secretaria do Estado de Agricultura e Pesca
SC GÁS	Companhia de Gás de Santa Catarina
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI	Serviço Social da Indústria
SESS	Secretaria Especial de Controle das Estatais
SIESC	Serviço Integrado de Engenharia Sanitária de Santa Catarina
SIM	Saúde, Instrução e Moradia
SINDINORTE	Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado de Santa Catarina
SINTERESC	Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão
SINTEVI	Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí
SOTELCA	Sociedade Termoelétrica de Capivari
SPE	Sociedades de Propósitos Específicos
SPE	Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STIEEL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termoelétrica de Lages
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
TAT	Tribunal Administrativo Tributário
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina S.A.
TERMOCHAR	Termoelétrica da Charqueadas
TURESC	Empresa de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catarina
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VIDELUZ	Força e Luz Videira S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	ENERGIA E PLANEJAMENTO	29
2.1	SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	29
2.2	ESTATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO	40
2.3	PLANEJAMENTO ESTADUAL E FORMAÇÃO DO COMPLEXO ELÉTRICO CATARINENSE	45
3	A FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE	60
3.1	UNIDADE, COMPLEXO E SISTEMA	60
3.2	PACTO DE PODER	66
4	CELESC: RUPTURAS E CONTINUIDADES	80
4.1	MOVIMENTO PENDULAR	80
4.2	UMA ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA	82
4.3	MUDANÇA SOCIETÁRIA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	87
4.4	A HOLDING CELESC	93
5	CELESC: DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL	100
5.1	DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO	100
5.2	DESEMPENHO SOCIAL	111
5.3	DESEMPENHO OPERACIONAL	119
6	CELESC: A “JOIA DA COROA” DO SISTEMA ESTATAL	126
6.1	CELESC E CASAN	127
6.2	CELESC E SCGÁS	131
6.3	OS TENTÁCULOS	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VELHA ROUPA NOVA	139
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE	161
	APÊNDICE I: CAPITAL SOCIAL DA CELESC 1955 - 1990	162
	APÊNDICE II: TRAJETÓRIA DA SC GÁS 1994 - 2020	163
	APÊNDICE III: DADOS FINANCEIROS E ECONÔMICOS	164
	APÊNDICE IV: RELATÓRIO DE CONSUMO POR CLASSE 1990 A 2020	166

APÊNDICE V: ATUAÇÃO DA SC GÁS 2022.....	167
ANEXO	168
ANEXO A – EVOLUÇÃO DAS CONCESSÕES DA CELESC	169
ANEXO B – ENTREVISTA COM EXCELENTÍSSIMO SR. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA.....	170
ANEXO C – ENTREVISTA COM EXCELENTÍSSIMO SR. EDUARDO PINHO MOREIRA	193
ANEXO D – ENTREVISTA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO	204

1 INTRODUÇÃO

A energia elétrica é uma das principais formas de energia utilizadas em todo o mundo, contribuindo para o funcionamento de setores da economia, desde a indústria, setor de serviços até o âmbito social. O desenvolvimento do setor é composto por múltiplas determinações, no caso brasileiro, por exemplo, as decisões políticas e o pensamento desenvolvimentista de cada período conduziram os investimentos e avanços pautados na criação de estatais.

Dessa forma, pode-se dizer que o Estado foi responsável por investir em infraestrutura, como usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações para garantir o acesso à energia para toda a população, assim como teve um papel importante na regulação do setor elétrico, a partir da criação de órgãos que regeram e regem as amarras do setor. Então, faz-se necessário entender essa relação entre Estado e fornecimento de energia elétrica, bem como suas esferas que permitem o acesso à população como um todo.

O fornecimento está ligado ao desenvolvimento socioeconômico e, por isso, é um indicador importante para avaliar o desenvolvimento de um país ou região. Do mesmo modo, o caso brasileiro, a eletrificação, de início, dava-se em pontos isolados e concentrados, em sua maior parte, nas mãos de capital estrangeiro. Quando o nacionalismo e o pensar desenvolvimentista se torna mais robusto, a eletrificação passa a estar presente na planificação do Estado, os regulamentos passam a contornar e delimitar as fissuras. Nesse caso, pode-se afirmar que não haveria industrialização sem energia, como também os investimentos em energia são demandados pelo processo de industrialização. Contudo, necessitava-se de soluções mais rápidas, o capital interno precisava agir para investir, para isso, a criação de estatais foi pensada como uma saída, não apenas na parte da eletrificação, em outros setores estratégicos, em especial no crédito, que precisaria sustentar essas estruturas.

E, como Santa Catarina é imersa nesse contexto, as decisões nacionais refletiam a ordem do dia. Essa conexão pode ser observada nos planos de governo catarinense a partir da planificação do estado, a energia também passa a ser vista como crucial para alavancar o processo de industrialização, o crédito e uma série de estatais que abarcariam os sistemas mais frágeis, ou mesmo inexistentes. Não foi

apenas da “benevolência” do capitalismo planejado que os governantes catarinenses se inspiraram, mas sim, das necessidades das suas próprias indústrias. As cabeças industrializantes eram as mesmas cabeças governantes que, por coincidência, eram as mesmas cabeças produtivistas. E, assim nasceram as Centrais Elétricas de Santa Catarina em 1955, com o intuito de concentrar e expandir seu capital.

Nos anos de 1990 já havia se expandido, já estava consolidada em boa parte do estado, tornara-se um complexo, contudo, os comandos nacionais começariam a transitar por uma nova forma de governar. O que antes era uma necessidade, tornou-se uma “fonte” de “sanidade” dos cofres públicos e a liquidação do setor no Brasil passa a tomar força. Diante das circunstâncias, como ficaria então a Celesc? As pressões do meio trabalhista, de parte da população, induziam discursos de conservadorismo das estruturas. Em contrapartida, como ficariam as fontes de financiamento? Fez-se necessário criar alternativas para manter os investimentos.

Além de criar alternativas para continuar expandindo-se no território e concentrando capital, a incorporação de parte de outro setor estratégico, a água, passa a fazer parte do seu contexto, o qual mudaria, mais uma vez, nos anos 2000, afinal, outras mudanças externas viriam e a necessidade de adaptar-se era inevitável. Com as mudanças estruturais, nossas estruturas viriam a fazer parte. O gás, como fonte de energia, como uma nova camada geoeconômica, não poderia, por vias legais, ficar à mercê do capital externo. E, assim, mais uma vez, a Celesc abarcaria uma nova estrutura.

Os governos, ao longo da década de 1990 até 2020, mudaram, partidos ora mais desenvolvimentistas, ora mais liberais (sem planos de governo) passaram pelos comandos, contudo, a maior empresa de energia catarinense continuava e, ainda continua, com o Estado camuflado nas suas veias.

Nesse contexto é que o estudo de uma estatal como a Centrais Elétricas de Santa Catarina, no âmbito da formação de um sistema de estatais no estado de Santa Catarina, no recorte espacial entre os anos de 1990 a 2020, torna-se um tema singular.

O recorte do tema se justifica a partir das transformações globais inerentes à década de 1990 e, com ela, as inúmeras mudanças no âmbito político, econômico e social, que culminaram em metamorfoses na estatal nas esferas administrativa, acionária, trabalhista. Algumas obras foram inspiração e serviram como plano de

fundo do desenvolver do tema como de Rudolf Hilferding, John Maynard Keynes, Nicos Poulantzas, Norbert Elias, Milton Santos, Sulamis Dain, Karl Marx. Quanto à autenticidade, as escritas, produções acadêmicas, artigos científicos, concentram-se em temas mais isolados como: complexo de estatais, eletrificação em Santa Catarina, a correlação da Celesc com a eletrificação em recortes regionais, modelo de gestão de empresa pública.

Como obras de base, Hilferding, em *O Capital Financeiro*, argumenta que a fusão de grandes empresas em monopólios é uma característica do capitalismo financeiro, e que o Estado desempenha um papel fundamental na criação e manutenção desses monopólios. Ele afirma que o Estado, por meio da intervenção na economia, pode facilitar a concentração e a centralização do capital, além de controlar os preços e a produção (HILFERDING, 1985). No caso da Celesc, que é uma empresa estatal responsável pelo fornecimento de energia elétrica em Santa Catarina, pode-se perceber que, com a criação da Celesc, o Estado passou a ter um papel importante na produção e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, o que contribuiu para a formação de um monopólio estatal no setor. Além disso, a Celesc também foi responsável por parte de outras empresas estratégicas, como a SC Gás e a Casan. Essa atuação do Estado na economia, como descrito por Hilferding, pode ser vista como uma forma de fortalecer o capitalismo financeiro, ao criar e controlar monopólios estatais em setores estratégicos da economia.

Keynes está enraizado nas políticas de desenvolvimento via planejamento de governo. Já Poulantzas trata sobre como o Estado e as classes sociais podem ser relacionados à história política de Santa Catarina, sobretudo no que se refere ao papel das elites políticas e econômicas no Estado. Segundo Poulantzas, o Estado é um instrumento de poder que é controlado pelas elites econômicas e políticas da sociedade (POULANTZAS, 1985). Essas elites utilizam o Estado para manter seus interesses e, ao mesmo tempo, controlar as classes. No caso de Santa Catarina, existe a influência das elites políticas e econômicas na história política do Estado. Durante muitos anos, o Estado foi controlado por uma elite política e econômica, composta por famílias tradicionais que dominavam a política e a economia local. Essas elites utilizavam o Estado para manter seus interesses e controlar a população.

Um exemplo dessa relação pode ser visto na atuação da família Bornhausen que exerceu um grande poder político e econômico, tendo ocupado

cargos importantes no Estado e no governo federal. Essa relação entre as elites políticas e econômicas e o Estado pode ser vista como uma expressão da luta de classes, tal como destacado por Poulantzas.

Quanto ao processo civilizatório de Elias, a atuação da Celesc, na medida em que a empresa desempenha um papel de setor estratégico, passa a fazer parte da construção de uma sociedade mais desenvolvida e moderna (ELIAS, 2011). Ou seja, a partir da disponibilidade de energia elétrica, é possível promover o desenvolvimento econômico e social, integrando regiões, estabelecendo conexões e transformando o meio.

Santos destaca que o espaço geográfico é construído pelas relações de poder e dominação existentes na sociedade, e a atuação da Celesc pode ser vista como um exemplo dessas relações, em que a empresa mantém o controle sobre a distribuição de energia elétrica em um determinado território (SANTOS, 2008). Além disso, a distribuição desigual da energia elétrica pode estar relacionada com desigualdades sociais, uma vez que determinadas áreas e setores podem ter maior acesso e melhor qualidade de energia elétrica em relação a outros.

A partir da teoria de Dain, podemos entender que as empresas estatais são uma forma de intervenção do Estado na economia, com o objetivo de garantir o acesso da população a serviços essenciais, como a energia elétrica (DAIN, 1986). A Celesc é uma empresa estatal que atua em um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social, com a responsabilidade de garantir o acesso à energia elétrica para toda a população de Santa Catarina.

Outro aspecto importante a ser destacado é a relação de trabalho na Celesc. Marx argumentava que as relações de produção eram determinadas pela relação entre capital e trabalho (MARX, 2013). Na Celesc, a relação entre a empresa e seu trabalhador é um fator determinante para a eficiência e qualidade dos serviços prestados. As condições de trabalho de seus funcionários sofreram alterações ao longo da sua história, bem como suas reivindicações e demandas, iniciando nos anos de 1990 e culminando em transformações enxarcadas por influências globais que levaram à terceirização de boa parte da sua mão de obra. O olhar para as múltiplas determinações está pautado nas análises das atividades da Celesc, tendo sido levados em consideração fatores que determinam as relações de produção, distribuição e consumo de energia elétrica durante o recorte do período.

No campo de produções acadêmicas, quando se trata do tema Celesc, temos o estudo *Adaptação organizacional estratégica e evolução financeira no setor elétrico: o caso das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC*, dissertação de Alvaro José Agramonte Caballero, que trata do processo de adaptação organizacional estratégica e da evolução financeira de empresa pertencente ao setor elétrico: a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC de 1955 até 2001. Também há *Cultura organizacional e capacidade de inovação com foco em propriedade intelectual: estudo de caso de distribuidora de energia elétrica do sul do Brasil*, dissertação de Caroline Borga Camargo, que trata da influência da cultura organizacional na geração da inovação em empresa do setor elétrico. De artigos, cita-se: *Desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, em Santa Catarina e suas influências no processo de industrialização* de José Messias Bastos, Edson de Moraes Machado e Mateus Engel Voigt, que analisa o papel do setor elétrico na formação industrial/econômica catarinense, tendo como base um resgate histórico, sob a ótica da formação socioespacial.

Há trabalhos também voltados à parte histórica da empresa como os livros: *Memória do setor elétrico na Região Sul*, de Sílvio Coelho dos Santos e Maria José Reis, que resgata parte da memória do setor elétrico catarinense; *Histórias de Luz e Entre o Passado e o Futuro*, ambos de Luiz Vieira e Paulo Brito, memorialistas, que retratam as histórias da constituição do setor, memórias internas da empresa e história dos trabalhadores, num parâmetro mais geral.

Quanto às produções que foram norteadoras, destacam-se a *Eletrificação em Santa Catarina* de Fábio Farias de Moraes e a *Formação do Complexo e do Sistema de Estatais* de Alcides Goularti Filho, as quais serviram como inspiração e base do estudo. A proposição foi instigada a partir do desenvolvimento da dissertação com o título *O Desenvolvimentismo Conservador Catarinense de 2007-2015*, como também estudos sobre planejamento, planos de governo catarinense. Nessa ótica, a justificativa do estudo perpassa pela lacuna na produção acadêmica do tema específico e no recorte proposto, assim como também na profundidade da abordagem do papel da Celesc na formação de um sistema de estatais. Nesse sentido, o objetivo geral do estudo busca entender a Celesc na formação do sistema estatal catarinense. Diante do proposto, o recorte abrange os anos de 1990 até 2020, com a finalidade de buscar nas múltiplas determinações de uma estatal, que pertence a um setor

estratégico da economia, num ambiente de transformações mundial, as diretrizes do desenvolvimento socioeconômico do estado, como síntese de um todo.

Perante a lacuna dos estudos voltados à Celesc, em especial no que tange o papel como estatal, parte-se do pressuposto de que se a empresa nasce em meio às necessidades econômicas, por decisões políticas, passa a se enraizar pelo estado como parte das camadas geoeconômicas, incorporando outras empresas que não sustentariam a demanda do crescimento do setor e, mesmo assim, é mantida como estatal. Concentrou parte de outras empresas do setor formando um complexo: geração, transmissão e distribuição. A partir dos anos de 1990, passa fazer parte do sistema de estatais como um papel principal no quesito energia elétrica e coadjuvante no setor de água e gás, a tese buscou responder às questões:

- Qual a relação dos planos de governo, em especial, entre os anos de 1990 e 2020, com o desenvolvimento da estatal;
- Como a empresa se desenvolveu, nesse recorte espacial, a partir das determinações políticas e econômicas e quais as rupturas e permanências;
- Qual ou quais as transformações estruturais da Celesc no recorte espacial;
- Qual foi/é papel da empresa na formação do sistema de estatais a partir dos anos 1990 até 2020.

São nesses questionamentos que estudo faz o esforço de entender as transformações dos anos de 1990, em especial, o que levou a essas transformações a manter a empresa no poder do Estado.

A Celesc perpassou os anos, da sua constituição até a atualidade, metamorfoseando-se a partir de transformações internas e externas. Como estatal, é fruto de decisões políticas, de laços de poder, assim como também foi planejada em momentos de constituição e expansão. Com isso, estabelece-se como uma tríade: geração, transmissão e distribuição, consolida-se a partir dos anos de 1990 por quase todo o território catarinense, acompanha as transformações de cada período, é mantida pelos governos e transformada em uma gestora e controladora de outras empresas, em especial, de outras duas estatais, SC Gás e Casan.

Por ser responsável pelas relações de produção e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina e em outras regiões do país é determinada por fatores políticos e econômicos, como a decisão do Estado de Santa Catarina de manter o

controle majoritário da empresa. Essa decisão pode ser entendida como uma forma de garantir a produção e distribuição de energia elétrica. Além disso, a estrutura social e econômica da região em que a Celesc atua também é um fator determinante em sua atividade.

Para a elaboração deste estudo, foi necessária a organização dos dados de forma minuciosa e mais fidedigna possível, pois as fontes utilizadas foram cautelosamente estudadas e transformadas em dados que pudessem transcrever o sentido do estudo. Em especial, entender os movimentos de avanços e recuos, de rupturas e permanências, no recorte do estudo. Dentro da metodologia, o método é dialético, com pesquisa bibliográfica e de campo.

Dessa forma, a tese se diferencia dos demais estudos, pois fundamenta-se nas múltiplas determinações de uma estatal de um setor estratégico para a economia. Para isso, foi necessário buscar nos documentos oficiais, como relatórios da empresa, desde sua concepção até a atualidade, nos planos de governo do estado catarinense, nas leis, nos sítios eletrônicos do governo do estado de Santa Catarina, em especial da Alesc, que trouxe uma gama de informações sobre a história política do estado, nas histórias de empresas que estão vinculadas às estatais, em bibliografias, tanto internas à empresa quanto externas, em jornais, em especial em fontes como a hemeroteca e a Biblioteca Pública de Florianópolis. O esforço para sustentar e confirmar a hipótese também foi nas entrevistas com três ex-governadores do estado: Paulo Afonso Evangelista Vieira, que exerceu o cargo nos anos mais tumultuosos na empresa, 1995-1999; o ex-governador Esperidião Amin, que esteve nos anos de transformação da empresa 2000 – 2003; e o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, que exerceu o cargo em 2018 e foi presidente da estatal. Também dados numéricos foram organizados por períodos e embasados nos relatórios e no próprio sítio eletrônico da Celesc.

2 ENERGIA E PLANEJAMENTO

A formação econômica de um Estado está ligada à sua geografia, aos seus recursos, suas fontes, bem como a forma como um governo conduz suas estratégias, amarra seus interesses, gere seus recursos e direciona os investimentos. De uma forma mais geral, um depende do outro, complementam-se e transformam o meio como um todo. Dentro desse contexto, o pensar desenvolvimentista envolve a esfera política nacional e subnacional, que envolvem o crescimento econômico (produção e produtividade) baseadas numa liderança industrial, assim como as transformações sociais dentro do sistema capitalista vigente. Dessa forma, isso faz com que o desenvolvimentismo seja uma interpretação de como o desenvolvimento tenha sido pensando.

2.1 SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Quando um Estado passa a planejar seus propósitos de desenvolvimento demonstra o seu imperioso compromisso com as questões sociais, econômicas e conjunturais, o que demonstra modelos racionais de política que visam uma perpetuação do desenvolvimento em longo prazo. No caso brasileiro, as primeiras experiências de planejamento datam o final dos anos de 1930 e se segue até 1990, onde há um intervalo de 13 anos sem planos de governo. Quanto a essa atuação do Estado, no Brasil, Tavares (1998) explica que no caso brasileiro, o Estado teve um papel fundamental na constituição do capital industrial, de uma indústria pesada de bens de produção e de empresas internacionais para a instauração de um setor dinâmico. Assim como Fanjzylber (2000) afirma que o caso do Brasil é um caso excepcional (em relação à América Latina), pois é o único país da região em que se alcançou um *superávit* comercial no setor industrial, contribuindo com 50% do total de exportações de produtos industrializados da América Latina. Este resultado obtido pelo Brasil foi fruto de um investimento contínuo durante três décadas.

No caso do setor elétrico, tem seus primeiros registros ainda no Império, contudo, destinava-se à iluminação pública. O que predominava, nesse primeiro momento, eram as termoelétricas, e este cenário não sofreu maiores transformações nos primeiros anos de República. Quanto à interferência do Estado no setor elétrico

durante a República Velha, resumiu-se em medidas isoladas na regulamentação. Contudo, ao final de 1903 as decisões já se pautavam no aproveitamento da Força Hidráulica. Nessas decisões procurou-se estabelecer regras para contratos de concessão de aproveitamento hidrelétrico a serviços federais.

Nesse primeiro momento da eletrificação no Brasil havia dois grupos que geravam e distribuíam energia. O primeiro grupo, considerado mais “arcaico”, caracterizava-se por pequenas centrais termo e hidroelétricas supridoras dos municípios, instalações de autoprodutoras das indústrias e as pequenas unidades de consumo doméstico. O outro grupo era composto por duas grandes concessionárias estrangeiras: o grupo *Light* e a AMFORP (*American & Foreign Power Company*), que atuavam no mercado mais dinâmico (LIMA, 1984). Vale ressaltar que o grupo *Light* também monopolizou os serviços de gás e telefone (SAMPAIO, 2001).

No início do século XX, no eixo Rio-São Paulo, a oferta de energia alavancava o crescimento urbano e industrial e outros grupos estrangeiros foram atraídos e interessaram-se no setor de energia elétrica, como por exemplo a Amforp, que passou a atuar em 1924 na região cafeeira de São Paulo. A empresa incorporou várias concessionárias resultando na Companhia Paulista de Força e Luz. Nos anos seguintes, a empresa expandiu-se para Recife, Salvador, Natal, Maceió, Niterói, Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas, ou seja, ela passou a abranger parte do Nordeste, Sudeste e Sul do país.

O processo de concentração e centralização das empresas concessionárias estava sendo comandado pelo capital externo, o que levou a uma “quase” desnacionalização do setor elétrico. Outro fator, relacionado ao aproveitamento dos recursos naturais, é que não existia uma regulamentação, esta veio posteriormente. O Código das Águas, por exemplo, foi enviado ao Congresso em 1909, mas lá permaneceu parado por mais de 20 anos. O tema só voltou a ser retomado em 1930, quando se iniciaria um processo de intervenção estatal (SAMPAIO, 2001).

Dessa forma, nesse primeiro período da eletrificação no Brasil, caminhava-se para a dependência do capital externo, tanto na indústria, que se desenvolvia a passos lentos, quanto no setor energético que estava, em sua maior parte, nas mãos de empresas estrangeiras. Na outra ponta estavam os sistemas isolados de capital privado, chamados de arcaicos e mais pontuais sem grandes interligações. A falta de

regulamentação também era um grande problema, pois os recursos naturais estavam sujeitos à dominância externa. Assim como a falta de planejamento nacional levava a uma falta de rumo para o desenvolvimento, no setor elétrico as estruturas não estavam articuladas para que houvesse integração.

Um segundo momento, a partir de 1930, foi caracterizado pela retomada do projeto do Código de Águas, que serviu de base para um novo projeto instituído em 1934 com o decreto nº 24.643. Este determinou que o aproveitamento hidrelétrico dependeria da autorização e concessão da União, tanto para uso privado quanto para uso público, dentre outras regulamentações que passaram a limitar e inibir o investimento do capital privado na indústria de eletricidade. Outro ponto a ser destacado nesse período é a criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) em 1939. O Conselho estava diretamente ligado à Presidência da República para consulta, orientação e controle quanto à utilização dos recursos hidráulicos e de energia elétrica. Os primeiros estudos para o planejamento do setor elétrico ficaram a cargo do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que ao final do ano de 1943 organizou a Comissão Técnica Especial do Plano Nacional de Eletrificação, por meio do qual apontou-se o vasto potencial hidráulico que o Brasil dispunha e os problemas com a produção de energia elétrica e os preços praticados. Apesar de o setor elétrico não ter dado grandes saltos nesse momento, o Estado deu seus primeiros passos ao demonstrar poderes de guardião dos contratos e delimitação geopolítica dos seus interesses.

Nessa mesma década, após deflagração da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um projeto mais desenvolvimentista no âmbito nacional e o crescimento industrial demandou maiores investimentos no setor elétrico. O período foi marcado por um estado forte e intervencionista e com reformulação da dependência estrutural. No Estado Novo inaugurou-se uma série de planos de governo voltados ao desenvolvimento interno. As demandas (do setor elétrico) regionais falaram mais alto e, com isso, inaugurou-se em estado embrionário um setor estatal que esboçava as primeiras iniciativas dos governos estaduais.

Em nível federal, em 1945, foi criada a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF), a qual ficou encarregada de construir a Usina de Paulo Afonso, que atenderia a região Nordeste, até então com um setor termoelétrico precário e que não atendia a demanda (SAMPAIO, 2001). Em um passo desenvolvimentista, o

presidente Getúlio Vargas autoriza o Ministério da Agricultura a promover a organização da empresa para levar desenvolvimento à região Nordeste, que estava em disparidade com o crescimento do Sudeste e, mais uma vez, para o Estado condensar a relação material de forças. De certa forma, estavam sendo dados os primeiros passos para o desenvolvimento das estatais no setor elétrico, pela necessidade de desenvolvimento e integração regional, adensamento do Estado no território, ou mesmo, por um nacionalismo voltado ao projeto desenvolvimentista.

No governo seguinte, de Eurico Gaspar Dutra, os ideais desenvolvimentistas nascentes deram um passo de recuo dominados pela falta de suporte às crescentes necessidades do capital. Contudo, a industrialização brasileira cresceu 11% nesse período e, com isso, em todos os períodos do governo foram adotadas medidas de racionamento no setor elétrico, em especial, em regiões de desenvolvimento latente. Mesmo com o Plano Salte, os maiores investimentos estavam pautados no setor de transporte, que correspondia a 57%, o setor de energia ficou com 16%, 14% para alimentação e 13% para saúde. Desse montante que fora destinado ao setor energético, cabe salientar que estava dividido em 52% para o subsetor de eletricidade, 47% para o setor de petróleo e o restante para a exploração carbonífera. Neste investimento destinado ao subsetor de eletricidade estava sendo considerado o aporte da CHESF (em torno de 60%) e o restante estava pulverizado em auxílio às empresas. Não havia um projeto de eletrificação planejado que atacasse os problemas de falta de energia. No Quadro 1 a seguir está um resumo dos acontecimentos no período:

Quadro 1 - Governos e os investimentos no setor elétrico (Parte I)

Período	Planos nacionais	Características	Setor Elétrico
1889 -1930 (República Velha)	Sem Planos Nacionais		- Início do uso da energia elétrica no Brasil; - Implantação dos primeiros empreendimentos; nacionais e estrangeiros; - 1920 predominância das empresas de capital estrangeiro.
1937- 1945	Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional Plano de Obras e Equipamentos	- Definiram as bases da industrialização; - Estado forte e intervencionista; - Conselho Federal de Comércio Exterior;	- Maior presença do Estado; - Elaboração das primeiras regulamentações no setor;

		- Reformulação da dependência estrutural;	- Implantação do Código de Águas; - Aumento da demanda de energia e da necessidade de investimentos.
1946-1950	Plano SALTE	- Metas nacionais: saúde, alimentação, transporte, energia; - Utilização de recursos internos e externos; - Governo comprometido com diretrizes liberais;	- Do montante que fora destinado ao setor energético (16%) foram 52% ao subsetor de eletricidade, 47% para o setor de petróleo e o restante para a exploração carbonífera; - Não havia um projeto de eletrificação planejado que atacasse os problemas de falta de energia.

Fonte: BRASIL, Planos Nacionais de Governo, vários anos.

Podemos demarcar dois momentos aqui: a República Velha com a desorganização do setor elétrico, tanto na falta de investimento nas empresas nacionais quanto na regulamentação; e um segundo momento, no Estado Novo, com a regulamentação do Código das Águas¹, com as restrições da Cláusula Ouro² e olhares mais atentos às demandas da industrialização nascente. Apesar de esse segundo momento ser, também, marcado por uma certa estagnação do setor elétrico no governo de Dutra, um terceiro momento adentra com a formação das estatais no setor e, como estratégia de adensamento do Estado no território, um reforço da visão desenvolvimentista e integração regional.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, em meio à guerra da Coreia, o posicionamento com os Estados Unidos foi relativamente decisivo e resultou na formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Um dos objetivos foi um planejamento concreto voltado aos pontos de estrangulamentos do setor elétrico, assim como a modernização do setor. Em contrapartida a esse acordo internacional, também foi aprovado o Programa de Reaparelhamento Econômico, que teve como

¹ Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, que regulamentou o uso das águas no território brasileiro,

² “A cláusula ouro é a expressão dada à cláusula contratual que permite o pagamento de obrigações devidas em dinheiro, em moedas ou peças de ouro, ou observando a cotação de mercado daquele metal. No Brasil, a legislação sobre o assunto era o Código Civil de 1916, escrito nos pressupostos do liberalismo e da estabilidade monetária que já não refletia a realidade que o mundo viveria a partir da Primeira Guerra Mundial” (ROMANO, 2018, p. 3).

fontes internas de financiamento os recursos fiscais captados por adicionais em imposto de renda. Em conjunto, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), na falta da Eletrobrás, foi concebido como agência estatal de financiamento a esse programa (LIMA, 1984). Com isso, foi retomada a intervenção estatal no sentido de promover o desenvolvimento, alavancando o que ficou engessado no governo anterior, em especial no setor elétrico.

A prática de pensar o desenvolvimento, que pode ser traduzida em planejamento e transposta em forma de planos de governo, passou a se popularizar a partir de 1920, pós-Primeira Guerra, e se instaurou no Brasil a partir do primeiro governo de Vargas. O planejamento de governo se opõe ao *laissez-faire*, pois se fundamenta na intervenção do Estado como coordenador de recursos e indutor do desenvolvimento. No caso brasileiro, o planejamento demarca o estímulo de pensar em forças mais avançadas do capitalismo, seja na industrialização, infraestrutura e no setor social. Os planos de governo passam a ser uma estruturação de continuidades da industrialização no Brasil, pois neles se destacavam os investimentos na indústria e na infraestrutura (incluindo o setor de energia) para sustentá-la.

A década de 1950 foi marcada por um salto nos planos de desenvolvimento. Em 1951 foi apresentado o Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico (também conhecido como plano Lafer, por ter sido apresentado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer). O Plano estava fundado em projetos de novas fontes de energia elétrica, criação de indústria de base e novas técnicas para a agricultura, modernização de armazéns e frigoríficos, modernização dos sistemas de transportes e serviços portuários. A princípio, o plano seria implementado com cooperação financeira dos Estados Unidos, contudo, nesse período devido a decisões políticas do governo nacional sobre a emissão dos lucros das empresas estrangeiras ao exterior e o início do processo de estatização, houve uma insatisfação dos Estados Unidos e as demandas de empréstimos externos foram sendo limitadas. Então, o governo, para financiar e garantir os empréstimos estrangeiros, num salto desenvolvimentista, cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Nesse embalo desenvolvimentista foram fundados também o Banco do Nordeste do Brasil (voltado para o desenvolvimento regional) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o qual estava pautado em obras destinadas a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola,

pecuária, mineral e industrial da região e, para isso, o plano incluía desde investimentos em viação, energia e crédito, até pesquisas geográficas naturais, tecnológicas e sociais. Em 1953 foi consolidada a Petrobrás para estabelecer o monopólio estatal do petróleo, gás natural e derivados. Cabe ressaltar que em 1953 foi constituído o Plano Nacional de Eletrificação (PNE) pensado para a expansão do setor elétrico, período em que as relações com o capital externo (Estados Unidos) se arrefecem e o Brasil fica sem o aporte financeiro para os investimentos necessários, apoiando-se no BNDE. Em 1954 foi proposta a Eletrobrás, porém, somente sete anos depois foi assinada a autorização, no mandato do presidente Jânio Quadros. A empresa desempenhou um papel fundamental em pesquisas e projetos de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações para enfrentar a demanda crescente de energia elétrica no país. O período foi marcado por um salto via Estado criando as condições para expansão e diferenciação do sistema econômico.

Em seguida, no governo de Juscelino Kubitschek (JK), e com a implantação do Plano de Metas, conforme Cotrin, Lopes e Lima (1995, p. 46), “o processo de estatização então em curso no Brasil, se caracterizou em boa parte por ser um programa estadual de estatização”, ou seja, os governos estaduais constituiriam as suas empresas e a liberação dos recursos provenientes do Imposto Único só poderia ser feita quando os estados apresentassem um plano de eletrificação e contassem com uma empresa para que esses recursos fossem destinados. De certa forma, um número expressivo de empresas estaduais de energia elétrica foi criado nesse período (DIAS, 1995).

Outro ponto importante, com intuito de uma reordenação institucional do setor, foi a criação do Ministério de Minas e Energia (1960) e a autorização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás (1961). Com o salto desenvolvimentista, a economia brasileira desenvolveu-se num ritmo acelerado (1950-1965) e isso se deu, também, pela expansão do setor elétrico diante do aumento da sua capacidade instalada, em especial, pela transição da liderança do setor para empresa pública, que em 1964 correspondia pela maior parte da capacidade instalada no país.

Com o Golpe Militar em 1964, algumas reformas no campo econômico foram feitas: a reforma fiscal, que ampliou a capacidade de gasto público (que desempenhou um papel fundamental no setor elétrico, com uma série de incentivos); a reforma do sistema financeiro, que culminou na criação do Banco Central e da Lei

de Mercados de Capitais, que alavancou o surgimento de instituições financeiras. Nesse primeiro momento do governo ditatorial, o planejamento teve continuidade com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), voltado para o desenvolvimento e crescimento econômico, onde o setor elétrico tem investimentos em torno de 18% do total pensado para o plano. Também nesse período concluiu-se o processo de nacionalização da Amforp, cujas atribuições foram assumidas pelas concessionárias estaduais. Em 1967, foi definido o Sistema Nacional de Eletrificação, que centralizou o setor elétrico e reagrupou as empresas em forma de *Holdings* (DIAS, 1995). Em 1968 foi criada a Eletrosul (empresa estatal geradora no sul do país) para concluir as obras da hidroelétrica de Passo Fundo no Rio Grande do Sul e iniciou-se um processo de unificação das empresas elétricas estaduais em concessionárias.

A Celesc nasce em meio aos pensamentos desenvolvimentistas da década de 1950 e por ser um setor estratégico para o desenvolvimento econômico, foi pensada com o intuito de transformar o cenário do setor elétrico que estava fragmentado. Oficialmente, a Eletrobrás foi legitimada em 1961 a partir da Lei nº 3.890-A de 25 de abril, contudo, a sua concepção foi pensada em 1954, mas ficou alguns anos tramitando até sua autorização. Naquele período, a demanda do processo de industrialização apoiava-se na necessidade da criação de uma estatal federal que atuasse no intuito de planejar e sanar o *déficit* de energia. A estatal fazia parte da insatisfação governamental perante o lento investimento privado no setor. A empresa viria para se concentrar em empreendimentos de geração e transmissão, como também no financiamento do setor.

Conforme a Lei nº 3.890-A de 15 de abril de 1961, da sua constituição, caberia à Eletrobrás a realização de estudos, projetos bem como a parte de construção e operação de usinas, linhas de transmissão e distribuição. Dava autonomia à empresa para executar empreendimento nas regiões onde a energia demandada ultrapassasse a capacidade dos sistemas (BRASIL, 1961). Desse modo, estava sendo criada uma empresa que abarcava as necessidades da demanda, além de concentrar o poder do único investidor que estava disposto a investir pesado, o Estado.

A *Holding* inicia suas atividades com quatro empresas: Chesf, Furnas, Chevap e Termochar (Termoelétrica de Charqueadas), contudo, enfrentaria questões de deficiências de ordem financeira e de planejamento. Quanto à questão do

financiamento, coube ao Estado resolver e, ao planejamento, participou da *Canambra Engineering Consultant Limited*³, que traduziu a realidade das necessidades do setor elétrico brasileiro, em termos técnicos, onde apontou os gargalos, transformações e ajudou a definir as obras prioritárias (LIMA E RICHER, 1995).

Para sustentar os investimentos, o financiamento do setor deu-se por meio da obtenção de recursos como: Fundo de Eletrificação (FEE), que era lastreado pelo Imposto Único de Energia Elétrica (IUEE) (que incidia sobre o consumo de energia elétrica); os Empréstimos Compulsórios aos Consumidores⁴, que era um adicional cobrado nas contas de energia elétrica utilizado para financiar a expansão do setor; e Reserva Global de Reversão (RGR), que foi criada com o intuito de garantir ao concessionário os recursos a serem aplicados (em caso de indenização). Nesse último foi concedida a administração à Eletrobrás em 1971, com a finalidade de expandir a melhoria de serviços (ESPOSITO, 2012). Havia, também, fontes complementares, como os orçamentos dos estados e da União, que foram de suma importância no processo de estatização do setor.

A Eletrobrás, como financiadora setorial e como complexo de estatais, permitiu a aceleração da estrutura física do setor, não apenas o crescimento das empresas, mas também um ponto crucial entre elas: a interligação do território nacional. Os anos de 1960, 70 e 80 foram de transformações para o setor, um dos pontos principais foi a transferência da carteira de aplicações, como também a administração do fundo do BNDE que amparava a eletrificação. O governo federal, naquele período de concentração de capital nas estatais, concentrava o setor elétrico nas mãos do estado, diante das encampações e compras de ativos e a Eletrobrás foi o terminal central que alimentava as decisões e investimentos.

Em 1968, outro fator que viria a estar ligado à Celesc foi a criação da terceira subsidiária da Eletrobrás, a Eletrosul. Essa nova estatal federal foi criada para ser responsável pelos investimentos de geração e transmissão no Sul do país. E, assim foram nos outros estados, como a criação da Eletronorte. Dessa forma, o

³ Consórcio constituído por duas empresas do Canadá, *Montreal Engineering* e *Crippen Engineering*, e uma norte americana, *Gibbs & Hill*.

⁴ O Empréstimo Compulsório aos Consumidores, tinha como contrapartida, o direito dos consumidores de receber da Eletrobrás, ao qual o prazo de regate era 10 anos e o juros de 12% ao ano. Para isso, o empréstimo, foi fixado no valor de 15% da conta de energia para o primeiro ano e, depois, em 20% para os anos seguintes. Teve sua duração até o ano de 1993, quando se encerrou a cobrança (ESPOSITO, 2012).

“terminal central” foi colocando raízes mais espessas para sustentar e alimentar as raízes secundárias

Adentrando aos anos de 1970, como continuidade do planejamento nacional, foi instaurado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no que tange o setor elétrico, o percentual destinado atingiu um patamar de 24% dos investimentos. Nesse período o padrão de financiamento do setor estava fundado parte em recursos próprios (tarifa, natureza fiscal e vinculados a esta) e empréstimos internacionais. No ano de 1973, então, foi criada a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) no segmento de geração e distribuição. E, no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Itaipu, que criou a Itaipu Binacional, controlada pela Eletrobrás.

Já o II PND foi instituído em 1974, com uma taxa de investimento no setor elétrico 60%, maior do que no primeiro plano, capacitando o setor para dobrar a capacidade instalada. No ano anterior foi implementada a Operação Interligada e a criação do Grupo Coordenador da Operação Interligada (GCOI), que desempenharam um papel decisivo na configuração do setor. Nessa mesma década, no ano de 1979, foi criada a Sest (Secretaria Especial de Controle das Estatais), com o intuito de acompanhar a gestão das empresas estatais no que diz respeito à eficiência, desempenho e situação econômico-financeira. Nesse contexto, o Estado estava imerso na esfera de fiscalização, investimento e controle do setor.

Contudo, com os choques do Petróleo em 1973 e 1979, a crise mundial colocou o Brasil em situação de recessão e, com isso, o setor elétrico ficou à mercê das flutuações do mercado internacional e os reflexos culminaram, também, no complexo de estatais. O quadro 2 representa a síntese das decisões governamentais e seus reflexos no desenvolvimento do setor:

Quadro 2- Governos e os investimentos no setor elétrico (Parte II)

Período	Planos nacionais	Características	Setor Elétrico
1951-1954	Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional (aplicado em paralelo ao Plano SALTE)	- Investimentos em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura; - Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); - Banco do Nordeste do Brasil (BNB); - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); - Petrobrás;	- Estado indutor do desenvolvimento; - Maior participação do Estado no setor elétrico; - Investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais; - Plano Nacional de Eletrificação (PNE).

		- Eletrobrás; - Estado criando condições para expansão e diferenciação do sistema econômico.	
1955-1960	Plano de Metas	- Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); - Criação de Brasília; - Busca de soluções audaciosas para problemas do capitalismo no país; - Criação da indústria de base; - Reformulação da interdependência do capitalismo mundial; - Operação Pan-América⁵	- Criação do Ministério de Minas e Energia (1960); - Autorizada as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás (1961); - Expressiva expansão do setor elétrico e aumento da sua capacidade instalada; - Transição da liderança do setor para empresa pública.
1961-1964	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social	- Doutrinário baseado na concepção da CEPAL; - Predomínio da visão nacionalista (ainda que se admitisse capital estrangeiro); - Industrialização, modernização e intervencionismo Estatal.	Continuidade das obras do Plano de Metas
1964- 1984	PAEG; Plano Decenal; PND I, II e III	- Tripé: empresa Nacional, empresa de capital estrangeiro e um forte setor estatal; - Pacto militar autoritário com apoio dos empresários; - “Milagre econômico” (1968-1974), devido ao PIB (que chegou de 10 a 12%)	- Modelo estatal; - Eletrobrás é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, o qual concentra grandes investimentos; - Criação do GCOI; - É consolidado um novo modelo institucional; - Criação da Sest (1979).
1985- 1989	IPND da Nova República	- Declínio do poder militar e volta da democracia; - Constituição de 1988; - Estado de Direito com ênfase nos direitos políticos e sociais; - Alta inflação e forte endividamento externo.	- Crise institucional; - Crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado, devido ao baixo investimento do período.

Fonte: BRASIL, Planos Nacionais de Governo, vários anos.

Foi uma manobra política-diplomática destinada a redefinir as relações entre o Brasil e os países da América Latina, por um lado, e por outro, entre os Estados Unidos.

No que tange a década de 1980, a dificuldade de planejamento tanto a nível global quanto setorizada, os investimentos no setor elétrico, entram em desaceleração. A intitulada Nova República, ou seja, a retomada democrática, no setor energético, foi estabelecida com o Plano de Recuperação Setorial (PR'S), que não mais seria planejado visando o longo prazo, mas apenas o horizonte de investimentos, baseado em três componentes: atendimento ao mercado de energia elétrica; realização em escala condizente de programas de investimentos; conjunto de medidas necessárias para viabilizar econômica e financeiramente (ESPOSITO, 2012). Mais uma vez o Estado buscando concentrar as decisões. No entanto, o PR'S não vingou e no final da década foi abandonado. Com as restrições econômico-financeiras e a falta de diretrizes de planejamento, os ideais neoliberais invadiram a ordem do dia, adentra-se, então, na década de 1990 sob a égide do plano de estabilização, do então presidente eleito, Fernando Collor de Mello e suas propostas de Reforma de Estado.

Com esses novos princípios, ficaram “ultrapassados” os planos de governo. Ficariam ultrapassados, também, os planos de eletrificação, as estatais do setor, o Estado como condutor do desenvolvimento. Com isso, uma avalanche privatizante afetou e culminou com o desmonte de grande parte do setor elétrico.

2.2 ESTATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

A redemocratização do Brasil prometeu mudanças no âmbito econômico. Collor, que foi o primeiro presidente eleito de forma direta, discursou sobre mudanças estruturais, reformas, em especial, atualização do Brasil perante as novas concepções sobre Estado. O que acarretou medidas como o Plano Nacional de Desestatização (PND), que foi instituído em 1990. As estatais entraram na pauta do dia, agora não mais como organização do sistema, como sinônimo de desenvolvimento, mas sim como um empecilho para as contas públicas. Dessa forma, todo o esforço dos anos anteriores para organização do setor elétrico, mudou de rumo, a ordem do dia era a privatização.

Essa “nova era”, que se estendeu por toda a década, pelos oito anos de administração tucana, resultou, dentre as 33 das maiores empresas de distribuição de energia do país, na privatização de 22 (67% do total) e, das demais, apenas 7 (ou seja 32%) sobreviveram às ondas privatizantes. Aqui podemos atribuir ao partidarismo ou

aos interesses políticos a responsabilidade por essa “cegueira” que levava a falta de investimento e privatização, em massa, do setor. Essa questão toma corpo, pois mesmo algumas organizações investidas de poder de representação, como os sindicatos operários; organizações patronais e organizações não-governamentais que conseguem ser “pontes cognitivas” que facilitam o diálogo e diminuem os efeitos das diferenças de origem e de percepção entre os diversos ocupantes daquele espaço social, não sucumbiram à desistência.

O quadro 3 representa as principais empresas do setor elétrico com sua data de fundação, estatização e privatização, demonstrando como, ao longo dos governos, as decisões políticas definiram os rumos desse sistema:

Quadro 3 - As Empresas de Distribuição de Energia do Brasil

Nome	Data de Privatização	Área de Serviço / Localização	Comprador	% Vendida
ESCELSA	12-Jul-95	ES	IVEN S. A , GTD Participações	50,00
LIGHT	21-Mai-96	RJ	AES; Houston; EdF; CSN.	51,00
CERJ (AMPLA)	20-Nov-96	RJ	Endesa(Sp); Enersis; Ed Port.	70,26
COELBA	31-Jul-97	BA	Iberdrola; BrasilCap; Previ; BBOTVM	65,64
AES SUL	21-Out-97	RS	AES	90,91
RGE	21-Out-97	RS	CEA; VBC ; Previ	90,75
CPFL	05-Nov-97	SP	VBC ; Previ; Fundação CESP	57,60
ENERSUL	19-Nov-97	MS	Escelsa	76,56
CEMAT	27-Nov-97	MT	Grupo Rede; Inepar	85,10
ENERGIPE	03-Dez-97	SE	Cataguazes; Uptick	85,73
COSERN	11-Dez-97	RN	Coelba; Guaraniana; Uptick	77,92
CACHOEIRA DOURADA	05-Set-97	GO	Endesa / Edegel / Fundos de Investimentos	92,90
COELCE	02-Abr-98	CE	Consócio Distriluz (Enersis Chilectra, Endesa, Cerj)	82,69
ELETROPAULO	15-Abr-98	SP	Consócio Lightgás	74,88
CELPA	09-Jul-98	PA	QMRA Participações S. A. (Grupo Rede e Inepar)	54,98
ELEKTRO	16-Jul-98	SP / MS	Grupo Enron Internacional	46,60
GERASUL	15-Set-98	RS	Tractebel (Belga)	50,01
BANDEIRANTE	17-Set-98	SP	EDP (Portugal) – CPFL	74,88
CESP Tiête	27-Out-99	SP	AES Gerasul Emp	–
BORBOREMA	30-Nov-99	PB	Cataguazes-Leopoldina	–
CELPE	20-Fev-2000	PE	Iberdrola/Previ/BB	79,62
CEMAR	15-06-2000	MA	PP&L	86,25
SAELPA	31-11-2000	PB	Cataguazes-Leopoldina	–

CTEEP	28-06-2006	SP	ISA (Interconexión Eléctrica S/A Esp)	–
-------	------------	----	---------------------------------------	---

Fonte: ABRADE, 2022.

Cada empresa privatizada teve um comprador específico, que adquiriu uma identidade da empresa. Alguns foram grupos nacionais, enquanto outros foram empresas estrangeiras. As porcentagens vendidas variaram, mas em geral foram superiores a 50%, formalizando o afastamento do Estado nessas empresas.

A despeito de todas as privatizações, foram salvaguardados a Petrobrás e o Banco do Brasil. O país estava imerso na desaceleração da atividade econômica, desempregos, na transferência de renda para diversas categorias de especuladores. De certa forma, tudo isso poderia ser evitado diante de uma melhor previsão dessas circunstâncias. Houve sim uma previsão para esse acontecimento e avisos de técnicos e empresários ligados ao setor elétrico, sejam os do polo público ou do privado, contudo o governo se manteve à mercê dos acontecimentos. Naquele momento o país vivia um período no qual a ação correta na esfera econômica é aquela que estimula a busca da autossatisfação nos mercados e, onde a tarefa dos governos é de não atrapalhar a espontaneidade dos indivíduos que buscam seus próprios interesses. E a planificação do Estado era vista como interferências indevidas na competição entre indivíduos. Os que avisaram sobre o suposto problema foram tidos como: funcionários do setor corporativo que lutavam contra a privatização do setor elétrico ou analistas e empresários interessados na sua maximização pois, assim, extrairiam lucros simbólicos ou econômicos.

As ameaças mais percebidas foram aquelas que puseram em risco a ordem social a qual os agentes são positivamente ligados, enquanto outros riscos eventuais tendem a ser ignorados. O problema então foi tratado como uma espécie de guerra cultural e o espaço brasileiro traz uma cronologia dos circuitos de poder demarcado a partir de 1990, que se nutre de um conjunto de oposições simbólicas, manejadas por diversos setores das elites nacionais, que interagem desde os anos 1950. A década de 1990 (e as ideias neoliberais), foi pensada para a nova versão do catecismo da austeridade, atitude necessária para expiar os pecados da última pretensão desenvolvimentista. Ao fim desta, estávamos cansados de expiar os pecados sem alcançar a redenção.

Uma das maiores transformações para o novo século foi a criação de um órgão que viria a regulamentar o setor elétrico: a ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), foi criada pela Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos. Dentre suas funções, o novo órgão também lhe caberia estabelecer restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações, à concentração societária e à realização de negócios entre si. E acima de tudo, zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor de energia elétrica (BRASIL, 1996). Órgão do governo criado na década de 1990, mas que sua atuação fez toda a diferença nos anos seguintes.

Outra mudança no setor, foi a criação do Mercado Atacadista de Energia (MAE) pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, ao qual sua administração ficaria a cargo da Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (ASMAE). O MAE foi destinado à livre negociação de energia, ao qual seria responsável pela gestão de transações comerciais no mercado de energia elétrica (BRASIL, 1998). Resultado dos anseios de livre mercado dos governos dos anos 90. Até então, as privatizações haviam sido realizadas, órgãos reguladores criados, porém não seria o suficiente para encarar a grave crise de racionamento de energia que viria entre os anos 2001 e 2002. Um dos pontos tratados nessa nova década, foram as mudanças na comercialização de energia elétrica, medidas tomadas pelo novo governo em 2003.

O novo governo veio com propostas sociais desenvolvimentistas que demandavam investimentos a curto e longo prazo. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.762 que instituiu o Programa Emergencial de Apoio as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, por meio do BNDES. Em dezembro do mesmo ano, fundamentado no Decreto nº 4.873, o governo federal lança o programa Luz para Todos, com o intuito de universalizar o serviço de acesso e uso de energia elétrica para a população do meio rural. O Estado voltou, não apenas condicionar, mas sim, estruturar, subsidiar e universalizar as demandas do setor

elétrico. No entanto que esse programa continuou em 2010 com o Decreto nº 7.324 e pelo Decreto nº 7520 até 2014.

Um outro passo importante para o setor foi a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, o intuito foi resgatar a responsabilidade do Estado para assegurar a infraestrutura energética do país. A empresa fez parte de um ciclo de atividades que passaram a orientar o desenvolvimento do setor no Brasil. Atuou no planejamento e conduziu os estudos e pesquisas que consolidaram a realização das políticas do setor, atreladas ao MME, ANEEL, ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), ANA (Agência Nacional de Águas), ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) (EPE, 2023). Como resultado da criação da EPE, em 2006, é apresentado o primeiro Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) que propôs diretrizes para expansão do setor até 2015. E que posteriormente novos planos foram realizados a longo prazo.

No ano de 2007 é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o plano abarcou diversas frentes desde a questão da saúde, segurança pública até o programa Luz para Todos. Foram feitos altos investimentos nos setores e teve duração até o golpe, em 2015.

Em 2012, a presidenta Dilma Roussef, assina a renovação das concessões das usinas hidrelétricas e linhas de transmissão que expirariam em 2015. Alguns retrocessos também fazem parte de novo milênio, em especial, os leilões das usinas que ficaram em mãos de capital estrangeiro, como a empresa italiana Enel e a estatal chinesa China *Three Gorges* (CTG). Nos anos que seguiram não houve grandes mudanças, ou mesmo, investimentos no setor, mas os novos governos que sucederam o social desenvolvimentismo estavam voltados, novamente, ao livre mercado. Em especial, após as eleições de 2018, o ex-presidente, de caráter ultraliberal, assina o projeto Lei nº 5.877 referente a privatização da Eletrobrás.

2.3 PLANEJAMENTO ESTADUAL E FORMAÇÃO DO COMPLEXO ELÉTRICO CATARINENSE

O setor elétrico catarinense foi estruturado e mediado por uma hegemonia política que intercalavam os poderes nos cargos políticos e públicos e, os planos de governo, foram recorrentes nos demais governos do estado a partir de 1955. Então, para entender a Celesc no âmbito de planejamento de governo, partimos do pressuposto de que o Estado exerce uma função de intermediação entre o espaço e as forças que atuam nele, assim como, a sua ação em cada subespaço pode ser assimilada a intervenções a nível conjuntural, e como mediador de um pacto social entre território, povo e nação (SANTOS, 2008), tem a função de condensar a relação que essas forças exercem entre elas.

É nesse sentido que pensar desenvolvimentista do Estado catarinense foi transversal aos planos de governo. Não se pode negar que o Estado não se desenvolvia antes dos planos, mas pode-se afirmar que a sistematização de ideais, propostas, explanadas em diretrizes, fortalecem e consolidam estratégias e caminhos a serem tomados pelas demandas remanescentes do capitalismo. O desenvolvimento, sendo ele no âmbito industrial, comercial, agrário, sustenta-se a partir do que é proposto pelo meio ao qual está inserido, assim como, necessita impulso o crescimento. No caso catarinense, essas diretrizes passaram a se consolidar em planos de governo em 1955, por meio do então chamado POE (Plano de Obras e Equipamentos) e os investimentos no setor elétrico começam a aparecer na ordem do dia. Este era visto como um setor estratégico e havia uma crescente demanda pela sua expansão no estado.

No início da planificação prescrita em plano de governo, no estado, era comum que eles fossem dispostos em forma de Lei, no caso do POE a que corresponde a ele é a Lei nº 1.365, de 4 de novembro de 1955, assinada pelo então governador Irineu Bonhausen. O plano, pensado para os anos de 1956 – 1965 consistia em uma série de obras no setor de estrada de rodagem, saúde, educação e energia. No setor de energia, o argumento que estava em pauta era a deficiência do setor no estado. Já havia um sistema sendo construído, porém, mesmo nas regiões em que o sistema já estava mais consolidado, o racionamento ainda era frequente, o que causava um estrangulamento no crescimento e desenvolvimento. Em

contrapartida, no período de elaboração e vigência desse plano, por meio do Decreto Estadual nº 22, de 9 de novembro de 1955, o governador criou a estatal do setor elétrico, a Celesc. Nesse primeiro momento, a empresa foi pensada com objetivo de planejar, construir o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado catarinense (POE, 1955). Entre os investimentos, um dos objetivos do plano era a construção de usinas conforme a disposição dos recursos abaixo:

Quadro 4 - Propostas de Investimentos no setor energético catarinense (1956 – 1965)

Obras	Investimentos
Construção da usina hidroelétrica de Chapecozinho	Cr\$ 74.053.000,00
Construção da Usina do Estreito do Rio Uruguai	Cr\$ 312.000.000,00
Construção da Usina de Itaiópolis, no Município de Itaiópolis	Cr\$ 10.000.000,00
Construção da Usina Rio Canoas	Cr\$ 92.000.000,00
Construção da Usina do Rio Cubatão	Cr\$ 138.300.000,00
Construção da Usina do Rio Garcia (1ª Usina)	Cr\$ 63.900.000,00
Construção da Usina do Rio Garcia (2ª Usina)	Cr\$ 105.000.000,00
Construção Usina Rio das Pombas	Cr\$ 652.384.000,00
Construção de linhas de transmissão	Cr\$ 106.157.000,00

Fonte: Modificado pela autora POE (1955).

No ano de 1957, quando foi publicado o andamento das obras, a Usina de Chapecozinho, a de Estreito do Rio Uruguai, Itaiópolis e Rio Cubatão já estavam sendo construídas, conforme o planejamento. Nesse mesmo ano, os investimentos voltados ao setor, foi destinado o valor total de Cr\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzeiros) em energia elétrica, sendo distribuídos:

Quadro 5 - Orçamento POE em 1957

Obras	Investimentos
Subscrição de ações na sociedade da Usina Termoelétrica de Capivari de Baixo	Cr\$ 160.000.000,00
Construção de obras e instalação de equipamento gerador no sistema Empresul	Cr\$ 80.000.000,00
Ampliação e construção de sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica	Cr\$ 40.000.000,00

Fonte: Modificado pela autora POE (1955).

Estes valores em Cruzeiros (a moeda vigente) representam que, do orçamento total levantado para a implementação do plano, 35% estavam direcionados ao setor de energia. A arrecadação de financiamento (a forma de custeio do plano) consistia em 20% no aumento da arrecadação em vendas e consignações, no período de 10 anos. Segundo as condições, todas as formas de financiamento promovidas deveriam ser liquidadas até dia 31 de dezembro de 1965. Contudo, esse plano foi limitado a cinco anos, quando foi formulado o segundo plano estadual: o Plameg.

Contudo, segundo o relatório da Celesc (1959), o financiamento dos projetos das Usinas, em conjunto com o governo do estado e a Celesc, iniciou junto ao Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento Econômico, grupos financeiros estrangeiros, como também, troca de maquinário por café, proposta para os governos europeus.

Em seguida, com o Plano de Metas do Governo, implantado no governo de Celso Ramos, teve como objetivo principal abranger os setores de energia, transporte e educação. A forma de elaboração dele foi um pouco diferente do primeiro, pois foi resultado de um seminário socioeconômico promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A elaboração do plano se deu em decorrência de reuniões e encontros regionais as quais apontaram as deficiências estruturais na economia do estado. Dessa forma, o plano foi responsável pela implantação do Gabinete de Planejamento, o qual teria a função de formulação de políticas públicas e controle do planejamento.

Para o setor de energia, o seminário apontou que o estado possuía uma deficiência muito grande no setor elétrico, pois em 1960 dispunha de 92.531 kw de potência instalada, e se comparada com o ano de 1952 que tinha 80.000 kw de potência instalada, ou seja, em nove anos, um estado como o de Santa Catarina que estava em plena ascensão econômica, o aumento da potência instalada estava com crescimento muito baixo. Isso afetava a instalação de novas empresas, ou seja, estariam limitadas pela falta de energia, o que causaria um estrangulamento no crescimento e desenvolvimento no Estado (SCHMITZ, 1985).

No dia 21 de julho de 1961 o governador assina a Lei que autoriza a implantação do Plameg, a Lei n 2.772. Nela o orçamento que estava previsto era de dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, sendo que 28% desse valor

seria destinado ao setor de energia. Um fato interessante a ser destacado nesse plano é que seria assegurado ao Estado 51% do capital das empresas de economia mista destinadas aos serviços públicos.

Os financiamentos para o período foram do governo do estado, Eletrobrás, CEPCAN, prefeituras municipais, e particulares, além de um empréstimo adquirido pela Celesc no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Eletrobrás, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (CELESC, 1965).

Com o Plameg II, que foi imposto pela Lei 3.791 de 27 de dezembro de 1965, como continuidade do primeiro, suas metas foram pensadas para cinco anos. Dentre as propostas, estavam em pauta a melhoria dos meios administrativos; a valorização dos recursos humanos; a expansão econômica mediante o reforço da infraestrutura, dinamização do setor primário da economia, promoção de estímulos para o desenvolvimento industrial do Estado; e, a melhoria das condições sociais (SCHMITZ, 1985).

Em seguida, no ano de 1971, foi implementado o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) que perdurou até 1974, foi elaborado no governo de Colombo Machado Sales. Por ser um período de ditadura militar, esse fato está claramente traçado da seguinte forma: Poder Estadual que englobava os eixos Materiais e Espirituais. Quanto ao eixo Material tratava-se: 1) Terra; 2) Equipamento social básico; 3) Riqueza; 4) Povo e 5) Capacidades de Endividamento. E, no eixo Espiritual: 1) Instituições; 2) Valores sociais; 3) Insatisfação; 4) Atitude psicológica; 5) Espírito empresarial (gosto pelo risco); 6) Espírito de participação e 7) criatividade. Alguns pontos de estrangulamento emergenciais foram citados no plano como ordem de prioridade: o setor agrícola; do comércio exterior e, dos serviços de utilidade pública como: energia, transportes, saneamento e telecomunicações.

Com relação ao setor de energia, o plano traz um capítulo específico onde demonstra as diretrizes gerais. Um dos pontos a ser destacados é a interligação do sistema estadual de energia. Algumas diretrizes básicas foram mencionadas como: aumento da geração, transmissão, transformação, distribuição, qualidade de preço (com vistas ao incentivo ao consumo), aplicação de uma política de eletrificação no meio rural, execução de políticas de incorporação de áreas fora da concessão da Celesc, execução de política de incentivo de consumo industrial (com vistas ao

melhoramento do sistema básico local, com relação a quantidade e qualidade) (SANTA CATARINA, 1971). A Celesc aparece com maior ênfase com relação aos demais, pois foi atribuído a ela o papel da execução das intenções do plano, conforme disposto: Construção e ampliação das usinas hidroelétricas do Estado; Desenvolvimento do sistema de transmissão (com infraestrutura de alta confiabilidade); Construção e ampliação de subestações; Construção, ampliação e reforma do sistema de redes de distribuição; Manutenção e suprimento de energia de alto padrão de qualidade e Promoção da integração de todos os municípios ao sistema interligado.

O PCD apresenta a análise dos quatro anos de plano e execução das obras. Dessa forma, no setor de energia, permitiu a Celesc a adotar uma moderna capacidade operacional, apoiada na base financeira do estado. Nesse período de execução do plano houve o estabelecimento do equilíbrio tarifário; um crescimento do consumo em 135% com relação ao ano de 1970; uma média de 24% de crescimento do consumo industrial; execução de 381 km de linhas de transmissão; ampliação das redes de extensões rurais de modo que atendeu oito mil propriedades; contrato firmado com a Eletrosul para suprimento de energia (1974-1982); convênio com a Eletrobrás-Eletrosul para a utilização, por 20 anos, de 2,5% da energia gerada pela Usina de Itaipu.

No Plano de Governo (PG), pensado para os anos de 1975 até 1978, no governo de Antonio Carlos Konder Reis, o documento foi estruturado em dez capítulos dispostos nos seguintes temas: pressupostos políticos, aspectos preliminares, síntese, estratégia do desenvolvimento, estratégia do desenvolvimento econômico, estratégia do desenvolvimento social, estratégia do desenvolvimento tecnológico e proteção do meio ambiente, estratégia de ação administrativa, estratégia de administração financeira e estratégia de execução de obras e serviços (SANTA CATARINA, 1975). Este plano, diferente dos anteriores, aparece como uma carta de intenções. A Celesc entra no capítulo de estratégias de desenvolvimento social, no setor de desenvolvimento urbano, sem muitas especificações.

O Plano de Ação (PA 1979-1983) foi elaborado seguindo os moldes do PG, arriscaria dizer que não seria caracterizado como um plano de gastos, mas sim, uma carta de intenções. Ele está dividido entre o campo psicossocial que envolve: educação, habitação, saúde, saneamento, segurança, trabalho e assistência; campo

econômico que envolve: agricultura, indústria e comércio, comunicações, energia e recursos naturais, transporte; organização administrativa e do planejamento que envolve: administração organizada, desenvolvimento regional, meio ambiente e tecnologia. Por ser sem previsões de gastos, os argumentos com relação ao setor de energia elétrica estavam pautados no aumento do consumo e o comprometimento de alavancar investimentos no setor, junto ao governo federal. Algumas diretrizes foram elencadas como: facilitação do serviço de energia elétrica na zona rural; prestação de serviços na área urbana; fornecimento de energia para as indústrias; extensão de prestação de serviços de distribuição às regiões que ainda careciam desse serviço (SANTA CATARINA, 1979). Quanto a Celesc, foi mencionada que seria provida de recursos para adequação técnica e construção de alimentadores de distribuição.

Já a Carta aos Catarinenses (1984/1987) que foi elaborado ao fim da ditadura e estruturado para o governo de Esperidião Amin, o setor de energia está situado no debate de infraestrutura econômica, começa afirmando que o sistema de produção de energia do estado envolve os serviços da Eletrosul e da Celesc. Foi feito um levantamento das unidades da Celesc, onde havia 722.128 consumidores, e estava disposto da seguinte forma: 547.868 residenciais, 8.677 industriais, 63.803 comerciais, 94.365 rurais, 6.758 do poder público, 209 de iluminação pública, 442 em serviços públicos e 06 de outras empresas (SANTA CATARINA, 1982). As propostas no setor de energia, sem orçamento, estavam voltadas para: desenvolver obras e implantar equipamentos para melhorias no suprimento de energia elétrica em todas as regiões do estado; estender o programa de atendimento aos consumidores urbanos de baixa renda, ampliando prazos de pagamento; expandir o programa de eletrificação rural; consolidar a estrutura estadual apoiando as fontes catarinenses de energia e incentivar a produção de equipamentos no Estado e incentivar o uso local dos diversos recursos energéticos e promover o uso nacional do carvão mineral.

O plano seguinte, Rumo a Nova Sociedade Catarinense (1987 - 1990), foi elaborado para o mandato do governador Pedro Ivo Campos, e inicia propondo a convocação dos catarinenses a governar o seu Estado. De certa forma, o que começa a marcar os indícios de democracia, após longo período de ditadura. E ele foi dividido em estudos setoriais que englobaram os seguintes pontos: área político industrial, área social, área econômica e área de infraestrutura e ambiental. O setor de energia tem um capítulo dedicado para as diretrizes, diagnósticos e metas. Alguns pontos

foram destacados na parte de metas como: garantir o suprimento de energia adequado, promover o uso racional de energia, valorizar o potencial energético do Estado, ampliar a atuação do Estado na área energética (esse ponto caberia a ampliar o leque de atribuições, a fim de que ela atuasse em todos os quadrantes do Estado), apoiar as iniciativas particulares e preservar o meio ambiente (SANTA CATARINA, 1987). Nesse plano a Celesc passa a atuar de maneira efetiva como empresa energética, ao invés de apenas distribuidora de energia. Com um subcapítulo exclusivo levando o nome de “Fortalecimento da Celesc”, onde passou a exercer papel fundamental como empresa executiva na área energética, segundo o plano a empresa passaria a aumentar sua capacidade de geração de energia, assim como valorização do pessoal. E, com a Celesc, haveria incentivos para implantação de usinas de pequeno porte, com a assistência técnica, e a empresa estudaria a viabilidade de implantação de hidroelétricas de pequeno e médio porte de forma a aumentar seu poder de negociação nos órgãos de setor e reforçar a estrutura básica do atendimento aos consumidores. Quanto ao setor de subtransmissão, caberia a Celesc implantar subestações e linhas de transmissão.

A década de 1990 inicia com o Plano SIM (1991/1994), que foi elaborado para o mandato de Vilson Kleinüning e Antonio Carlos Konder Reis. Estava disposto em metas e diretrizes e dentre elas o setor de energia no Plano SIM (Saúde, Instrução e Moradia) aparece no índice com subtítulo “Fortalecimento da infraestrutura”, que englobava também, transporte, telecomunicações e saneamento. No setor de energia, descreve de que forma se dava a geração de energia no estado, que se dá pela termoeletricidade via complexo Jorge Lacerda (de propriedade da Eletrosul) e hidroeletricidade via pequenas centrais de propriedade da Celesc. Dessa forma, para a Celesc caberia realizar um estudo de potencial hidroelétrico do Estado, para em conjunto com a iniciativa privada, promover a construção de novas usinas. Quanto a parte de transmissão, para atender a demanda daquele período, seria necessário construir 400km de linhas de transmissão, em diversas regiões do Estado. Também, como diagnóstico, a Celesc deveria ampliar 45 de subestações já existentes e a construção de 20 novas. O plano previa a instalação de aproximadamente 120.000 postes e 10.000 transformadores, essas obras visavam o atendimento melhor ao consumidor e redução das perdas no sistema, que refletiria diretamente no acréscimo de receita para a Celesc. Um outro fator que chama a atenção nesse plano é que

estava prevista a ligação de 24.000 novos consumidores rurais, somando um total de 9.600km de redes de distribuição rural, isso seria dentro de um plano integrado com a Celesc/Cooperativas de eletrificação rural/consumidores. Outra questão que a Celesc aparece, seria na responsabilidade de distribuição de gás às indústrias, nesse período a Petrobrás estava pesquisando a plataforma submarina do litoral catarinense, onde encontrou gás natural. E, o investimento previsto para a distribuição de 1,8 milhão de metros cúbicos diários a indústrias do litoral catarinense era de 120 milhões de dólares. Uma das alternativas para atrair esse investimento seria a atração do setor privado que estaria interessado no recebimento desse gás e os acordos estariam as condicionalidades da Celesc. O último ponto tratado são os “Recursos para Investimentos”, que para a Celesc (período dos 4 anos de governo) se somariam em 560 milhões e não incluía o programa de gás natural. Sendo distribuídos de fontes: 50% de recursos próprios da Celesc e seriam obtidos em função de medidas de austeridade quanto aos gastos com despesas operacionais (seria racionalizada a compra de energia e haveria cobrança das contas mensais em atraso). E, recursos de terceiros, onde parte desses deveriam ser repassados pela Eletrobrás (que atuava como captadora de recursos externos para o setor elétrico nacional). Por último, os recursos para os programas de geração e transmissão poderiam ser obtidos diretamente pelo Banco Mundial ou Banco Interamericano de desenvolvimento, assim como, Banco do Brasil, BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), no caso de eletrificação rural, fins sociais e aquisição de equipamentos (SANTA CATARINA, 1990).

Com a eleição de Paulo Afonso em 1993, o plano Viva Santa Catarina (1994/1998), veio nos mesmos propósitos dos anteriores, sem previsão de gastos. Um dos setores que aparece a Celesc é na eletrificação para o campo, onde o plano sugere a redução dos custos e a extensão da eletrificação para todas as propriedades que ainda não haviam sido atendidas. Outra função atribuída a estatal seria elaborar projetos de Pequenas Centrais Elétricas (PCH) e seria responsável a fazer inventários para a implantação e prestando serviços de assistência técnica gratuita (nesse ponto foi elaborado uma linha de crédito específica para esse investimento) (SANTA CATARINA, 1994). Um ponto que chama atenção nesse plano é no item “Gestão Democrática das Empresas Estatais”, onde se propõe aumentar a eficiência das empresas estatais e melhorar a qualidade do serviço prestados. Esse ponto deixa

claro o quanto o governo, ao contrário dos anteriores, se propõe a reestruturar a autonomia administrativa, sugerindo um novo modelo de gestão. E, vale lembrar que nesse período grandes empresas do setor de energia, em âmbito nacional, foram privatizadas. Contudo, apesar da proposta de “mudança de modelo de gestão” sugerida no plano, a Celesc se manteve como estatal.

O novo século é inaugurado com Santa Catarina: Estado Vencedor (1999/2002), uma reunião de propostas que mostravam as intenções da campanha do Governador Esperidião Amim, trouxe o setor de energia na seguinte visão: “Adequar a matriz energética do Estado às necessidades da sociedade e da economia” (SANTA CATARINA, 1999). Entre as propostas, a Celesc aparece apenas no parágrafo onde o plano propõe desenvolver, em parceria com a ANEEL, ações de fiscalizações, a fim de cuidar dos serviços públicos de produção, transmissão, para atender as necessidades da população. Sem propostas de investimentos, amarras orçamentárias ou qualquer estímulo para o setor.

Mesmo com a frente neoliberal de Luiz Henrique da Silveira, foram implantados, dentre seus oito anos de governo, o Plano 15 e Plano 15: a mudança continua (2003/2010). Que estavam pautados nas intenções de campanha. Ambos, focados na descentralização e municipalização, estavam pautados em: Estrutura no desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, turístico, ambiental e cultural. Dentro dessas diretrizes os eixos que estavam envolvidos eram: geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e pesqueiro, tecnológico, urbano e habitação popular, educação, cultura, saúde, segurança, energia. Com o foco da pesquisa voltado aos investimentos na Celesc, identificou-se que, como essas intenções de campanha não possuíam amarras orçamentárias, conseqüentemente não apresentaram investimentos no setor (SANTA CATARINA, 2006).

Diferente do governo anterior, nos dois mandatos de Raimundo Colombo, houve diversas negociações com o governo nacional para obtenções de recursos para atender demandas da sociedade em diversas áreas. O plano chamado de Pacto Por Santa Catarina, teve uma aproximação com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), plano de governo nacional, e essa aproximação se deu via orçamento e crédito. Nesse sentido, muitos programas foram implantados nos setores social, econômico e de infraestrutura, retomando o desenvolvimento no estado catarinense. Com relação a Celesc, os seguintes investimentos foram feitos: R\$ 115 milhões para

a construção da Barragem de Botuverá (considerada de médio porte e a primeira do Brasil a ter utilização múltipla: conter as cheias e gerar energia); em São João do Sul, o governo, por meio da Celesc, se propôs instalar uma linha de transmissão que ligaria Sombrio a São João do Sul com investimentos de R\$ 14 milhões (a estrutura proposta dobraria a demanda de energia, que beneficiaria os municípios de Praia Grande e Passo de Torres); investimento de R\$ 2 milhões para o cabeamento subterrâneo de energia elétrica em Sombrio; investimento de R\$ 4 milhões para a rede subterrânea de distribuição de energia em Criciúma; investido R\$ 26,2 milhões em melhorias e ampliações de rede de distribuição de energia elétrica em todos os municípios (PACTO POR SANTA CATARINA, 2020). Esses investimentos, via plano de governo, permaneceram até 2015, após, com o golpe, não houve mais planos de governo e o comando nacional com seu ultraliberalismo, volta a falar em privatizações do setor público.

Em consonância, cabe destacar dois pontos: a concepção de Estado e Planejamento e o histórico sobre a Celesc. Algumas considerações são necessárias sobre os planos de governo do estado de Santa Catarina e a forma a como Celesc apareceu neles. Como pode ser notado, em alguns planos a Celesc não aparece de forma direta, alguns por serem ensaios de planejamento (intenções de campanha) e outros pelo próprio caráter mais conservador e/ou liberal do governo no período. Afinal, é uma estatal, e está, em boa parte, nos comandos do governo.

Abaixo no quadro 6 segue a representação das tomadas de decisões nos planos de governo estadual e a Celesc:

Quadro 6 - Planos de Governo e a Celesc

Período	Planos estadual	Características	Setor Elétrico
1955-1961	Plano de Obras e Equipamentos - POE	- Investimento em: Estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, saúde e educação; - A porcentagem de investimentos está distribuída em 45% para as estradas de rodagem, 35% para energia elétrica, 10% Agricultura e 10% para saúde e educação. - Aumento 20% dos impostos sobre vendas e consignações para o prazo de 10 anos para custeio das obras; - O plano possui relatório de investimentos e obras em andamento e concluídas.	- Criação da Celesc - Dos 35% do orçamento investido em energia, parte foi para a construção de usinas, obras na ampliação, construção, transmissão e distribuição.

1961-1965	PLAMEG I	- O Plano foi resultado do Seminário Socioeconômico promovido pela FIESC⁶ em colaboração com a CNI e CEPAL; - Marco do planejamento consolidado no Estado, com participação dos grandes industriais; - Inspirado no Plano de Metas de Juscelino; - Consolidação do crédito bancário a nível Nacional e Estadual para investimentos;	- Com a realização do seminário foi diagnosticado uma deficiência muito grande de energia para setor da indústria; - 28% do orçamento, previsto para o Plano, foi destinado para o setor energético.
1966- 1970	PLAMEG II;	- Continuação do plano anterior; - Os objetivos baseavam-se na promoção e expansão da economia e impulsionar o desenvolvimento social do Estado, - 62% das suas metas para expansão econômica, 17% para melhoria das condições sociais, 15% para valorização dos recursos humanos e 6% para melhorias no setor administrativo;	
1971- 1974	PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento	- Estava afinado com o Plano Nacional proposto por Médici; - Seguiu a mesma linha do PLAMEG I e II; - Propunha a integração regional; - Dos investimentos: 71,1% deveriam vir de fontes de terceiros e 28,9% dos recursos do tesouro; - Subdividido: 22,7% para agricultura, 21,9% para o desenvolvimento, expansão e modernização industrial, 21% transporte e 5,6% energia⁷; - Criação da TELESC.	- Capítulo exclusivo do plano enfatizando as diretrizes gerais de investimentos no setor; - Aumento da geração, transmissão, transformação, distribuição, qualidade de preço; - Celesc aparece com o papel de construção e ampliação das usinas hidroelétricas do Estado; - Desenvolvimento do sistema de transmissão, construção e ampliação de subestações; - construção, ampliação e reforma do sistema de redes de distribuição; - manutenção e suprimento de energia de alto padrão de qualidade e promoção da integração de todos os municípios ao sistema interligado.

⁶Gourlati Filho (2016, p.177)

⁷Gourlati Filho (2016, p.184)

1975 – 1978	PG– Plano de Governo	- O plano não foi estruturado em programas; - Pautado basicamente em: Econômico e Social; - Utilização de recursos externos em torno de 200 milhões de dólares; - Criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC).	- Projeto para a execução de linhas de transmissão; - Ampliação das redes de extensões rurais; - Firmado contrato com a Eletrosul para suprimento de energia (1974-1982); - Convênio com a Eletrobrás-Eletrosul para a utilização, por 20 anos, de 2,5% da energia gerada pela Usina de Itaipu.
1979 – 1982	PA – Plano de Ação	- Linha mais liberal; - Divido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento; - Não havia previsão de gastos	- Celesc seria provida de recursos para adequação técnica e construção de alimentadores de distribuição.
1983- 1987	Carta aos Catarinenses	-Caráter liberal; - Função do Estado como servir os pequenos; - Dividido em: administrativo, o social, econômico e de infraestrutura; - Sem previsão de gastos.	- Caberia a Celesc desenvolver obras e implantar equipamentos para melhorias no suprimento de energia elétrica em todas as regiões do estado; - Estender o programa de atendimento aos consumidor urbano de baixa renda; - Expandir o programa de eletrificação rural; - Uso local dos diversos recursos energéticos e promover o uso nacional do carvão mineral.
1987 – 1990	Rumo à Nova Sociedade Catarinense	- Dividido em político-institucional, social, econômica e infraestrutura e ambiental; - Descentralização do governo, no sentido democrático; - Recuperação das finanças; - Sem diretrizes orçamentárias.	- Plano com diretrizes, diagnósticos e metas para a Celesc; - Garantir o suprimento de energia adequado; -Uso do potencial energético do estado; - Subcapítulo exclusivo levando o nome de “Fortalecimento da Celesc”; - A Celesc como papel fundamental como empresa executiva na área energética
1991 - 1994	Plano SIM	- Redução do papel do Estado; - Metas: Saúde, Instrução e Moradia; - A base é o Pleno Emprego;	- Investimentos nas áreas rurais; - Vultuosos investimentos para o

		- Com diretrizes orçamentárias divididas entre: saúde, educação, moradias populares, agricultura, indústria, turismo e cultura, infraestrutura, saneamento e segurança pública;	aumento da capacidade da empresa; - Celesc e a distribuição de gás as indústrias.
1994 – 1998	Viva Santa Catarina	- O plano propõe investimento para a criação de novas oportunidades de trabalho e obtenção de renda. - Ações como: viabilização de novos negócios e serviços, apoio a novos empreendedores, apoio à micro e pequenas empresas; - Parcerias público-privada; - Não traz previsão de investimentos.	- “Gestão Democrática das Empresas Estatais”, como proposta de aumento da eficiência das empresas estatais e melhorar a qualidade do serviço prestados.
1999- 2002	Santa Catarina: Estado Vencedor	- Focado na descentralização; - Governo como parceiro e não como executor; - Diretrizes: incluir, crescer, preservar, parceria e bom-exemplo; - Sem previsão de gastos; - Eixos principais: direitos humanos e cidadania, educação, saúde, trabalho e renda, agricultura, turismo, cultura e meio-ambiente - segurança, habitação, infraestrutura e administração pública.	- Celesc propõe desenvolver, em parceria com a ANEEL, ações de fiscalizações, afim de cuidar dos serviços públicos de produção, transmissão, para atender as necessidades da população.
2003 - 2006	Plano 15	- Focado na descentralização e municipalização; - Estrutura no desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, turístico, ambiental e cultural; - Envolve eixos para investimento como: geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e pesqueiro, tecnológico, urbano e habitação popular, educação, cultura, saúde, segurança, energia. - Sem diretrizes orçamentárias previstas.	
2007- 2010	Plano15: a Mudança Continua	- Continuidade do foco a descentralização e municipalização; - Desenvolvimento econômico sustentável e geração de novas oportunidades de trabalho e renda voltada as empresas; - No caráter social propõe políticas de inclusão social; - Assim como o anterior, também não possui diretrizes orçamentárias.	
2011 – 2014 E 2015	Pacto por Santa Catarina	- Foco ainda na descentralização, porém agora com as pessoas em primeiro lugar; - Diretrizes orçamentárias; - Acompanhamento nos investimentos via <i>site</i> do governo;	- Vultosos investimentos para construção de barragens, instalação de linhas de transmissão,

		- Aproximação com o Governo Nacional;	cabeamento subterrâneo, melhorias e ampliações de rede de distribuição.
--	--	---------------------------------------	---

Fonte: SANTA CATARINA, Planos Estaduais de Governo, vários anos. *Plameg, (SCHMITZ, 1985).

A partir desta síntese, pode-se observar que nos primeiros planos o setor de energia aparecia com maior ênfase, em especial no POE, até pelo fato de ser no mesmo período de fundação da empresa e das necessidades latentes que o setor demandava. Depois a Celesc vai aparecer de forma mais tímida no PCD e PA, apenas como recurso do Estado e sem dimensões orçamentárias, o que aponta que a partir desse momento a infraestrutura elétrica é uma questão nacional. Já a Carta aos Catarinenses e Rumo ao uma Nova Sociedade Catarinense, apresentam mais as obrigações da empresa investir no Estado, não comprometendo com orçamento que essas obrigações demandariam. O Plano SIM inaugura uma nova forma de ver a empresa, no sentido de que ela é de grande valor para o desenvolvimento industrial. Elencou a necessidade de aumento na sua capacidade de produção e geração, envolveu ela na distribuição de gás, assim como propôs investimentos. Contudo, menciona a parceria privada, o que isentou a responsabilidade direta do Estado nesses investimentos e mencionou que os empréstimos seriam via bancos de desenvolvimento. Mostrou um lado conservador, porém, foi um pouco mais desenvolvimentista que o plano anterior.

Os Planos Viva Santa Catarina e Santa Catarina: Estado Vencedor mostram, também de forma tímida, as funções da Celesc para o período. Apesar de a empresa ter se mantido estatal sobrevivendo a onda das privatizações no setor de energia, o que aparece mais são as obrigações da empresa, como se o Estado fosse um regulador/fiscalizador e não investidor. O Plano 15 e sua continuidade se configura pelas características do governo do período: um governo descentralizador, com intenção de campanha e sem previsões de investimentos a longo prazo, em qualquer setor. Já o último plano, merece uma atenção mais especial, mesmo o governo do período sendo também de uma linha conservadora (no sentido de manter as tradições), ainda assim mostrou-se o mais desenvolvimentista dos últimos 20 anos.

O fato da aliança com o governo nacional e juntamente com o plano nacional que estava em vigor até o golpe (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento), configurou-se aos moldes do nacional e isso fez com que demonstrasse

o volume dos investimentos (tradicional do PAC) da Celesc para o setor de energia. e acordo com a análise realizada, verificou-se que essa reconfiguração nos moldes de governo, aproximando-o de um caráter mais desenvolvimentista, acentuou os projetos de ampliação, melhoramento e crescimento da empresa para melhor atender as demandas industriais e sociais. Contudo, após o golpe nacional, percebe-se um enfraquecimento do plano estadual (consequências da conjuntura nacional) não apresentando mais os investimentos e obras.

Esses foram alguns registros explanados no *site* do governo direcionado especificamente para as obras do plano. As pressões tucanas, a nível nacional, estavam em estado de efervescência para a privatização da Celesc, mas o conservadorismo catarinense amenizava à panos quentes. Dentre as resistências, os maiores apoiadores eram os trabalhadores. A Celesc teve uma alteração na sua configuração como estatal, como citado anteriormente, no ano de 2006, contudo as atuações do Estado via planejamento (orçamento e crédito) se intensificaram nesses anos (2011 – 2015). A partir desse período, tem-se pouca informação do ano de 2016 em diante. Devido ao golpe no comando nacional, o PAC foi se desestruturando e, com isso, também as correlações com o governo estadual por meio do plano de governo.

3 A FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTATAL CATARINENSE

A definição de sistema remete a um conjunto de instituições econômicas organizadas, interligadas, a fim de sustentar um objetivo em comum. Enquanto estatais são empresas voltadas a atender o interesse público e vinculadas à administração do Estado. O objetivo principal deste capítulo está sustentado na compreensão da formação de um sistema estatal em Santa Catarina e o papel que este sistema exerceu e ainda exerce no desenvolvimento socioeconômico do estado.

Todavia, o que antecede o sistema, Goularti Filho (2020) demarca dois períodos anteriores: unidades isoladas (1918-1948) e formação do complexo (1948-1961). Quanto à formação do Sistema, que passa a se consolidar a partir de 1975, é constituído por: alargamento da estratégia (1975-1990) e resistência conservadora (1975-2018), que prolongo, a partir do embasamento do estudo, até 2020.

É nesse sentido que ao longo do capítulo serão explanados temas como o conservadorismo das elites, o pensar desenvolvimentista; como seu comando definiu algumas estruturas que levaram ao alargamento e integração; e como a formação de estatais passou a suprir as demandas de uma indústria nascente.

3.1 UNIDADE, COMPLEXO E SISTEMA

As estatais, ao longo da história, foram cumprindo um papel no desenvolvimento socioeconômico, transitando por cada contexto de formas diferenciadas, pois conforme a complexidade da formação das estruturas a adaptação da sua função a acompanharia. E não foi diferente no caso catarinense. Para chegar a um “sistema” propriamente consolidado, as empresas se iniciaram como unidades, posteriormente, mediante as necessidades da ordem do dia, formaram um complexo que culminou num sistema.

Nesse sentido, os primeiros relatos sobre estatais no estado de Santa Catarina estavam voltados a serviços específicos como o fornecimento de água e a construção de estradas, eram estatais isoladas que o Estado administrava atendendo regiões circunscritas (GOULARTI FILHO, 2020). Ou seja, no que antecede 1950, concentravam-se no setor de transporte (Estrada de Ferro Santa Catarina, Companhia

de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy - Blumenau e Companhia do Porto de São Francisco).

Já no setor de energia, a primeira empresa privada a ser encapada pelo Estado foi a Companhia de Luz e Força de Florianópolis que, mais tarde, viria a ser incorporada pela Celesc. No caso da Empresul, que também foi incorporada pela Celesc, foi uma empresa de capital estrangeiro, expropriada pelo governo federal em 1948 e repassada para o governo catarinense. A empresa estava localizada na cidade de Joinville e atuava, também, na telefonia (MORAES, 2019).

Essas empresas demonstram os primeiros sinais de que o Estado passou a assumir de forma isolada voltadas para setores estratégicos da economia, como energia, água, construção de estradas. No início do século XX, o estado já havia dado os primeiros passos para o que mais tarde viriam a ser setores determinantes para o desenvolvimento da economia catarinense. No caso da Companhia Luz e Força de Florianópolis, criada em 1910 e comandada pelo setor privado, em 1918 foi encampada pelo Estado. Na verdade, essa empresa passou por alguns processos transitórios até se consolidar como uma estatal. De 1924 a 1935 ela volta para o setor privado e não obtendo a eficiência esperada, devido à crescente demanda, voltou às mãos do Estado em 1935. Devido à Segunda Guerra o governo decide encampar empresas de capital estrangeiro, em especial de administração alemã, mediante o Decreto Lei nº 4.166 de 11 de março de 1942, que dispunha “devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil”. Um outro exemplo foi a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (a EMPRESUL), ela estava instalada em 1929 em Joinville e era administrada pela AEG (*Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft*), empresa também alemã e que abrangeu a administração da telefonia em 1931. Esse fato foi relevante no que se refere ao aprimoramento da capacidade técnica na expansão dos serviços da administração estadual (MORAES, 2019)

O setor voltado ao saneamento e distribuição de água potável também foi pioneiro nas decisões de comando estatal e de bicas para abastecimento nas principais cidades até a criação da Inspetoria de Água e Esgoto em 1918, o primeiro passo de uma organização que viria a se estender para todo estado, em meados da década de 1970. Outras duas companhias de relevância para o desenvolvimento e ligação de regiões foram a Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) e a Companhia

de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy-Blumenau, que via comando nacional e decreto estadual foram encampadas pelo Estado.

Já o Porto de São Francisco foi outro exemplo de que o setor privado não conseguia sustentar obras estratégicas e de cunho comercial, o que levou, mais uma vez, o conservadorismo das elites governamentais expropriar e assumir as obras em 1941. Nesse primeiro momento, setores estratégicos como: água, energia, telefonia, transporte, já estavam sendo indexados para a formação de uma ossatura material sob comando estatal. Essa ossatura toma maior consistência a partir de 1955 onde as decisões governamentais despontam para uma teia de segmentos estratégicos que ficam sob o comando do estado.

Todas as empresas citadas acima eram pontos norteadores e difusores do desenvolvimento socioeconômico e os governos, tanto federal quanto estadual, asseguraram os setores estratégicos e que impulsionavam a economia.

As estatais, apresentadas pelo Quadro 7, representam uma parte da história do desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina por meio da criação e encampação de empresas e órgãos estatais. Esse processo de criação de empresas e órgãos estatais é uma das formas que o Estado tem de exercer sua função de intervenção na economia, com o intuito de garantir o atendimento de necessidades sociais que não seriam atendidas pelo mercado, além de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, mediante os investimentos em infraestrutura.

Quadro 7 - Estatais e sua fundação

EMPRESAS E ÓRGÃOS ESTADUAL	FUNDAÇÃO	LEIS E OBSERVAÇÕES
Companhia de Luz e Força de Florianópolis	1910	Encampada pelo governo estadual em 1918
Inspetoria de Água e Esgoto	1918	Lei Estadual nº 1.235, de 1º de novembro de 1918
Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC)	1921	Decreto nº 15.152, de 2 de dezembro 1921 (encampada)
Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy-Blumenau	1921	Decreto nº 15.152, de 2 de dezembro 1921 (encampada)
Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (EMPRESUL)	1929	Lei nº 290, de 15 de junho de 1948
Companhia Porto de São Francisco	1941	Decreto nº 6.912, de 1º de março de 1941
Centrais elétricas de Santa Catarina SA (CELESC)	1955	Decreto nº 22, de 9 de dezembro de 1955
Serviço de água e esgoto (SAE)	1955	Decreto nº 469, de 18 de janeiro de 1955

Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS)	1955	Lei Estadual nº 1.404, de 24 de novembro de 1955
Empresa Força e Luz de Florianópolis SA (ELFA)	1956	Lei Estadual nº 1.424, de 24 de janeiro de 1956
Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Santa Catarina (CAGESC)	1956	Lei Estadual nº 1.431, de 27 de janeiro de 1956
Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC)	1956	Lei nº 2.977, de 23 de dezembro de 1961
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina SA (BDE)	1961	Lei Estadual 2.719, de 27 de maio de 1961
Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL)	1961	Lei nº 744, de 17 de agosto de 1961
Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES)	1962	Lei Estadual nº 3.058, de 20 de maio de 1962
Departamento Estadual de Obras e Saneamento (DEOS)	1962	Lei Estadual nº 3.092, de 18 de setembro de 1962
Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (BESC)	1962	Lei nº 2.719 de 27 de maio de 1961
Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC)	1963	Lei Estadual nº 3.390 de 1963
Companhia de Habitação Popular (COHAB/SC)	1965	Lei Estadual nº 3.698, de 12 de julho de 1965
Caixa Econômica de Santa Catarina	1968	Lei Estadual nº 4.222, de 23 de setembro de 1968
Companhia Catarinense de Telecomunicações SA (COTESC)	1969	Lei Estadual nº 4.299, de 17 de abril de 1969
Centro de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina SA (CPDESC)	1969	Lei Estadual nº 4.384, de 7 de novembro de 1969
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1970	Lei Estadual nº 4.547, de 31 de dezembro de 1970
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina SA (BADESC)	1973	Lei Estadual nº 4.950, de 8 de novembro de 1973
Eletificação Rural de Santa Catarina SA (ERUSC)	1973	Lei nº 4.824, de 15 de janeiro de 1973
Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária tele(EMPASC)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, a Reforma Administrativa
Empresa Catarinense de Extensão e Assistência Técnica Rural (EMCATER)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, a Reforma Administrativa
Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina (CODESC)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, a Reforma Administrativa
Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina (PRODASC)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, a Reforma Administrativa
Companhia Catarinense de Conservação e Industrialização de Produtos Agrícolas (CIPASC)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, a Reforma Administrativa
Companhia Catarinense de Comércio e Armazenamento (COCAR)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, Reforma Administrativa
Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense (CODISC)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, Reforma Administrativa
Companhia de Desenvolvimento do Oeste Catarinense (CODOESTE)	1975	Lei Estadual nº 5.089, de 30 de abril, Reforma Administrativa
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA)	1976	
Companhia de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catarina (CITUR),	1978	Decreto nº 6.101, de 14 de novembro de 1978
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	1979	Reforma de 1979
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)	1991	

Companhia de Gás de Santa Catarina - SC Gás	1994	Lei Estadual nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993
SCParceiras	2005	Lei Estadual nº 13.335, de 28 de fevereiro de 2005)

Fonte: Leis Estaduais (ALESC), 2022.

O quadro acima aponta as formas como Estado foi assumindo o comando das esferas de desenvolvimento econômico e social, mediante a criação, ou mesmo, encapamento dessas empresas. Nesse sentido, pode-se observar um segundo momento nesse contexto: a formação de um complexo.

Com relação a formação de um complexo estatal no estado de Santa Catarina se funda a partir dos anos de 1948, quando a demanda por elementos de sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico pressionavam por ações políticas.

As exigências emanadas pelo crescimento, ampliação e diversificação da base produtiva, aumentavam ao adentrar nos anos de 1950. A planificação do Estado e os investimentos nas camadas geoeconômicas passaram a ser a solução para sanar as deficiências no transporte, energia, comunicação e abastecimento de água. Nesse período foi criada a CEE (Comissão Estadual de Energia), em 1951, a partir do amadurecimento da comissão, foi criada a Celesc em 1955, como Holding, passou a exercer o papel de complexo de estatais no âmbito de energia elétrica. No mesmo ano, foi criado a SAE, no abastecimento e saneamento de água e esgoto, com intuito de expandir o serviço no estado.

No segundo momento da formação dos complexos adentra o período de desenvolvimentismo planejado, onde a presença do Estado passa a ganhar força a partir dos planos de governo. A partir de então, outros pontos são inseridos na robustez do complexo: financeiro, pesquisa agropecuária, telecomunicação. E assim a formação de um sistema começa a tomar forma. E, conforme Goularti Filho (2020, p. 12) “o padrão que movia a economia catarinense estava centrado no Estado”, pois financiava o complexo e, por meio de bancos de fomento, o capital privado, o rural e industrial bebendo dessa fonte.

Como resultado do desenvolvimentismo conservador, o estado catarinense possui estatais e autarquias que englobam setores diferenciados como: ARESC (Agência de Regulação de Serviços Públicos em Santa Catarina), instituída em 2015, a autarquia que tem como função fiscalizar e orientar os serviços públicos, ao qual

assegura a prestação de serviços de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais e saneamento básico do estado; o Badesc (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.). o qual foi fundado em 1973 na reforma administrativa, sendo que no ano de 1999 foi transformado em banco de fomento; a Ceasa (Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S. A.), fundada em 1976, é responsável pelo abastecimento hortifrutigranjeiro e demais produtos alimentícios e também está vinculada com à Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca (SAR); o Cepa (Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola), que foi criado e incorporado pela Epagri, em 2005, porém advém de outro projeto criado em 1975, na atualidade, é especializado em informação e planejamento para o desenvolvimento agrícola, florestal e pesqueiro; o Ciasc (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.) que nasce com o Prodasc (Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina) em 1975, ao qual sua competência funcional atual compete padrões de tecnologia da informação e governança eletrônica aos órgãos e às entidades de administração pública estadual; a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), concessionária do setor de saneamento, é de economia mista e capital aberto; a Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), criada em 1979 e tornada empresa pública em 2005, responsável por executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, a partir da inspeção industrial a e sanitária de produtos de origem animal; o Detran (Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina), responsável pelo registro, licenciamento, emplacamento de veículos, concessão de habilitação de motorista e fiscalização de trânsito; Epagri (Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) criada em 1991, resultado da fusão Empasc e Acarpesc (a Cepa foi incorporada em 2005 e na atualidade é responsável pela pesquisa, extensão rural e pesqueira); a Santur, que é resultante da Deatur (Departamento Autônomo de Turismo) de 1968 em conjunto com a Besc Empreendimentos e Turismo S.A. (que posterior foi transformada em Turesc) em 1977 a Turesc e Citur/Rodofeira de Balneário Camboriú, passa a se chamar Cirtur (Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina) e finalmente em 1987 muda o nome para Santur (Santa Catarina Turismo S.A.) que é o pilar do turismo econômico do estado responsável pelo mapeamento, promoção e inovação no turismo). A lista de empresas e órgãos estatais do quadro mostra como o governo estadual de Santa Catarina atuou

no desenvolvimento de diversos setores da economia do estado, muitas vezes por meio de empresas públicas.

Nesse contexto, a Celesc, comandava o complexo elétrico catarinense, formado pelas unidades de geração, distribuição e transmissão que, na sua totalidade formavam as estruturas de circulação de energia. Ao final da década de 1980, o sistema já estava formado. As diversas esferas do desenvolvimento estavam arraigadas no alto comando.

E por uma alçada estratégica a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.), foi criada em 1994, com a finalidade de levar gás natural para a indústria. Que viria fazer parte desse “sistema”.

Contudo os “bons ventos” desenvolvimentistas passariam a ser limitados pelo encarecimento dos financiamentos nacionais. Entretanto, o estado catarinense no âmbito do governo estadual sempre manteve seu caráter conservador, ao qual sempre buscou manter essas estruturas. Não apenas estruturas de poder, mas também, uma linha de pensar o desenvolvimento do estado. Os poderes exercidos pelos governadores oscilavam entre poderes voltados a ligações com a indústria e, em outros momentos, ao agronegócio. E, o desenvolvimentismo do estado está entrelaçado com a forma com os governos agiam para alargar e integrar a economia. Quando se trata de alargar e integrar a economia a ação do Estado é determinante, em especial, para suprir demandas que o setor privado se esquivava, no caso de vultuosos investimentos e retorno a longo prazo.

3.2 PACTO DE PODER

O Pacto Poder no Estado catarinense se dá pela condensação das relações, pois para que o desenvolvimento fosse pensado seria necessária uma organização política alinhada com as demandas do setor industrial nascente. Medianizados e inseridos pela política nacional, os planos de governo nortearam o pensamento desenvolvimentista. A sistematização do pacto, também pode ser observado nas alianças políticas e cargos públicos, ao qual não foi diferente na Celesc.

Nessa relação, ao tratar do processo embrionário da formação de um sistema estatal, coube a política catarinense manter um pensar desenvolvimentista

alinhado as permanências das suas estruturas. Para isso foi necessário planejar os investimentos, acompanhando a nuances do âmbito nacional.

Considerando o marco dos planos de governo o “POE” articulado pelo governo de Irineu Bornhausen, que então pertencia a UDN (1951-1956), inicia com investimentos aos principais pontos de estrangulamento da economia: estradas e energia elétrica. Quanto as questões políticas, o governador já havia exercido outros cargos políticos anteriormente articulado com a família tradicional política dos Konder, aos quais, também, pertenciam a UDN (União Democrática Nacional). Um dos seus principais atos nos eu mandato foi a criação das Centrais Elétricas de Santa Catarina, que inicia como *Holding* e mais tarde se consolida como estatal.

Em seguida, assume Jorge Lacerda pelo PRP (Partido de Representação Popular) em coligação com a UDN, possuía antecedentes em cargos políticos, participou do Plano Nacional do Carvão, que vem a culminar na SOTELCA (Sociedade Termoelétrica de Capivari) em 1957. Seu mandato foi apenas de dois anos devido acidente de avião que levava a óbito, mandato finalizado por Heriberto Hulse (ALESC, 2022a). Quanto a Celso Ramos (1961-1965), pecuarista de Lages (Região Serrana do estado), foi um dos fundadores do PSD (Partido Social Democrático), irmão de Nereu Ramos, implantou o Plameg (Plano de Metas do Governo), no seu governo, com relação às estatais, foram criados o BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado), BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina) , o DAES (Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária) e o DEOS (Departamento Estadual de Obras e Saneamento) e a Companhia de Habitação Popular (COAHB), setores que abarcavam o crédito, saneamento e habitação, projetos que estavam estruturados no seu plano de governo e, posteriormente, foi Senador da República (ALESC, 2022b).

No governo seguinte, de Ivo Silveira (1966-1971), inicia sua carreira política no PSD e, após o bipartidarismo, torna-se Arena, foi promotor público e prefeito da cidade de Palhoça (SC), quatro vezes deputado estadual, dá continuidade ao Plameg, cria a COTESC (Companhia Catarinense de Telecomunicações), Centro de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina SA (CPDESC), Caixa Econômica de Santa Catarina (CESC) e foi secretário de Negócios da Fazenda em 1982 (ALESC, 2022c). Com Colombo Machado Salles (Arena), que já havia sido engenheiro do Ministério de Viação de Obras Públicas, Superintendente da

Administração do Porto de Laguna, Secretário Executivo do Plameg II, assume o governo do estado (1971-1975) por indicação do governo militar nacional, no seu governo foi criada a CASAN (Companhia de Águas e Saneamento), após o final do mandato, retoma as atividades no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) (ALESC, 2022d).

Seguindo uma sucessão de partidos da Arena, de uma linhagem política, já havia sido, duas vezes, Deputado Estadual pela UDN, chefe do Gabinete da Agricultura, Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), em seu mandato como governador criou o BADESC (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina), a ERUSC (Eletrificação Rural de Santa Catarina), na reforma administrativa de 1975 ele assina a criação: EMPASC, EMCATUR, CODESC, PRODASC, CIPASC, COCAR, CODISC, CODOESTE (ver quadro 1) e após, foi mais duas vezes Deputado Federal, uma vez pelo PDS (Partido Democrático Social) e outra pelo PFL (Partido da Frente Liberal) e vice governador pelo PDS (em coligação com o PFL) em 1990 (ALESC, 2022e). Em 1979, assume Jorge Bornhausen, também da Arena, filho de Irineu Bornhausen, irmão de Paulo Konder Bornhausen (político), sobrinho e primo da linhagem Konder da política catarinense, foi um dos fundadores da Arena, nomeado pelo seu tio Antônio Carlos Konder Reis, foi presidente do BESC (1975 -1978), e fica no cargo de governador até 1979, no seu governo foram criadas O CEASA, CIDASC e CITUR. Após seu mandato como governador foi Senador pelo PDS e pelo PFL duas vezes, ao qual foi um dos fundadores, Ministro da Educação, Ministro-Chefe da Secretaria do Governo, Embaixador Brasil – Portugal (ALESC, 2022f).

Em 1983 assume Esperidião Amin Helou Filho (1983-1987) pelo PDS, que posteriormente, em 1999 à 2003 pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro, ao qual foi o primeiro presidente). A vida de Amin é marcada pela política, sendo casado com Ângela Amin (três vezes Deputada Federal, Prefeita e Vereadora) e seu filho João (Vereador e Vice-Prefeito), tem uma trajetória marcante na política catarinense, pois foi Diretor da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (por dois governos), foi assessor de Organizações e Métodos da TELESC, Diretor Financeiro do BADESC, prefeito de Florianópolis (ARENA), duas três vezes Deputado Federal, foi secretário de Estado de Transporte e Obras, duas vezes Senador pelo PDS e uma pelo PP (Partido Progressista. Após, no ano de 1987, assume Pedro Ivo Campos (1987-1990), foi Deputado Estadual (MDB), prefeito, Deputado Federal, Presidente da TELESC, no

seu mandato como governador, quadruplicou a capacidade do CIASC (ALESC, 2022g).

Ao inaugurar os anos de 1990 e o liberalismo econômico, Vilson Kleinubing (1991-1994) assume o governo do estado pelo PFL (Partido da Frente Liberal), foi Analista de Sistemas, Assessor da Diretoria, Chefe do Departamento de Processamento de Dados e Diretos de Distribuição na CELESC, Deputado Federal (PDS), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado, prefeito de Blumenau e Senador (ALESC, 2022h), finaliza seu mandato como governador, em 1994, criando a SC Gás, na contramão da ordem do dia.

Paulo Afonso Vieira (1995 -1999), pelo PMDB, foi o único governador sem muitos históricos políticos, passou pelas turbulências privatistas da ordem nacional, contudo manteve as estruturas. Após foi Deputado Federal e Diretor de Gestão Administrativa e Financeira e Diretor Administrativo da Eletrosul Centrais Elétricas S. A (ALESC, 2022i). O próximo na linhagem de governador foi o Amin e posterior Luiz Henrique da Silveira (PMDB), por dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010), também de caráter conservador, já tinha histórico político na sua família, foi Deputado Estadual (MDB), prefeito de Joinville duas vezes, quatro vezes Deputado Federal (PMDB), Ministro da Ciência e Tecnologia e Senador (ALESC, 2022j). Quando as questões estatais, não houve grandes avanços, contudo, foram períodos de descentralização e criação de secretarias, o que o governo defendia como descentralizar o poder criando secretarias, pode-se dizer, que é o Estado chegando em todos os setores e em todas as partes.

Raimundo Colombo por dois mandatos seguidos (2011-2015 e 2015-2018, pelo DEM), já citado em outros estudos, também de viés político conservador, continuou conservando as estruturas alinhando-se ao governo Federal e criando um Plano de Governo de grandes investimentos, o Pacto por Santa Catarina. Na sua carreira, foi Secretário de Estado, Diretor Administrativo da TELESC, Presidente da CELESC e CASAN, Prefeito de Lages por três vezes, Senador (PFL) e Secretário do Estado do Desenvolvimento Social (ALESC, 2022k). E, novamente, nas eleições de 2018, inauguramos uma nova era no governo nacional, voltada ao instinto Ultra Liberal (sem muitas organizações) e apesar de estarmos inseridos no conjunto nacional, o ex-governador, Carlos Moisés do Republicanos (2019 – 2022), manteve as estruturas

estatais, sem muitas alterações, indo na contramão dos discursos ultraliberal do governo nacional.

A trajetória dos planos remete os investimentos como um todo, para então, entender as condicionalidades as quais as estatais estavam imersas, assim como impulsos para criá-las e mantê-las.

Concomitante, o sistema de estatal no estado foi formado por um conjunto de empresas que satisfizeram as demandas, em especial, na industrialização (no processo de alargamento da indústria), um papel fundamental de ligação e sustentação. No que antecede a formação do sistema em si, podemos denominar a essas decisões governamentais de ensaios de um desenvolvimentismo no estado, o que mais tarde se consolida num desenvolvimentismo de caráter conservador. Essa denominação de conservador desponta das oligarquias que fazem parte da história política dos governos catarinenses, que descendem de interesses industriais e perpetuam oscilando entre as maiores forças políticas. O estado, como condensador de contradições, condensou, também, essas forças em prol de um objetivo em comum para as elites: o desenvolvimentismo. E no que antecede o sistema, a estatização de alguns serviços foi tímida e de repasses devido a insuficiência de investimentos do setor privado, porém fundamental para a força motriz da industrialização.

Quanto à política catarinense, essa foi marcada por sucessões que mantiveram heranças políticas. Nos cargos políticos, como é possível observar, há, em boa parte dos casos, uma linhagem de heranças políticas que foram se estruturando e mantendo-se. No caso de se manter nas estruturas, seja em outros cargos políticos transitando de um lado para o outro como se fosse uma “dança de cadeiras” e o pensamento desenvolvimentista, como música de fundo, vai se mantendo, só que neste caso, as cadeiras não são retiradas, mas apenas alternadas, entre cargos políticos e públicos. Dessa forma, o quadro 8 a seguir representa os laços familiares dos governadores de Santa Catarina, desde a constituição da Celesc até 2022., conforme se observa:

Quadro 8 - Laços Políticos dos Governadores de Santa Catarina

Histórico Familiar Político dos Governadores	
Irineu Bornhausen	Pai de Paulo Konder Bornhausen ⁸ e Jorge Konder Bornhausen ⁹ , avô de Paulo Bornhausen ¹⁰ .
Jorge Lacerda	
Heriberto Hulse	Pai de Rui Hülse ¹¹ e tio de José Hülse ¹²
Celso Ramos	Filho de Vidal Ramos ¹³ , irmão de Nereu Ramos ¹⁴ , Hugo Ramos, Joaquim F. Ramos, pai de Celso Ramos Filho.
Ivo Silveira	Pai de Renato Silveira ¹⁵
Colombo Salles	Primo de Lauro Muller ¹⁶ e de Felipe Schmidt ¹⁷
Carlos Antonio Konder Reis	Sobrinho de Adolfo Konder ¹⁸ , Vitor Konder ¹⁹ , Irineu Bornhausen, Marcos Konder ²⁰ .
Jorge Bornhausen	Filho de Irineu Bornhausen, irmão de Paulo Konder Bornhausen e pai de Paulo Bornhausen.
Henrique Córdova	
Esperidião Amin	Esposo de Ângela Amin ²¹ , pai de João Amin ²²
Pedro Ivo Campos	
Casildo Maldaner	Irmão de Celso Maldaner ²³
Vilson Kleinübing	Pai de João Paulo Kleinübing ²⁴
Paulo Afonso Vieira	Filho de Eugenio Doin Vieira ²⁵
Luiz Henrique da Silveira	Tataraneto de Luís Maurício da Silveira ²⁶ , esposo de Ivete Marli Appel da Silveira ²⁷
Eduardo Moreira	
Leonel Pavan	Pai de Juliana Pavan ²⁸
Raimundo Colombo	

⁸ Deputado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Vice-Governador do Estado catarinense;

⁹ Senador da República e Governador de Santa Catarina;

¹⁰ Deputado Estadual, três vezes Deputado Federal e Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina;

¹¹ elegeu-se três vezes Deputado Estadual, assumiu o cargo de Governador do Estado catarinense por 11 dias em 1960 (durante o governo do seu pai), prefeito de Criciúma.

¹² Deputado Estadual, Prefeito de Criciúma, vice-governador;

¹³ Superintendente de Lages; Deputado Provincial; Deputado Constituinte; Deputado Geral; Governador; Deputado Federal e Senador por Santa Catarina.

¹⁴ Dentre os destaques da carreira política exerceu a presidência do Brasil.

¹⁵ Deputado Estadual.

¹⁶ Primeiro governador de Santa Catarina, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Ministro das Relações Exteriores

¹⁷ Governador, Deputado Federal e Senador.

¹⁸ Deputado Federal, Senador e Governador;

¹⁹ Ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, Deputado Federal e Estadual.

²⁰ Prefeito e Vereador em Itajaí, Deputado Constituinte e Deputado Estadual.

²¹ Vereadora de Florianópolis, Prefeita de Florianópolis, Deputada Federal.

²² Vereador e vice-prefeito de Florianópolis, Deputado Estadual.

²³ Três vezes prefeito de Maravilha e quatro vezes Deputado Federal.

²⁴ Foi Prefeito de Blumenau, Deputado Estadual e Deputado Federal.

²⁵ Foi Secretário de Estado da Fazenda, no governo de Celso Ramos, e Presidente do Conselho Administrativo do BADESC, Vice-Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Estado e Deputado Federal.

²⁶ Governador da Capitania de Santa Catarina.

²⁷ Primeiro suplente do Senador Jorginho Mello (PR), eleito no pleito de 2018.

²⁸ Vereadora de Balneário Camboriú.

Carlos Moisés	
---------------	--

Fonte: Memória política de Santa Catarina, ALESC (2023).

É possível observar que muitos desses governadores têm relações familiares com outras figuras importantes da política nacional. No caso de Irineu Bornhausen foi pai de Paulo Konder Bornhausen e Jorge Konder Bornhausen, além de ser avô de Paulo Bornhausen, que também se envolveu com a política. Jorge Lacerda e Heriberto Hulse também tiveram familiares que se destacaram na política, como Rui Hülse e José Hülse (ALESC, 2023a).

Celso Ramos era filho de Vidal Ramos e irmão de Nereu Ramos, Hugo Ramos e Joaquim F. Ramos, que também foram políticos. Além disso, ele foi pai de Celso Ramos Filho, que também atuou na política catarinense. Outros governadores têm parentesco com figuras importantes da política brasileira, como Colombo Salles, que era primo de Lauro Muller e Felipe Schmidt. Carlos Antônio Konder Reis era sobrinho de Adolfo Konder, Vitor Konder, Irineu Bornhausen e Marcos Konder, todos políticos influentes em Santa Catarina (ALESC, 2023b).

Vilson Kleinubing, por sua vez, era pai de João Paulo Kleinübing, que também se envolveu com a política. Luiz Henrique da Silveira era tataraneto de Luís Maurício da Silveira e esposo de Ivete Marli Appel da Silveira (ALESC, 2022h). Ou seja, muitos desses governadores provêm de famílias com tradição política, o que indica a existência de uma elite política em Santa Catarina. Essa elite pode ter influenciado a política local e nacional ao longo do tempo, criando laços de poder que se estendem por várias gerações.

Dentro da história da política catarinense há uma linha de sucessão, uma genética política que transita sobre os poderes do Estado. Pode-se dizer que essa rede formada por “familiares”, de certa forma, mantém a continuidade das estruturas. Além dessa herança de gestão passada de pais para filhos, sobrinhos, cônjuges, tios e afins, há também as alianças de confiança estabelecidas, as quais podem ser representadas pela administração dos cargos públicos. Dessa forma, pode-se observar como o sistema foi comandado e como a teia de interesses foi formada.

Os governadores catarinenses, com o seu legado de planos de governo, criaram condições favoráveis para a criação de estatais que, suprimindo as demandas remanescentes, resultariam num sistema. No quadro abaixo, datada da formação da

Celesc até 2022, estão os governadores, os órgãos e empresas estatais que foram sendo autorizadas a funcionar nos seus mantados, assim como, os cargos que as figuras políticas exerceram durante sua carreira. Segue abaixo:

Quadro 9 - Ocupação de Cargos e Criação de Órgãos Públicos

Governadores	Cargos Exercidos no Setor Público	Órgãos Públicos Criados
Irineu Bornhausen	Banco Inco	ACARESC ²⁹ , CELESC
Jorge Lacerda	chefe do IPASE ³⁰	IEE ³¹
Heriberto Hulse	Caixa Econômica federal ³² , Companhia Siderúrgica Nacional	
Celso Ramos	Presidente da FIESC	FIESC ³³ , SESI ³⁴ , SENAI ³⁵ , BESC ³⁶ , BRDE ³⁷ , CODESUL ³⁸ , ERUSC ³⁹ , FUNDESC ⁴⁰ , IRASC ⁴¹ , Secretaria dos Negócios do Oeste, UDESC ⁴²
Ivo Silveira		Caixa Econômica de Santa Catarina, Cotesc ⁴³ , CPDESC ⁴⁴ .
Colombo Salles	Adjunto de Promotor Público ⁴⁵ , Delegado Adjunto da Delegacia da Ordem Política e Social, Consultor Jurídico do Estado, presidente do Condesul ⁴⁶ , Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul e Secretário de Negócios da Fazenda do Governo. Foi Secretário Executivo do II Plano de Metas do Governo.	CASAN ⁴⁷ e TELESC ⁴⁸
Carlos Antônio Konder Reis	Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, da Divisão de Estudos de Economia	

²⁹ Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina,

³⁰ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

³¹ Instituto Estadual de Educação.

³² Em Santa Catarina.

³³ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

³⁴ Serviço Social da Indústria.

³⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

³⁶ Banco do Estado de Santa Catarina.

³⁷ Banco Regional de Desenvolvimento

³⁸ Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.

³⁹ Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina.

⁴⁰ Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

⁴¹ Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina.

⁴² Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina.

⁴³ Companhia Catarinense de Telecomunicações S.A.

⁴⁴ Centro de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina S.A.

⁴⁵ Nomeado por Nereu Ramos.

⁴⁶ Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.

⁴⁷ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

⁴⁸ Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

	Florestal e Secretário Extraordinário para a Reconstrução de Santa Catarina.	BADESC ⁴⁹ , ERUSC ⁵⁰ , FATMA ⁵¹ , PRODASC ⁵²
Jorge Bornhausen	Presidente do Banco INCO e BESC.	
Henrique Córdova	Secretário da Fundação Milton Campos e Diretor de Operações Diversas da Caixa Econômica Federal.	
Esperidião Amin	Secretário interino da Educação e Cultura, Assessor de Organização e Métodos da TELESC, Diretor Financeiro do BADESC.	
Pedro Ivo Campos	Foi presidente da TELESC	
Casildo Maldaner	Foi Presidente, Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos e Diretor Financeiro do BRDE	
Vilson Kleinubing	Foi Analista de Sistemas, Assessor da Diretoria; Chefe do Departamento de Processamento de Dados e Diretor de Distribuição. CELESC	SC Gás
Paulo Afonso Vieira	Diretor de Gestão Administrativa e Diretor Administrativo da ELETROSUL	
Luiz Henrique da Silveira	Ministro da Ciência e Tecnologia.	
Eduardo Moreira	Secretário da Casa Civil de Santa Catarina, Presidente da Celesc, GENESC ⁵³ e CTIC ⁵⁴ .	
Raimundo Colombo	Presidente da CELESC e CASAN, Diretor da TELESC, Supervisor do Governo de Santa Catarina no Planalto Serrano, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social.	
Carlos Moisés	Coordenador Regional de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e Assessor Técnico da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.	

Fonte: Da autora, 2023 (memória política, ALESC, 2023).

⁴⁹ Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

⁵⁰ Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina.

⁵¹ Criação da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente.

⁵² Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina.

⁵³ Grupo Executivo de Energia do Estado de Santa Catarina.

⁵⁴ Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Essas informações sobre os cargos exercidos pelos governadores de Santa Catarina no setor público, bem como os órgãos públicos criados durante seus mandatos, demonstram como o tradicionalismo político está arraigado na política do estado.

No caso de Irineu Bornhausen, chefe do Banco Inco (não era estatal, mas foi um banco voltado para o desenvolvimento da indústria) e teve participação na criação da ACARESC. Jorge Lacerda foi chefe do IPASE e participou da criação da Sotelca, IEE e UFSC. Heriberto Hulse atuou na Caixa Econômica Federal e na Companhia Siderúrgica Nacional.

Celso Ramos, por sua vez, foi presidente da FIESC e participou da criação de diversos órgãos públicos, como SESI, SENAI, BESC, BRDE, CODESUL, ERUSC, FUNDESC, IRASC, Secretaria dos Negócios do Oeste e UDESC. Ivo Silveira atuou na Caixa Econômica de Santa Catarina, Cotesc e CPDESC. Colombo Salles exerceu diversos cargos públicos, como adjunto de Promotor Público, Delegado Adjunto da Delegacia da Ordem Política e Social, Consultor Jurídico do Estado, presidente do Condesul, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul e Secretário de Negócios da Fazenda do Governo. Foi Secretário Executivo do II Plano de Metas do Governo e participou da criação da CASAN e TELESC.

Carlos Antônio Konder Reis foi chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, da Divisão de Estudos de Economia Florestal e Secretário Extraordinário para a Reconstrução de Santa Catarina, além de ter participado da criação do BADESC, ERUSC e FATMA. Jorge Bornhausen foi presidente do Banco INCO e BESC. Henrique Córdova foi Secretário da Fundação Milton Campos e Diretor de Operações Diversas da Caixa Econômica Federal. Esperidião Amin atuou como Secretário interino da Educação e Cultura, Assessor de Organização e Métodos da TELESC, Diretor Financeiro do BADESC. Pedro Ivo Campos foi presidente da TELESC. Casildo Maldaner foi Presidente, Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos e Diretor Financeiro do BRDE. Vilson Kleinubing trabalhou como Analista de Sistemas, Assessor da Diretoria, Chefe do Departamento de Processamento de Dados e Diretor de Distribuição na CELESC, além de ter participado da criação da SC Gás.

Paulo Afonso Vieira atuou como Diretor de Gestão Administrativa e Diretor Administrativo da ELETROSUL. Luiz Henrique da Silveira foi Ministro da Ciência e

Tecnologia. Eduardo Moreira foi Secretário da Casa Civil de Santa Catarina, Presidente da Celesc, GENESC e CTIC. Raimundo Colombo foi Presidente da CELESC e CASAN, Diretor da TELESC, Supervisor do Governo de Santa Catarina no Planalto Serrano e Secretário de Estado do Desenvolvimento Social. Carlos Moisés atuou como Coordenador Regional de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e Assessor Técnico da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

Esse “Sistema” se alicerça em diversos pontos como a energia, o saneamento, o crédito, a telecomunicação. Àqueles que o sistema privado demanda, mas não investe, que utiliza, mas não mantém, pois os vultuosos investimentos retornam apenas à longo prazo, retroalimentam-se e necessitam de constantes investimentos, pois a acumulação pela acumulação é uma espiral ascendente e para mantê-la é necessário sustentar o Sistema. Não há uma ruptura quando pensamos no desenvolvimentismo do estado, pois as estratégias são condensadas em planos, como se fosse uma herança, passando do velho para o novo, com uma ordem do dia “o público também é nosso”. E se o público é nosso, então as alternâncias de cargos também se perpetuam, mesmo que existam pequenas rupturas partidárias. Digo pequenas, pois sempre permanecem partidos mais conservadores, arriscaria dizer, conservadores das estruturas públicas, que sobreviveram os anos 1990 mantendo e criando estatais.

Com relação aos presidentes das estatais, são, comumente, nomeados pelo governo, alicerçados pelo Pacto, e com a Celesc não foi diferente. Abaixo, no quadro 11, pode-se observar essa relação:

Quadro 10 - Presidentes da Celesc e relações políticas

Governadores	Partidos	Presidente da Celesc	Origem
Jorge Lacerda	PRP	Júlio Coelho de Souza	UDN
Heriberto Hulse	UDN	José Corrêa Hulse	UDN
Celso Ramos	PSD	Júlio Horst Zadrosny ⁵⁵	PSD
Ivo Silveira	Arena	Júlio Horst Zadrosny	PSD

⁵⁵Empresário em Blumenau, foi Secretário de Estado do Governo de Celso Ramos, Presidente da ACIB (Associação Empresarial de Blumenau).

Colombo Salles	Arena	Osvaldo Moreira Douat ⁵⁶	
Colombo Salles	Arena	Osvaldo Moreira Douat	
Antônio Carlos Konder Reis	Arena	Hercílio Aldo da Luz Colaço ⁵⁷	ARENA
Jorge Bornhausen	PDS	Paulo Affonso de Freitas Melro ⁵⁸	PDS
Henrique Córdova	PDS	Ademar Garcia Filho ⁵⁹	ARENA
Esperidião Amin	PDS	Ademar Garcia Filho	ARENA
Esperidião Amin	PDS	Luiz Gomes ⁶⁰	PMDB
Pedro Ivo Campos	PMDB	Nogert Wiest	PMDB
Casildo Maldaner	PMDB	Marcos Wehmuth	
Vilson Kleinubing	PFL	Luiz Fernando Verdine Salomon ⁶¹	PFL
Vilson Kleinubing	PFL	João Raimundo Colombo	PFL
Antônio Carlos Konder Reis	PPR	Paulo Meller	PMDB
Paulo Afonso Vieira	PMDB	Paulo Meller ⁶²	PMDB
Paulo Afonso Vieira	PMDB	Paulo Hernanni da Cunha Tatim	
Paulo Afonso Vieira	PMDB	Oscar Falk ⁶³	

⁵⁶ Empresário em Joinville, foi vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/SC, representante da CNI na Comissão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e presidente da FIESC.

⁵⁷ Foi Vice-Presidente do Besc.

⁵⁸ Deputado Federal, Chefe do Departamento de Distribuição da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A., 1952; Conselheiro Econômico do COETEL/SC (Conselho Estadual de Telecomunicações); Superintendente, SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento do Sul), Minter/RS, 1967-1979; Membro das Comissões de Planejamento, Controle e Orçamento do Estado de Santa Catarina, 1961-1967; Presidente, Comissão de Coordenação Regional do Sul, Minter, 1970; Membro, Comissão Estadual de Energia, 1979-1982; Membro, Comissões de Desenvolvimento Regional e Coordenação do Minter; Membro, Comissão Executiva do Projeto Noroeste do Paraná, Acordo Governo Brasileiro e OEA e da Comissão Nacional da Bacia do Prata; Representante de Santa Catarina na Comissão Interestadual da Bacia do Paraná, Uruguai, 1961-1967; Representante do Governo Federal na Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, 1972; Presidente (1980) e Membro do Conselho de Administração (1979-1982), da Companhia de Energização Rural de Santa Catarina; Diretor Regional da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem e Presidente das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), 1987.

⁵⁹ Vereador, Deputado Estadual, Delegado do SESC/SENAC, em Joinville; Diretor da Eletrificação Rural de Santa Catarina, de 1975 a 1978; Diretor Financeiro da CELESC; Diretor Presidente da Força e Luz de Criciúma;

Vice-Presidente do BESCREDI, de março de 1983 a janeiro de 1985 e Diretor Presidente do BESCVAL, de julho de 1985 a fevereiro de 1985.

⁶⁰ Empresário, Prefeito de Joinville, Presidente da SC Gás.

⁶¹ Membro da junta de Representação do Banco de Desenvolvimento Integração - BDI/BRDE, Conselho de Administração da Reflorestadora de SC - REFLORESC, Conselho de Administração da Cia. de Desenvolvimento do Estado de SC - CODESC, Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado de SC - BADESC, Conselho de Administração do Banco do Estado de SC - BESC e Presidente e foi **Secretário** de Estado do Planejamento e Fazenda, no período de 1992 a 1994.

⁶² Vereador da cidade de Criciúma.

⁶³ Fiscal de Tributos Estaduais; Presidente do Conselho de Administração do BESC em 1986; Presidente do Conselho de Administração do BADESC; Membro da Junta de Administração do BRDE; Diretor de Fiscalização da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda; Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda; Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda; Diretor Econômico-Financeiro da CELESC. Atualmente é conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário - TAT, antigo Conselho Estadual de Contribuintes.

Paulo Afonso Vieira	PMDB	Francisco de Assis Kuster ⁶⁴	MDB/PSD
Esperidião Amin	PPR	Carlos Rodolfo Schneider ⁶⁵	
Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Carlos Rodolfo Schneider	
Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Carlos Ximenes de Melo Filho ⁶⁶	PMDB
Eduardo Moreira	PMDB	Carlos Ximenes de Melo Filho	PMDB
Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Eduardo Pinho Moreira	PMDB
Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Sérgio Rodrigues Alves ⁶⁷	PMDB
Leonel Pavan	PSDB	Sérgio Rodrigues Alves	PMDB
Raimundo Colombo	DEM/PSD	Antônio Marcos Gavazzoni ⁶⁸	
Raimundo Colombo	DEM/PSD	Cleverson Siewert ⁶⁹	MDB
Eduardo Moreira	PMDB	Cleicio Poletto Martins ⁷⁰	
Carlos Moisés	PSL	Cleicio Poletto Martins	

Fonte: Memória política Alesc, 2023.

Ao longo da história da empresa, houve uma alternância de partidos políticos no poder. Apesar dos diferentes partidos políticos estiveram no poder em Santa Catarina, e cada governador indicou um presidente diferente para a Celesc. Alguns presidentes foram indicados por mais de um governador, como é o caso de Júlio Horst Zadrosny, que foi presidente da empresa durante os governos de Celso Ramos e Ivo Silveira. Alguns presidentes da Celesc tiveram uma trajetória política antes e depois de assumir o cargo, como é o caso de Júlio Coelho de Souza, que foi indicado por Jorge Lacerda e havia sido prefeito de Joinville, e Hercílio Aldo da Luz Colaço, indicado por Antônio Carlos Konder Reis e que havia sido deputado estadual. Como também, Henrique Córdova, Esperidião Amin, Luiz Henrique da Silveira e

⁶⁴ Deputado Estadual e Federal, Vereador de Lages.

⁶⁵ Empresário, Presidente da ACIJ.

⁶⁶ Prefeito de Tubarão, Deputado Estadual, foi Diretor-Geral do Departamento Nacional de Transportes Rodoviários, Diretor Administrativo da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), em 2005.

De 2007 a 2017, presidiu a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC).

⁶⁷ Empresário, foi Secretário de Estado da Fazenda, Presidente do Conselho de Administração do BADESC, Presidente do Conselho de Administração da SC Parcerias, Presidente do Conselho de Administração da CODESC, Membro do Conselho do Conselho de administração do CTIC,, Membro do Conselho de Administração do BRDE,.

⁶⁸ Foi Secretário da Fazenda.

⁶⁹ Foi Consultor de Planejamento/ Consultor de Assuntos Econômicos - desenvolvimento organizacional, econômico, financeiro e administrativo; Secretário Executivo do Fundo de Desenvolvimento Social – FUNDOSOCIAL; Secretário Executivo de Gestão dos Fundos Estaduais; Diretor do Tesouro Estadual e **Secretário** de Estado da Fazenda.

⁷⁰ Nenhum registro de cargo público.

Raimundo Colombo, também exerceram cargos políticos importantes em Santa Catarina, como governadores do estado.

Além disso, a indicação de empresários para a presidência da Celesc, como Júlio Horst Zadrosny, que teve uma carreira no setor privado antes de assumir o cargo de presidente da empresa. Em sua maior parte, a indicação de presidentes, era com experiência política e empresarial pode ser vista como uma tentativa de equilibrar as demandas de ambos os setores e garantir a eficiência na gestão da empresa. No entanto, também é importante destacar que a Celesc enfrentou muitos desafios ao longo dos anos, incluindo crises financeiras e de gestão. Dessa forma, é fundamental que os presidentes da empresa tenham uma visão estratégica e um comprometimento com a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população. Como também, os nomes indicados pelo governo do estado para assumir o comando da empresa, possuem vínculos políticos, empresariais, que transitaram em outras empresas estatais, ou mesmo, órgãos do governo. O cargo apresenta-se como um sistema de interesses, onde cada camada depende da outra, formando uma teia.

Corroborando Milton Santos (2008), esse sistema de objetos, que aqui chamamos de estatal, passa, está imerso num sistema de ações, a qual se funda em dois sistemismos, sendo o sistemismo que impele, neste caso os presidentes que têm uma ligação de forma direta com os interesses do governante, e o sistemismo que o condiciona, seria o poder do governo sobre a escolha de um nome para comandar a empresa, sustentados pela relação capital-trabalho. Essa relação é imersa por mediações que se sustentam nas normas, leis, contudo, no caso dessas indicações, a interação humana, de certa forma, acaba forjando novas relações, sustentadas numa teia de interesses.

Por fim, cabe ressaltar que as elites políticas e econômicas são interdependentes e se relacionam em benefício próprio. De acordo com Poulantzas, o Estado é o resultado de uma relação complexa entre o poder político e o poder econômico, que se reforçam mutuamente em uma estrutura chamada de "Estado capitalista" (POULANTZAS, 1985). Nesse sentido, a presença de políticos e empresários no comando da Celesc pode ser vista como um reflexo dessa estrutura.

4 CELESC: RUPTURAS E CONTINUIDADES

A privatização das estatais do complexo elétrico passara a ser a “menina dos olhos” do ajuste fiscal, um discurso fomentado em gastos públicos, em *déficit* e falta de investimentos nas empresas estatais, contudo, a Celesc não parece se encaixar nesse discurso. Diante dos relatórios anuais da década de 1990, como também, em consequência, das décadas anteriores, ela continuava a investir e alargar suas estruturas, seja por investimentos do Estado, ou, criando outras estratégias de investimento, criando estratégias de investimentos.

Em Santa Catarina, em meio as eleições de 1994, o candidato Jorge Bornhausen, com a efervescência e as pressões dos sindicatos, adota o discurso de não privatizar a estatal, mas de adotar um contrato de gestão, o que não isentaria o comando do estado nas decisões. Mas, Paulo Afonso venceu as eleições em segundo turno se sobressaindo a candidatura de Ângela Amim. Os anos em que Paulo Afonso foi governador, os debates sobre a privatização da empresa estavam em alta, era uma ordem vinda de cima. O novo governador encontrava-se entre as demandas nacionais e o desenvolvimentismo conservador catarinense. O governo de Paulo Afonso perdura por quatro anos, em seguida, com Esperidião Amin, que esteve em meio as transformações de governança da empresa, após, por dois mandatos, Luiz Henrique, que perpassa pela mudança de configuração estrutural e boatos de privatização; em seguida, Raimundo Colombo que está imerso num parâmetro nacional favorável e, por fim, Carlos Moisés, que sem planos de governo, inserido em debates privatizantes em âmbito nacional, conserva as estruturas.

4.1 MOVIMENTO PENDULAR

Até o início da década de 1990 não havia rumores para a privatização da estatal, porém com o movimento internacional do neoliberalismo, os discursos passam a mudar de figura. O que parecia tão distante da realidade catarinense, passa a se tornar a pauta do dia nos discursos de governo. A cada lei advinda das decisões nacionais, mais especulações os jornais da época traziam, afinal, até então o estado catarinense tinha um sistema de telecomunicação, de energia, bancos de fomento e distribuição de água e saneamento, que estavam anexados aos poderes do estado.

Santa Catarina teve seu desenvolvimento socioeconômico, até então, sustentado por ideais desenvolvimentistas indexados no conservadorismo das suas estruturas. As trocas de governo e partidos políticos, ao longo da estruturação da Celesc, mantiveram o ideal de fomentar a indústria, motor propulsor do desenvolvimento, para isso, era necessário vultuosos investimentos e os planos de governo mostravam isso. Contudo, essa força enxarcada de saneamento do Estado vinha para ficar e mexer com essas estruturas. Os esforços foram múltiplos até o final da década, para que o estado não ficasse à mercê da falta de planejamento do comando nacional, mas, mesmo assim, as estruturas eram balançadas constantemente. Entretanto, cabe destacar, que no estado catarinense, permaneceu com seus planos de governos, momentos com papel mais decisivos, como orientador e dinamizador das atividades produtivas, em outros momentos com intenções de campanha.

A sistematização e orientação dos investimentos consolidada nos planos, reflete uma orientação mais racional voltada ao âmbito econômico, quanto ao político, constituem procedimentos de democratização (MIGLIOLI, 1982).

Imerso nesse contexto, a Celesc e a relação com os planos de governo a nível estatual, pode-se considerar quatro momentos: o início da década de 1990 até 2002, onde os planos de governos estavam mais elaborados, explanando as intenções com a empresa; 2003 a 2010, fundamentado apenas nas intenções de campanha, concomitante com as transformações estruturais da empresa, onde houve um descolamento dos planos de governo com relação direta aos investimentos da estatal; 2011 a 2015, com a volta de um plano de governo estadual e nacional mais amarrado e com relações sólidas para com os investimentos na *Holding* e; 2016 a 2020 com o desmonte dos planos estaduais de governo e a relação com a empresa.

Esse contexto representa um movimento pendular, que em momentos mais desenvolvimentistas, transparece um conjunto de interesses mais explícito, explanado nos planos de governos e, outros momentos mais tímidos, apenas como setor energia, entretanto a permanência se reflete na estrutura que conserva a verticalização da decisão do Estado na empresa.

Dentre as facetas do planejamento, a estrutura de econômica e estrutura de poder, as relações e processos políticos, estão envolvidas nessa relação (IANNI, 2009). É nesse sentido que planejamento reflete, também, as estruturas de poder. As

relações podem parecer, em certos momentos distantes, contudo são relações imbricadas com um propósito: o desenvolvimentismo.

4.2 UMA ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA

Como forma de sobrevivência a Celesc, que vinha sendo financiada pela Eletrobrás, passou a projetar novas perspectivas de financiamento, pois o governo nacional só não cessou as fontes de financiamentos, como também, verticalizado pelos preceitos neoliberais, legitimou o plano de desestatização (PND) conforme a Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Conforme o relatório anual da Celesc, no ano de 1994, a empresa se utilizou dos seus créditos na CRC (Conta de Resultados a Compensar) para quitar seus débitos com a Eletrobrás. Dessa forma, como o estado nacional estava retendo os recursos para investimento no setor estatal, umas das fontes de financiamentos alternativas para a empresa foi o lançamento de debêntures no mercado de capitais com prazo de resgate para 10 anos, o que possibilitou a captação de R\$ 31,6 milhões em recursos. Na contramão da ordem nacional, a empresa investiu R\$ 71,4 milhões para a manutenção e ampliação dos serviços de transmissão e distribuição de energia.

O então governador eleito, de forma estratégica, por meio do decreto de Lei nº 9.940, de 19 de outubro de 1995, autoriza a construir uma empresa para geração de recursos para a locação de investimentos públicos, chamada de Santa Catarina Participação de Investimentos S/A, a Invesc, com intuito de captar recursos para investimentos em saúde, infraestrutura, saneamento, eletrificação rural e segurança pública (SANTA CATARINA, 1995).

Foi uma estratégia de captação de recursos e segundo o Governador Paulo Afonso, conforme Anexo C, não foi nada inventado pelo atual governo, a Invesc era apenas uma cópia do que já estava ocorrendo em outros estados naquele período. Nesse sentido, essa estratégia conforme Hilferding (p.111, 1985) “o acionista atua como simples capitalista monetário”, ou seja, essa estratégia do governo do estado refletia a necessidade de captação de dinheiro para suprir os investimentos necessários para a expansão da empresa. Uma forma de sobrevivência as limitações

que o governo nacional sancionara naquele momento de rupturas, afinal, abrir o capital era uma forma de não privatizar.

No ano de 1996 a estatal investiu R\$ 102,8 milhões em obras de expansão e melhorias, que segundo o relatório anual, corresponde 76% a mais em relação ao ano anterior, abarcando: distribuição, transmissão, construção e manutenção de novas redes. Como uma outra estratégia de captação de recursos para investimento, iniciou acordos com bancos internacionais para coordenarem a operação de oferta de ações no mercado internacional de capitais, o que resultou no lançamento de 91 milhões de ações, como consequência dessas operações, foi captado o valor líquido de 128 milhões.

A Invesc apesar de dividir as ações da Celesc para captação dos recursos, ao mesmo tempo, garantiu o controle acionário da estatal nas mãos do estado. Essa decisão levou a duas consequências: uma delas foi a captação de recursos, um sinal de que a confiabilidade depositada na empresa era persistente e esperançosa e, a outra, a dubiedade da oposição que, aliada aos interesses nacionais, quiseram tirar os que defenderam essa alçada. Foi uma estratégia pertinente de manter a empresa nas estruturas do estado, contudo, a oposição embalada pelos ventos nacionais não estaria satisfeita com tal decisão, o que mais tarde resultou numa CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e levou ao processo de pedido de *Impeachment* do governador, não consolidado.

Como sobrevivência a esse turbilhão de acontecimentos e incrédulos na capacidade dos governos desenvolvimentistas catarinenses, mais uma vez, o discurso da privatização entra em pauta em 1997. E, não apenas da Celesc, mas de todas as empresas controladas pelo estado, como a Casan e o Besc. O jogo de acordos e desacordos, a nível estadual e nacional, se estende para o mandato de Esperidião Amim (1999 – 2002).

Quanto aos fatores estruturais, em decorrência da política de desestatização, no ano de 1995 é promulgada a Lei de Concessões 8.987 de 13/02/1995, a qual eliminava, de forma gradual, o monopólio na área de fornecimento de energia elétrica. Contudo, em âmbito estadual, em 30 de dezembro de 1999, a Alesc aprovou a alteração do artigo 73 da Lei nº 9.831 de 17 de fevereiro de 1995, e aprovou que a Celesc poderia investir em outros negócios, o que favoreceu os ramos

das telecomunicações e água e saneamento. Um passo para trás a nível nacional e dois passos para frente a nível estadual.

A empresa foi vinculada à Secretaria do Estado da Fazenda, com a finalidade de viabilizar novos investimentos e a promoção de novas oportunidades de trabalho (SANTA CATARINA, 1995). Com a criação da empresa, o governo do estado foi autorizado a lançar debêntures permutáveis por ações ordinárias, num montante de 100 milhões. De certa forma, reduziria a participação do Estado na estatal, mas o manteria ainda com 52,05% do total.

Outro ponto, após a Reforma Administrativa de 1995, que legitimou os ideais neoliberais e o afastamento do Estado, a Celesc foi a primeira empresa do setor elétrico que, em parceria com o setor privado, assinou um contrato de concessão de energia na modalidade de Produtor Independente de Energia, a qual tinha em vista a exploração do aproveitamento hidroelétrico de Cubatão. Como consequência dessa nova fase administrativa do país, a estatal passa, em 1996, a aderir ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), que culminou na saída (entre os anos de 1996, 1997 e 1998) de 1.079 empregados, descompensado pela contratação de 133 novos funcionários.

Por outro lado, no ano de 1997, quando boa parte das empresas do setor elétrico estavam sendo transferidas para o setor privado, foi investido R\$ 134,4 milhões em expansão e melhoria, transmissão e distribuição. Outro fator peculiar nesse período foi a injeção de R\$ 13,3 milhões oriundos da Eletrobrás, que remetiam investimentos no setor rural.

Com relação as fontes de recurso num sistema capitalista, em especial, em setores estratégicos e monopolistas, como é o caso do setor elétrico, devido ao encarecimento dos interesses privados, no que diz respeito aos investimentos, coube as fontes de recurso do Estado financiar o desenvolvimento e crescimento da empresa. Nessas condições, a força do capital da Eletrobrás se sobressaia para alavancar o setor e dispor de investimentos que permitissem o crescimento das estatais do setor elétrico. Na Celesc não foi diferente, a Eletrobrás aparece como motor propulsor nas relações mútuas entre Estado e estatal. O quadro abaixo representa os maiores financiadores da Celesc entre os anos de 1990 e 2000:

Quadro 11 - Recursos e financiamentos 1990 - 2000

Ano	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
1990	Eletrobrás, Instituições Financeiras, Banco do Brasil	Eletrobrás, Instituições Financeiras, Banco Garantia, Manville Pré Venda.
1991	Eletrobrás, Instituições Financeiras Diversas, Banco do Brasil	Eletrobrás e Instituições Financeiras Diversas.
1993	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás e Instituições Financeiras Diversas
1994	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás; Instituições Financeiras Diversas e Debentures.
1995	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás pelo programa FINEL/RGC; Programa Nacional de Irrigação e BMC.
1996	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás; BMC.
1997	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás; CELOS e Diversas instituições.
1998	Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás; CELOS e Diversas instituições.
1999	<i>Euro Commercial Paper</i> e Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás, Banco Real e Diversas instituições.
2000	<i>Euro Commercial Paper</i> e Instituições Financeiras Diversas	Eletrobrás, Banco Real e Diversas instituições.

Fonte: Relatório da Celesc (vários anos).

Os dados apresentados acima representam as fontes de financiamento da Celesc ao longo dos anos, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda nacional. Pode-se observar que as principais fontes de financiamento foram as instituições financeiras diversas e a Eletrobrás, que aparece em todos os anos, exceto em 1990. Além disso, o Banco do Brasil também foi mencionado como uma fonte de financiamento nos anos de 1990 e 1991.

Em 1994, a Celesc começou a emitir debêntures como forma de captação de recursos, a partir da Invesc e em 1995, a empresa obteve financiamento por meio do programa FINEL/RGC e do Programa Nacional de Irrigação. Em 1997 e 1998, a CELOS passou a aparecer como uma das fontes de financiamento, representando uma forma de retroalimentar o sistema. A partir de 1999, a Celesc começou a obter financiamento por meio do *Euro Commercial Paper*, uma forma de captação de recursos no mercado financeiro internacional. Essas estratégias permitiram à empresa obter recursos de fontes diferentes e, possivelmente, reduzir sua dependência de instituições financeiras.

Ao adentrar os anos 2000, com as exigências da ANEEL aliada as restrições impostas a empresa que impediram de captar recursos de terceiros no mercado de capitais, a empresa obriga-se a adentrar num novo modelo de gestão.

No que diz respeito a análise de distribuição societária, a distribuição fornece informações importantes sobre o poder de decisão na empresa, já que os

acionistas ou sócios que detêm maior participação acionária geralmente têm maior influência nas decisões estratégicas da empresa. Para isso, foram analisados os dados dos anos de 1990 até 2000, com a finalidade de entender as alterações desse período. Abaixo está apresentado os dados da Celesc ao longo dos anos de 1990:

Quadro 12 - Distribuição Societária da Celesc 1990 - 2000

Ano	Acionistas
1990	Não informado
1991	Não informado
1992	Não informado
1993	Estado de SC 55,22%; Eletrobrás 19,35%; Bovespa-Custódia 10,47%; CODESC 9,84%; IPESC 8,10%; Prefeituras 5,60% e outros.
1995	Estado de SC 50%; Invesc 30%; CLC Custódia 14% e outros.
1996	Estado de SC 50,2%; Invesc 30,2%; PREVI – Banco do Brasil 12,6%, Investidores estrangeiros 3,5% e outros
1997	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,1%; PREVI – Banco do Brasil 12,6%; Investidores Estrangeiros 3,3% e outros.
1998	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; PREVI – Banco do Brasil 12,6%; Investidores Estrangeiros 2,9% e outros.
1999	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; PREVI – Banco do Brasil 12,6%; Investidores Estrangeiros 3,3 % e outros.
2000	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; PREVI – Banco do Brasil 12,6%; Fundação Celos 5,1% e outros.

Fonte: Relatório da Celesc (vários anos).

Como referência dos dados acima, pode-se observar a participação societária pertence a diferentes instituições, como o Estado de Santa Catarina, a Eletrobrás, a Bovespa-Custódia, a CODESC, o IPESC, as prefeituras e outros. A participação do Estado de Santa Catarina se mantém constante em torno de 50,2%, assim como a participação do Invesc em torno de 29,3%. Além disso, a PREVI - Banco do Brasil também mantém sua participação em torno de 12,6% durante os anos de 1996 a 1999, com uma redução para 12,6% em 2000. Nesse caso, o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, conforme Anexo C, no caso da PREVI, como a Celesc não teve condições de pagar as debêntures, o que repercutiu na quantidade de ações que passou a possuir.

Os acionistas da Invesc são o Estado de Santa Catarina com 99,5% e a CODESC com 0,5%, ou seja, o Estado dentro de comandos do Estado. São reconfigurações de poderes, pois a Eletrobrás até 1993 apresenta-se com parte das ações, Ipesc, Codesc, sendo que os investidores estrangeiros, que seriam os ares da privatização, têm poder limitado sobre o contexto.

Uma mudança significativa ocorreu em 2000, quando a Fundação Celos aparece como um dos acionistas, com uma participação de 5,1%, que se trata de uma fundação da própria Celesc. E, a participação dos investidores estrangeiros varia entre 2,9% e 3,5%, o que indica uma presença relativamente estável ao longo dos anos.

A estatal perpassa os anos de 1990, dentre as reconfigurações nacionais, com suas ações, em sua maior parte, concentradas no Estado, mesmo com as rupturas das decisões nacionais, existe um esforço concentrado nas mãos do governo para que essa permanência seja mantida. Entretanto, as rupturas com a questão dos investimentos fazem com que os governos sejam pressionados a tomar decisões para a captação dos recursos e investimentos. O desmonte do complexo elétrico nacional não foi acompanhado pelo estadual, pois a Celesc, a partir do desenvolvimentismo conservador, manteve-se como parte do sistema de estatais.

4.3 MUDANÇA SOCIETÁRIA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A estatal inaugura o novo milênio com uma norma a ser atendida perante os requisitos da ANEEL, ao a empresa deveria ser dividida entre geração e distribuição, onde o acionista controlador deveria organizar separadamente os contratos de concessão. Diante disso, em 12 de dezembro de 2000 foi decidido, perante a Assembleia de Acionistas, que foi dividido em duas etapas: a divisão dos acionistas, levantamento do patrimônio e encaminhamento da decisão para a ANEEL; a segunda etapa seria a contratação de uma empresa de consultoria que elaboraria um novo modelo de estrutura societária para a empresa (DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO, 2001). Nesse mesmo conjunto de medidas, a Celesc por meio da aprovação da Lei nº 12.130 de 16 de janeiro de 2002, constitui a Celesc S.A. a qual seria responsável pela distribuição e comercialização de energia, ainda sob o controle do estado, e será *Holding* da Celesc Geração S.A., que também estaria sob controle do estado, e daria preferência à Celesc Distribuição na energia gerada, e no caso de sua expansão esperava-se aporte do capital privado. Como também, seria *Holding* da Celesc Telecomunicações S.A. que prestaria serviços de telecomunicações (SANTA CATARINA, 2002). Mudanças, de certa forma, estratégicas inauguraram o novo século, a empresa expandia-se pelo estado em suas múltiplas formas.

As consequências dessas mudanças estruturais da empresa seriam decorrentes do novo modelo de Gestão que resultou em redução de 30% dos cargos comissionados e em conjunto com adesão das Práticas de Governança Corporativas Nível II da Bovespa, refletiam as mudanças estruturais exigidas pelo mercado. Esse novo modelo prometeu transformações no acesso às informações, administração e informações contábeis dispostas pela empresa. As tendências do mercado mundial invadiram a forma de administrar a estatal, o que de certa forma, seria uma ruptura as velhas práticas.

Os anos 2000 inauguram uma nova roupagem para a empresa. Conforme a Entrevista com o ex-governador do período, Esperidião Amin entrevista no Anexo D, os trâmites para aquele período foram pensando para que a estatal fosse uma empresa, com governança nível 2, junto a Bolsa de Valores, que para o governador significava “uma democratização, uma governança, com transparência, com critério”. Ajustes que esse nível de governança demanda, acompanhando as transformações da reforma administrativa de 1995 e as influências externas, que adaptaram o contexto das empresas num modo geral, pautadas no *Accountability*.

Mais uma vez, o desenvolvimentismo conservador catarinense, conserva suas estruturas e mantém a empresa imersa na condensação das relações materiais.

Vale ressaltar que no ano de 2000 foram investidos R\$ 109 milhões, distribuídos entre ampliação e melhoria das redes, construção de novas subestações e linhas de interligação. A Eletrobrás se mostrava mais uma vez presente nos investimentos da estatal, com um ingresso de R\$ 13,1 milhões. Dentre outras fontes de empréstimos estava o Banco Real e a Fundação Celos. A estatal encerrava o ano de 2001, conforme o diagnóstico do Balanço Patrimonial do ano 2000, com um lucro líquido de quatro milhões. No entanto, mais uma mudança para a Celesc foi decretada: a ANEEL determinou que o acionista controlador, neste caso o estado catarinense, procedesse com a cisão parcial da sociedade que separariam a distribuição da geração. Nesse mesmo contexto, foi instituído o Decreto Federal Nº 3.371 de 24 de fevereiro de 2001, que delegava ao Ministério de Minas e Energia (MME) o Programa Prioritário de Termoeletricidade, que visava implantar usinas termoeletricas, com o apoio do BNDES com o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no setor de energia elétrica.

O quadro 13 apresenta a representação da distribuição societária, a partir das mudanças de configuração na empresa:

Quadro 13 - Distribuição Societária da Celesc 2001 - 2020

Ano	Capital Votante (Ações Ordinárias) – Acionistas
2001	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; Previ-Banco do Brasil 12,6%; Fundação Celos 5,1% e outros.
2002	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; Previ-Banco do Brasil 12,6%; Fundação Celos 5,1% e outros.
2003	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,3%; Previ-Banco do Brasil 12,6%; Fundação Celos 5,2% e outros.
2004	Estado de SC 50,18%; Invesc 29,32%; Previ-Banco do Brasil 12,59%; Fundação Celos 5,25% e outros.
2005	Estado de SC 50,2%; Invesc 29,32%; Previ-Banco do Brasil 12,59%; Fundação Celos 5,25% e outros.
2006	Estado de SC 50,18%; Invesc 29,32%; Previ-Banco do Brasil 12,59%; Fundação Celos 5,26% e outros
2007	Estado de SC 50,18%; Plane Corre. De Valores S.A. 29,31%; Previ-Banco do Brasil 12,59%; Fundação Celos 5,33% e outros
2008	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 5,86% e outros.
2009	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 5,92% e outros.
2010	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 7% e outros.
2011	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 7% e outros
2012	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 7,3% e outros
2013	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,59% e outros
2014	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2015	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2016	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2017	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2018	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2019	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros
2020	Estado de SC 50,18%; Previ-Banco do Brasil 33,11%; Fundação Celos 8,63% e outros

Fonte: Relatório da Celesc (vários anos).

Com base nos dados acima, pode-se observar que ao longo dos anos, houve poucas variações na participação acionária dos principais investidores na empresa. O Estado de Santa Catarina sempre deteve a maior parte das ações votantes, mantendo uma participação estável em torno de 50,18% ao longo de todos os anos apresentados. A Invesc, por sua vez, manteve uma participação estável em

torno de 29,3% durante os primeiros anos, mas a partir de 2007 houve uma mudança na participação acionária, com a entrada da Plane Corretora de Valores S.A. no quadro acionário. Em 2008, a participação da Previ-Banco do Brasil começou a aumentar, chegando a 33,11% em 2009, onde se manteve até 2020.

A Fundação Celos, por sua vez, começou com uma participação de 5,1% em 2001, aumentando gradativamente até atingir 8,63% em 2014, e mantendo-se nesse patamar nos anos seguintes.

Em geral, pode-se observar que houve poucas mudanças na participação acionária dos principais investidores ao longo dos anos, indicando uma certa estabilidade na gestão da empresa. No entanto, a entrada de novos investidores e o aumento da participação do Previ-Banco do Brasil podem indicar mudanças na estratégia de investimentos da empresa ou no interesse de novos investidores no setor energético.

As fontes de financiamento da estatal estiveram vinculadas as linhas de crédito que o Estado fornecia, um fator para destacar nesse período é Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei Federal nº 10.762 de 11 de novembro de 2003). O Programa foi criado para suprir a deficiência de recursos decorrente do adiantamento de recursos da revisão tarifária, sendo este, financiado pelo BNDES. Nesse programa, a Celesc, obteve recursos na ordem R\$85.663,00 junto a abertura de crédito do BNDES e R\$46.766,00 provenientes do Programa Luz para Todos. O governo federal, estadual e a Eletrobrás (via Programa Reluz – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente), também contribuíram com um valor médio de cinquenta e cinco mil reais, para a execução de 100% dos atendimentos de domicílios rurais, uma forma de erradicar a ausência desse serviço no campo (CELESC, 2005). Como também, outras fontes de financiamento, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 14 - Fontes de Financiamento 2001 - 2020

Ano	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
2001	<i>Euro Commercial Paper</i> e Instituições Financeiras Diversas.	Eletrobrás via Programa Luz no Campo; Convênios com o Governo do Estado; Banco Real.
2002	Não informado	Eletrobrás e BNDES
2003	Não informado	Eletrobrás e BNDES
2004	BNDES	Eletrobrás, BNDES e Celos
2005	BNDES	Eletrobrás, BNDES e Celos
2006	Não informado	Não informado

2007	Não informado	Eletrobrás, BNDES, Banco do Brasil e Celos
2008	Não informado	
2009	Não informado	Eletrobrás, BNDES, outros bancos.
2010	Não informado	Eletrobrás, BNDES, outros bancos.
2011	Não informado	Eletrobrás, BNDES, outros bancos.
2012	Não informado	Eletrobrás, BNDES, outros bancos.
2013	Não informado	Eletrobrás e outros bancos.
2014	Não informado	Eletrobrás e outros bancos.
2015	Não informado	Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Finame.
2016	Não informado	Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Finame.
2017	Não informado	Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Finame.
2018	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Banco Safra e Finame.
2019	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Eletrobrás, Banco do Brasil, Banco Safra e Finame.
2020	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Eletrobrás, Banco do Brasil, Banco Safra e Finame.

Fonte: Relatório da Celesc (vários anos).

Como podemos observar, a Eletrobrás e o BNDES, foram os principais financiadores da empresa. Em alguns anos, outros bancos também foram mencionados, como Banco Real, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco Safra. Pode-se destacar que a Eletrobrás, a partir dos anos 2000, retorna com uma das principais fontes de captação de recursos, sinalizando o movimento mais desenvolvimentista dos anos 2000. Heranças dos anos de 1990 estão enraizadas nas estruturas, essas permanências foram transformadoras no âmbito institucional de apresentação de dados, visibilidades e prestação de contas, a governança participativa veio para ficar, mas também, existe uma nova face perante o Estado sob comando nacional. Essa nova face, permitiu o retorno dos investimentos nacionais, afinal, o susto do apagão, acendeu as lamparinas do discernimento.

Além disso, é possível notar que em alguns anos, a empresa utilizou fontes de financiamento em moeda estrangeira, como o *Euro Commercial Paper* em 2001 e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a partir de 2018, como uma importante fonte de financiamento, e manteve essa fonte nos anos seguintes. É importante ressaltar que a escolha das fontes de financiamento pode estar relacionada às necessidades da empresa em cada período, como a realização de investimentos em infraestrutura ou a necessidade de capital de giro.

Em entrevista com o governador de 2018 e ex-presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, ele trata sobre os recursos captados do BID, conforme Anexo C:

O financiamento da Celesc era recursos próprios. Eventualmente nós buscávamos fazer, a gente chama de FIDIC, que a gente fazia uma operação, um banco ou um grupo de investidores e investia na Celesc e ficava com os recebíveis das tarefas. Então, a conta da tua casa, a conta da minha casa, que são contas que se pagavam sempre em dia de empresas, aí o investidor que botava dinheiro na Celesc, ele sabia que se a Celesc não o pagasse tinha direito de ficar com aquele dinheiro que você paga com conta [...] então esse FIDIC era dado recebíveis e garantia. A Celesc, em 2018, eu era Governador e aí nós conseguimos e levamos na Assembleia Legislativa o financiamento de mais de um bilhão de reais do Banco Interamericano de Desenvolvimento o BID, um banco que empresta a prazos muito longos de juros relativamente baratos, foi aprovado pela assembleia na luta danada e o atual presidente da Celesc aí disse que investiram muito, porque um bilhão e tanto foi deixado de 2018. Que foi aprovado na Celesc esse financiamento. Então são os dois grandes FIDIC, recebíveis e esse financiamento do BID e isso foi aprovado em 2018.

Nessa nova fase da empresa, as continuidades sobre a relação governo do estado e empresa permanecem consolidadas. Na estatal, mesmo tendo uma governança participativa e com as mudanças estruturais, os laços continuam firmados com o setor estratégico para o desenvolvimento. Esse distanciamento entre as escolhas presidenciais da empresa não desvincularam as tomadas de decisão dos poderes do Estado. No dia 2 de outubro de 2006 foi formalizada a transformação societária da Empresa, decorrente do novo marco regulatório do Setor (Lei 10.848, de 15 de março de 2004), que exige a desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia. Tal processo implicou a transferência dos bens, dos direitos e das obrigações da concessionária Celesc para as empresas subsidiárias. No início dessa nova fase da empresa contava com a participação acionária: Machadinho Energética S.A. – MAESA (14,63%); Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE (20%); Dona Francisca Energética S.A. – DFESA (23,03%); Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN (19,3%); Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH (20%); na SPE Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. (40%), entre outras.

Em março, a Celesc transferiu sua quota de 14,63% de participação na MAESA para os demais integrantes do consórcio, que decidiram exercer o direito de preferência de compra, após leilão especial realizado na Bolsa de Valores de São

Paulo – Bovespa, em dezembro de 2006 (CELESC, 2007). Em dezembro, a Celesc alienou sua participação no fundo Energia PCH. As vinte quotas de sua propriedade, representativas de 1,22% do patrimônio do Fundo, foram vendidas à Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, pelo valor de R\$2,5 milhões.

4.4 A HOLDING CELESC

Com o retorno da Holding, a Celesc viria a se ramificar em: Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A., sendo as únicas controladas integrais. No quesito geração a empresa, em 1963, com a inauguração da Usina de Garcia (município de Angelina – SC), que em conjunto com a Termoelétrica de Capivari, abastecia o litoral catarinense. Nos anos seguintes as usinas: hidrelétricas Celso Ramos e Palmeiras (1964), Pery (1965), Ivo Silveira (1968), Piraí (1908), São Lourenço (1914), Salto Weissbach (1916), Bracinho (1931), Cedros (1949) e Força e Luz Santa Catarina S.A. (1964), responsável pela geração de energia em Blumenau (CELESC, 2023a), passaram a fazer parte da estatal. No decorrer da década de 1970 foi feita a interligação e fornecimento de energia entre as estatais: Celesc, Eletrosul, CEEE e Copel, onde a Eletrosul se comprometeu a entregar energia elétrica em pontos específicos, assim como também, assinaram um convenio com a Binacional Itaipu (em obras), para fornecimento de energia. No ano de 1998, a estatal fornecia apenas 3% da sua energia, o restante era suprido pela Gerasul 72,4% e a ITAIPU com 27,5%, já no ano seguinte a empresa estava gerando 4%, ademais Gerasul com 67% e ITAIPU com 29%.

No ano de 2003 começam as parcerias com o setor privado com os projetos de PCHs. Com isso, no ano de 2005, foram registradas 12 PCHs e a participação na Machadinho Energética S.A. – Maesa. Com as mudanças estruturais de 2006, a Celesc, em 2008, conforme seu relatório anual (2008, p. 3), “abriu chamada de investidores interessados em parcerias para novos empreendimentos visando ampliar o parque de geração própria e investir em projetos de energia renovável com fonte hidráulica, eólica e/ou biomassa”. Um marco para novas fontes de geração de energia, para isso, a Celesc, com as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), em parceria com a iniciativa privada, detinha 49% nas participações.

Nesse mesmo ano, a empresa registrava 12 usinas, sendo elas: Celso Ramos (1967), Rio do Peixe (1957), Ivo Silveira (1967), Pery (1965), São Lourenço (1910), Palmeiras (1963), Cedros (1949), Bracinho (1931), Piraí (1908), Salto (1914), Garcia (1963) e Caveiras (1940) e atendia 91,8% do estado (CELESC, 2008). Pode ser observada nos Anexos.

Com relação à geração de energia, voltou seu planejamento futuro à ampliação das usinas já existentes, como também buscou constituir parcerias para implantar e explorar Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), o que resultou na participação minoritária em mais 06 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados.

Quadro 15 - Ampliação das usinas existentes

Usinas	Localização	Potência Instalada MW
Usina Pery	Curitibanos - SC	30,00
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros - SC	24,6
Usina Bracinho	Schroeder - SC	15
Usina Garcia	Angelina - SC	8,92
Usina Cedros	Rio dos Cedros - SC	8,4
Usina Salto Weissbach	Blumenau - SC	6,28
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes - SC	13,92
CGH Caveiras	Lages - SC	3,83
CGH Ivo Silveira	Campos Novos - SC	2,6
CGH Rio do Peixe	Videira - SC	0,52
CGH Piraí	Joinville - SC	0,78
CGH São Lourenço	Mafrá - SC	0,42
Total		115,27 MW

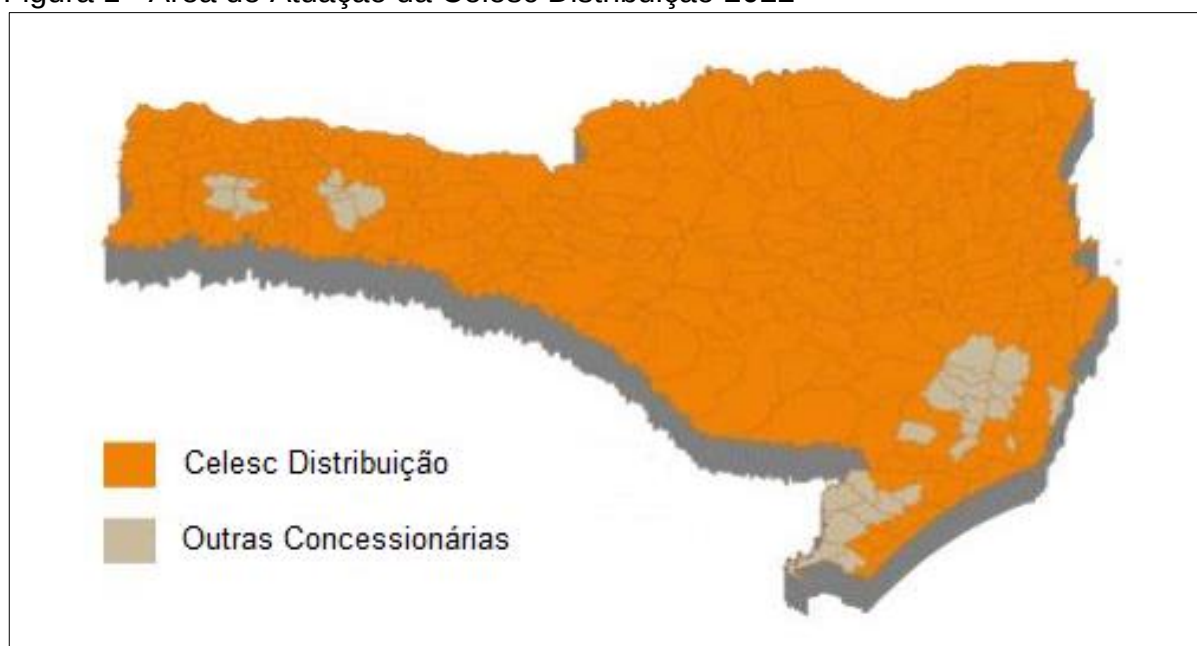
Fonte: CELESC, 2023a.

Atualmente a Celesc Geração opera no mercado com 18 usinas, 12 próprias e seis com sócios privados. A capacidade atual instalada é de 126,69 MW, sendo 115,45 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná).

A Eletrosul está imersa no contexto de desenvolvimento e fornecimento de energia, a empresa foi criada em 23 de dezembro de 1968, e passou por algumas transformações ao longo das mudanças do comando nacional. O objetivo inicial da estatal, como um “braço” Eletrobrás, passou a incorporar empresas de geração de energia que não estavam suprimindo com as demandas, na região sul. Inicia suas atividades de geração e distribuição nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Como concentração das atividades nesse setor, no ano de 1971, começa a incorporar empresas de geração de energia, como forma de concentração, estudos e aumento da capacidade produtiva. A primeira usina a ser incorporada é a Termoelétrica de Charqueadas, após, foram as usinas a Termoelétrica de Alegrete, Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA). Foi se alargando nos estados do sul, com o funcionamento do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda e Salto Osório. Sua expansão, no início dos anos de 1980, chega ao estado de Mato Grosso do sul, ao qual, passa a fazer parte da área de atuação da empresa. No início dos anos de 1990, inaugura a Conversora de Frequência de Uruguaiana que interligou os sistemas argentino e brasileiro. A estatal, então, entra no programa nacional de desestatização (PND) em maio de 1995, pelo Decreto nº 1.481. Contudo a empresa também foi dividida: a Gerasul, que ficaria responsável pela geração de energia e a Eletrosul que fica responsável pela parte de transmissão de energia. A Gerasul é privatizada em 1998 e adquirida pelo grupo Tractebel, mas a Eletrosul continuaria como estatal, que se tornou a primeira federal de transmissão de energia elétrica. Em 2004, com a instauração do Novo Modelo do Setor Elétrico e sob a égide de uma era social desenvolvimentista nacional (2003 – 2015), retoma a condição de participar do segmento de geração de energia, com isso passa, mais uma vez investir no setor. Entre os anos de 2005 e 2009, a empresa adquire a Usina Hidroelétrica Passo São João (RS), conquista do lote para a construção da Usina Hidroelétrica de Mauá, recebe a concessão da Usina Hidroelétrica São Domingos (MS) pela Aneel, venceu a concessão do complexo Eólico Cerro Chato (RS). Dos anos de 2010 a 2014, ainda sob o comando do social desenvolvimentismo nacional, a estatal, inaugura a PCH Rio do Chapéu e a PCH de João Borges, a Usina Megawatt Solar em Florianópolis, realiza leilão de venda de energia própria e assina ordens de serviço para construção de mais usinas (ELETROSUL, 2023).

Já na parte de distribuição de energia, A Celesc Distribuição S.A, na atualidade, abrange 263 dos 295 municípios catarinenses e 1 no Paraná, isso de forma direta. Contudo desde sua concepção até a atualidade, houve uma série de incorporações e abrangência no território, ao qual pode ser observado no mapa do Anexo C que representa a “Evolução das Concessões da Celesc em Santa Catarina” nas décadas de 1950 até a atualidade. A estatal foi se alargando pelo território, começou de forma mais tímida, porém nas maiores demandas do estado, na área de maior concentração das atividades econômicas, na década de 1950. Na década de 1960 expandiu em boa parte do território, em especial, no Planalto e parte do oeste. No que tange a década de 1970 foi preenchendo as lacunas o desenvolvimento econômico e integrando-se, quase como uma rede de satisfação das necessidades. E, com o início da década de 1990 e as restrições de concessão de crédito, segue se espalhando pelo território. E, na atualidade, conforme se observa na figura a seguir, atinge quase sua totalidade:

Figura 1 - Área de Atuação da Celesc Distribuição 2022



Fonte: CELESC, 2023c.

No entanto, analisando o contexto, a título precário⁷¹, atende mais 17 em Santa Catarina e 4 no Paraná. No caso de Santa Catarina, referente a título precário,

⁷¹ Que são localizados em áreas de concessão de outras distribuidoras, mas são autorizados pela ANEEL. Isso acontece por conveniência técnica e econômica, em decorrência da inexistência da rede da concessionária titular da concessão (CELESC, 2023b).

a Celesc D, supre energia para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição (CELESC, 2023b). Ou seja, ela aparece no papel principal e como coadjuvante em todo o território catarinense.

Dentre as empresas que a Celesc *Holding* tem participação, também está a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica (ECTEE) que entrou em operação em 2002, constituída pelo misto, setor privado e setor público, sob modalidade de leilão promovido pela ANEEL. A empresa foi constituída com o propósito de explorar linhas de transmissão na região Sul, ao qual ficou responsável por assegurar o fornecimento à região Leste e litoral do Estado de Santa Catarina, atender ao crescimento da demanda de energia elétrica da região Sul-Sudeste (CELESC, 2008). A empresa era responsável por 20% do transporte de energia na área de concessão da Celesc Distribuição S.A, então, em 2009, a Celesc adquiriu mais 9,26% do seu capital social, dessa forma, passou a deter 30,8% das ações ordinárias da empresa. O restante das ações é dividido entre a Alupar ⁷²(50,02%) e a Cemig⁷³ (19,10%).

A Usina Dona Francisca também faz parte do grupo e está localizada às margens do Rio Jacuí, considerado o maior rio do interior do estado do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Agudo e Nova Palma. É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de agosto de 1998. Atualmente a Dona Francisca Energética S.A. tem como acionistas a empresa privada Gerdau S.A. (51,82%), a Companhia Paranaense de Energia (COPEL)⁷⁴ com 23,03%, a Celesc, também, com 23,03% e a empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. (2,12%), instalada no município de Nova Palma (RS), entrou em operação em 2001. A empresa geradora de energia tem capacidade de geração de 125MW (DFSA, 2023). A Celesc investiu no ano de 2001 os 23,03% que mantém até hoje. Foi pela Lei nº 12.041 de 18 de novembro de 2001 que a Celesc ficou autorizada a alienar sua participação acionária no empreendimento privado (SANTA CATARINA, 2001).

Quanto a Usina Hidroelétrica Cubatão, o projeto da usina iniciou no ano de 1996, quando Luiz Henrique da Silveira (ex-governador de Santa Catarina) era prefeito da cidade de Joinville, apoiado pelo governo do estado, a Casan e a

⁷² Empresa de Capital privado, fundada em 2007, com atuação no setor de energia, em especial, transmissão e geração (ALUPAR, 2023).

⁷³ Empresa fundada em 1952, de capital aberto e controlada pelo estado de Minas Gerais, atua no ramo de geração, transmissão e distribuição (CEMIG, 2023)

⁷⁴ Empresa Pública, de capital aberto, que pertence ao governo do Paraná.

Associação comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). Dessa forma, em setembro do mesmo ano, a empresa Usina Hidrelétrica do Cubatão S.A. obteve a titularidade da concessão para construção e exploração do aproveitamento hidrelétrico desse rio. Contudo, ao longo dos anos, campanhas para a preservação do Rio e da vegetação a sua volta, adiaram o início das obras e funcionamento. No ano 1999, depois de esforços realizados movimentos contrários a obra, a Câmara de Vereadores se pronuncia em apoio a construção. No entanto, nos anos de 2000, o IBAMA inviabiliza a construção (Parecer no 136/2000 Ibama/Diretoria de Controle Ambiental/DIAP). No ano de 2003, quando Luiz Henrique da Silveira, que então, na posição de governador do estado, retoma o debate autorizando a construção (PEREIRA, 2005). Movimentos contrários ainda se mantinham ativos, porém com a Celesc detentora de 40% das ações desse empreendimento, o projeto “foi revisado” em 2007, o que permitiu a retomada do processo de licenciamento e construção da usina, não obtendo sucesso, em 2018, o Ministério de Minas e Energia atendeu a demanda para a extinção amigável do direito de concessão da usina (CELESC, 2023d). Dessa forma, analisando esses anos todos de lutas de reivindicação popular contra a construção da usina contra os interesses políticos, pode-se afirmar que a condensação material das relações de forças fora concentrada no processo civilizatório embasado nas leis, os interesses privados continuam querendo se sobressair ao público, insistindo por anos.

A Celesc S.A finda os anos de 2020, como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Constituída pela: Celesc G, Celesc D., com o controle acionário em conjunto da SCGÁS, sócia das empresas DFESA, ECTE, Casan e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão. O Estado de Santa Catarina como acionista controlador, 50,18% das ações ordinárias, Energias do Brasil S.A., 33,11%, CELOS, 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos, 2,97%, a Eletrobras com 0,03% e outros investidores com 5,09%. Quanto as ações preferenciais, do total da Companhia o Governo do Estado detém 20,20%, Energias do Brasil 29,90%, a CELOS 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos 10,27%, Eletrobras 10,75%, Alaska Poland FIA 8,61% e outros investidores – 16,20% (CELESC, 2020).

Dentre as reconfigurações da empresa ao logo dos anos 2000 as rupturas advindas do âmbito nacional, conduzidas pela reestruturação do sistema energético, repaginaram as formas de governança, entretanto permitiram a permanência do

Estado que está inerente nas decisões e nos investimentos, abarcando outros setores do sistema.

5 CELESC: DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL

A estatal, antes dos anos de 1990, vinha se alargando pelo território, absorvendo empresas do setor, sendo financiada, em maior parte pela Eletrobrás, tudo parecia caminhar muito bem. Além dos ventos liberais que sobravam no setor, a Reforma Administrativa de 1995, que foi uma mudança, não apenas na economia, mas também na forma das empresas se apresentarem ao mercado. A Reforma Gerencial foi encharcada pela concepção de Estado como administrador, somando a globalização, as heranças da política inglesa de Thatcher com a visão empresarial norte-americana de *New Public Management*. As rupturas eram inevitáveis, a política tucana, a nível nacional, entrou na moda.

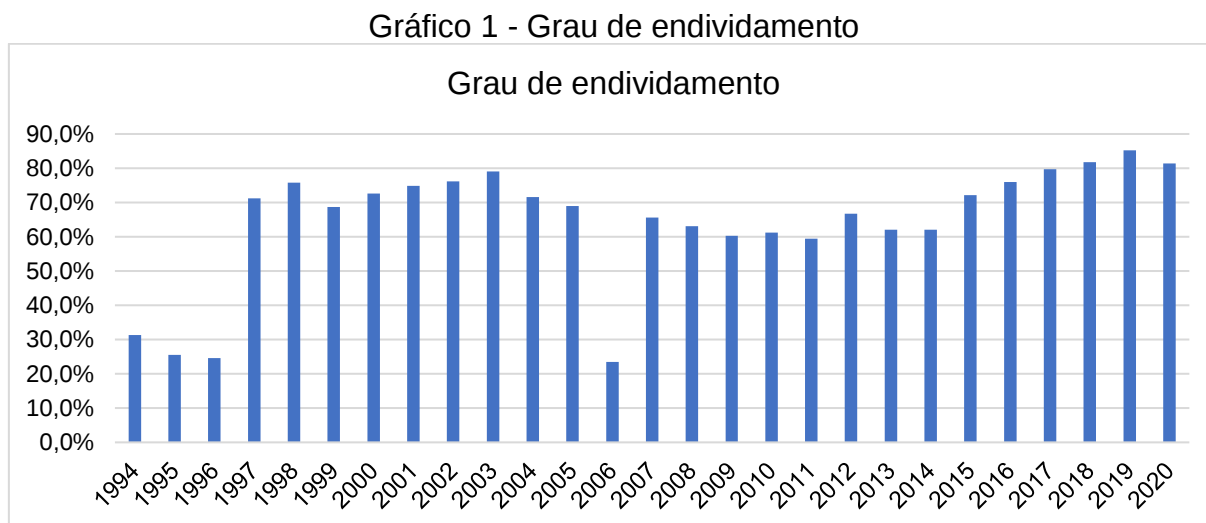
Já a política catarinense, cuidadosa com suas estruturas, tratou de cuidar das continuidades. Afinal, foi um desafio para o governo de Paulo Afonso assumir o ano de 1995 com demandas insaciáveis do governo Nacional. Para isso, foi necessário tomar decisões que levariam uma hora a avanços e, em outros momentos, recuos e continuar com a política desenvolvimentista conservadora catarinense. Nesse contexto, os indicadores econômicos e sociais da empresa apontam suas transformações, onde cada decisão refletiu nos números e na estatal como um todo.

5.1 DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

Fundamentados na base contábil da empresa, os indicadores financeiros revelam as perspectivas da empresa, assim como permitem planejar os investimentos. Nesse sentido, foram selecionados alguns dados como o grau de endividamento, alavancagem e o EBITDA como índices determinantes e o Capital Social, o Índice de Liquidez Corrente como análise auxiliar. As escolhas estão baseadas no comportamento da empresa ao longo dos anos de 1990 e suas mudanças a partir da reestruturação do seu patrimônio. Foi incluído, também, o aumento de consumo e a divisão entre consumidores cativos e livres, como forma de apresentar os reflexos da política nacional ao iniciar a comercialização no Mercado Livre de Energia.

Ao analisar o grau de endividamento, tem-se como finalidade avaliar o comprometimento dos ativos da empresa. Nesse sentido, quanto mais elevado, indica

que a empresa possui mais dívida em relação aos seus bens e direitos. A seguir, representado pelo gráfico 1, segue o grau de endividamento da Celesc entre os anos de 1994 (anos anteriores, no caso de 1990 que é o recorte do estudo, não apresentavam clareza) a 2020:

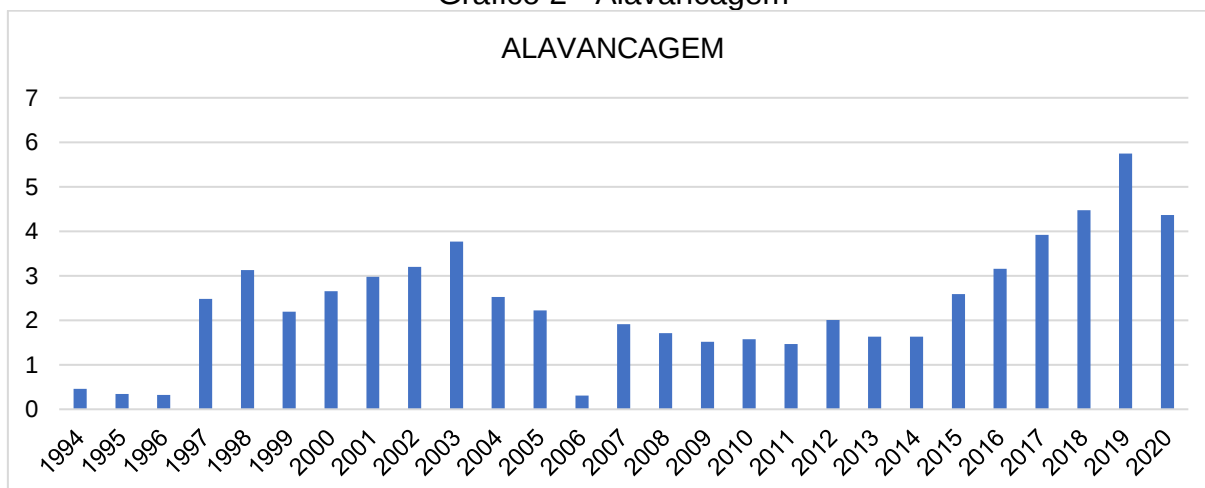


Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

Dessa forma, a Celesc apresenta, ao longo dos anos, um grau de endividamento acima de 70%, com exceção dos anos de 1994, 1995, 1996 e 2006. Os anos de 1994, 1995 e 1996, em especial os de 1994 e 1995 de transição de moeda, que de certa forma, pode ter influenciado em menores taxas. Entretanto, nos anos que se seguem o patamar oscila entre 70% a 80%, o que gera uma certa preocupação nesse fator, por apresentar uma porcentagem muito alta. No caso de 2006, vale lembrar que a transição da empresa para *Holding*, uma transformação que viria amenizar, naquele ano, chegando próximo aos 30%, metade da porcentagem dos anos anteriores e os seguintes.

Quanto a alavancagem, que consiste na relação da dívida total em relação ao patrimônio líquido, expressa que quanto maior o seu valor, maior é o uso de capital de terceiros. Esse fato demonstra um descontrole no nível de endividamento buscando capitais de terceiro para se financiar. O gráfico 2 aponta a alavancagem da Celesc entre os anos de 1994 a 2020:

Gráfico 2 - Alavancagem



Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

Assim como o grau de endividamento, a alavancagem, apresenta índices mais baixos entre os anos de 1994 a 1996, supõe-se que essa necessidade seja mais baixa nesse período pelo ganho da correção da inflação e troca de moeda, que de certa forma, influenciava no balanço da empresa.

Com relação aos dados sobre EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) LAJIDA (que são os lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) passou a ser calculado após a implantação de uma empresa terceirizada para a elaboração dos resultados anuais da empresa, por isso do disponibilidade dos dados a partir de 1996. É um indicador que demonstra o resultado operacional da empresa, o que pode ser usado também, por gestores de fundo de investimento. Esse dado permite analisar o crescimento financeiro da empresa ao longo dos anos. Dessa forma, abaixo estão apresentados os dados da empresa ao longo dos anos:

Tabela 1 - EBITDA/LAJIDA 1996 - 2020

EBITDA / LAJIDA	
Ano	Valor em milhões de reais
1996	R\$ 59,30
1997	R\$ 125,70
1998	R\$ 74,90
1999	R\$ 85,60
2000	R\$ 98,90
2001	R\$ 187,70
2002	R\$ 352,88

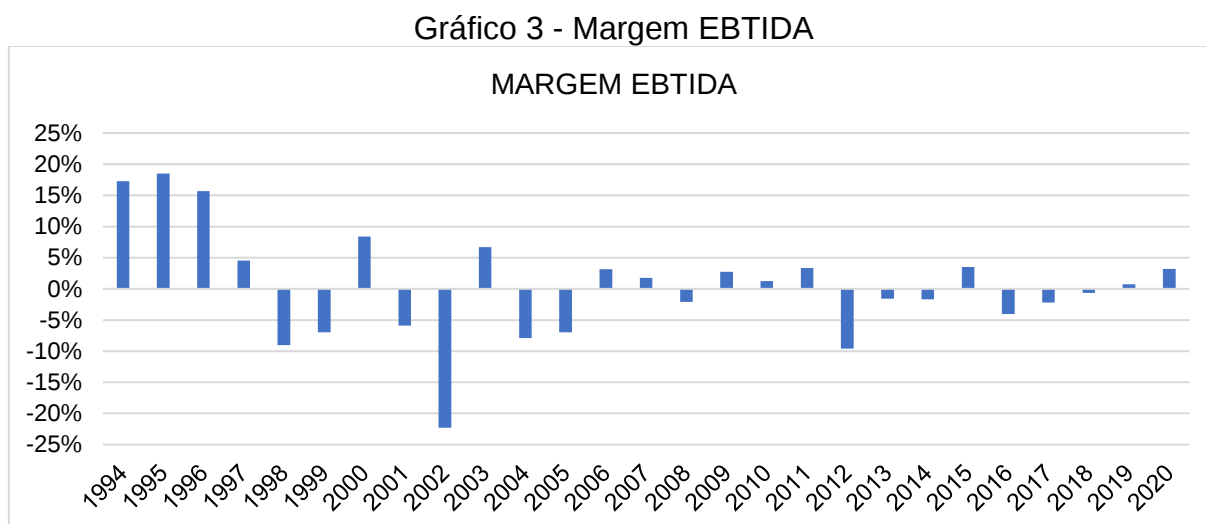
2003	R\$ 435,77
2004	R\$ 446,87
2005	R\$ 493,26
2006	R\$ 696,00
2007	R\$ 480,77
2008	R\$ 568,96
2009	R\$ 328,95
2010	R\$ 422,00
2011	R\$ 585,05
2012	R\$ 336,11
2013	R\$ 353,30
2014	R\$ 1.003,22
2015	R\$ 541,64
2016	R\$ 329,34
2017	R\$ 523,24
2018	R\$ 610,70
2019	R\$ 724,82
2020	R\$ 922,56

Fonte: Relatório da Celesc (vários anos).

Analisando os dados apresentados sobre os dados acima, percebe-se que a empresa teve uma evolução positiva ao longo dos anos, apesar de algumas oscilações. Entre os anos de 1996 e 2006, anos de embates políticos, mudanças no cenário do setor energético, a Celesc apresentou um crescimento constante em seu EBITDA, com um aumento significativo nos anos de 2001 e 2002. A partir de 2007, o que decorre, também, das reconfigurações no sistema de gestão e configuração empresarial, a estatal teve uma queda em seu EBITDA, mas se recuperou nos anos seguintes. Em 2014, a Celesc consumiu seu maior EBITDA dos últimos anos, superando a marca de R\$ 1 bilhão. De certa forma, nesses últimos vinte anos, a Celesc tem apresentado um desempenho financeiro, dentro das circunstâncias, consistente, em especial, com um EBITDA acima de R\$ 500 milhões em todos os anos desde 2017. Em 2020, a empresa apresentou um EBITDA de R\$ 922,56 milhões, o que indica uma boa capacidade de geração de caixa e uma melhoria em relação aos anos anteriores. No que tange o pico em 2014, segundo o relatório da estatal, o EBITDA Consolidado atingiu o patamar de R\$1,0 bilhão, decorrente da contabilização de ativos financeiros setoriais, que foram obtidos mediante a ativos regulatórios (não

especificados em relatório) em conjunto com reserva de provisão jurídica (obrigação legal que foi revertida) (CELESC, 2015), o que gerou um impacto positivo no indicador.

Quando a margem EBITDA, indicador econômico que ao sinalizar um aumento corresponde ao fato de a empresa gerar caixa nas suas atividades, o resultado da análise está representado pelo gráfico abaixo:

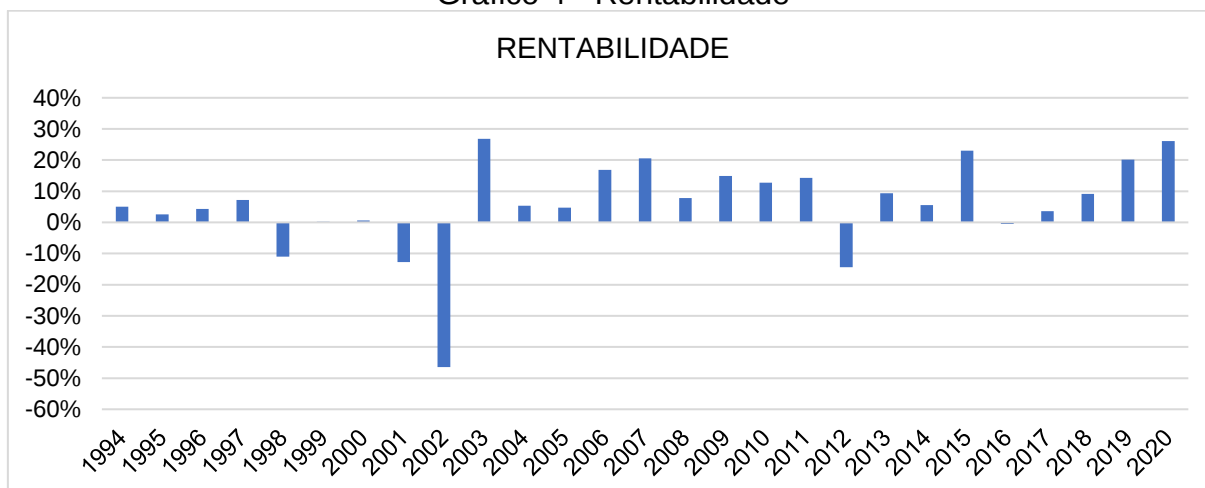


Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

Na década de 1990, salvando os anos que não se pode obter os números para embasamento e cálculo (1990,1991,1992 e 1993), dos seis anos que se segue até a chegada dos anos 2000, apenas os anos de 1998 e 1999 que a margem se apresentou abaixo do esperado. A partir de então, vinte anos seguintes as oscilações só se apresentaram mais bruscas no ano de 2002 e 2012, ademais há oscilações de pequenas porcentagens, entre positiva e negativa nos anos seguintes.

Um outro indicador econômico de relevância é a rentabilidade, que é decorrente do Lucro Líquido Operacional dividido pelo Patrimônio Líquido, que apresenta, em porcentagem, o quanto o capital dos sócios está sendo remunerado. Dessa forma o gráfico a seguir apresenta o indicador ao longo dos anos de 1994 a 2020:

Gráfico 4 - Rentabilidade



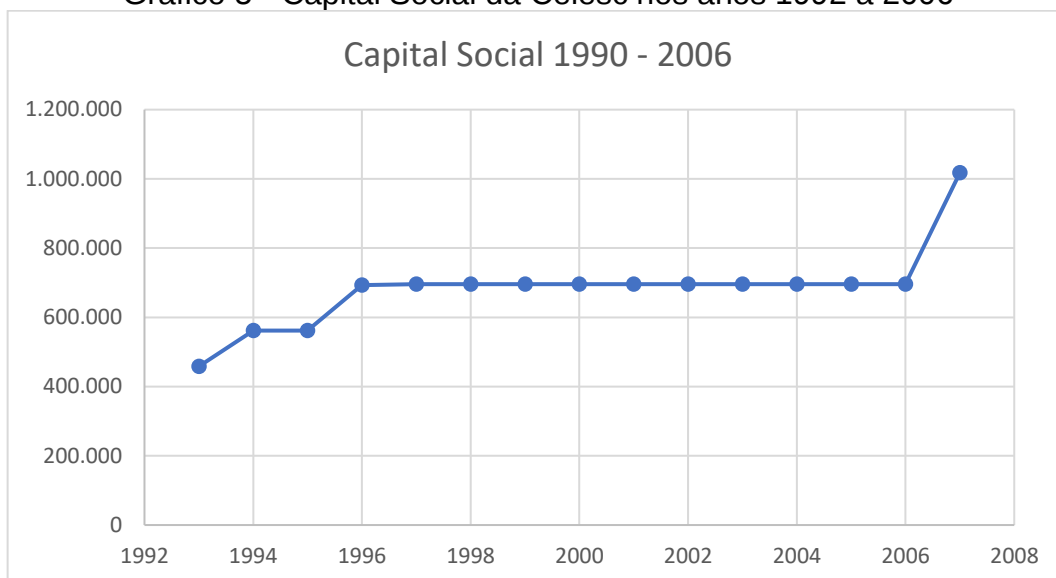
Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

O cenário é otimista entre os anos de 1994 a 1997 e quando ao novo milênio, apenas dois anos 2002 e 2012, que não apresentaram rentabilidade. Dessa forma, pode-se afirmar que a empresa procurou-se manter rentável para os sócios ao longo dos períodos de turbulências e anúncios de privatização.

Quanto o capital social, como valor bruto para investimento, aponta valores como quantias, assim como bens imobilizados, que a empresa dispõe. Nesse caso, o capital social da estatal é forma de analisar não apenas o crescimento da empresa, como também, como ela retroalimenta seus investimentos.

Da sua concepção até a atualidade, o capital social da Celesc, teve uma evolução considerável ao longo dos anos, como podemos observar no anexo A. Até o final da década de 1950, o capital social da empresa se manteve constante. Contudo, a partir 1960 até o final da década de 80, a empresa passou por uma fase de expansão, após a incorporação de empresas do ramo. Ou seja, a estatal vinha se desenvolvendo e alargando-se pelo estado. Em especial, nos anos de 1990, em meio a turbulências, ainda apresentou um aporte no seu capital. O Gráfico

Gráfico 5 - Capital Social da Celesc nos anos 1992 a 2006



Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

Ao elencar os valores do capital social da empresa, nos anos 1990, percebe-se que dois intervalos de ano importantes para a desconstrução do discurso relacionado à falta de investimentos no setor elétrico, são os anos: de 1992 a 1994 e 1995 a 1997, ou seja, o que se pode observar é que a estatal apresenta um incremento. O salto é considerável no primeiro intervalo, ano da criação do programa de desestatização. O outro intervalo chama ainda mais a atenção, pois no ano de 1997, no qual mais de 50% das empresas de distribuição foram privatizadas, a resistência perpassa por mais incrementos no capital social, sinalizando retroalimentação e crescimento da empresa. Segundo o relatório do ano de 1998, foi investido na empresa 134,4 milhões, dos quais, foram aplicados em obras para crescimento, expansão e melhoria. Esse valor foi fruto, em boa parte, da arrecadação da ADRs no mercado internacional. No quesito distribuição, foram investidos 100,6 milhões para suprir o atendimento de 62 mil novos clientes (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1998).

Um pequeno incremento também ocorre no ano de 1997 para 1998 e mostra-se uma constância até 2006. O ano de 2006, destoa em relação aos demais, pois a empresa torna-se novamente *Holding* e seu capital social é dividido entre Celesc Distribuição SA e Celesc Geração SA. O ano de 2006 marca uma nova era para a empresa, um passo para a setorialização e outro para a administração de outras empresa. Em suma, os dados da Celesc mostram uma evolução positiva ao longo dos

anos, com algumas oscilações. Nos últimos anos, a empresa tem apresentado um desempenho financeiro sólido, o que pode ser um indicativo de uma gestão eficiente e de captação de recursos para investimentos.

Já o Índice de Liquidez Corrente, outro importante indicador financeiro, ao qual, demonstra a capacidade da empresa de quitar suas dívidas a curto prazo. No caso da Celesc, e as peculiaridades do cenário econômico da década de 1990 e com a reconfiguração da empresa, apresenta-se de forma linear a partir do ano de 1993:

Tabela 2 - Índice de Liquidez Corrente

Ano	Índice de Liquidez
1990	0,33
1991	0,21
1992	0,21
1993	1,01
1994	1,42
1995	1,06
1996	1,58
1997	1,57
1998	1,00
1999	0,64
2000	0,64
2001	0,68
2002	1,08
2003	1,30
2004	1,50
2005	1,47
2006	1,35
2007	1,01
2008	1,50
2009	1,39
2010	1,01
2011	1,11
2012	1,02
2013	1,12
2014	2,94
2015	1,07
2016	0,98
2017	1,27
2018	0,86
2019	0,97

2020	1,12
-------------	------

Fonte: Balanço Patrimonial da Celesc (vários anos).

No início dos anos de 1990, a estatal, apontava problemas no quesito quitar suas dívidas a curto prazo, como pode-se observar nos pontos em que o índice é menor que 1. A partir do ano de 1993 até 1998, anos que a estatal passa a despontar níveis de crescimento em especial, no incremento do seu Capital e captação de dinheiro via Invesc, o índice aponta para o crescimento, gerando confiabilidade no mercado e perspectivas de crescimento. No entanto, nos anos de 1999 a 2001 volta a ter uma retração que pode ser explicada pelas mudanças estruturais internas, falta de investimento no setor elétrico que transcendeu os esforços das forças endógenas, o cenário da conjuntura nacional insistia na liquidação das estatais, até culminar no apagão.

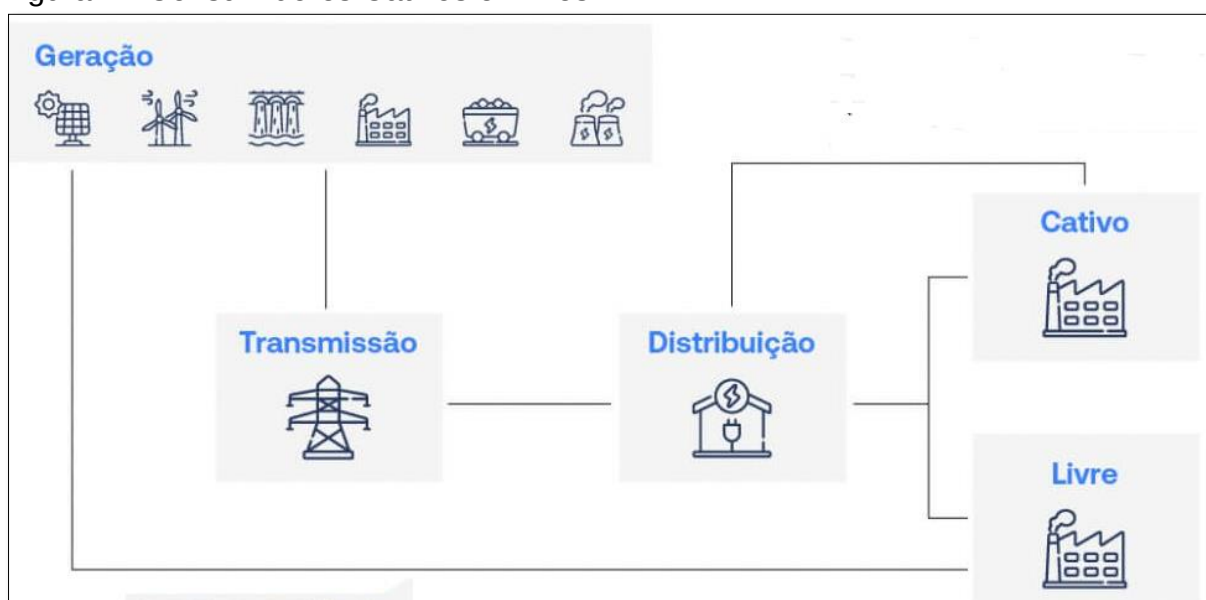
A partir dos dados apresentados acima, sobre o índice de liquidez da empresa, é possível observar uma variação significativa ao longo dos anos. Nos anos 1990, a empresa teve um índice de liquidez muito baixo, indicando dificuldades em cumprir suas obrigações de curto prazo. Entre 1993 e 1997, houve uma melhora significativa, com o índice de ingestão ficando acima de 1, o que significa que a empresa possuía recursos suficientes para pagar suas obrigações de curto prazo. Em 1998, o índice voltou a cair, apresentando uma variação significativa ao longo dos anos. Em alguns anos, como em 2004 e 2008, a empresa teve um índice de liquidez acima de 1,5, indicando uma boa capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo. Por outro lado, em anos como 1991, 1992, 1999, 2000 e 2018, a empresa apresentou índices de disponibilidade abaixo de 1, o que indica dificuldades em cumprir suas obrigações de curto prazo.

Contudo, a análise dos dados sobre o índice de liquidez da Celesc indica uma variação significativa ao longo dos anos, com alguns anos apresentando um índice acima de 1, o que indica uma boa capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo, e outros anos abaixo de 1, o que indica dificuldades nesse sentido. Nos últimos anos, a empresa apresentou uma oscilação no índice de liquidez, mas manteve-se acima de 1, indicando uma capacidade satisfatória de pagamento de suas obrigações de curto prazo.

Um outro fator que está vinculado ao desempenho financeiro foi a regulamentação que autorizou o consumo livre de energia elétrica, ou seja, até o ano

de 2003, todos os consumidores eram cativos eram obrigados a contratar a energia elétrica da distribuidora local. Contudo, após as transformações advindas dos anos 90 e com a criação do MAE em 2002, a comercialização de energia, a partir de então, dar-se-á por meio de contratação regulada ou livre. Tratou, também, da regularização de energia elétrica entre concessionárias, permissionárias e autorizadas, permitindo que grandes consumidores (com demanda contratada igual ou superior a 3 MW) pudessem escolher livremente seu fornecedor de energia. A Figura 1 demonstra a diferença entre consumidores cativos e livres:

Figura 2 - Consumidores Cativos e Livres



Fonte: Adaptado Omega Energia, 2023.

Pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ao qual dispõe sobre a comercialização de energia, houve um aumento constante no consumo de energia elétrica pelos consumidores livres, enquanto o consumo pelos consumidores cativos apresentou um crescimento mais moderado. O mercado livre de energia elétrica vem se expandido, permitindo uma maior liberdade de escolha aos consumidores e estimulando a competitividade no setor elétrico. No entanto, é importante destacar que os consumidores cativos ainda representam a grande maioria do consumo de energia elétrica no país, indicando que há um caminho longo a percorrer para uma maior abertura do mercado. Nesse sentido, a Celesc, também apresentou mudanças na configuração de venda, participando do mercado, ao qual está representado abaixo:

Tabela 3 - Consumidores Cativos x Livres

Ano	Cativo	Livre	Total MWh
1994	8.205.446,32	0,00	8.205.446,32
1995	8.962.799,08	0,00	8.962.799,08
1996	9.505.404,21	0,00	9.505.404,21
1997	10.362.317,48	0,00	10.362.317,48
1998	10.825.362,87	0,00	10.825.362,87
1999	11.377.567,65	0,00	11.377.567,65
2000	12.218.366,70	0,00	12.218.366,70
2001	12.633.300,85	0,00	12.633.300,85
2002	13.203.189,05	0,00	13.203.189,05
2003	13.621.412,38	77.417,61	13.698.830,00
2004	14.110.209,92	478.165,85	14.588.375,78
2005	14.041.072,84	1.322.693,28	15.363.766,12
2006	13.485.280,87	2.500.249,69	15.985.530,56
2007	13.773.958,61	3.183.021,07	16.956.979,68
2008	14.726.182,60	3.017.918,69	17.744.101,29
2009	15.797.032,98	2.147.824,23	17.944.857,21
2010	16.199.223,64	3.113.087,15	19.312.310,79
2011	15.803.496,31	4.174.170,05	19.977.666,36
2012	16.169.800,48	5.081.311,21	21.251.111,69
2013	16.435.361,86	5.645.497,85	22.080.859,71
2014	17.635.698,59	5.831.481,75	23.467.180,34
2015	17.159.383,14	5.600.143,64	22.759.526,78
2016	16.236.762,63	6.720.226,79	22.956.989,42
2017	15.494.697,13	8.376.190,93	23.870.888,06
2018	15.676.372,14	8.786.419,68	24.462.791,82
2019	16.363.003,61	9.249.365,23	25.612.368,84
2020	16.299.004,04	9.355.000,71	25.654.004,75
2021	16.677.488,00	10.609.701,88	27.287.189,88

Fonte: Adaptado Celesc, 2023.

Essa mudança na configuração de venda de energia era inevitável, contudo, a Celesc, a partir de estratégias internas, para minimizar os efeitos da livre demanda, criou Programas de Fidelização e o Programa de Venda de Energia Especial. Dessa forma, os valores na coluna "Cativo" representam o consumo de energia elétrica por clientes que são atendidos pela Celesc de forma exclusiva, ou seja, não têm liberdade de escolha do fornecedor de energia elétrica e vem aumentando ao longo dos anos e, os valores na coluna "Livre" representam o consumo de energia elétrica por clientes que têm a liberdade de escolher seu

fornecedor de energia elétrica, pertencentes ao mercado livre de energia. Num parâmetro geral pode-se observar que a Celesc cresceu nos dois pontos, resultando no aumento contínuo no consumo total de energia elétrica, indicando um crescimento da demanda.

Essa mudança na comercialização de energia não atingiu as vendas da Celesc, pois os consumidores cativos aumentaram ao longo dos anos. O que se pode notar, também, um aumento dos consumidores livres, o que indica que a empresa aumentou a quantidade de clientes.

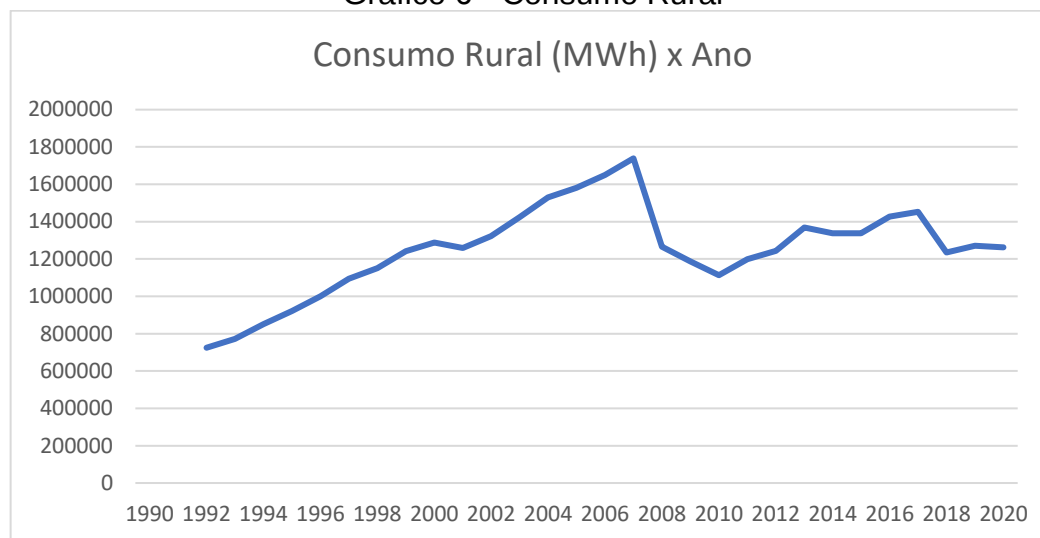
5.2 DESEMPENHO SOCIAL

Os indicadores sociais escolhidos para analisar nesta tese são baseados nas condicionalidades que a estatal condiciona o acesso às classes sociais. Nesse caso, foi escolhido um indicador externo baseado nos consumidores da área rural, pois os investimentos nessa área são mais delicados pensando em retorno a longo prazo por ser uma questão, em sua maior parte, de acesso, e o outro indicador foi a trajetória dos trabalhadores perante a reforma administrativa que consolidou a terceirização e a redução de trabalhadores concursados.

Por um lado, o poder do Estado gerando acesso ao serviço público mediado pela estatal e, por outro lado, uma luta de classes pelos seus direitos e entre os dados, uma empresa, como instrumento da condensação das relações materiais de existência. Dessa forma, a incorporação das relações sociais de produção nas instituições políticas e jurídicas numa perspectiva em que o Estado não é um mero instrumento neutro, mas sim, moldado pelas relações sociais de poder existentes na sociedade.

A partir da incorporação da Erusc, a Celesc assumiu a distribuição de energia no meio rural, um desafio que envolveu a expansão da rede de energia elétrica para áreas remotas e a oferta de soluções específicas para as necessidades das comunidades rurais. Dessa forma, a estatal empresa adotou uma série de estratégias, incluindo a utilização de parcerias com cooperativas e associações de agricultores, além de políticas específicas para incentivar a eletrificação rural. O gráfico a seguir representa o consumo rural de 1990 a 2020:

Gráfico 6 - Consumo Rural



Fonte: CELESC, 2023.

No ano de 1995 pelo Decreto nº 395 de 10 de outubro, foi instituído, pelo governo do estado, o “Programa Catarinense de Eletrificação Rural – Viva Luz, que foi pensado para levar energia elétrica para as regiões do interior do estado. Dessa forma, para manter o programa, os recursos para o custeio deveriam vir 62,5% da participação do estado, 12,5% da participação da Celesc e 25% da participação dos consumidores (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2002).

No ano de 1997, a empresa já buscava negociações com a Petrobrás e a nova estatal SC Gás, em busca de novas fontes de geração de energia. No mesmo ano, o Programa Viva Luz que era destinado a levar energia para a área, ganha um impulso do Governo Estadual, em conjunto com o Programa Nacional de Irrigação, permitiu que a empresa expandisse, ainda mais, para as áreas rurais e como resultado 71 municípios foram supridos o déficit da demanda energética do meio rural (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1998).

Outro ponto que vale que ressaltar, e no âmbito mais recente, é o Celesc Rural. Lançada no ano de 2019, resultado de reivindicações dos produtores rurais, tem como intuito reforçar a rede de distribuição de energia. Dois pontos principais são: a substituição de redes monofásicas por trifásicas e instalação de cabos protegidos nas áreas de vegetação. Dessa forma, foram investidos mais de R\$ 181 milhões que beneficiariam 229 mil propriedades rurais, ou seja, metade das propriedades que a Celesc D atende no estado (CELESC, 2023).

Quanto o meio trabalhista, a Celesc adentra os anos de 90 com expansão, investimentos, com muitos empregos diretos, mas também, com insatisfações no meio trabalhista e as massas de manobras políticas que rondavam as diretorias. A terceirização de mão de obra é um tema delicado e amplamente debatido no âmbito acadêmico. A legitimação da terceirização leva a questionamentos como as condições de trabalho, a remuneração, em especial, quando trata-se de uma empresa estatal, os direitos que os trabalhadores concursados têm são diferentes dos que prestam serviços, uma vez que os trabalhadores terceirizados geralmente recebem recompensas mais baixas e têm menos benefícios.

Além disso, os trabalhadores terceirizados são, em sua maior parte, menos protegidos por leis trabalhistas, o que pode torná-los mais considerados a abusos e exploração por parte dos empregadores. A terceirização também pode levar à fragmentação da força de trabalho, tornando mais difícil para os trabalhadores organizarem sindicatos e negociarem coletivamente por melhores condições de trabalho.

No caso da Celesc, a terceirização de mão de obra foi uma saída para reduzir os custos operacionais e aumentar a eficiência da empresa, no âmbito financeiro. A Reforma Administrativa, no Brasil, em 1995, trouxe inúmeras consequências para os trabalhadores, mesmo que tímida, os incentivos a aposentaria na década de 1990, foi um passo para essa “moda” que veio para ficar. Como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 4 - Funcionários concursados x terceirizados

Ano	Funcionários concursados	Funcionários terceirizados
1990	6.360	
1991	6.065	
1992	5.723	
1993	5.796	
1994	5.619	
1995	5.604	
1996	5.252	
1997	4.968	
1998	4.491	
1999	4.478	

2000	4.432	
2001	4.265	
2002	4.227	
2003	3.625	
2004	3.609	2.108
2005	3.590	1.905
2006	4.041	1.973
2007	4.039	3.150
2008	3.964	2.902
2009	3.916	2.193
2010	3.736	1.844
2011	3.634	1.953
2012	3.525	1.574
2013	3.030	2.861
2014	3.287	2.093
2015	3.329	1784
2016	3.348	1.371
2017	3.298	2.109
2018	3.333	2.556
2019	3.404	2.943
2020	3.344	3.903

Fonte: Diversos relatórios Celesc.

Os dados apresentados sobre o número de funcionários concursados e terceirizados da Celesc ao longo das últimas três décadas apontam o significativo aumento na terceirização de mão de obra pela empresa. Nos anos de 1990 não havia funcionários terceirizados, entretanto, havia o programa de incentivo a aposentadoria, que levou a saída “forçada” de alguns empregados mediante as propostas de aposentadoria. Enquanto nos anos 2000, após a reestruturação da empresa, o funcionário terceirizado se tornou uma forma de redução de custos. Mesmo com o aumento da geração de empregos os direitos não são os mesmos para ambos, a questão está tão em alta que em 2020, a proporção de funcionários terceirizados em relação aos concursados passou a ser de mais de 50%.

Para entender o papel dos trabalhadores na resistência da privatização das Celesc, de início, é importante entender como se deu a unificação dos trabalhadores, como se formaram os sindicatos e o que defendiam. Dessa forma, vale ressaltar que, a organização coletiva dos trabalhadores e o desenvolvimento da atividade do setor elétrico, no estado catarinense, não andaram em conjunto. A figura do eletricitário, em

si, aparece no início do século XX em conjunto com os experimentos com luz elétrica. E, a organização coletiva, propriamente dita, aparece meio século depois na capital do Estado. Os tempos, antes das formações dos sindicatos, eram muito mais difíceis para os eletricitários, além dos baixos salários, as relações de trabalho eram autoritárias, poucos direitos em execução e nenhuma assistência social (VIEIRA E BRITO, 2009). No início, as condições de trabalho eram precárias, a partida para o serviço era em cima de carrocerias de caminhões, nas bicicletas, carregando seus materiais de trabalho, além de executar as tarefas pesadas como cavar buracos, transportar e erguer postes, instalar transformadores sem medição da tecnologia, ou mesmo, materiais de segurança.

O primeiro arranjo de interesses coletivos dos eletricitários foi a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termoelétrica de Florianópolis, fundada em 22 de setembro de 1960. Um ano mais tarde, passa a ser, então, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Florianópolis (em conjunto a esse, surgiu o SINTEVI – Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí, em 1957; SINDINORTE – Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado de Santa Catarina, em 1962; SINTERESC – antiga Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão, criada em 1968 e muda para sindicato em 1992; STIEEL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Hidro e Termoelétrica de Lages, em 1974). E, nos anos 80 surgiu Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (Intercel), que se fez da união política dos sindicatos de trabalhadores da Celesc (VIEIRA E BRITO, 2017).

A necessidade de organização para reivindicar os direitos proporcional ao trabalho que executavam na empresa, como aumento de salários, melhores condições de trabalho, assim como, os direitos que a empresa poderia proporcionar ao trabalhador e não estava dispondo. O sindicato estava voltado para questões internas e assistencialistas dos associados e seus familiares, como cooperativa de alimentos, bolsas de estudos para os filhos, atendimento médico. Nesse mesmo período, o sindicato começou a interagir com outros sindicatos no estado e com outros sindicatos de eletricitários.

A Reforma Administrativa de 1995 legitima retrocessos no mundo do trabalho, mas os passos já estavam sendo dados desde o início da década e os ideais neoliberais invadem as direções da Celesc e da Eletrosul (SOARES, 2001). A ameaça

de privatização assombrava essas empresas o que se tornou para os sindicatos um desafio. Um outro fator que assombrava a Celesc, nesse período, em especial a partir de 1991, foi a adoção do plano de demissão incentivada. No caso da Celesc, além da ameaça de privatização outras investidas estavam sendo feitas pela direção, como as reformas administrativas e previdenciárias, medidas de controle sindical, aumento das terceirizações e novas tecnologias de “gestão” do trabalho. No ano de 1993, os eletricitários fizeram uma paralisação de um dia questionando a terceirização dos serviços, que além do mal pagamento aos funcionários questionavam a não contratação direta deles, o que levaria a não ter o mesmo amparo trabalhista dos contratados pela estatal.

Quando iniciam as negociações e rumores de privatização na empresa, e os sindicatos com a campanha “Celesc pública bom pra todo mundo”. O *Slogan* foi criado em meio aos rumores de privatização, e um conjunto de manifestações se alarga pelo estado, entre os trabalhadores, entre os funcionários em geral, apenas uma pequena porcentagem era a favor da privatização (+5%) (MORAES, 2020).

Em meados de 1996 a direção da Sinergia fez seu planejamento anual com prioridade a não privatização, e foi organizado e consolidado num planejamento o que foi muito além da diretoria, então começa a movimentação para a unificação com outros sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e trabalhos na sociedade. Então, o Plano Contra a Privatização da Celesc (e também da Eletrosul) foi constituído com base no envolvimento da categoria (isso envolvia as famílias, aposentados e amigos), articulação com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), Intersindicais, movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), associação de moradores, a população num geral, e também, de forma institucionalizada com apoio de Câmara de Vereadores do estado, Assembleia Legislativa. Então houve uma grande movimentação com diversas ações, desde forma interina até organização de Seminários, participação em Assembleias (SAMPAIO, 2001). No mesmo ano, em ação conjunta com os demais apoiadores, lideraram uma greve geral de enorme adesão, a nível estadual, 200 mil em greve e a Celesc e Eletrosul pararam.

As pressões aumentavam, mas a falta de propostas persistia, após a greve de 19 dias, surgiu uma proposta que satisfizesse os empregados. Um dos itens acordados previu 30% do salário a ser pago em janeiro de 1997. A partir desse primeiro

Congresso criou-se um espaço coletivo de ação dos empregados e, também, dos sindicatos. Em 17 de abril de 1997, o Sinergia em conjunto com o MST, realizam uma marcha, que num ato simbólico deram um abraço no prédio da Celesc, em Florianópolis, de mãos dadas, os sindicalistas, celesquianos (que estavam em paralisação) e o MST protestaram contra a privatização e a má administração da empresa. Contudo, essa movimentação trouxe repercussões negativas aos empregados da Eletrosul que participaram, foram punidos (SAMPAIO, 2001).

A questão da Celesc foi muito além da privatização, pois os sindicatos também questionavam o modelo e gestão, que era pautado em acordos políticos partidários. Então no dia 24 de abril de 1997, 220 delegados representantes das agências regionais se reuniram no auditório da Escola Sul da CUT, e trocaram experiências, elaboraram diagnósticos, em luta para um novo modelo de gestão, onde resultou no seguinte documento, conforme Vieira e Brito (2017, p. 122):

Os empregados da Celesc, ao se posicionarem contra a privatização, não negam a necessidade de mudança do modelo a gestão desta estatal. Pelo contrário, sustentam a importância de uma nova forma de administração que deva conjugar (...) o profissionalismo e a eficiência na gestão com o permanente controle de resultados (...) os empregados estão dispostos a contribuir com sua parcela na construção de uma empresa pública que atenda aos legítimos interesses econômicos e sociais de Santa Catarina. O desafio do nosso tempo não é privatizar indiscriminadamente as estatais, mas expurgá-las de interesses privados e partidários que desde sempre a colonizam.

Ainda no ano de 1997 a Intercel enviou dois representantes para Brasília que participaram os deputados federais e senadores do estado, para expor a privatização da empresa. Nesse mesmo período foi criado o Mucap (Movimento Unificado Contra a Privatização), que englobou trabalhadores do Besc, Casan, Telesc, Correios, Ciasc, com o objetivo de aderir, ainda mais, apoio. Então, a partir do Mucap, foram realizados baixo assinados, manifestações, conscientização popular nas ruas, a fim de manter, não apenas a Celesc, mas também, a Eletrosul. Em 8 de dezembro deste mesmo ano foi assinada a Carta de Santa Catarina contra as privatizações, que englobou parlamentares federais, estaduais, municipais, associações, entidades civis, assegurando todas as estatais dos setores apoiadores (VIEIRA E BRITO, 2017).

No entanto, a ano de 1998 iniciou as disputas políticas para eleições da Presidência da República e, com isso, a continuação do projeto social implantado no país, e o governo nacional acelera as determinações internacionais e dentre essas, a

Eletrosul não resistiu aos comandos nacionais, pois em dezembro de 1997 foi dividida em duas empresas, sendo que, a Eletrosul seria responsável pela transmissão e a Gerasul pela geração e comercialização. Esse trâmite, foi uma manobra para privatização da Gerasul (em 15 de setembro de 1998), a qual foi vendida, em leilão, para a Tractebel (grupo belga Suez).

A resistência a Celesc continuava, em meio as entradas e saídas dos governos nacionais. Naquele momento, não apenas a Celesc, mas também, a Casan e do Besc, estavam lutando para manter-se como estatal. Então, quatorze dias após o leilão da Gerasul, o Mucap estava lutando para barrar esses outros processos. Durante uma semana percorreram as empresas (Eletrosul/Gerasul, Ciasc e Correios), mostrando o quanto eram importantes a unificação e a resistência para os trabalhadores. Esse primeiro ano do Mucap foi festejado com os trabalhadores, sindicalistas, população apoiadora, com apresentação teatral, panfletagem e um “parabéns para você” (SAMPAIO, 2001).

Essas organizações investidas de poder de representação, conseguiram se tornar “pontes cognitivas” que amenizaram os efeitos da demanda nacional. De certa forma, mexeram com as diferenças de percepções entre os diversos ocupantes daquele espaço social. Onde buscaram traçar uma geometria do espaço social no qual os polos dominantes dos diversos campos sociais se encontram e trocam recursos materiais e simbólicos, e conseguiram produzir uma dinâmica, ao mesmo tempo de competição e de cooperação, que confere estabilidade aos arranjos e reproduz os diversos “estilos nacionais” de comportamento das elites e de exercício do poder.

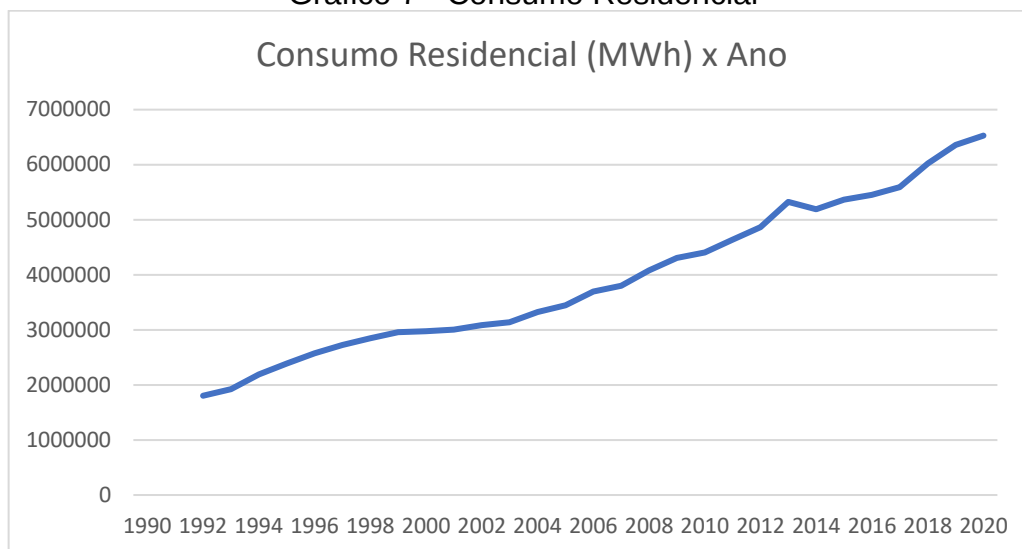
Entre as incertezas, os trabalhadores mostram-se resistentes e organizados, dentre as conquistas estava o reforço da resistência, contudo, as consequências da reforma administrativa viriam. O relatório anual da empresa do ano de 2003, apresentou dados que em média 14% do quadro funcional havia sido reduzido. Em seguida, começa uma inversão desse quadro, onde a terceirização, como justificativa de corte de gastos, passa a infiltrar-se nos discursos de gestão.

5.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

O crescimento e o desenvolvimento de uma empresa estão diretamente ligados à lógica do modo de produção capitalista e da acumulação do capital, que pode ser ancorada no desenvolvimento industrial. Contudo, como estamos tratando de um setor estratégico do capital, para que haja crescimento e desenvolvimento da empresa, necessita-se de investimentos, como visto anteriormente, e, como consequência, a energia se torna um motor propulsor que transcende à satisfação das necessidades humanas para a satisfação das relações materiais de existência. Dessa forma, o crescimento de uma empresa capitalista é medido pelo aumento do volume de capital investido e pela ampliação da produção que, em consequência, resulta no aumento do consumo das diversas esferas. Esse crescimento pode ocorrer por meio da expansão da produção para novos mercados. Já o desenvolvimento de uma empresa capitalista envolve a apropriação do conhecimento científico e tecnológico e sua utilização na produção (MARX, 2013). Foi nesse sentido que os dados escolhidos para a análise foram: o consumo residencial, o consumo industrial, quantidade de clientes, distribuição, consumo por região e consumo por classe.

Com relação ao consumo de energia elétrica nas residências, como indicador de desenvolvimento socioeconômico, pode ser analisado por algumas esferas como o crescimento econômico, o desenvolvimento regional, políticas de acesso e, em especial, investimentos no setor. Abaixo, os dados de consumo residencial da Celesc de 1990 a 2020:

Gráfico 7 - Consumo Residencial

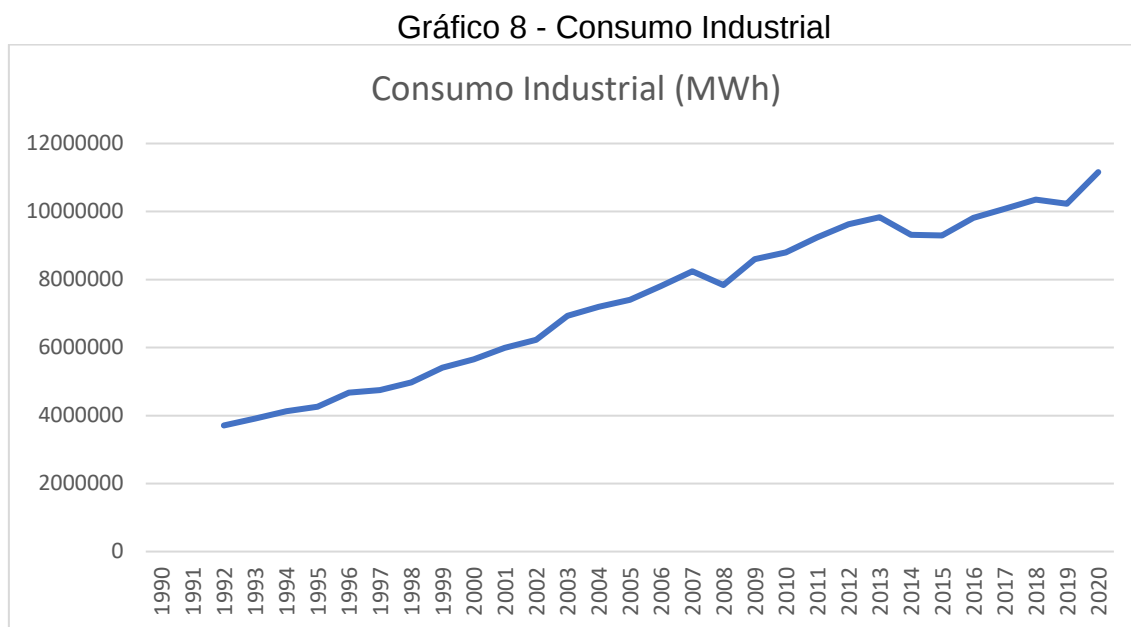


Fonte: CELESC, 2023.

Ao analisar os números, observa-se um crescimento constante dos consumidores residenciais da Celesc ao longo dos anos, com um aumento de cerca de 1 milhão de consumidores. Este aumento pode ser atribuído ao aumento populacional, mas em especial, à expansão da infraestrutura elétrica da Celesc pelo estado, como também, as políticas de acesso. A década de 1990 foi marcada por uma série de transformações no setor industrial de Santa Catarina, em especial com a abertura comercial e a modernização produtiva. Nesse contexto, a energia elétrica assumiu um papel cada vez mais importante como insumo produtivo. Nos anos 2000, o programa de governo, Luz para Todos, trouxe uma nova perspectiva para o acesso a eletricidade.

Quanto ao consumo de energia elétrica pelo setor industrial, este representa um indicador importante do crescimento econômico e do desenvolvimento industrial de uma região. Por ser um dos principais motores da atividade econômica de um país, o aumento do consumo de energia elétrica nesse setor indica um aumento na produção industrial que, por sua vez, está relacionado ao crescimento econômico. O consumo de energia elétrica é, muitas vezes, utilizado como um indicador de atividade industrial e pode refletir o nível de investimentos e o desempenho do setor. Além disso, o aumento do consumo de energia elétrica pode estar relacionado, também, à otimização e automação dos processos produtivos. O uso de equipamentos elétricos e eletrônicos mais eficientes e a adoção de tecnologias avançadas no processo de produção. Dessa forma, é um indicador importante do

crescimento econômico, modernização dos processos produtivos e expansão da indústria. Conforme pode-se observar abaixo, o gráfico de consumo de energia elétrica, pela Celesc, no setor industrial, desde 1990 até 2020:



Fonte: CELESC, 2023.

O sistema capitalista é caracterizado pela busca incessante de aumentar a produtividade e obter maiores lucros. O aumento do consumo de energia elétrica pelo setor industrial é visto como uma resposta a essa busca por aumentar a produtividade. Esse aumento, pelas indústrias catarinenses, também reflete, de certa forma o crescimento econômico do estado. De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina cresceu, em média, 4,2% ao ano na década de 1990, acima da média nacional (3,2%) (IBGE, 2021). Esse crescimento econômico foi impulsionado, em grande parte, pelo setor industrial, que representava cerca de 30% do PIB do estado em 1990 e passou a representar cerca de 40% em 2020 (IBGE, 2021). Dessa forma, o gráfico de consumo industrial da Celesc reflete, não apenas o aumento do consumo de energia elétrica pelas indústrias catarinenses, mas também o processo de modernização produtiva, o aumento da oferta de energia e o crescimento econômico do estado ao longo das décadas.

Isso também pode ser observado na quantidade de clientes pode ser entendida como um reflexo do crescimento do sistema capitalista, no qual a demanda por energia elétrica está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico. À medida

que a economia cresce, mais empresas necessitam de atendimento para expansão das suas atividades e maior se torna sua necessidade de eletricidade para suprir essa demanda. Outro ponto a considerar, que a partir do momento que o setor produtivo cresce, cresce com ele a necessidade de mão de obra e a migração de trabalho em áreas de concentração industrial. No caso da Celesc, políticas de eletrificação rural (via governo nacional e estadual) foram, também, inseridas na empresa, o que permitiram que a estatal abrangesse áreas mais remotas do estado. Sendo assim, segue a representação do aumento do número de consumidores da empresa, desde a sua fundação até a atualidade:

Tabela 5 - Clientes Celesc	
Quantidade de Clientes Celesc	
Ano	Quantidade de clientes
1956	35.000
1958	40.700
1962	87.000
1968	171.700
1974	300.000
1977	402.000
1980	527.600
1989	1.000.000
1997	1.500.000
2005	2.000.000
2010	2.500.000
2018	3.000.000

Fonte: Adaptado Celesc, 2022.

A partir dos dados apresentados acima, pode-se analisar que a Celesc, nos últimos 60 anos demonstra expressivo crescimento. O número de clientes aumentou de forma significativa na década de 60, com um incremento de mais de 80 mil consumidores entre 1962 e 1968. O crescimento da estatal é contínuo, na década de 70, por exemplo, aumentou para mais de 400 mil em 1977. A partir daí, a empresa experimentou um crescimento mais gradual na década de 80, com o número de clientes atingindo 1 milhão em 1989. A década de 90 foi um período de forte crescimento, com a base de clientes atingindo 1,5 milhão em 1997. O que chama atenção nesse ponto são os 500 mil novos clientes entre os anos 1990 e 2000, mais uma vez, sinalizando o crescimento da estatal e o alargamento no território. A linha

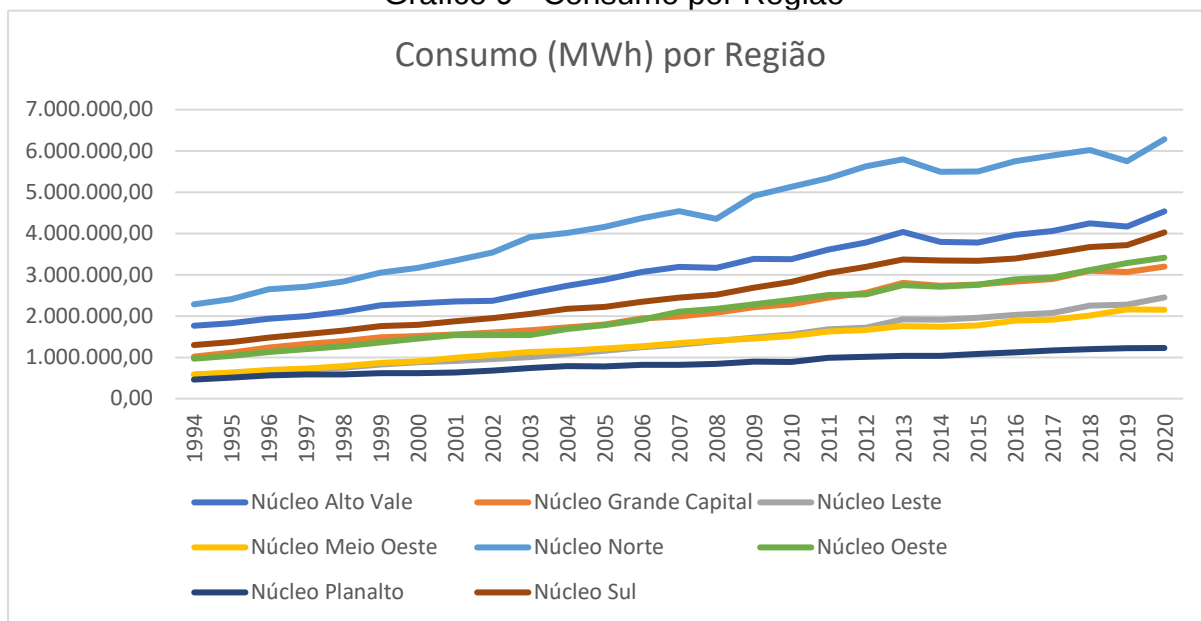
ascendente, a partir dos anos de 1990, demonstra um crescimento no atendimento de mais de 350%. Sinalizando, mais um ponto de crescimento das suas estruturas no estado. A partir daí, a empresa continua a crescer, com o número de clientes atingindo 2 milhões em 2005, 2,5 milhões em 2010 e 3 milhões em 2018.

Dessa forma, é importante notar que o aumento no número de clientes pode ser resultado de uma série de fatores, como o crescimento da população, a expansão do acesso à energia elétrica e a entrada da empresa em novos mercados. Como também, investimentos em termos de infraestrutura e capacidade de atendimento.

Quanto a distribuição de energia elétrica pela Celesc ao longo das décadas. A partir dos dados, é possível observar um aumento significativo na distribuição de energia elétrica. O crescimento da distribuição de energia elétrica ao longo dos anos está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina. Com o aumento da atividade industrial e a ampliação da infraestrutura urbana, a demanda por energia elétrica também cresceu. Além disso, os investimentos em melhoria da rede de distribuição da Celesc foram fundamentais para acompanhar essa demanda crescente.

Isso pode ser observado no consumo por região que demarca os pontos que a Celesc atua. Mas, de certa forma, também demonstra as regiões de maior desenvolvimento econômico, pois o consumo de energia é resultante dos investimentos do setor, indo ao encontro do pressuposto de que capital atrai capital. Dessa forma, por ser um setor estratégico, o capital é passível a se concentrar onde há um ambiente favorável. Dentre as intempéries das últimas três décadas, pode-se notar um aumento considerável de consumo em cada uma das regiões abaixo:

Gráfico 9 - Consumo por Região

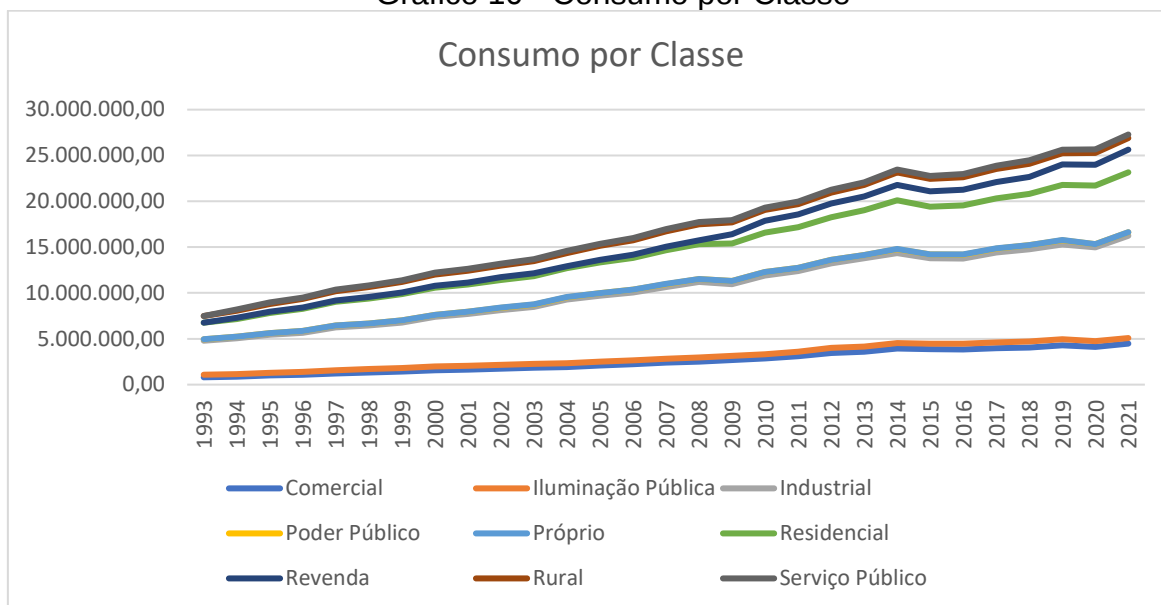


Fonte: Consumo por Classe, Apêndice.

O núcleo Norte é o que mais arrecada, seguido pelo núcleo Leste e, em terceiro lugar, o núcleo Meio Oeste. O núcleo com menor arrecadação é o Planalto, seguido pelo Sul e pelo Oeste. A partir dos dados representados acima, pode-se perceber que a arrecadação total da empresa aumenta gradativamente a cada período. Isso indica que a empresa está crescendo e ampliando sua atuação em diferentes regiões. Embora haja variações no consumo de cada núcleo em cada período, a ordem de cada um deles permanece relativamente constante ao longo do tempo.

No que tange o consumo por classe, os dados representam a distribuição do consumo de energia elétrica da Celesc ao longo dos anos, separados por categorias como comercial, residencial, industrial, entre outras. É possível observar que a demanda por energia elétrica cresceu em todas as categorias, o que reflete o crescimento econômico e populacional do estado de Santa Catarina, conforme podemos observar abaixo:

Gráfico 10 - Consumo por Classe



Fonte: Consumo por Classe, Apêndice.

A categoria residencial sempre foi a que apresentou maior consumo de energia elétrica, seguida pela industrial e comercial. A categoria de iluminação pública apresenta uma demanda estável ao longo dos anos, o que indica que a expansão da rede de iluminação pública tem acompanhado o crescimento das cidades. Já as categorias de poder público, próprio, revenda, rural e serviço público apresentam uma participação menor no consumo total de energia elétrica.

O recorte analisado aponta crescimento em todos os pontos, o desempenho operacional sinaliza o retorno dos investimentos materializados no aumento dos números. As transformações estruturais não estão apenas voltadas para o atendimento do mercado, mas também, estão inseridas nas políticas de acesso, em especial, no meio rural. Há sinais de uma preocupação do Estado explanadas na ramificação, expansão, manutenção, do sistema.

6 CELESC: A “JOIA DA COROA” DO SISTEMA ESTATAL

A empresa, ao longo dos anos, foi mudando sua fisionomia, sua aparência e suas relações, devido a multiplicidade de vetores e as forças que apontavam, forças essas que se apoderavam do cotidiano e de suas ações. Isso decorre da inserção do sistema espacial, ao qual está subordinado a uma mais-valia mundial (SANTOS, 2008), tornando-se uma síntese desse movimento embalado pelas forças exógenas, mas também protegida pelas forças endógenas sustentada no conservadorismo das estruturas.

As forças exógenas mudaram a configuração da estatal como empresa que atua no mercado de ações, moldando-a para ambiente de negociações e reconfigurações do sistema espacial. Já as forças endógenas, enxarcadas pelas continuidades de um desenvolvimentismo conservador, não renunciaram à permanência de um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Afinal, a Casan, outro setor estratégico, que requer investimentos ao qual o setor privado não interessa e o Gás, que a indústria necessita, mas não sustenta, estão ligados a Celesc. A distribuição de água passou por algumas transformações, já o Gás nasce em meio a dilemas neoliberais de não interferência do Estado. Os governos catarinenses sempre estiverem presentes nas decisões dos setores, que, por fim, também contribuíram para a permanência, direta e indireta, na ossatura material do Estado. E essa questão sobre a preocupação de manter esses setores sob o comando do Estado é sinalizada, em entrevista com o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, conforme anexo D:

Então eu acho que nós não podemos abrir mão totalmente da regulação, eventualmente pode privatizar uma empresa ou outra, mas renunciar a isso, do comando do setor de energia do Brasil, acho que não deve sair totalmente da mão do Governo não.

Dessa forma, a Celesc acaba sendo um instrumento estratégico na energia, mas também, como possui ações na Casan e SC Gás, passa a estender essa responsabilidade para outros dois setores estratégicos.

6.1 CELESC E CASAN

Os primeiros ensaios da atuação do Estado estão vinculados ao saneamento, abastecimento de água e a energia elétrica. Quanto ao abastecimento de água, no início do século XX, cabia as prefeituras municipais a construção das bicas e chafarizes para abastecer a demanda de água potável nas cidades. Em Florianópolis, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, inaugurou em 1910 o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto, a empresa foi criada a partir da Lei Estadual nº 1.235, de 1º de novembro de 1918 (GOULARTI FILHO, 2020). E nesse período, em especial, em 1910 foi inaugurada a usina da Maruim que viria a trazer energia elétrica para as bombas de esgoto da capital.

Porém a questão de abastecimento de água demandava maiores investimentos, não apenas em Florianópolis, como também nas demais cidades, em especial, àquelas que estavam concentrando maior volume de capital e consequentemente um maior número de habitantes. Como forma de organização e atendimento dessa demanda crescente em 1937 foi criado o Departamento Estadual de Saúde Pública (DESP) e o Serviço Social de Saúde Pública em 1942. E, nesse mesmo período já começam as inaugurações dos sistemas de abastecimento nas grandes cidades do estado, como em Lages em 1941, Tubarão em 1949 e Itajaí em 1953.

Era o Estado abraçando as demandas e se reformulando conforme a complexidade. Mas no que antecede essa legitimação do setor de abastecimento como estatal, temos um segundo momento que é a criação do Serviço de Água e Esgoto - SAE, via Decreto nº 469, de 18 de janeiro de 1955, ao qual desmembra da Diretoria de Obras Públicas o Serviço de Água e Esgoto e criou-se uma autarquia, na intenção de expandir os serviços para mais cidades no estado, que foi transformado em Diretoria de Água e Esgoto (DAE) e, para substituí-lo, foi criado o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES) que foi instituído pela Lei Estadual nº 3.058, de 20 de maio de 1962, o qual englobava 16 sistemas de abastecimento de água e 2 de coleta de esgoto.

Ainda no ano de 1962 foi criado o SIESC (Serviço Integrado de Engenharia Sanitária de Santa Catarina) e para dar suporte a esses sistemas, no ano de 1968 foram criados os Fundos Rotativos Estaduais, com a finalidade de financiar obras de

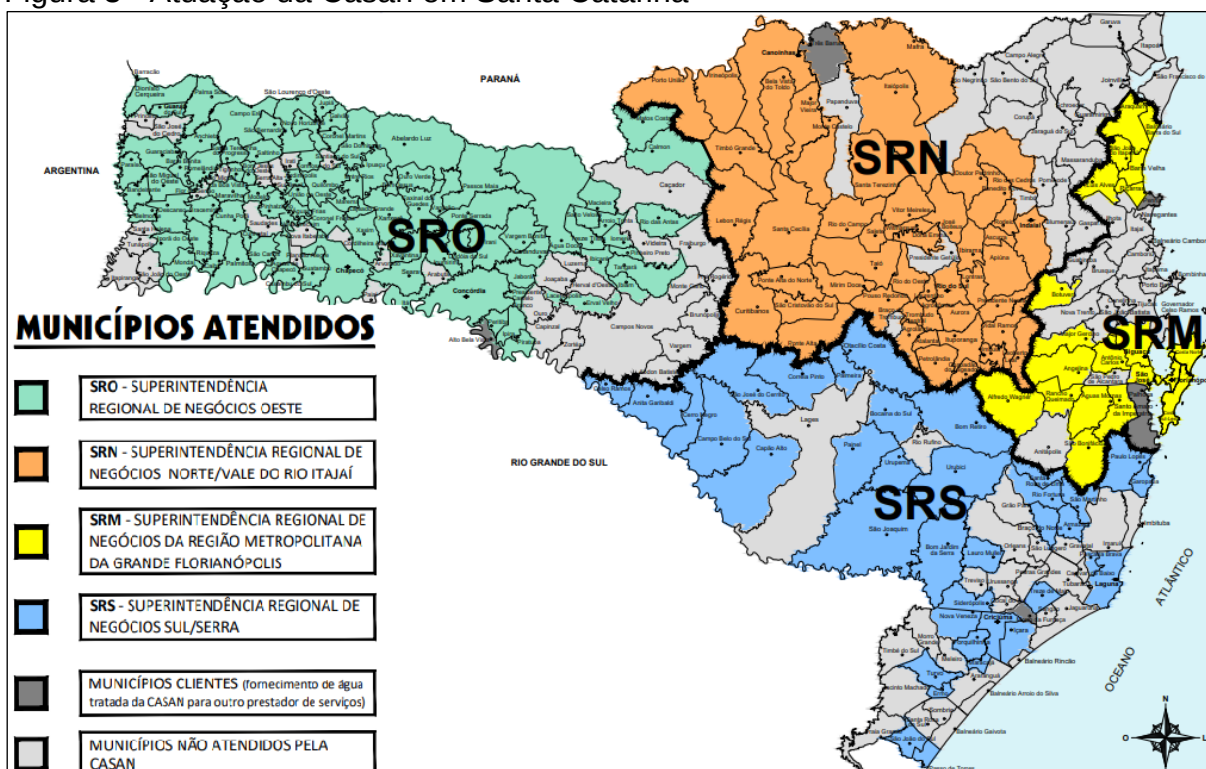
água e esgoto, conhecido como FAE. Em 1969, mais uma vez o Estado financiando o alargamento do serviço, autoriza o BNH (Banco Nacional de Habitação) a aplicar recursos próprios do FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) no saneamento básico. Apesar de haver grandes esforços do governo estadual para suprir essa necessidade, quando comparamos a nível nacional não havia um sistema propriamente formado, pois os projetos eram isolados. A sustentação para organização nacional de saneamento veio com a criação do Planasa (Plano Nacional de Saneamento), que concentrou os projetos isolados e passaram a ser criadas Companhias Estaduais de Água e Esgoto, coordenados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Com o plano, os DAE foram sendo substituídos por companhias estaduais (CASAN, 2022). Dessa forma, conforme Stefanelli, 2016:

- 1877 – Apresentado, pela primeira vez a concessão, em Desterro – Florianópolis, o serviço de remoção de lixo, águas servidas e materiais fecais;
- 1982 – A cidade de Joinville cria um sistema de abastecimento de água;
- 1910 – Inaugurada o Sistema de Abastecimento de Água em Florianópolis;
- 1916 – Inaugurada a primeira Rede de Esgoto na Capital;
- 1917 – Criação da Lei estadual nº 1.178, que torna obrigatória a ligação de imóveis à rede pública;
- 1919 – Criada a Inspetoria de Água e Esgoto;
- 1946 – Inauguração da Adutora de Pilões, projetada para abastecer toda a Grande Florianópolis;
- 1949 – O POE incrementa o saneamento catarinense;
- 1960 – O Plameg incentiva o saneamento catarinense;
- 1963 - Lei 3.058 cria o DAES - Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária;
- 1971 - Lançamento do PLANASA e criação da CASAN, estatal que absorve 16 sistemas do antigo DAES.

E, em Santa Catarina, o passo principal e a consolidação como estatal se deram em 1970, dentro da Reforma Administrativa, onde o governo do estado cria a CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). A partir de então, o primeiro senso nacional de saneamento básico é realizado e começa uma eclosão de obras por todo estado.

A empresa foi criada a partir da Lei Estadual 4.547 de 31 de dezembro de 1970, com o intuito de planejar e executar os serviços públicos voltados ao abastecimento de água e saneamento básico. Na atualidade, a CASAN se alargou para quase todo estado e atende 194 municípios catarinenses e 01 município paranaense, o que totaliza 66% do estado. A empresa é pública, de economia mista, capital aberto e atua como concessionária do setor de abastecimento, atua nos municípios por meio de contratos de programas e convênios, atua como prestadora de serviços de gestão, manutenção e operação de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Em outros casos, como não atua diretamente, fornece água para atacado (CASAN, 2023). Abaixo, a figura representa como a Casan atua no estado catarinense:

Figura 3 - Atuação da Casan em Santa Catarina



Fonte: Casan, 2023 (adaptado).

Segundo a figura acima, a Casan está dividida em Superintendências: SRO, a regional que atende o Oeste, a SRN atente o norte e Vale do Itajaí, a SRM a região metropolitana da grande Florianópolis e a SRS que atende o Sul e a Serra. Outro ponto a considerar são os municípios clientes, que utilizam a água que é tratada pela Casan, mas são outros prestadores de serviço, ou seja, que a Casan atua de forma indireta.

Quanto a gestão da água e esgoto no estado, 25 cidades são atendidas pela Casan no tratamento de esgoto, enquanto 88 cidades ainda não possuem tratamento, 59 pertencem a prefeituras e autarquias e 4 às empresas privadas. Enquanto o fornecimento de água, 194 são da Casan, 86 às prefeituras e autarquias, 10 às empresas privadas e 5 cidades ainda não possuem. Com o novo marco legal, a Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que trata, entre outras situações, da aprimoração das condições estruturais de saneamento básico no país e a entrada da iniciativa privada no setor (BRASIL, 2020), contudo a Casan conseguiu manter todos seus contratos.

No ano de 1997, a partir de negociações junto com seus devedores, a Celesc com o Governo do Estado de Santa Catarina, passam a tratar sobre os débitos que a Casan tinha com a Celesc, registrados no montante de R\$ 31.630. a ideia inicial era que a empresa parcelaria essa dívida, com juros e correções. A participação societária se consolida na negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730 (CELESC, 2005). Durante o ano de 2000, a Celesc estava passando por mudanças estruturais que advinham do comando nacional, nesse turbilhão de informações, chegou-se a discutir a venda da participação da Celesc na Casan, mas não foi efetivado.

No ano de 2004, a Celesc procedeu com a capitalização complementar de recursos, o que resultou na participação de 19,3% do Capital Social (CELESC, 2005). A Casan é uma sociedade de economia mista com capital aberto, de forma direta, é controlada pelo governo do estado, em 2008 a SC Parcerias (que também pertence ao governo do estado), ao qual negociou a compra de ações por meio do pagamento de dívida da companhia, no valor de R\$176 milhões, com a Celesc *holding* e a sua subsidiária de distribuição (CELESC, 2009). Essa reengenharia financeira entre SC Parcerias e a Casan, permitiu efeitos econômico-financeiros positivos, reduzindo o volume de inadimplência e teve um incremento da disponibilidade financeira.

A empresa, desde sua concepção, tem como função planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água, como também, saneamento nas áreas de concessão nos municípios. O interessante que Casan tem como distribuição do capital social, em sua maior parte, o governo do estado com 65,312% da empresa, depois vem a SC Parcerias com 17,704%, a Celesc com 14,736%, a Codesc com 2,238% e apenas 0,010% nas mãos de outros acionistas. Essa

composição do capital é muito familiar quando se tem o poder do estado como norteador, ou seja, em diversas “camadas” existe Estados dentro do Estado, uma *Matrioska*⁷⁵ de poderes, que só mudam os tamanhos, mas a fisionomia é igual e por fim, o “miolo” é o mesmo.

6.2 CELESC E SCGÁS

A utilização do gás natural no Brasil teve início na década de 1940 diante da descoberta de gás natural no Recôncavo Baiano. A forma de exploração se dava por empresas privadas brasileiras, com acionistas brasileiros, que recebiam autorização do Conselho Nacional do Petróleo (CNP⁷⁶). A mesma lei que em 1953 criou a Petrobrás, determinou o monopólio das jazidas. Dessa forma, a participação do gás na matriz energética era modesta, chegando a 1% do total em 1981. Durante a mesma década houve mais descobertas de gás, entretanto, em 1988, com a Constituição, dentre as mudanças que ocorreram, uma delas foi a transferência da responsabilidade, na distribuição do gás, para os estados. Diante dessa decisão, então, as Unidades da Federação, poderiam criar empresas públicas estaduais que deteriam o poder de monopólio sobre a distribuição. Dessa forma, a Petrobrás não poderia mais vender diretamente para os consumidores finais (ANP, 2009). Outras medidas foram tomadas a partir dessa flexibilização:

Outras mudanças, inseridas num contexto mais amplo de Reforma do Estado, foram implementadas na indústria de petróleo e gás na década de 1990. Destacam-se duas Emendas Constitucionais e a publicação da Lei nº 9.478/97. A Emenda Constitucional nº 5, de 1995, alterou o § 2º do artigo 25 da Constituição Federal (CF), permitindo que os Estados concedessem a empresas privadas a exploração dos serviços locais de gás canalizado. A Emenda Constitucional nº 9, também de 1995, alterou o artigo 177 da CF, determinando a quebra do monopólio da Petrobras sobre as atividades de pesquisa e lavra de jazidas, refino, importação e exportação de hidrocarbonetos e transporte marítimo ou por meio conduto de petróleo e gás natural, uma vez que estabeleceu que a União poderia contratar tais atividades junto a empresas estatais ou privadas (ANP, 2009, p. 7).

⁷⁵ Conhecida também como boneca Russa, é um brinquedo que tem como característica reunir uma série de bonecas iguais em tamanhos variados e, são colocadas uma dentro das outras.

⁷⁶ Foi criada pelo governo Vargas em 1938, com o intuito de regular a indústria de petróleo (ANP, 2009).

Dessa forma, assim como em outros estados o Gás em Santa Catarina tomou seu rumo. O debate sobre o fornecimento de gás no estado começa a tomar força em 1989, quando o governo nacional instituiu um grupo para oficializar a entrada do gás natural no país, que resultaria na construção de um gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) (SCGÁS, 2023a). O Gasbol fez parte da diversificação da matriz energética brasileira, somada ao interesse da Bolívia, fruto da exploração de novos mercados com sua abundância de gás. O que unia o útil ao agradável, os dois lados se beneficiariam.

No início do projeto, a construção do gasoduto chegaria até São Paulo, mas com a mobilização dos industriais no estado e do Paraná, o governo nacional aliado aos governos estaduais dos respectivos estados, estende a obra até o Sul do país. E, para institucionalizar esse mercado, partiu do governo federal, em 1993, em meio a um processo de desestatização das empresas, autorizar a constituição de uma empresa de economia mista que seria responsável pela distribuição do gás local.

A empresa passa a existir oficialmente a partir da lei estadual nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993. Perante a lei a nova empresa, assim chamada de Companhia de Gás de Santa Catarina (SC GÁS), ficou responsável pela distribuição de gás para serviços públicos e atenderia os segmentos: comercial, industrial, residencial, de transporte e institucional. Quanto a sua administração, perante a Lei, de forma direta ou indireta asseguraria 51% das ações de voto direto (SCGÁS, 2023a). De certa forma, Vilson Kleinubing, ao assinar a Lei, estava legitimando o caráter desenvolvimentista conservador dos governos catarinenses. Em meio a ordem do dia, dos ideais neoliberais vinculados ao comando nacional, o governo do estado cria mais uma empresa estatal.

Assim como as demais estatais de Gás, a criação da SC Gás foi fruto de uma movimentação nacional. Em 1997 começam as obras da rede de distribuição do gás em Santa Catarina. O gás é utilizado em diversos segmentos como: uso doméstico, uso automobilístico e em segmentos da indústria. No estado, a sua primeira ligação ocorre no ano de 2000, da empresa Dohler de Joinville.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, conforme entrevista com o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, consoante Anexo C, a situação que a SCGás passa a ser comandada pela Celesc, foi uma estratégia, via decisão política, de vender

a participação do estado, que não tinha dinheiro, para a estatal, mantendo, indiretamente, em poder do Estado. Ainda comenta:

Pelos critérios da bolsa de valores, governança corporativa nível dois, os acionistas participarem do conselho, os acionistas minoritários, acionistas preferencialistas na região de conselhos, não, eles não permitem há muito mais rigor do que se fosse a razão pela qual SC gás foi pra Celesc.

Essa questão, foi uma estratégia política para garantir a consolidação da nova empresa.

No ano de 2000, o governo nacional institui o Programa Prioritário de Termoeletricidade pelo Decreto n 3.371 de 24 de fevereiro de 2000, ao qual estava sob os comandos do Ministério de Minas e Energia e regulamentado pela ANEEL, visava a implantação de Usinas Termoelétricas que teriam o suprimento de gás natural garantido por vinte anos, como também, garantia do BNDES ao Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico. Foi, mais uma vez, o Estado criando condições para o desenvolvimento da indústria. Ao adentrar no novo século, uma sequência de seguimentos passou a ter disponibilidade para o uso de gás natural, como o mercado automotivo, estabelecimentos comerciais, uso doméstico. E a expansão pelo estado adentra a interiorização, como a indústria Dystar (em Apiúna), pelo Projeto Serra Catarinense⁷⁷.

Ao final de 2009, a SCGÁS contava com 821 km de redes de distribuição, atendendo a 1.645 clientes em 53 municípios catarinenses. A Companhia é a segunda maior distribuidora nacional de gás canalizado em número de municípios atendidos. Santa Catarina é o terceiro Estado com a maior rede de distribuição de gás natural e possui a terceira maior rede de postos de gás natural veicular do País (SC GÁS, 2023a).

A figura 4, do Apêndice, representa a trajetória da empresa e seus principais marcos de crescimento e desenvolvimento pelo estado. Dentre as obras realizadas pela empresa, cabe destacar, o Projeto Serra Catarinense, ao qual permite a interiorização do gás natural pelo estado. Como pode ser observado no anexo C.

Nos últimos quatro anos, a estatal, avançou em mais de 25% do estado, sendo investidos 228 milhões na expansão e manutenção das redes. Na atualidade, a rede de distribuição, alcança 69 cidades e cerca de 22.650 consumidores diretos,

⁷⁷ O Projeto Serra Catarinense consiste

fazendo do estado catarinense, o segundo maior distribuidor de gás do Brasil. O investimento permitiu que 6.544 residências fossem atendidas em conjunto com os 140 postos que fornecem GNV. A perspectiva para o crescimento da empresa no estado é otimista, pois a projeção para os próximos cinco anos é o aumento de 664km de rede de gás natural, com a expectativa de atender o total de 87 municípios (SC GÁS, 2023b).

Em 2006, período que a Celesc passou por mais uma modificação estrutural, o Conselho de Administração decidiu pela aquisição da SC Gás, que atendia 250 clientes em 35 municípios do estado (CELESC, 2006). A Celesc concretizou o controle da SCGÁS em 2007, a partir da aquisição de 51% das suas ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total da distribuidora de gás natural do Estado. Os demais acionistas: Gaspetro, Mitsui e Infragás. As duas primeiras possuem, cada uma, 23% das ações ordinárias e 41% do Capital Social e a Infragás detém 3% das ações ordinárias e 1% do Capital Social.

Atualmente, a empresa, comercializa e distribui 1,9 milhão de m³ de gás natural para o total de 16,5 mil clientes e possui 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que foi firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos.

Dessa forma, a Celesc se mescla nos comandos da SC Gás e se inturgece nos setores estratégicos da economia catarinense.

6.3 OS TENTÁCULOS

Desde a sua concepção até a atualidade, a Celesc passou por transformações que demandavam pelo seu crescimento. Como estatal, movimentos impostos pelo Estado condensavam contradições e faziam com que a empresa se alargasse pelo território. Antes dos anos de 1990, a Celesc incorporou algumas empresas do setor elétrico como: a Cia. Pery de Eletricidade S.A. – Cipel (Curitibanos); a Cia. Oeste de Eletricidade de Concórdia – Cioeste; a Cia. Serrana de Eletricidade S.A. de Lages – Cosel; Empresa Força e Luz de Santa Catarina S.A., de Blumenau; a Força e Luz São Francisco S.A.; a Concessionária Francisco Lindner; Empresa Força e Luz de Florianópolis S.A. – Elfa; Empresa Sul Brasileira de

Eletricidade S.A. – Empresul (Joinville); Força e Luz Videira S.A. – Videluz (Videira); os serviços de distribuição de energia elétrica do município de Laguna; a Companhia Bom Sucesso de Eletricidade (Caçador), a Empresa Força e Luz de Chapecó S.A.; cooperativas de eletrificação rural; Eletricidade Luz e Força de Araranguá S.A.; as cooperativas de eletrificação rural Vale do Chapecó, Vale do Itajaí e Vale do Rio do Peixe; a Cia. Docas de Imbituba; Força e Luz de Criciúma S.A.; a Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina – ERUSC (CELESC, 2023).

Em entrevista com o ex-governador Esperidião Amin, conforme Anexo D, ele afirma que a estatal correspondia às necessidades do intenso processo de industrialização da recém-iniciada década de 1970, e como a demanda de energia era crescente era vista como uma empresa associada à industrialização, urbanização e que, posteriormente, passou a fazer parte desse processo na eletrificação rural, com a encampação da Erusc.

Desse modo, a estatal chega aos anos de 1990 com 91,6% do território de Santa Catarina atendido no setor de distribuição de energia, totalizando 189 municípios e mais um município no estado do Paraná. De 1992 para 1993 a Celesc passou a atender de 191 municípios para 232. Em 1994 a empresa atende 232 municípios de forma direta, 4 indiretamente com o suprimento de energia e 24 mediante o cooperativismo de eletrificação rural. Em 1996 a empresa passou a atender 280 municípios, onde 255 são atendidos em distribuição e 25 em suprimento de energia com as cooperativas de eletrificação rural. Em 1997, em meio a toda turbulência da privatização do setor, a área de concessão da empresa atinge 293 municípios, dos quais 255 são atendidos diretamente, 7 indiretamente mediante o suprimento de energia e 17 por cooperativas de eletrificação rural, além de sofrer um incremento de recursos na ordem de R\$13,3 milhões via Eletrobrás, em especial, destinado ao Programa de Eletrificação Rural e Programas Emergenciais de Transmissão e Distribuição.

No ano 2000 a empresa abrange 262 municípios, dos quais 8 municípios são atendidos de forma indireta no fornecimento de energia e 17 por meio de cooperativas de eletrificação rural. Em 2004, sua área de concessão se estende por 257 municípios em Santa Catarina e o município de Rio Negro (PR). A Celesc também presta seus serviços a outros 25 municípios de forma parcial, por meio de suprimento de energia, e 11 municípios por meio de venda de energia para cooperativas de

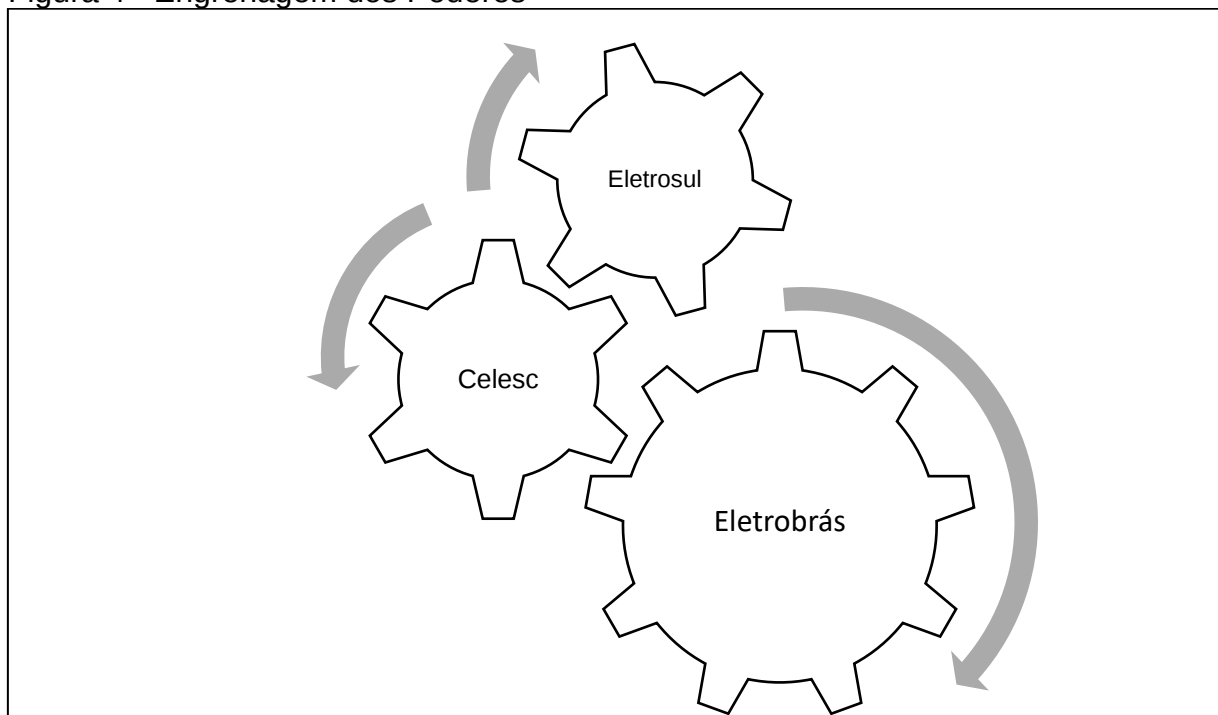
eletrificação rural. Após as transformações estruturais na estatal, em 2009, ela ainda responde pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para consumidores estabelecidos em 262 municípios do Estado de Santa Catarina e no município de Rio Negro (PR), somando-se mais de 2,2 milhões de unidades consumidoras. A subsidiária atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias⁷⁸, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses. Em 2015 a empresa expandiu para mais dois municípios catarinenses, somando o total de 264 e continuou atendendo o do Paraná, com isso chega a 92% do total do território de Santa Catarina (CELESC, 2016).

Ainda no ano de 2015, a Celesc Distribuição assinou o contrato de concessão estendendo sua atuação por mais 30 anos. No relatório de 2021, referente ao ano de 2020, a empresa continuou atendendo os 264 municípios por concessão e estendeu para 21 municípios a título precário, sendo 17 no estado catarinense e 4 no Paraná, suprimindo, assim, o atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela empresa. A estatal continua, a passos lentos, adensando territórios, seja de forma direta ou indireta.

Os tentáculos do Estado vão se estendendo ao longo da sua criação, mesmo com as transformações estruturais. Contudo, para sustentar esse crescimento, o Estado também financia de forma direta e indireta, onde aparecem a Eletrobrás e a Eletrosul, funcionando como uma engrenagem que sustenta, conduz e move o setor elétrico, como um moinho que gera eletricidade. A Eletrobrás alimenta financeiramente a Celesc que compra energia da Eletrosul.

⁷⁸ São os atendimentos a título precário, ou seja, por razões de conveniência técnica e econômica, onde inexistente uma rede concessionária titular.

Figura 4 - Engrenagem dos Poderes



Fonte: Da Autora, 2023.

Essa relação, remonta à década de 1960, quando foi criada a empresa estatal Eletrosul. A Eletrosul tinha como objetivo desenvolver projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no sul do país, em parceria com as empresas estado de energia. Nesse contexto, a Celesc e a Eletrosul se uniram em diversos projetos de construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, como a Usina Hidrelétrica de Machadinho e a Linha de Transmissão Biguaçu – Nova Santa Rita. Esses projetos são poderosos para a expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica no sul do país e para a integração dos sistemas elétricos regionais. A relação entre a Celesc e a Eletrosul também se estendeu à gestão de ativos, como a participação na Usina Hidrelétrica de Itá, que foi construída em parceria por duas e outras empresas estatais do sul do país.

Quanto a Eletrobrás, teve um papel importante no financiamento da Celesc durante a expansão da empresa na década de 1960 e continua até a atualidade. A expansão da Celesc foi impulsionada pela criação do Programa de Eletrificação Rural em 1962, e para financiar esse programa, a Celesc contou com recursos da Eletrobrás, que repassava recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para as empresas estaduais de energia elétrica (SUSIN, 2008).

Como também participou do financiamento da construção de usinas hidrelétricas em Santa Catarina.

Essa relação de financiamento entre a Eletrobrás e as empresas estaduais de energia elétrica foi uma das principais formas de investimento no setor elétrico brasileiro durante o período de desenvolvimento econômico do país na década de 1960. Atualmente, possui participação na Celesc, sendo uma das acionistas da empresa com participação acionária no capital social total da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA VELHA ROUPA NOVA

A estatal nasce em meio às necessidades de investimentos no setor elétrico, pois, por ser um setor estratégico para o crescimento e desenvolvimento econômico, necessitava de forças que condensassem as unidades isoladas, que investissem e norteassem os rumos. No período de criação da empresa, o país estava exarcado de uma visão desenvolvimentista pautada em planos de governo que abarcavam as demandas, as peculiaridades e os investimentos para o desenvolvimento e, com isso, os bons ventos sopravam. Não apenas no elétrico, como também nos demais setores estratégicos, em especial, no crédito, que era um dos pilares para perfazer e sustentar essas demandas. As décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 foram com planos de governo que norteavam o desenvolvimento, um keynesianismo tímido, mas arraigado, não sendo diferente no estado catarinense. As elites precisavam suprir as demandas das elites, afinal, uma empresa só cresce e se desenvolve a partir das múltiplas relações que as tornam favoráveis. E os planos de governo acompanhavam o nacional. Com relação à política, o conservadorismo catarinense de manter suas famílias transcendia, também, para as estruturas. As mãos se apertavam embaladas pela sinfonia do desenvolvimento, um jogo de ganha-ganha das elites.

No entanto, cabe ressaltar que as economias estão imersas em outras economias, a partir de uma relação de dependência, afinal, existe uma teia de interesses que para estar conectado é preciso estar com os laços estreitados. E isso aconteceria com as mudanças advindas das necessidades externas que se sobressaíram e se consolidaram na nova era dos anos 1990, a globalização e o discurso neoliberal. Para estar na moda é preciso rejuvenescer as tendências. E foi assim que os anos de 1990, período em que a política foi condescendente, seguiu o discurso neoliberal da ordem do dia, com uma série de privatizações, também no setor elétrico. A ordem do dia era a transição da transferência do poder do Estado para um modelo econômico impulsionado pelo mercado. O discurso de uma necessidade do setor de serviços públicos de aumentar a produtividade e reduzir os custos e o setor elétrico ajudaria a reduzir a dívida do setor público. O fantasma da falta de investimento na demanda crescente, que mais tarde viria padecer com o apagão, também arrastava suas correntes pelo mercado, estratégia que tentaria convencer

que as empresas do setor elétrico seriam incapazes de sustentar a demanda crescente. Não foi o que aconteceu em 2001, a contradição dos argumentos se consolidou com a privatização de grande parte das empresas e o apagão. O feitiço viraria contra o feiticeiro, o racionamento no orçamento se transformou no racionamento de energia.

No estado catarinense, como em outros estados brasileiros, o setor elétrico estava concentrado nas mãos de uma estatal, que abarcaria a geração (mesmo que tímida), distribuição e transmissão, sendo na indústria, comércio, meio rural, a crescente de demanda da economia estava sendo suprida pela Celesc. A questão estrutural, que eram unidades isoladas, foram sendo conectadas, transformando-se num complexo e, posteriormente, no sistema. As complexidades demandaram organização, sistematização e interligação no início e, por fim, concentração e setorização. O sistema estava consolidado.

Os tentáculos do Estado assombravam a nova frente liberal dos anos de 1990. Porém, esses mesmos tentáculos abarcavam as necessidades do setor privado. A “benevolência” do setor privado não sustentaria esse alargamento senão por investimentos avultados, afinal, um setor estratégico como esse precisaria ser constantemente retroalimentado. Foi uma década de transformações de estratégias e algumas resistências. Cessada a liberação de crédito para o setor, a saída foi reinventar-se. No caso da Celesc, com geração de controvérsias, a Invesc proporcionou uma estabilização das contas e do discurso “deficitário”. Não foi uma invenção do Estado catarinense, esse modelo de captação de recursos, já havia sido implantado em outros estados brasileiros, estratégia resultante após os discursos dos governos neoliberais de que as estatais não seriam mais a premência da ordem do dia.

Entre os discursos dos novos governos catarinenses, em especial do governador eleito em 1995, Paulo Afonso, este deixaria claro que não privatizaria a Celesc e o Besc, somada à pressão interna da empresa (em especial, dos trabalhadores), das próprias elites partidárias, com o embate do governo nacional. As forças se somavam contrárias, porém, o conservadorismo mantém as estruturas abaixo de conflitos de interesses. Essa resistência privatista atrela-se ao desenvolvimentismo conservador catarinense, desenvolvimentismo este pensado por elites políticas, o industrial e o rural de mãos dadas numa ciranda, onde os passos

são dados para a direita e iniciados pelo pé esquerdo, formando uma dança embalada por cantigas tradicionais, passadas de geração em geração, mantendo a tradição das estruturas.

Foi uma via de mão dupla, que abrangeu a acomodação de interesses dos governadores catarinenses do período. Em meio a uma pressão nacional, esse apagão cognitivo de privatizações, os governantes, via interesse de acordos, amenizaram a jogada da pressão nacional, a resistência dos trabalhadores, em movimentos ora de apoio à estatal (como a jogada de captação de recursos), ora a favor do comando nacional, resultando na acomodação dos próprios interesses.

Mais tarde, após a resistência do turbilhão de conflitos políticos, a estatal para devida a uma repaginação demandada pelo “Processo Civilizatório”. Ou seja, as demandas nacionais, imersas nas forças externas, orquestradas por demandas partidárias, sobreviviam criando e emendando Leis, as quais atingiam de forma direta o poder do estado sobre as estruturas. Não diferente foi a Celesc que sobreviveu a esse “processo civilizatório”, adaptando-se, ou mesmo adaptada pelos interesses de uma política conservadora e desenvolvimentista. O Estado, mesmo que afastado das suas funções, indiretamente segura e expande seus tentáculos. Essa expansão pode ser vista pela aquisição das forças que comandam o desenvolvimento: geração, transmissão, distribuição de energia, a água e o gás, forças motrizes do desenvolvimento econômico.

Uma “Nova Era” se instaura a partir dos anos 2000. Como *Holding*, a estatal, desdobrando-se em Celesc Geração e Celesc Distribuição, permitiu que os setores fossem pensados de forma mais direcionada e, com isso, captação também de investimentos direcionados para cada setor. A ruptura com a antiga classificação empresarial permitiu essa mudança de olhar do mercado para com a estatal, o que, de certa forma, colocou panos quentes na velha sombra privatizante. Essa metamorfose, ato de se transformar sem deixar sua essência, consentiu a permanência dos poderes do Estado.

Um outro ponto a considerar dentro das perspectivas das mudanças da nova forma de governar dentro da empresa é que se pode observar que a partir do momento em que a Celesc se torna *Holding*, as indicações para presidência da empresa tomam uma nova perspectiva. A cadeira máxima é comandada por pessoas que não estão imersas na política, são novos rostos que parecem manter-se como

uma sobrevivência das raízes do Estado maquiados em outros quadros, possíveis ilustrativos, que dão uma outra interpretação, sobrevivendo ao julgamento do livre mercado, de uma empresa com outra roupagem. “Uma releitura de um quadro tradicional” pintado com cores da moda, mas que no fundo retrata o conservadorismo das tintas tradicionais.

Essa repaginação, com bons frutos na relação com os investimentos, foco nos serviços mais específicos, trouxe consigo a legitimação da terceirização dos trabalhadores. Houve realmente um aumento nas contratações, o que é favorável no quesito gerar empregos, mas também foi condescendente com a desigualdade dos trabalhadores que estão concursados. É uma luta de classe que dificilmente pode ser revertida, pois o modelo de gestão, que já está enraizado na sociedade como um todo, cada vez mais se afasta dos concursos públicos. São as forças externas que se encharcam de tendências, as forças nacionais que as legitimaram e as forças internas que corroboraram para tal, restando os trabalhadores como resistência a essa chuva de negacionismo.

No decorrer das duas décadas, após o ano 2000, percebeu-se uma reconfiguração e papel do Estado na empresa. Aquele tradicionalismo de comando herdado das décadas anteriores passa a ficar mais tímido, permitindo que as tendências das demandas de mercado, em especial, financeiro, tomem a frente.

Retomando a formação de um sistema de estatais no estado catarinense, a Celesc, quando criada, fazia parte de um conjunto de empresas que de forma interdependentes interrelacionavam-se, tendo o Estado como mantedor e concentrador. No entanto, no decorrer do estudo, ao longo das análises de documentos, a hipótese inicial se funda com as novas configurações, pois hoje a Celesc possui um papel de condensação de um subsistema, no qual abarca, dentre outras empresas, mas, em especial, outras duas estatais: a Casan e a SC Gás. Entre rupturas e permanências, de parte do sistema ela se tornou um braço do sistema, formando uma combinação e sobreposição de estruturas de circulação.

O jogo mudou, mas as peças continuam as mesmas. Existe o Estado dentro da Celesc, a Celesc dentro da Casan e dentro da SC Gás, as quais possuem partes do Estado também nesses outros dois setores, ou seja, um emaranhado de arranjos que, por fim, acabam naquele velho jogo de interesses e apertos de mãos. Desde a sua concepção como empresa, a Celesc passou por transformações que

desenharam sua roupagem, a de ser uma empresa estatal que se expandiu pelo estado ao longo dos seus 68 anos, é uma senhora estatal com roupas joviais, que buscou estar sempre na moda sem perder a sua identidade.

No âmbito do pensamento desenvolvimentista, essa linha tênue que perpassa os governos, as estatais permaneceram como fontes que saciavam a sede do setor privado, afinal, a administração do estado estava sob a égide dos industriais e sua linha de sucessão que transcorreu gerações. As intitulações dessas elites saciavam sua sede nas políticas Keynesianas. Havia um Estado que planejava, fomentava a indústria, gerava emprego e renda, interligava a economia, traçava as camadas geoeconômicas. Dessa fonte, a água, a energia, o gás, o crédito que fomentou o sistema, mudavam de nome, alguns pontos na sua estrutura, para entrar sempre na moda e ficar longe dos holofotes privatistas.

Assim como nos anos de 1990, houve também as incorporações de cooperativas que foram motivadas pela necessidade de reorganização do setor elétrico, que passava por uma abertura à concorrência e uma busca por maior eficiência na prestação dos serviços. As cooperativas, por sua vez, enfrentavam dificuldades financeiras e técnicas para se manterem operantes, o que as tornava vulneráveis à privatização ou à incorporação por empresas maiores. Com a incorporação das cooperativas pela Celesc, houve uma ampliação da capacidade técnica e financeira do setor, permitindo a prestação de serviços mais eficientes e a ampliação da cobertura elétrica no estado de Santa Catarina, afinal, a estatal já estava consolidada e ramificada por todo território.

A empresa se alarga no território, aumenta sua capacidade de geração, transmissão e distribuição, como também passa a se inserir, infiltrar-se em outros setores como água, em primeiro momento, e gás, a partir dos anos 2000, adquirindo espaços nas camadas geoeconômicas e na formação do sistema de estatais. A repaginação estrutural e de governança refez a ideia de que o que era jovem e novo se tornou antigo e que as mudanças precisariam acontecer. Entretanto, o Estado continua sendo o esqueleto da estrutura e mesmo a constituição física, as mentes que governam, o passado é uma roupa que não cabe mais.

Nesse sentido, a estatal foi fruto da “indumentária” de cada período, onde o figurinista (governo) desenhava o modelo, escolhia os tons dos tecidos conforme as tendências do mercado. O cuidado maior foi sempre estar na “moda”, transmitiu

segurança e confiabilidade, afinal, nada que uma boa vestimenta para satisfazer as afirmações do nicho social ao qual está enquadrado. Contudo, o Estado sempre esteve encapsulado, repaginando a velha roupa nova.

REFERÊNCIAS

ABRADEE. Disponível em: <https://abradee.org.br/>. Acesso em: 30 maio 2023.

“A EPE”; Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos>. Acesso em: 30 maio 2023.

Balancos Relatório 76. Florianópolis, 1977.

ALUPAR. A Companhia. Disponível em: <https://www.alupar.com.br/a-companhia/>. Acesso em: abril de 2023.

ANP. **Evolução da Indústria de Gás Natural 2009**. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/estudos-e-notas-tecnicas/ibgn/evolucao-industria-gas-natural-2009.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Jorge Lacerda. https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1244-Jorge_Lacerda. Novembro de 2022a.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Celso Ramos. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1099-Celso_Ramos. Acesso em: novembro de 2022b.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ivo Silveira. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/410-Ivo_Silveira. Acesso em: novembro de 2022c.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Colombo Machado Salles. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1150-Colombo_Salles. Acesso em: novembro de 2022d.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Antônio Carlos Konder Reis. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/70-Antonio_Carlos_Konder_Reis. Acesso em: novembro de 2022e.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Jorge Bornhausen. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1205-Jorge_Bornhausen. Acesso em: novembro de 2022f.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Esperidião Amin Helou Filho. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1065-Esperidiao_Amin. Acesso em: novembro de 2022g.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Vilson Kleinübing. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1075-Vilson_Kleinuebing. Acesso em: novembro de 2022h.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Paulo Afonso Evangelista Vieira. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/777-Paulo_Afonso. Acesso em: novembro de 2022i.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Luís Henrique da Silveira. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/638-Luiz_Henrique_da_Silveira. Acesso em: novembro de 2022j.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Raimundo Colombo. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/480-Raimundo_Colombo. Acesso em: novembro de 2022k.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Memória Política de Santa Catarina**. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Irineu Bornhausen. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1196-Irineu_Bornhausen. Acesso em 26 de fev. 2023a.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Celso Ramos. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1099-Celso_Ramos. Acesso em: 26 de fev. 2023b.

BIAVASCHI, Magda Barros; MORETTO, Amilton J.; DROPPA, Alisson. Terceirização e seus impactos sobre as relações de trabalho em pequenos negócios e sobre a morosidade na execução trabalhista. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015.

BRASIL. **A Eletrobras e a história do setor de energia elétrica no Brasil**: ciclo de palestras. Rio de Janeiro, 1995. 298 p.

BRASIL. **Decreto n.º 938**, de 08 de dezembro de 1938. Sujeito à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas [...]. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 24940, 10 dez. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-938-8-dezembro-1938-349356-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Sujeito%20%C3%A0%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo,hidr%C3%A1ulica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 29 mai 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24.643**, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 14738, 20 jul. 1934. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de maio de 2023.
BRASIL. Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000. Institui no âmbito do Ministério de Minas e Energia, o Programa Prioritário de Termoeletricidade [...]. Brasília: Planalto. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3371.htm. Acesso em: 26 fev 2023.

BRASIL. **Decreto nº 39.015**, de 11 de abril de 1956. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica às Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 9505, 10 maio 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39015-11-abril-1956-329798-publicacaooriginal-1-pe.html>. Disponível em: 29 mai 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.890-A**, de 25 de abril de 1961. Que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, e dá outras providências. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-norma-atualizada-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-norma-1961-353665-norma-atualizada-pl.html).

BRASIL. **Lei nº 9.427**, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427cons.htm.

BRASIL. **Decreto nº 4.873**, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, pg. 130, 12 nov. 2003. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4873-11-novembro-2003-497318-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 mai 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.324**, de 05 de outubro de 2010. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional [...]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7324-5-outubro-2010-609048-norma-pe.html>. Acesso em: 31 mai 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.520 de 2010**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARTA TODOS”, para o período [...]. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, pg. 8, 11 jul. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7520-8-julho-2011-610917-publicacaooriginal-133045-pe.html>. Acesso em: 31 mai 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.627**, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 18711, 01 out. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-norma-pe.html>. Acesso em: 29 mai 2023.

BRASIL. **Decreto nº 469**, de 18 de janeiro (27 de julho) de 1955. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/177407>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.890-A**, de 25 abril de 1961. Autoriza a União a instituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 3945, 28 abri. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Autoriza%20a%20Uni%C3%A3o%20a%20constituir,ELETROBR%C3%81S%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.454**, de 06 de novembro de 1964. Dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 10121, 10 nov. 1964, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4454-6-novembro-1964-376693-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.031**, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 7103, 13 abri. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-norma-pl.html>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.427**, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões [...]. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, pg. 28653, 27 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9427-26-dezembro-1996-366792-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.648**, de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, [...]. Brasília: Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9648cons.htm. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.762** de 11 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias [...]. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, pg. 127, 11 nov. 2003. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10762-11-novembro-2003-497315-norma-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.847**, de 15 de março de 2004. Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União: Seção 1, 16 mar. 2004, pg. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10847-15-marco-2004-531224-norma-pl.html>. Acesso em: 31 mai. 2023.”

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.877**, de 05 de novembro de 2018 (2019?). Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e altera a

Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, [...]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=222866>
 6. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Dispõe sobre o regime jurídico emergencial e transitório das relações jurídicas de direito privado no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 1.058**, de 19 de janeiro de 1939. Institui o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamentos da Defesa Nacional", e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1058-19-janeiro-1939-349207-norma-pe.html>.

BRASIL. **Plano Salte**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/323>.

BRASIL. **Programa de Metas**. 1958. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **Programa Estratégico de Desenvolvimento**. 1967. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1971. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1974. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1980. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**. 1986. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/r130307.pdf>

BRASIL. **BNDS: Programa de Aceleração do Crescimento - lançamento PAC2**. Acesso em:
https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. Florianópolis, 1977.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. Florianópolis, 1980.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. Florianópolis, 1983.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°9.415. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°9.550. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°9.576. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°9.596. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°10.688. Florianópolis, 1977.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°10.871. Florianópolis, 1977.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°11.215. Florianópolis, 1979.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°11.216. Florianópolis, 1979.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°11.836. Florianópolis, 1981.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°11.947. Florianópolis, 1982.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°13.016. Florianópolis, 1986.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°13.203. Florianópolis, 1987.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°13.257. Florianópolis, 1987.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°13.203. Florianópolis, 1988.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Atos do Poder Executivo**. N°13.433. Florianópolis, 1988.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Balanço Patrimonial**. Florianópolis, 1995.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Colombo Determina Liberação de Financiamentos do FUNDESC**. N°9.924. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Demonstrações Financeiras Auditadas**. Florianópolis, 1996.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Demonstrações Financeiras Auditadas**. Florianópolis, 1997.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Demonstrações Financeiras Auditadas**. Florianópolis, 1998.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Demonstrações Financeiras Auditadas**. Florianópolis, 2000.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Governo do Estado**. N°9.412. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Governo do Estado**. N°9.499. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Governo do Estado**. N°9.514. Florianópolis, 1972.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Governador Visitou Escolas da Grande Florianópolis**. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Nossos Convênios Para Reconstruir Estradas**. N°10.142. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **“Operação Veraneio”**. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **O que a Ação Catarinense de Desenvolvimento está fazendo por você**: Santa Catarina - 1974. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Prefeito agradece ajuda do Governo**. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Santa Catarina Tem Proposição Aprovada Sobre Micro-Regiões**. Florianópolis, 1974.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório da Administração – Exercício de 1991.b.** Florianópolis, 1992.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório da Administração – Exercício de 1993.** Florianópolis, 1994.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório Anual da Administração.** Florianópolis, 1999.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório da Diretoria.** Florianópolis, 1991.a.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório Anual da Administração.** Florianópolis, 2001.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório Anual da Administração.** Florianópolis, 2002.

CATARINA, Diário Oficial Estado de Santa. **Relatório Anual da Administração.** Florianópolis, 2004.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.130 de 16 de janeiro de 2002.** Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2002/12130_2002_Lei.html. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

CELESC. (2021). **Consumo de Energia - Celesc Distribuição.** Recuperado em 07 de abril de 2023, de <https://www.celesc.com.br/portal/index.php/informacoes-tecnicas/consumo-de-energia>. Acesso em: 29 maio 2023.

CELESC. (2022). **História:** novo milênio. Disponível em: <https://www.celesc.com.br/home/historia#novo-milenio>.

CELESC. (2023a). **Geração.** Disponível em: <https://www.celesc.com.br/a-celesc-geracao>.

CELESC. (2023b). **Distribuição.** Disponível em: <https://www.celesc.com.br/a-celesc-distribuicao>.

CELESC. (2023c). **Celesc Distribuição S.A.** Disponível em: <https://ri.celesc.com.br/en/celesc/corporate-profile/>.

CELESC. (2023d). **Empresas do Grupo.** Disponível em: <https://www.celesc.com.br/home/empresas-do-grupo>.

CELESC. **Relatório - 1977.** Florianópolis, 1978.

CELESC. **Relatório 79.** Florianópolis, 1980.

CELESC. **Relatório 85.** Florianópolis, 1986.

CELESC. **Relatório Anual 1962**. Florianópolis, 1963.

CELESC. **Relatório Anual 1963**. Florianópolis, 1964.

CELESC. **Relatório Anual 1964**. Florianópolis, 1965.

CELESC. **Relatório Anual 1965**. Florianópolis, 1966.

CELESC. **Relatório Anual 1971**. Florianópolis, 1972.

CELESC. **Relatório Anual 1979**. Florianópolis, 1980.

CELESC. **Relatório Anual 1981**. Florianópolis, 1982.

CELESC. **Relatório Anual 1982**. Florianópolis, 1983.

CELESC. **Relatório Anual 1985**. Florianópolis, 1987.

CELESC. **Relatório Anual 1987**. Florianópolis, 1988.

CELESC. **Relatório Anual 2009**. Disponível em: <http://ri.celesc.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 29 maio 2023.

CELESC. **Relatório da Diretoria 1969**. Florianópolis, 1969.

CELESC. **Relatório da Diretoria 1970**. Florianópolis, 1971.

CELESC. **Relatório de Atividade 1987**. Florianópolis, 1988.

CELESC. **Relatório Decenal 1961-1970**. Florianópolis, 1971.

CELESC. **Relatório de Sustentabilidade 2019**. Disponível em: <http://ri.celesc.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

_____. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. In: **Política & Sociedade**. Vol. 11, Nº 22. Florianópolis: UFSC, novembro de 2012. p.119-154. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n22p119>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

DAIN, Sulamis. **Empresa estatal e capitalismo contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

ELETROSUL. **História**: Linha do Tempo. disponível em: <https://www.cgteletrosul.com.br/a-empresa/quem-somos/historico/eletrosul>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 1, 2011. 2ª ed.

ESPOSITO, Alexandre Siciliano. O setor elétrico brasileiro e o BNDS: reflexões sobre o financiamento aos investimentos e perspectivas. **BNDS**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/920/1/O%20setor%20el%C3%A9trico%20brasileiro%20e%20o%20BNDES_reflex%C3%B5es_P-final.pdf. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

FAJNZYLBER, Fernando. Industrialização na América latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Editora Record, v. 2, 2000.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2016. 3 ed.

_____. Formação do complexo e do sistema estatal em Santa Catarina. In: **Revista NECAT**. Ano 9, nº 18. Florianópolis: UFSC, Jul Dez/2020. p. 103-119. <http://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4613>

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultura (Coleção Os economistas), 1985.

IBGE. “Produto Interno Bruto dos Municípios.” 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 07 abr. 2023.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LIMA, José Luiz. **Estado e energia no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1984.

LIMA, José Luiz. RICHER, Paulo. **O Processo de Constituição da Eletrobrás e a Evolução do Setor de Energia Elétrica nos Primeiros anos da Década de 1960**. IN: DIAS, Renato Feliciano (coord.). CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. A Eletrobras e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras. Rio de Janeiro, 1995. 298 p.

LIMA, José Luiz. LOPES, Lucas. COTRIM, Jhon R. **A intervenção direta do Estado e os novos padrões de desenvolvimento do setor de energia elétrica nas décadas de 1940 e 1950**. IN: DIAS, Renato Feliciano (coord.). CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. A Eletrobras e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras. Rio de Janeiro, 1995. 298 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. 2 ed, São Paulo, Brasiliense, 1983.

MOARES, Fábio Farias de. **A Eletrificação em Santa Catarina**. Tese (Tese em História Econômica). USP, São Paulo, p. 376, 2019.

MORAES, Fábio Farias de. **A Celesc na eletrificação de Santa Catarina**. p. 267 a 296. In: Goularti Filho, A; Saes, A. M. História de empresas no Brasil. Niterói: Eduf; São Paulo: Hucitec, 2021. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil).

Omega, Energia. **Consumidor cativo e consumidor livre: Entenda as diferenças**. Disponível em: https://www.omegaenergia.com.br/news/consumidor-cativo-e-consumidor-livre-entenda-as-diferencas?utm_source=google&utm_medium=ads&utm_campaign=aon-search_dsa-todos-todos-conversao_finalizacao&utm_content=nativa-institucional-brasil-home&utm_term=texto-dsa_sustentabilidade_e_economia&gclid=CjwKCAiA0cyfBhBREiwAAAtStHBDtoNUr_y_l18-AetD6vK02l2GB31QCadmghHZMQa5-V9lwhMGgaBoCCRgQAvD_BwE. Acesso em: 20 fev. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Relatórios de Atividade 78. IOESC: Florianópolis, 1979.

ROMANO, Rogério T. **Cláusula Ouro**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66321/a-clausula-ouro>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SAMPAIO, Maria Margarida Barbosa. **Da privatização ao apagão**. Florianópolis: Insular, 2001.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.041**, de 20 de dezembro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2001/12041_2001_Lei.html. Acesso em: 07 mai. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 1.365**, de 04 de novembro de 1955. Aprova o Plano de Obras e Equipamentos e dá outras Providências. Santa Catarina: Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1955/1365_1955_lei.html. Acesso em: 29 mai. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 22**, de 9 de novembro (13 de dezembro) de 1955. Dispõe sobre a organização da sociedade destinada a explorar energia elétrica [...]. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/pge/normasjur.asp?CurrentRecord=1>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.772**, de 21 de julho de 1961. Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual no quinquênio 1961/1965 [...]. Santa Catarina: Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2772_1961_Lei.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Plano%20de,Estado%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 29 mai. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 3.058**, de 30 de maio de 1993. Cria o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (D.A.E.S.), extingue o Serviço de Água [...]. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1962/3058_1962_Lei.html. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei 3.791**, de 27(30) de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Plano de Metas do governo no quinquênio 1966/1978, e dá outras providências. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1965/3791_1965_Lei.html. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 505**, de 13 de agosto de 1951. Cria Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina e dá outras providências. Santa Catarina: Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1951/505_1951_Lei.html. Acesso em: 29 mai. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 8.999**, de 19 de fevereiro de 1993. Autoriza a constituição da Sociedade por Ações Companhia de Gás de Santa Catarina e dá outras providências. Santa Catarina: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8999_1993_Lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.999%2C%20de%2019%20de%20fevereiro%20de%201993&text=Autoriza%20a%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Sociedade,Catarina%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 9.940**, de 19 de outubro de 1995. Autoriza o Poder Executivo a constituir empresa destinada à geração de recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense. Santa Catarina: Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/93/LEI_SC_N__9.940_19.10.1995.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei Ordinária nº 12.041**, de 20 de dezembro de 2001. Autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) a alienar sua participação acionária no empreendimento privado denominado Dona Francisca Energética S.A. e adota outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 20 dez. 2001. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-12041-2001-santa-catarina-autoriza-a-centrais-eletricas-de-santa-catarina-s-a-celesc-a-alienar-sua-participacao-acionaria-no-empreendimento-privado-denominado-dona-francisca-energetica-s-a-e-adota-outras-providencias>.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. Florianópolis, 1973.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **A CELESC em 2009**: relatório anual. Florianópolis, 2010.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **A CELESC em 2010**: relatório anual. Florianópolis, 2011a.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **A CELESC em 2011**: relatório anual. Florianópolis, 2012a.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Balanços Relatório 76.** Florianópolis, 1977.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Demonstrações Contábeis.** Florianópolis, 2006a.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **O Relatório de Sustentabilidade Socioambiental da CELESC Distribuição 2011.** Florianópolis, 2012b.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório 1973.** Florianópolis, 1974.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório 74.** Florianópolis, 1975.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório 81.** Florianópolis, 1982.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório 82.** Florianópolis, 1983.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1962.** Florianópolis, 1963.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1963.** Florianópolis, 1964.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1964.** Florianópolis, 1965.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1965.** Florianópolis, 1966.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1966.** Florianópolis, 1967.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 1967.** Florianópolis, 1968.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual 2006b.** Florianópolis, 2007.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2010 – CELESC.** Florianópolis, 2011b.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório Anual e de Sustentabilidade CELESC 2012.** Florianópolis, 2013a.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório apresentado pela Diretoria de Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas**. Florianópolis, 1960.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório CELESC 2017**. Florianópolis, 2018.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório CELESC 2018**. Florianópolis, 2019.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório CELESC 2019: mulheres em movimento**. Florianópolis, 2020.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório da Diretoria 1968**. Florianópolis, 1968.

S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório da Diretoria 1971**. Florianópolis, 1972.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório da Diretoria 1975**. Florianópolis, 1976.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatórios de Atividade 78**. IOESC: Florianópolis, 1979.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2012**. Florianópolis, 2013b.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Sustentabilidade: a CELESC em 2008/relatório**. Florianópolis, 2009.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório de Sustentabilidade CELESC: Santa Catarina, 2014**. Florianópolis, 2015.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório de Sustentabilidade CELESC 2013**. Florianópolis, 2014.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório de Sustentabilidade CELESC 2015**. Florianópolis, 2016.

S.A., CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Relatório de Sustentabilidade / Sustainability Report: 2016**. Florianópolis, 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2012.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA (SCGÁSa). **28 anos de História**. Disponível em: < <https://www.scgas.com.br/scgas/app/Content.aspx?c=876>. Acesso em : 18 jun. 2023.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA (SCGÁSb). **Projeto Serra Catarinense completa uma década com investimentos para interiorização da oferta de gás natural ao mercado catarinense**. [S.l.]: SCGÁS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.scgas.com.br/scgas/site/noticias/projeto-serra-catarinense-completa-uma-decada-com-investimentos-para-interiorizacao-da-oferta-de-gas-natural-ao-mercado-catarinense>. Acesso em: 23 jun. 2023.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA (SCGÁSd). **Mapa da Rede**. Disponível em: <https://www.scgas.com.br/scgas/manager/resourcesDB.aspx?path=3326>. Acesso em: mai. 2023.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual**: a experiência do PLAMEG. Editora da UFSC: Florianópolis, 1985.

SEF/SC. **Invesc**. Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/institucional/diretoria/INVESC>. Acesso em: 07 mai. 2023.

SOARES, Sebastião. **A Crise Energética no Contexto do Programa de Privatização**. in: Carlos Lessa et. al, O Brasil à Luz do Apagão. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2001.

STEFANELLI, Ricardo. **Casan 45 anos**: uma história cheia de futuro. Florianópolis: Fábrica de Comunicação, 2016.

SUSIN, Arnaldo Lopes; MENESES, Paulo Rogério Meira. **A indústria da energia elétrica em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TAVARES, Maria C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

VIEIRA, Luiz C.; BRITO, Paulo S. **Histórias de Luz**: em comemoração aos 60 anos da Celesc. Florianópolis: Officio, 2015.

VIEIRA, Luiz C.; BRITO, Paulo S. **Entre o Passado e o Futuro**: história dos 35 anos da Celos. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE I: CAPITAL SOCIAL DA CELESC 1955 - 1990

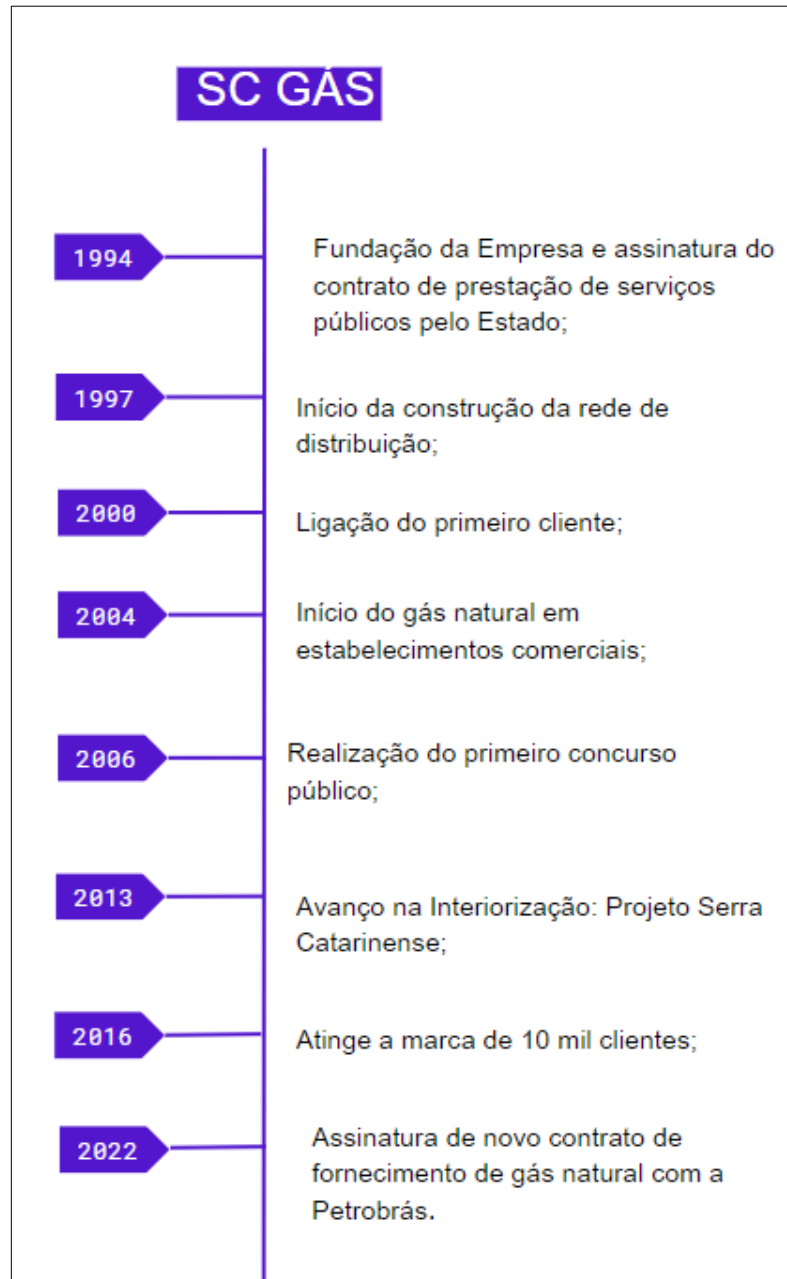
Tabela 6 - Capital Social da Celsc

Ano	Capital Social
1955	
1956	Cr\$ 200.000,00
1957	Cr\$ 200.000,00
1958	Cr\$ 200.000,00
1959	Cr\$ 200.000,00
1960	Cr\$ 700.000,00
1961	Cr\$ 1.100.000,00
1962	Cr\$ 1.704.000,00
1963	Cr\$ 3.091.700,00
1964	Cr\$ 5.533.476,00
1965	Cr\$ 26.818.081,00
1966	Cr\$ 30.196.867,00
1967	Cr\$ 46.302.806,00
1968	NCs\$ 65.066.065,00
1969	NCr\$ 91.253.969,00
1970	Cr\$ 134.427.915,00
1971	Cr\$ 150.556.372,00
1972	Cr\$ 196.687.351,00
1973	Cr\$ 250.348.735,00
1974	Cr\$ 315.910.640,00
1975	Cr\$ 428.775.923,00
1976	Cr\$ 624.746.804,00
1977	Cr\$ 873.441.744,00
1978	Cr\$ 1.201.941.259,00
1979	Cr\$ 2.057.588.871,00
1980	
1981	
1982	
1983	
1984	
1985	
1986	
1987	Cz\$ 2.084.496,00
1988	
1989	
1990	

Fonte: Diversos relatórios Celsc, 2023.

APÊNDICE II: TRAJETÓRIA DA SC GÁS 1994 - 2020

Figura 5 - Representação da Trajetória da SC Gás



Fonte: SC Gás, 2023a (adaptado autora)

APÊNDICE III: DADOS FINANCEIROS E ECONÔMICOS

Quadro 16 - Dados Financeiros e Econômicos⁷⁹

Ano	Balanço Patrimonial			DRE					DOAR ou Fluxo de Caixa	
	Ativo Total	Imobilizado (está no ativo)	Patrimônio Líquido Total	Receita Operacional Líquida	Lucro Bruto Total	Lucro Líquido Operacional	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Depreciação e Amortização	
1990	343.579.703	252.888.855	18.383.151	305.537.144	-57.373.089	-9.963.798	-57.473.633	estão juntas	-34.501.361	
1991	799.708.863	692.973.396	444.606.136	309.151.540	-81.623.217		-81.600.750	estão juntas	-25.529.930	
1992	253.504.419	272.706.110		99.068.520			7.936.447	estão juntas	-11.380.966	
1993	272.706.110	253.504.419	220.865.289	103.149.872			-7.634.188	estão juntas	-7.753.661	
1994	1.588.572	858.798	1.090.588	614.730	791.501	54.616	1.214	estão juntas	-52.927	
1995	1.700.166	1.133.151	1.266.605	582.704	752.245	32.086	-21.018	estão juntas	-54.828	
1996	1.924.097	1.176.868	1.451.746	665.605	926.192	61.984	13.440		-55.743	
1997	2.063.955	1.248.282	593.551	787.548	1.083.837	42.908	65.351	24.542	-58.110	
1998	2.322.372	1.353.189	562.754	827.112	1.160.617	-61.803	71.882	111.405	-59.182	
1999	2.369.576	1.189.534	742.980	971.892	1.282.242	1.499	135.556	135.765	-66.388	
2000	2.542.404	1.208.511	696.200	1.194.800	1.609.352	4.030	-24.100	29.964	-71.980	
2001	2.770.087	1.238.212	696.200	1.442.000	1.944.594	-88.900	71.421	112.368	-75.291	
2002	2.629.130	1.344.468	626.200	1.747.863	2.433.181	-290.595	177.342	375.101	-78.302	
2003	2.988.001	1.381.208	626.200	2.139.000	2.973.938	168.179	106.853	200.817	-82.222	
2004	3.117.850	1.156.129	884.873	2.644.660	881.367	47.730	170.834	166.369	86.476	
2005	3.358.753	1.256.117	1.043.075	2.994.460	1.013.748	49.276	161.797	176.164	96.169	
2006	1.576.253	1.412.275	1.205.980	2.867.800	561.977	203.300	13.176	67.545	99.467	
2007	4.228.557	1.751.085	1.453.363	3.166.800	-2.969	299.000	125.622	14.457	117.366	
2008	4.442.885	1.830.240	1.638.252	3.520.893	294.272	127.283	66.651	43.019	134.278	6.458
2009	4.351.121	1.981.010	1.729.474	3.660.043	137.688	258.444	29.461	1.304	128.353	9.807
2010	5.001.572	306.424	1.940.507	4.036.765	658.431	246.803	39.490	-1.590	156.655	

⁷⁹ Moeda que circulava no Brasil de 16/03/1990 a 31/07/1993 Cruzeiro (Cr\$); Cruzeiro Real 01/08/1993 a 30/06/1994; Real a partir de 01/07/1994.

2011	5.365.230	370.105	2.174.531	4.191.414	927.852	311.683	14.437	-2.233	155.700	
2012	5.343.256	255.293	1.777.333	4.414.979	412.342	-255.725	8.813	-79.609	158.294	
2013	5.627.763	221.129	2.137.462	4.872.377	819.830	198.874	67.369	-1.548	208.271	
2014	6.171.127	232.350	2.343.458	6.245.241	1.020.174	130.674	19.934	-2.220	216.213	
2015	7.988.928	174.856	2.224.728	6.864.695	487.234	513.055	12.590	-2.005	259.084	
2016	8.628.715	158.495	2.075.843	6.108.740	594.596	-9.817	3.222	-52	235.576	
2017	9.060.252	151.672	1.842.238	7.091.235	879.556	66.475	2.870	-59	218.046	
2018	9.854.745	160.066	1.800.856	7.664.544	814.720	165.032	1.341	-142	214.915	
2019	9.498.257	174.796	1.407.124	8.015.909	992.906	283.575	-4.557	-74	227.696	
2020	10.654.427	201.427	1.984.642	8.858.700	1.203.722	518.685	-5.751	-81	240.924	

Fonte: Balanço Patrimonial Celesc (vários anos).

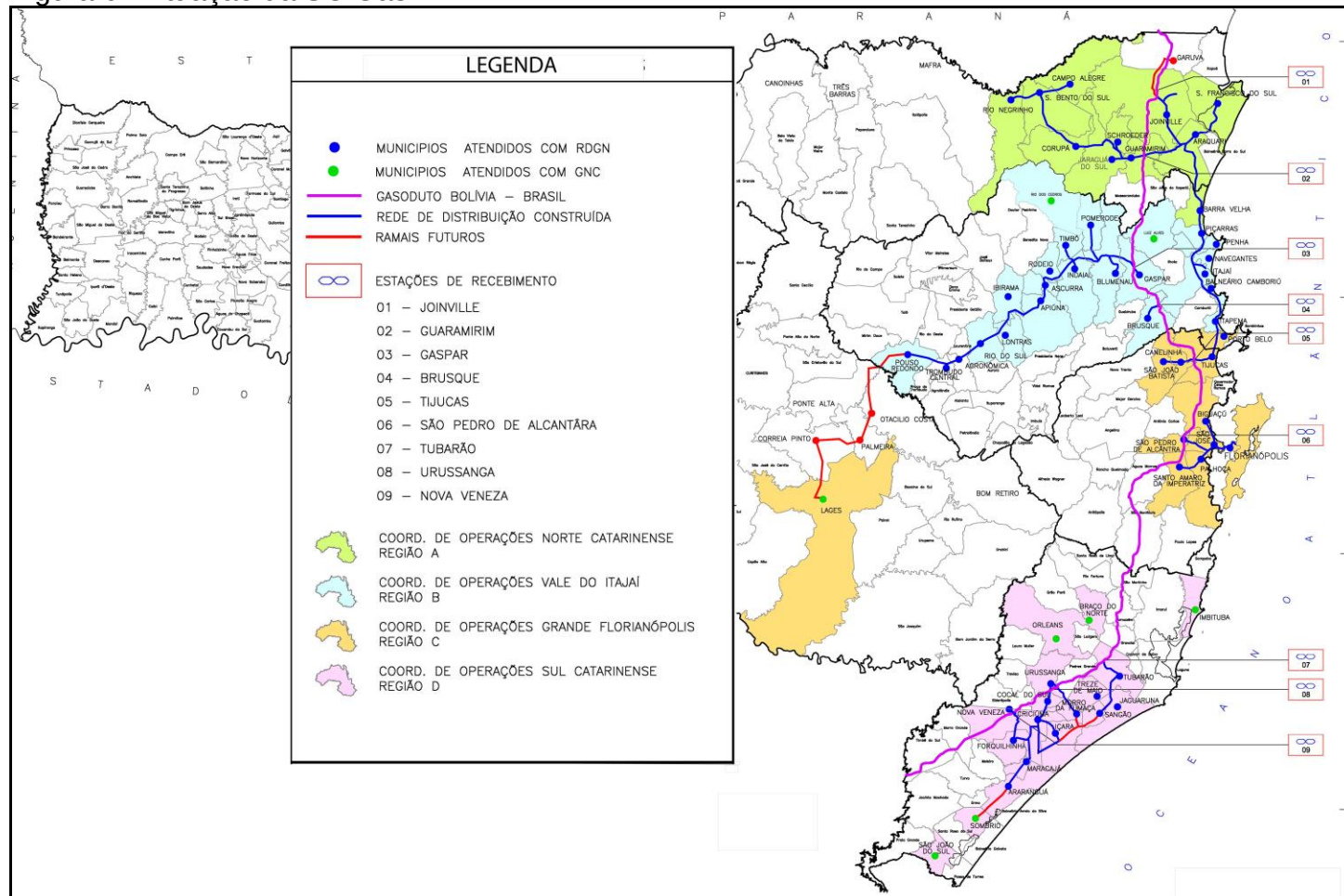
APÊNDICE IV: RELATÓRIO DE CONSUMO POR CLASSE 1990 A 2020

Tabela 7 - Consumo por Classe

Ano	Comercial	Iluminação Pública	Industrial	Residencial	Revenda	Rural	Total
1990	637.742,00		3.330.573,00	1.498.993,00		587.328,00	6.528.403,00
1991							
1992							
1993	801.069,00	282.151,00	3.708.699,00	1.803.666,00		724.621,00	7.616.820,00
1994	866.764,46	289.374,99	3.908.880,70	1.920.632,72	131.794,74	771.257,02	8.205.446,32
1995	997.167,94	303.234,75	4.127.141,17	2.193.013,60	141.883,17	851.461,49	8.962.799,08
1996	1.080.947,07	325.446,83	4.261.649,88	2.390.676,57	153.004,18	921.676,38	9.505.404,21
1997	1.206.849,05	357.111,92	4.670.895,74	2.575.219,44	158.020,87	1.000.640,99	10.362.317,48
1998	1.312.706,40	376.071,75	4.750.213,09	2.722.672,18	161.298,98	1.094.224,35	10.825.362,87
1999	1.413.223,21	396.021,45	4.975.089,97	2.846.772,86	174.400,44	1.151.481,22	11.377.567,65
2000	1.567.838,48	410.685,84	5.404.476,68	2.959.036,84	197.291,16	1.241.001,43	12.218.366,70
2001	1.652.457,12	414.074,83	5.652.084,91	2.976.195,29	208.325,23	1.288.636,69	12.633.300,85
2002	1.742.082,58	409.337,11	5.987.798,27	3.006.789,89	328.308,46	1.259.089,25	13.203.189,05
2003	1.828.853,26	418.020,92	6.229.408,11	3.083.797,81	320.403,73	1.322.526,60	13.698.830,00
2004	1.915.176,45	428.583,71	6.934.005,59	3.139.144,47	236.856,00	1.423.732,84	14.588.375,78
2005	2.083.454,10	427.580,39	7.195.507,60	3.325.135,75	287.355,43	1.529.638,90	15.363.766,12
2006	2.220.015,43	434.686,50	7.404.006,64	3.448.601,46	351.171,78	1.581.249,63	15.985.530,56
2007	2.400.169,90	435.942,36	7.812.961,43	3.696.573,21	379.200,52	1.650.388,01	16.956.979,68
2008	2.513.498,71	447.305,30	8.243.253,92	3.801.211,86	427.071,90	1.738.986,95	17.744.101,29
2009	2.692.668,43	449.814,48	7.832.675,48	4.078.627,38	1.039.184,38	1.265.413,83	17.944.857,21
2010	2.845.215,98	471.675,47	8.600.300,83	4.307.530,10	1.265.135,80	1.187.381,35	19.312.310,79
2011	3.086.747,28	501.980,90	8.796.833,04	4.407.118,37	1.426.852,69	1.113.250,87	19.977.666,36
2012	3.467.011,70	528.907,45	9.243.392,27	4.636.737,88	1.494.195,36	1.198.805,72	21.251.111,69
2013	3.602.546,21	543.444,86	9.627.560,06	4.865.017,54	1.510.247,07	1.243.173,03	22.080.859,71
2014	3.946.829,68	570.893,68	9.833.940,28	5.323.111,98	1.657.667,52	1.368.654,31	23.467.180,34
2015	3.887.651,00	583.535,48	9.316.843,13	5.188.797,49	1.694.027,00	1.337.681,75	22.759.526,78
2016	3.849.045,05	605.602,01	9.299.508,75	5.362.344,39	1.725.691,48	1.338.175,76	22.956.989,42
2017	3.968.187,14	634.945,78	9.813.261,17	5.454.697,44	1.778.052,91	1.426.303,72	23.870.888,06
2018	4.048.622,70	648.472,61	10.074.155,50	5.593.862,15	1.833.558,67	1.453.180,60	24.462.791,82
2019	4.301.892,12	655.903,40	10.349.990,36	6.019.928,38	2.216.913,79	1.234.263,60	25.612.368,84
2020	4.114.380,88	639.449,46	10.225.849,17	6.361.186,27	2.296.673,98	1.271.349,14	25.654.004,75
2021	4.476.828,97	605.509,44	11.158.601,58	6.528.279,20	2.474.747,49	1.262.741,70	27.287.189,88

APÊNDICE V: ATUAÇÃO DA SC GÁS 2022

Figura 6 - Atuação da SC Gás

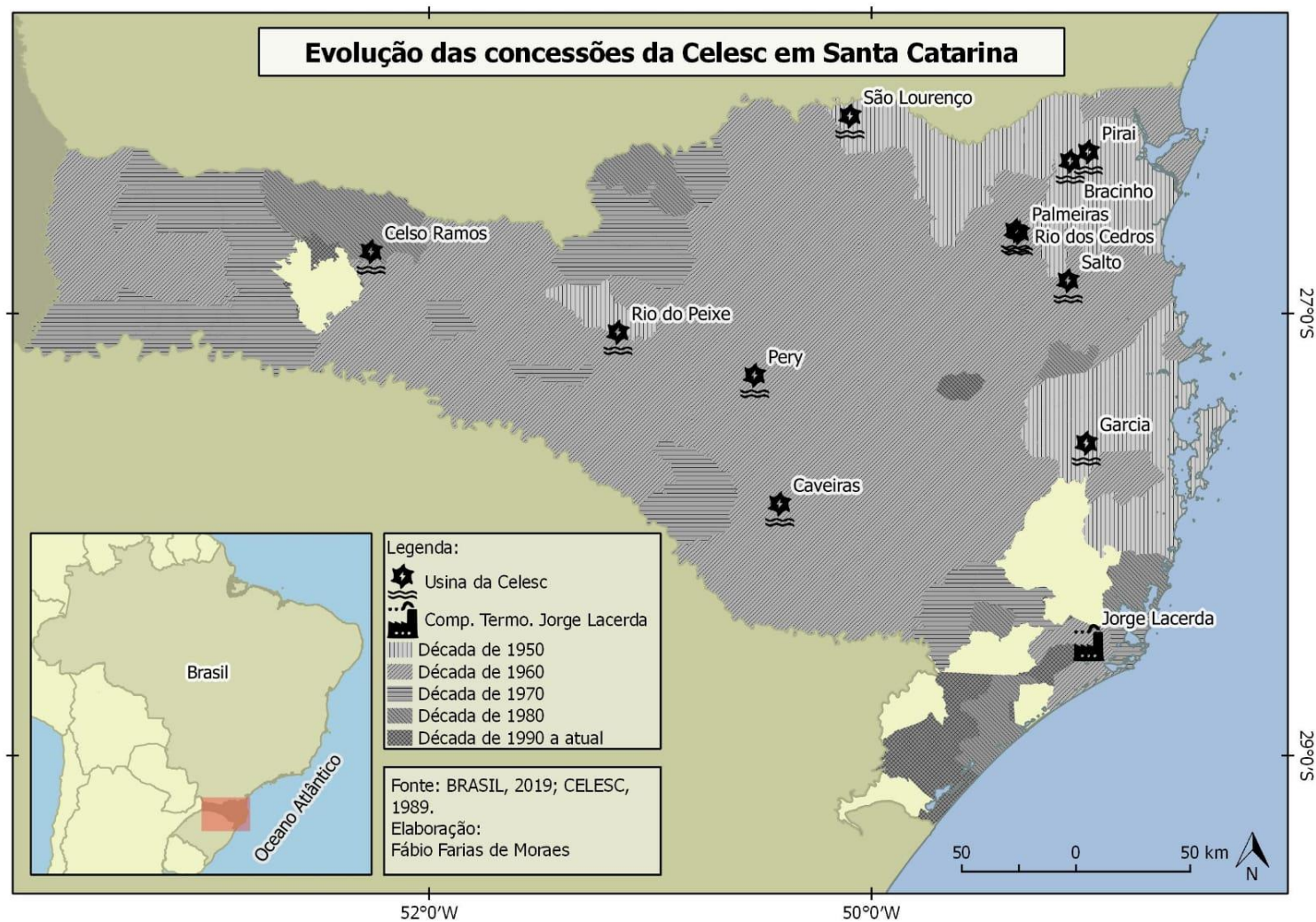


Fonte: Adaptado autora (SC GÁS, 2023c).

ANEXO

ANEXO A – EVOLUÇÃO DAS CONCESSÕES DA CELESC

Figura 7 - Evolução das concessões da Celesc



Fonte: MORAES, 2021.

ANEXO B – ENTREVISTA COM EXCELENTÍSSIMO SR. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA



**Entrevista com Excelentíssimo Sr. Paulo
Afonso Evangelista Vieira**



Eu, Carolina Biz, doutoranda do programa de Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), diante da posição exercida, como governador do estado entre 1995 a 1999, como também, Presidente da Eletrosul. Venho solicitar contribuição do Excelentíssimo Senhor para com minha tese. A pesquisa tem como título “A Celesc na Formação do Sistema Estatal Catarinense” e tem como objetivos: entender como a estatal, em meio a privatização do setor elétrico, manteve-se no poder do estado; quais foram as rupturas e continuidades do novo modelo de gestão na década de 1990; quais os desdobramentos, como integrante de um sistema de estatais, permitiram que a empresa (como *Holding*) absorvesse o comando de mais estatais, como a Casan e a SC Gás.

- 1) Nos anos do seu mandato como governador, a estatal apresentava níveis consideráveis de investimento e, conseqüentemente, de crescimento e expansão pelo estado. Como a empresa era vista para o governo do estado?
- 2) Inauguramos a década de 1990 com os ideais neoliberais e, com isso, o governo nacional instaura o PND (Plano Nacional de Desestatização) e, como ele, a privatização do setor elétrico entra em pauta. Havia muitas suposições sobre a privatização da estatal, contudo, o Sr. assume no seu discurso que não permitiria tal ação. Dessa forma, qual foi a repercussão no meio político sobre essa posição?

- 3) Ao assumir o governo, havia ainda uma pressão do governo nacional para a privatização das estatais, como foi esse período para o governo do estado? Havia pressões do âmbito nacional?
- 4) Com relação a pergunta anterior, as decisões, dentro do contexto do governo estadual, estavam divididas ou havia um consenso para a empresa permanecer estatal?
- 5) Em 1994 é instaurada uma nova empresa estatal, a SC Gás. Como o Sr. analisa essa contramão da ordem do dia, onde o governo Nacional estava enxugando o poder do estado e SC estava criando uma estatal?
- 6) No ano de 1995 foi criada a Invesc para auxiliar no crescimento e manutenção dos investimentos das empresas no estado, como o Sr. a analisa?
- 7) No ano de 1997, mais uma vez, o governo nacional sinaliza novas privatizações no setor elétrico, em meio a esse turbilhão, o Sr. sinaliza que privatizaria, qual foi repercussão no meio político?
- 8) Em 2006, a empresa torna-se novamente um *Holding*, geração distribuição, assume a Casan, a SC Gás (outros duas estatais), como o Sr., com sua experiência de gestão, como podemos enxergar essa mudança?
- 9) Diante da sua experiência e todo conhecimento na política do estado, na sua opinião, como a empresa era vista nas décadas: 1980, 1990 e anos 2000?
- 10) Como o sr. analisa a estatal para com o desenvolvimento socioeconômico do estado?

Você: *Paulo Afonso, é um prazer estar aqui com o senhor, nós estudamos tanto a história e eu estou falando com parte da história da política de Santa Catarina. Isso para mim é um privilégio.*

Paulo Afonso: Qual o seu nome mesmo?

Você: *Carolina, Carolina Biz*

Você: *Então, eu estou cursando atualmente, o doutorado e desenvolvimento socioeconômico na UNESCO, eu sou orientada pelo professor Alcides Goulart Filho, que ele é um estudioso das políticas de Santa Catarina, a minha dissertação também foi orientada pelo Alcides, a minha dissertação é sobre o desenvolvimentismo conservador em Santa Catarina, por que que eu falo isso?! Porque há uma linha histórica dentro da política Catarinense, ao meu ver, que conserva as estruturas, e a Celesc ela é parte da conservação das estruturas, afinal estatal ela é ao meu ver, ela é um ponto estratégico do desenvolvimento econômico do estado, da interligação das indústrias, então o senhor fez parte de toda a história inclusive segurou ela nas mãos do estado a briga foi feita...*

Paulo Afonso: Foi, lembrando o seguinte, vou fazer um contexto histórico daquele momento, eu comecei o governo em primeiro de janeiro de 1995, mesmo dia que o Fernando Henrique Cardoso começou a presidência, no ano anterior, nós tínhamos tido o plano real, então esse é o quadro, o Fernando Henrique eleito naquela onda também, tenho certeza, e... e então nós tínhamos uma realidade econômica diferente que implicavam em uma série de situações também diferentes para os estados e municípios, quero dizer, era uma nova realidade, a realidade inflacionária, e eu também vivi isso com o secretário da fazenda do Pedro Ivo (Casildo Maldaner). E naturalmente, tendo que aquela era a realidade material as famílias, as pessoas, os governos, eles também trabalhavam com a inflação, a inflação era parte da realidade, ou seja, no mês tu tinha mil unidades monetárias de arrecadação, no mês seguinte tu tinhas mil e trinta, por que tinha 30% de inflação, vamos colocar, eu ainda vivi aquele final do Sarnei, com o início do Color como secretário da fazenda, era 80%, então, o que eu quero dizer com isso? Algumas pessoas também tinham a ilusão, isso era uma certa ciranda, tu tinha mil dinheiros na poupança e no mês seguinte tinha mil e cem, e aí o entusiasmo, 100 a mais, e era uma coisa assim, e de certa maneira os estados e municípios, até por que não tinha como fazer diferente, eles ficavam mais acostumados mas era a realidade econômica, valia, por exemplo, vamos lá, se um

mês, no mês subsequente não houvesse reajuste do servidor público por exemplo, tu tinhas um diferencial por que a arrecadação necessariamente ia crescer mesmo que não fosse em termos reais, mas ela cresceria em termos nominais, e a tua folha não crescia por que tu não desse aumento, então vamos admitir, tu tinhas praticamente empatado, arrecadava mil e pagava mil de folha, aí no mês seguinte tu arrecada mil e cem, e pagava mil de folha, aí no mês seguinte tu arrecadava mil e duzentos e passava mil de folha e aí tinha a pressão do servidor aí tinha que dar aumento, aí juntava, mais se trabalhava isso. Bom por que estou dizendo isso, por que aí pela primeira vez, os estados e municípios não tiveram a inflação nas suas arrecadações, certo, e nós vivemos alguns meses que a arrecadação de um mês foi inferior a do mês anterior, coisa que nunca acontecia, até pelo processo inflacionário, então ainda que atividade econômica se reduzisse 5%, 3%, 8% a inflação repunha esses valores com muito mais intensidade nós vivemos em 1995, meses que a arrecadação real já era menor que a do mês anterior, claro que se havia 1% a menos de atividade econômica, estávamos com o inflação " 0 " (entre aspas), Se houvesse um por cento a menos de atividade econômica, o meio ia ser menos arrecadação, que é o ICMS acho que sabes que a arrecadação catarinense é basicamente ICMS?! Os outros itens, IPVA, PCMD e mesmas participações dos tributos federais ela é muito pequena para a nossa realidade?! Estados do Nordeste por exemplo, onde é os fundos de participação são muito maiores, o nosso sempre foi um ICMS, sempre foi, bom, então assim nesse quadro, e o outro quadro? aquele momento era as dívidas públicas dos estados e municípios, eram imensas, acumuladas ao longo do ano e aqui nós não vamos fazer discurso de fulano fez dívida ou beltrano fez dívida, havia um estoque de dívida muito grande, dívida, dívida externa, dívida interna, títulos públicos estaduais, os estados ainda podiam emitir títulos públicos, certo? Então havia muita dívida, muita. Então nós tínhamos dois momentos, os estados com dificuldade, função do fim da ciranda inflacionária e os estados sobrecarregados com dívida acumulada ao longo dos anos, esse quadro. Bom, no plano de fundo embora o governo do Fernando Henrique fosse eleito pelo partido a social democracia brasileira ele encarnava sem dúvida o neoliberalismo com as privatizações foram é pedra de toque do governo dele, aí eles privatizaram as TEPs, lembra disso, certo? As TEPs vão ser privatizadas e aí vão já chegar mais perto do nosso chão, havia uma pressão imensa para os estados privatizarem as suas estatais. O que que os estados em geral tinham,

energia, saneamento e plano., eventualmente podia ter umas coisas menores aí, um lugar... não sei, nós tínhamos aqui, por exemplo, o Hotel de Caldas da Imperatriz era estatal, mas isso são coisas eu diria quase que excrescência digamos assim, circunstâncias outras, na nossa época nós transferimos a Caldas, Piratuba, nós transferimos para as prefeituras, mas é isso é o estado do Estado, o poder público, o Governo, o Estado é uma questão de hotel, é verdade, mas isso era distorção, nós estamos falando de coisas estruturais, então esse é o relevante. Estruturais, a energia, exatamente, esgoto e fornecimento de água e plano, no BESC.

Você: Eu estagiei no BESC

Paulo Afonso: Oh, veja só! O que que acontecia, o governo federal jogou seu piso político, para que os estados privatizassem as suas estatais eles diziam?! E obviamente algumas, muitas situações tinham razão, eu vou negar e elas, que aqui foi feita inclusive em Santa Catarina, então, antes do meu governo, antes do governo Pedro Ivo uso do banco, uso da empresa como pra empregar, pra emprestar pra amigos, havia um uso indevido. Mas que vamos sendo gradativamente reduzido isso, tanto pelas posturas dos governantes que vieram posteriormente, como até pelas regras do jogo, pela realidade, então, o BESC, por exemplo, era um banco que já tinha na nossa época se incrementou, estagiário, estruturas de concessão de crédito, não era mais aquele negócio passa lá que tem aberto sua conta, tinha todo um mecanismo mais rigoroso, obviamente que como o poder público caixa do tesouro, eu não tinha, por exemplo, não tinha recurso pra bancar a CELESC, não tinha recurso pra bancar a CASAN, elas também tinham que ser rigorosas na sua anuidade porque elas dependiam da sua receita, não havia aporte, antigamente quando elas começaram o período obviamente que havia muito aporte até pra elas conseguirem se estruturar, e se desenvolver, mas a partir de um determinado instante a frente, quando o poder público caso os governos estaduais, perderam a sua capacidade de aportar nessa nesses órgãos, capitalizá-los, eles tinham que se virar, então eles eram obrigados a trabalhar com as despesas da receita e tal, pra fazer os seus investimentos, então, não dava muita margem ainda que houvesse alguém mal intencionado pra fazer bobagem, bom, mas eles diziam, os luminárias do governo Fernando Henrique que eram órgãos pra fazer política, que era desnecessário, que os estados não podiam ter isso, são sempre pra fazer politicagem, era o discurso deles, e eles pressionaram muito os governos estaduais para que fizessem as privatizações, eu resisti o quanto

pude, porque nunca defendi a privatização e acho que não estou errado, veja só, fora o PS, depois acabou tendo um caminho bem meio inusitado, meio esquisito, a CELESC e a CASAN estão aí, a grande aqui no Rio Grande do Sul, no Paraná, Paraná ainda tem a tutela, que poderosa, São Paulo, Rio, Minas, eles foram privatizando, foram privatizando, principalmente esses estados que eles também eram governados por canos, eram a maioria deles, então eles foram atendendo as essas demandas, do Governo Federal e gradativamente privatizante e as empresas deles eram maiores que a nossa, eles fizeram divisões lá em São Paulo a Eletropaulo, transformaram em três ou quatro pra privatizar pra não ser um monopólio, enfim, mas eles foram fazendo isso e nós resistimos, então isso era um quadro Carolina que nós tínhamos, e em momentos difíceis o estado, e por outros estados, como não tinha mais inflação alavancando e a dívida era pesadíssima e nós só podíamos resolver a dívida com a participação do Governo Federal, não tinha outra maneira, essa também era a moeda de troca, “privatiza que eu te ajudo na vida”, eu não vou exagerar dizendo que era uma chantagem, mas era uma pressão fortíssima, e aqueles que foram fazendo relativamente não passou. Então eles faziam isso, e os estados não só o Santa Catarina, todos precisavam desesperadamente de colar suas dívidas, ou seja, pegar todo o estoque de dívida, dívida que foi feita, mas pra nós, pra mim foi feito no finalzinho do governo, então este era o quadro Carolina, de um lado os estados com dificuldades financeiras pelo ajuste necessário da nova favorável realidade de inflação reduzida, [...] angustiante. Durante, vamos dizer assim, noventa e quatro (1994) não falando que era do governo anterior, mas enfim os servidores por exemplo, os custos eles, os servidores reajustes tal e digamos teriam direito a X por cento de reajuste coisa e tal, que no processo inflacionário não teria problema, mas a partir do momento que isso parou se isso desse quarenta por cento de aumento pra servidor, pensa hoje, nós temos um pouquinho de inflação, mas tu imagina hoje, a pessoa ganhar quarenta por cento de aumento?

Você: *Eu ficaria bem feliz...*

Paulo Afonso: Mas só que como hoje: o teu patrão, vamos dizer assim, não consegue subir um produto dele em quarenta por cento, para compensar e era o que nos acontecia se nós déssemos a hipoteticamente quarenta por cento, arrecadação ia subir um

Você: *ia ficar uma disparidade muito grande?!*

Paulo Afonso: Ou cair, como aconteceu alguns meses, então isso era uma pressão, é uma pressão que havia uma defasagem, porque tinha uma inflação também que foi tomada pelo plano de inflação, e aquele negócio todo. E enfim, e do outro a dívida que era um acúmulo de muitos anos desde seus primórdios, os estados com estoque de dívida e seguiria e tal foi de certa maneira feito, é que há união assumisse tudo em vez de pagar pra banco externo, pagar título no mercado, a união pegava, assumia tudo isso e passava a ser o único credor do estado e foi isso que foi com limite que era a luta que se fazia pra que os estados iam pagar pra União, mas ainda que tivesse, que não poderiam pagar mais do que X por cento, treze por cento da sua receita líquida, ou seja, havia um porque naqueles momentos tudo quanto era dívida que por ventura tivesse acontecido anteriormente e que tivesse que ser paga, ela não tinha limite, ela não tinha limite, e tinham muitos títulos do estado, o tesouro Brasileiro, tesouro catarinense, obrigações reajustáveis do tesouro catarinense, os estados podiam emitir e o faziam, isso virou uma bola de neve gigante, quando foi feita essa rolagens isso foi proibido de títulos, a contratação de novos empréstimos também foi muito restrita, praticamente proibida e o geral se tornou o credor dos estados. E isso foi feito, veio sendo feito. De forma muito mais amigável, rápida, com os que estavam dispostos a privatizar e de forma muito dura os que não estavam dispostos. Por isso que se tu olhares até nas tuas perguntas não é que houvesse mudado por terra, mas chegava um ponto adiante que nós estávamos tão afogados, tão sem ar e a gente começou a dizer tá então está bom vamos fazer alguma coisa tá? E eles por exemplo, deram pra outros estados o que nunca deram pra nós, antecipação a conta de privatização, ou seja, o governo federal, ministério da fazenda, eu vou vender a Eletrobrás aqui, a Eletro Rio Grande do Sul, Eletro Minas, vai valer um bilhão, então, já me adianta trezentos milhões depois quando eu vender, eu te pago, mas isso já resolve o meu problema esses trezentos, esse dinheiro me adiantasse eu vou pagar servidor, vou pagar dívida, vou pagar fornecedor. vou botar nas minhas contas em dia. Tá? Tipo como se tu tivesses, por exemplo, um apartamento e vai estar vendendo e a pessoa diz, eu só vou sair daqui um ano, mas vou te vender duzentos mil, mas me paga cem mil agora. Aí a pessoa te paga cem mil então não precisa entregar o apartamento ainda, e tu já recebesse um dinheiro? Esse era antecipação a conta de privatização porque obviamente p processo de privatização não era algo instantâneo. não saia assim, quem quer comprar? Nunca

recebi, nenhum centavo, e a nossa rolagem só ocorreu ao final, foi uma herança positiva que deixei pro governo seguinte quando pro meu governo não fazia mais diferença nenhuma do ponto de vista financeiro faltava três, quatro meses pra terminar e teve estado que fizeram isso no meio do governo, na primeira metade, portanto, imagina, sair de um desembute de praticamente trinta por cento da receita com dívida pra treze por cento. Que folga tem isso? Vai fazer uma conta na tua economia doméstica se tu paga trinta por cento de aluguel, por exemplo, e de repente está limitado a pagar só treze do que sobra mais um monte de dinheiro, e então nós só no final que conseguimos. Mas aí o que nós fizemos adiante sempre na tentativa de segurar as pontas, sempre na tentativa de evitar a privatização, mas uma ideia que eu até achava razoável e acho, porque eu não sou contra o investidor privado, e o nosso desejo era que de modo especial no saneamento e na energia...porque o BESC a gente nunca quis, a gente nunca precisou fazer porque o BESC era bom, o BESC funcionava, o BESC que era eficiente, o BESC que era uma maravilha, então que ele já havia sido saneado também lá atrás, ou seja, quando houve a intervenção o BESC foi todo saneado nos anos oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e sete, oitenta e oito, então um BESC que era redondinho. E ele tinha a supervisão do Banco Central, tinha diretor indicado pelo Banco Central, mas no caso infraestrutura. Das duas: CASAN e CELESC o que a gente pensava era na possibilidade de nós termos investidores privados que aportariam recursos sem necessariamente controlar a empresa. Obviamente que eles só aportariam se a empresa desse lucro, se a empresa funcionasse isso é o golpe, e eles tem toda a razão, mas eles não assumiriam o controle, eles seriam como hoje pessoas que tem ações da Petrobrás, do Banco do Brasil e tal que buscam seus dividendos num determinado momento., e obviamente desejo que seja bem administrado. É óbvio. Mas a ideia era essa, eles aportassem recursos em um lugar no conselho de administração, eventualmente uma cadeira de categoria, porque esse recurso também alavancaria a própria atividade da empresa, e faria com que ela crescesse e então desse mais lucro e tal. Enfim, mas por isso é que o da inveja que teve toda essa ideia, que não foi ideia original, outros estados fizeram, nós copiamos isso Igualzinho e a ideia era que foi feito emissão de debêntures quem as comprasse obviamente o estado, de debêntures lastreadas em ações da CELESC se o estado não pagasse o portador teria direito a transformar em ações da CELESC. Mas obviamente isso tudo calculado pra ele não assumir o

controle, não é que o estado já pensava em não pagar, mas a ideia dele assumir uma transformar em ação era uma coisa que fazia sentido e nós víamos bem a possibilidade dessa participação privada, então privatização, participação privado, e de qualquer maneira a Celesc podia ter e depois atualmente tem bastante até... Tanto é que [...] administração e tem, depois o Luiz Henrique flexibilizou muito isso aí, mas a ideia era essa, tanto de CASAN, quanto de CELESC. O que eu acho que umas coisas Carolina é que as pessoas quando criticam as estatais, primeiro que a maior parte de todos nós brasileiros não vivemos o início das estatais e por que que elas foram necessárias, o que que elas foram necessárias? Um país de terceiro mundo... Atrasado, com pouco capital, o empresariado pouco expressivo, com pouca poupança... Com pouca capacidade de investimento ou vinham investidores estrangeiros, o que acontecia ou poder público bancava, vamos dizer não é só por idealismo, por dizer o petróleo é nosso, sei lá o que. É porque tudo não acontecia, senão não acontecia, quem tinha, por exemplo, capital forte pra fazer uma siriús ou os americanos, os alemães, o poder público brasileiro, quem tinha condições de criar uma empresa petrolífera ou a Edson ou a Shell, a empresa inglesa ou irlandesa ou governo brasileiro, não tinha outra forma, e no caso dos estados origem da CELESC ela veio de pequenas unidades, que nós até hoje temos pequenas usinas espalhadas aí de iniciativa, pequenos empreendedores, mas eu cheguei a pegar um pouco essa época, época da Elfa, que foi a própria Elfa eletricidade que era uma tragédia, mas era uma tragédia, algo que as pessoas... que não tinham capital pra desenvolver, e aí o governo, isso foi o grande médico lá atrás, o governo Celso Ramos, que adentrou nesse setor de infraestrutura, é investimento, e aí criaram as estatais exatamente pra poder ter, e um certo aporte de recursos públicos, no caso recursos oriundos da arrecadação tributária que poderiam ir para infraestrutura, além do que hoje em dia já fala nisso eu acho que já é bastante defasado, mas talvez possa até me surpreender, quem durante a reunião ainda conheci em Santa Catarina, isso não faz tanto tempo e uma boa parte da população rural principalmente não tinha medo de dinheiro, não tem lixo, agora vamos lá, qual é o empreendedor que estava disposto a vir no sul ainda é tudo mais coladinho, ali pertinho aí, mas pensando na serra, nas distâncias enormes, que nós ainda fizemos no meu governo o viva a luz, ainda com parcela expressiva da população catarinense, cinquenta por cento mais expressiva, considerando que nós estamos falando em 1995, final do século vinte, início do século vinte e um e o terceiro

milênio que não tinha energia, agora quem era o gosto desse pessoal? o pessoal que morava na praça de Urussanga ou no centro de Criciúma? É a pessoa que morava quinze, dezoito quilômetro na comunidade lá em Lages, na Serra do Capão Alto, na Bocaina, que custava uma fortuna puxar a luz anular como pra ter uma família, que ia ter uma geladeirinha, uma televisão, um não sei o que, ia pagar trinta reais por mês, trinta da época e devia até fazer um investimento enorme. Quem fazia isso? Poder público. Não tinha outro. Ninguém faria isso, ninguém, ninguém porque é antieconômico do ponto de vista, mas aí é que está toda essa discussão hoje em dia aí, que o Lula está certo aí no ministro, mas essas pessoas que viviam na escuridão porque custava caro levar energia para elas, mas elas também produzem ouro, então elas iam pra cidade... Então quem é que fazia isso? Quem que fez, quem pôde fazer e nós fizemos investimentos grandes, porque obviamente não estou desmerecendo os anteriores, as situações mais fáceis já tinham sido resolvidas, as mais próximas, as áreas urbanas tinham era a área rural, principalmente no Planalto Alto Norte que são distâncias enormes na Serra Catarinense e por isso é a função social dessas empresas, é a função, senão como é que faz? Então claro que havia um empenho das prefeituras, havia a posse do governo do estado, havia o próprio custo que a CELESC bancava, havia uma pequena parcela do próprio agricultor, do condômino, mas não é que nem constrói um prédio aí em Urussanga e o cara avisa a CELESC, “olha, liga a luz nesses apartamentos, não é assim”

Você: *é um grande investimento... é o poste...*

Paulo Afonso: Em geral, não é um prato pra comunidade, pra locais que tinham uma, duas, três famílias em distâncias longas, então o que eu quero dizer com isso? Que essas empresas, elas têm essa função e não podem esquecer disso., será que hoje quando a gente olha, por que antigamente é tão difícil ter um telefone, hoje tá privatizado, como é que eu faço? Bom, primeiro com tecnologia mudou tudo, então, ali em comparação, então, você imagina um negócio de fio, que era só com fio, pra tu levar pra várias partes, mas se a gente pensar também, o quanto se evoluiu, tu lembra quando já privatizado quanto que se pagava pra fazer uma ligação com o celular? Lembra disso? Pegava um fixo e ligava pra um celular?

Você: *Caríssimo, era muito caro...*

Paulo Afonso: E já era privatizado, então também tem o negócio da tecnologia hoje quando... hoje nós... atualmente... quer dizer... mais umas duas semanas atrás

dessas empresas com a TV cabo, internet, eu tinha um telefone fixo, eu disse, eu quero telefone fixo, não sei nem o número, ia devolver assim... Não precisa devolver.... Mas eu quero... não precisa devolver, não vou lhe cobrar nada, isso não tem custo, o senhor vai usar pouco mesmo, eu tenho um telefone que não custa nada porque essa tecnologia é um telefone fixo não é mais útil, a empresa não quer me perder como usuário da TV a cabo, da internet, não quer!

Você: *É que virou um serviço à parte!*

Paulo Afonso: E sem maior importância, então tecnologia, pega o celular... ligações ilimitadas, quando eu me lembro a gente comprava o plano, sessenta ligações, sessenta minutos. Sessenta minutos pra operadora, vinte pra outra não operadora. Nossa, e aquilo se esgotava tu pagava um pouquinho longe, não só no local, tu usa o prefixo lá, vinte e um, quarenta e um, que seja, e liga pra esse mundo de Deus, marcou com a evolução da tecnologia que ajudou lá atrás, e outra coisa, a questão também das privatizações Carol é que tem que ver os monopólios, é uma palavra pesada, mas olha só, como é complicado embora isso já aconteça no setor energético, tu tens... vamos dizer que tu tens aqui em Florianópolis três empresas fornecedoras de energia elétrica pra tua casa que tu escolhes, mas vão ter três postes cada uma e vão usar o mesmo poste, em geral isso aqui é que nem o próprio negócio da Casan, embora hoje [...] tu vais ali e troca e apenas um ... no computador... Agora não, o cara, vamos dizer que não seja a Celesc, pra trazer energia na minha casa, ele vai ter que puxar duma subestação, vai ter que passar pelos postes, vai ter que vim aqui e chegar em mim. Ou vai ter que subcontratar o propósito da CELESC provavelmente ele vai me cobrar mais caro que a própria CELESC, então essas áreas, própria área de saneamento [...] a SAMAE, mas elas estão no município, não dá pra ter duas, três, elas devem até ter sido privada, tem um sistema aqui de fornecimento de água e de esgoto privado do município, mas não tem dois, não cabe... não tem... já a telefonia foi diferente, ela demonstrou totalmente diferente. Aquela que dizia, hoje em dia nós temos grandes fornecedores, mas está cheia de empresinha pequena que some... logo mais... vende. Então... bom. Eu não acho que as estatais... Elas cumpriram a função de desenvolvimento, tanto é que elas perpassaram a época democrática do Brasil, elas se fortaleceram na própria ditadura militar, eles eram estatizantes, fortemente estatizantes, e depois é claro, depois foi só lá no Fernando Henrique, mesmo assim ele não teve coragem, não conseguiu, mexer na energia, de

mexer no petróleo, mexer num banco do Brasil, mas ele privatizou as PECs que já estavam maduros. Ou já tinham cumprido a sua finalidade, a tecnologia já tinha avançado muito! Então, já era outra realidade, mas para mim isso lá atrás se não fosse a Telesc, a Telesp, a Telepar, nós não teríamos de telefone ainda que tivesse fogo. Mas se não, não tinha.

Você: *Então é uma forma de ligação entre as indústrias também... De informação... Disseminar informação, de fazer pedidos, eu lembro que fazer pedidos pela pelo telefone, quando trabalhava no BESC era por fax, passava o extrato para o cliente por fax*

Paulo Afonso: Então veja, então essa função. E diz a respeito da CELESC e CASAN, a CASAN perdeu algumas concessões aí pra princípio, algumas talvez que não tivessem realmente oferecendo alguns serviços, outras mais preocupante político das autoridades locais, mas estão aí, pelo que eu vi ninguém, praticamente não se discutiu e não sei se o bom governador apesar de ser uma linha conservadora, se pensa, duvido que ele pensa em privatizar a CELESC,

Você: *Nossa, sabes que eu abri um discurso da ALESC de março 1999, aonde o Jorginho Melo era deputado estadual e ele falou assim, “Eu repito nesta bancada quantas vezes for necessário que eu não permitirei que a privatize o BESC, a CASAN e a CELESC”*

Paulo Afonso: E na verdade, eu acho que ele não vai entrar nessa coisa... não acredito... certo, mas enfim, pela minha intuição, pela minha experiência, elas estão aí as empresas funcionando razoavelmente bem, reclamar todo mundo sempre gosta...

Você: *todos os lados?! Todos os lados*

Paulo Afonso: O carro bate no poste, ele derruba a luz e aí falta luz aqui em casa, [...] as pessoas simplesmente fazem assim, [...] subida, mas não foi culpa da CELESC, dos preços da energia, é muito dos últimos, anos dois anos, então elas cumprem as suas funções e eu sou a favor e acho que se Governador fosse esse deputado contra qualquer forma de privatização, eu acho que elas cumprem a sua função e não vejo... não melhorariam... necessariamente, ele passaria para a iniciativa privada... acho que isso é... para a empresa privada, e empresa privada, a gente viu aí quebrar, afundar aí no Sul quantas histórias de empresas pareciam com potência gigantesca e um ano depois...

Você: *nós podemos nós podemos ver isso no carvão. O carvão até que ele não era amparado pelo Estado ele é de bem vento e poupa a partir do momento que ele não foi mais amparado pelo Estado... Como é que ficou. Houve um desmonte do complexo carbonífero!*

Paulo Afonso: Carolina, a minha tese é todo mundo fala mal do poder público, todo mundo diz que isso, que não sei o que... mas quem mais faz esse discurso, os primeiro a pedir socorro do estado são esses que fazem esse discurso,

Você: *Eu também com concordo com isso. Eu desmonto alguns discursos assim. As pessoas...*

Paulo Afonso: [...]nós temos tragédias, enchentes, frequência do estado, mas começa a garoar, tem um monte de empresário que vem na Secretaria da Fazenda pedir postergação do pagamento do ICMS. São os primeiros. Não é o coitadinho, que está com medo de que enche a casa dele e vem correndo pra ver se alguém pode ajudar... vem pedir postergação, mas quando o tempo está bom... vocês não podem pagar mais... o discurso do... menos estado é sempre assim... menos estado... mas das coisas que atende o outro...

Você: *É para o outro... Para mim não*

Paulo Afonso: pode tirar aquela parte lá, agora, aqui não...

Você: *Que diferente, que importante...*

Paulo Afonso: Falou sobre isso, o secretário da fazenda, o volume de renúncia tributária, ou seja, de benefício tributário que é dado, é um negócio impressionante, quem é que pode dizer? Ah, mas será que se não tivesse emprego, bom, mas vamos ser realistas, não é só porque eu sou um bom empresário, mas vai dando certo, porque o estado me ajuda. Eu tenho um benefício fiscal, eu pago menos impostos do que deveria ser, eu tenho uma subvenção, eu tenho não sei o que... então tá, então não seja falso... geração de emprego não é pela tua eficiência, não é pela tua capacidade. Porque tu tens um benefício que faz com que tu ganhes muito dinheiro e ao mesmo tempo...

Você: *retroalimente o sistema, eu vejo também, eu sou ACT, eu sou professora no Cedup Abílio Paulo aqui em Criciúma, no curso técnico, e eu vejo os professores indo contra os do estado... gente, vocês são empregados do estado. E concursados ainda. Todo aquele discurso porque antes estava. Gente é isso que paga o teu salário.*

Paulo Afonso: Eu tenho me impressionado que tem muitos que fazem esse discurso e que tem que diminuir o estado, não sei o que, mas depende, então... e sem falar agora... eu sempre mas os benefícios que os funcionários públicos sempre tiveram de forma um pouco diferenciada, agora vem menos, mas, é uma coisa pra começar, que tem mais... a tal da aposentadoria integral. Só isso, eu dizia muitas vezes, olha a pessoa pode ganhar menos a vida inteira e dizer, não... eu sou professor registrado e ganho cem, ali ela é professora no colégio particular ganha cento e cinquenta, mas só que quando aquela lá se aposenta ela vai ganhar noventa no INSS

Você: E você vai ganhar cento e cinquenta...

Paulo Afonso: ... Nós não quisemos nunca privatizar nada. Fomos pressionados de forma cruel eu até diria tá? Que nos forçou em alguns momentos... final dizer que estávamos ... não que nós estivéssemos mentindo... nós não estávamos, mas a gente estava disposto a fazer uma concessão, uma participação da iniciativa privada e tal. Para ver se...

Você: acalmar os ânimos... Também...

Paulo Afonso: Mas só conseguimos rolar a dívida do finalzinho do poder, nunca recebemos nenhum recurso na conta de privatização, nunca recebemos nenhum convênio bacana do Governo Federal. Também, depois que o Fernando Henrique não tinha. Ou tinha muito pouco. Depois eu dizia pra algumas pessoas, como é a seguinte, o Lula, eu queria ter sido um governador na época do Lula, não é só porque eu simpatizo. É porque tem um monte de dinheiro que vem para os estados e municípios, um monte de dinheiro. Simplesmente, convênios a gente não tinha, não fazia ou se fazia, não sei, fazia para os outros porque para nós, não temos um programa habitacional ...

Você: ... O pacto por Santa Catarina num governo do Raimundo Colombo. Ele foi uma extensão do PAC... E o que estava acontecendo? Foi um braço do PAC...

Paulo Afonso: nas diferentes áreas de saúde, educação, segurança, infraestrutura. O governo tinha programas no caso depois, o Lula que... para nós nunca veio, no governo do FHC, até acho, não vou que, pouco tinha disso mesmo, e se tinha não veio para nós, mas não é porque não era o espírito do governo. Que obviamente se tu vais fazer um programa habitacional, quer construir Cinquenta mil casas e o Governo Federal está disposto a te ajudar com vinte mil. Caramba! Custa só trinta mil. Daí não custa 50. Então como eu queria ter sido da época do Lula com

esses programas todos. Porque aí o imposto que o estado tinha pouca capacidade, muito pouca o estado veio a recuperar parte dessa capacidade agora, nos últimos tempos. Que recuperou a sua capacidade de investimento. Que conseguiu novamente rever a questão da dívida, o índice de reajuste tinha ficado alto... tempo, a mudança dos indicadores... As a capacidade de vencimento sempre foi pequena. Agora, investimento coisa, quero fazer um acréscimo, nunca aceitei, esse negócio simples e frio de que investimento e aí não é para frasear o Lula, mas eu já vi antes dele, de modesta parte, e falar assim, escola e professor, isso é custo? Custo. Mas é investimento.

Você: *A longo prazo?*

Paulo Afonso: Sim. Compete ao estado oferecer escola. Certo? Oferecer escola. E tem que oferecer, município tem que oferecer, ao estado, ao poder público... Oferecer unidade de saúde, hospital, pronto socorro, certo? Isso tem custo, oferecer polícia, polícia militar, quarte, delegacia, isso não é, é diferente da estrada... Que custa caro, mas vai lá e faz a estrada, pois inaugura, corta fita... está alguns anos depois preciso uma ... Talvez uma

Você: *...Manutenção*

Paulo Afonso: Mas tu não precisas todo mês ficar pagando pra alguém... A escola é essas coisas, então, você precisa de professor isso não é... tem investimento, isso não é um custo, o custo talvez pudesse dizer, o café, o papel higiênico, da limpeza, são custos, que não é da casa da gente, e a gente não pode viver sem isso, obviamente, mas com a prestação de serviços à população, serviços que até são obrigatórios, que são constitucionais, isso é um investimento.

Você: *E é um retorno! Existe um retorno.*

Paulo Afonso: Mas nenhum governo é dado o direito, e venho defender isso, imagina... mas dizer assim, poxa... desembolso tanto para a educação, eu vou fechar as escolas, fechar as escolas, demito todos os professores, aquele cidadão lá, bah! nem quero falar, disse que era pra demitir professor, se eu fechar as escolas e demitir professor? Eu não gasto mais.

Você: *É... e é um discurso que muita gente compra ainda... Porque são pessoas que vivem em um sistema onde é privatizado, consegue sustentar isso.*

Paulo Afonso: Quando vê assim, alguns adaptamentos chiques aí, bandeiradas, essas pessoas, pra elas o estado é irrelevante, porque elas não

precisam e não consegue olhar pra quem precisa, e aí, eu sinto assim, quem seria o Governante, o Governador, o Prefeito, Presidente da República, que melhora... quem precisa. Eu não preciso, talvez, ou preciso muito pouco, tem gente que não precisa nada, mas tem gente que precisa desesperadamente.

Você: *Eu dou aula em um colégio público, eu vejo isso, eu vejo... tem gente...*

Paulo Afonso: Imagina se uma família que tem, não precisa ter só salário mínimo, mas uma família que tem cinco, pai, mãe, mais alguém que trabalhe, cinco, sete mil reais, não é tão pouco, se tiver que pagar mil e quinhentos reais em uma escola?

Você: *Faz diferença.*

Paulo Afonso: Mil reais em plano de saúde, mas aí tem escola pública que é de graça, tem uniforme, em material, aí tem o posto de saúde que é gratuito do SUS, se não, quanto teria que ganhar alguém para poder...

Você: *Sustentar tudo isso!*

Paulo Afonso: Então eu posso olhar e dizer, bom, eu acho que deva administrar o nosso estado, o nosso município, o nosso país, alguém que tenha um olhar melhor pra essas pessoas, por que eu preciso bem menos, mas essas pessoas precisam, se o SUS não funciona, se a escola pública não funciona, essas pessoas são prejudicadas ... elas não tem... ah é... está ruim essa escola eu vou colocar meus filhos no colégio do “não sei o que, dos tal” ... vou colocar na escola internacional... Daí tem o posto de saúde, está com fila... não, não vou esperar não, vou lá para o Sírío Libanês, o que que eu vou fazer aqui nessa fila? Vou pro Sírío Libanês. Então, elas não têm essa opção.

Você: *Não têm, e é o estado que tem que dar isso!*

Paulo Afonso: Tem que ser quem olhe para isso, a indiferença... eu tenho essa preocupação, bastante, com aqueles que precisam do poder público.

Você: *E eu também. Que bom falar contigo, fiquei feliz, bem feliz mesmo! Havia outras perguntas... é que eu acabei pesquisando, pesquisei na hemeroteca, e claro que cada jornal tem um viés de pensamento, ele acaba sendo uma fonte histórica, mas nem sempre uma fonte histórica, por que ele existe um viés, ele falava, por exemplo, apontou que 1996 ela foi uma empresa do setor elétrico com recorde e faturamento, então ela apontou, destoou em 1996.*

Paulo Afonso: ... ela já tinha, por que essa questão da proatividade, isso era tudo levado em conta, já tinha uma cultura que vinha se desenvolvendo, que obviamente que era uma visão de governo, duas coisas se juntaram, tenho meus méritos, o governo tem os seus méritos, mas também tem o processo gradativo, que dá uma compra dos próprios empregados, e aí nós falamos no negócio do PS, essa reestruturação do BESC, os mecanismos de proteção ao crédito, tudo isso no fim, lá atrás o BESC nos anos oitenta inchado de empregado, todo mundo entrou no BESC, e essas coisas não existem mais, então essas coisas nós não esperávamos, a própria CASAN que sempre foi o patinho feio, por que a CASAN lida com uma área, digamos.. bom... primeiro que Santa Catarina tinha muito pouco saneamento, ainda tem pouco, e é pouquíssimo, por incrível que pareça se pegarmos dados de anos passados, não sei exatamente como está hoje em dia pode olhar, enquanto nós sempre fomos primeiro, segundo, em saneamento nós éramos o vigésimo segundo, era muito ruim, muito ruim, e a própria questão até do abastecimento de água e tal, e ela já foi um patinho feio porque esse investimento em saneamento é grande, esgoto e na própria água também é uma coisa que nós conseguimos, mas não é que eu esteja defendendo isso, mas não dá pra cobrar muito. A água não dá para ser um bem não...

Você: *É acessível. Querendo ou não, ele tem que ser acessível.*

Paulo Afonso: Ano que vem na Europa, país que é lá em casa, e as pessoas já valorizam mais, nós aqui, tem muito rio, tem muita lagoa...

Você: *Tem é uma grande abundância assim de recursos. Eu tinha visto isso que me chamou atenção e eu li todos os balanços e eu vejo que ela foi crescendo inclusive ela teve um aporte ali em mil novecentos e noventa e quatro no capital social dela depois de noventa e seis teve mais um pequeno aporte que fez com que ela investisse e depois um novo aporte só teria em dois mil e seis que foi onde ela se tornou Holding houve a divisão das empresas. Então, ela aponta um crescimento. Um crescimento, para mim, um dos indicadores do capital social e quer dizer que você está investindo nela, está olhando para ela... Está sinalizando para o mercado que ela está crescendo, que ela está expandindo. E a demanda das indústrias também era muito grande na década de oitenta e noventa. Crescimento do...*

Paulo Afonso: Continuidade pelo crescimento e a necessidade da resposta da infraestrutura. Isso eu não sei hoje em dia quantos anos, confesso que deixei um pouco de acompanhar tão detalhadamente e também, vamos lá, o atual governo do

estado, que eu prezo respeito ao governador, mas parece um governo meio assim, como é que é? Tudo é meio sem projeção, sem brilho, a gente parece que não sabe notícias assim...

Você: *Não tem um plano de governo!*

Paulo Afonso: Eu não sei, quantas anos da Casan, Celesc, não sei, não sei, não sei. Até porque daí são dirigidas pessoas menos expressivas, que não, enfim...

Você: *Isso, é que mudou o sistema de gestão dela em 2003, essa gestão participativa, então, a presidência ela acaba indo pra outras pessoas, a gente via que anteriormente eram pessoas que elas tinham experiência dentro da política, que estavam dentro da gestão da CELESC. 2003, apesar de até 2007, 2008 eu organizei todos os presidentes da CELESC, a gente vê que isso começa a mudar especialmente depois que ela se tornou Holding. Então a gestão é uma gestão diferente, a gente não vê uma experiência de gestão, que eu digo assim de, por exemplo, dentro do da parte política, porque, o Raimundo Colombo foi também presidente da Celesc, eu vi também o, por exemplo, era muito comum ver isso, o Amin foi presidente da TELESC, BESC, então foi, são experiências, de políticas de gestão.*

Paulo Afonso: Não sei o que que o Jorginho imagina em termos quem vai tocar esses solos, acho que haverá um viés um pouco mais político de pessoas já mais... não escolhe sem ser... bom... escolha política sempre será, seja quem for, mas enfim, alguém que tenha esse trânsito, que tem nova projeção, acho que isso ou pelo menos que as pessoas saibam quem é o... antes o presidente da CELESC era uma figura de preeminência no Estado, pra presidente da CASAN também, mas a CELESC era muito maior do que quase todas as secretarias de estado, talvez a educação não, pela sua capilaridade, e a saúde pela sua essencialidade, mas acho que a potência está em município, lida com um monte de dinheiro, faz um monte de investimento, a CELESC era uma coisa grandiosa, era uma empresa de grandíssimo porte.

Você: *E também essa necessidade dos acordos, entre as partes, também pra não destoar entre o governo e o presidente da Celesc, não pode um pensar uma coisa, e o outro pensar outra.*

Paulo Afonso: É, está certo. Eu vi que não circularam ainda **Gomes**, o que tem que acontecer, por que a final de contas nós já estamos na metade de novembro e o governo assume dia primeiro, não necessariamente que tem que trocar tudo, fazer tudo, mas...

Você: *Mas a gente sabe que vai ter alguma transição de cargo ali. Vamos aguardar os próximos capítulos.*

Você: *Vamos aguardar... então o senhor já falou da década de noventa, como ela veio ... para oitenta, noventa e as perspectivas pros anos dois mil e aí eu queria ver, como o senhor analisa a estatal a partir da ótica de desenvolvimento socioeconômico do estado, essa questão é verticalizada no seu discurso, ela tá toda hora.*

Paulo Afonso: Ele pensou antes, durante e depois, reconheço que... aí talvez, em alguns setores onde havia uma necessidade, onde havia uma... talvez... possa ter mais participação privada que nem, por exemplo, eu tive depois, ele teve a experiência, eu fui durante quatro anos, diretor da Eletrosul, então eu vi, ele que foi nos governos do Lula, da Dilma, do PT, do ponto de vista ideológico isentos no sentido de que a participação privada cresceu muito nos empreendimentos, as empresas de propósito específico, pra construção de uma linha de transmissão eram parcerias entre empresas privadas e estatais, e a maioria delas de capital privado que juntavam então o recurso e o know-how estatal, com recursos do know-how das empresas privadas, isso eu vi, e faziam os famosos das linhas de transmissão, os leilões em linha de transmissão e as empresas privadas ganhavam o leilão de linha transmissão. Então não é um tabu absoluto, mas por que que isso era possível? Porque agora já vencida a parte muito mais difícil, agora as empresas tem interesse ou tem capacidade ou empresa estrangeira, naquele período tinha muita coisa chinesa, e fazer um investimento pra trazer uma linha de transmissão de Itaipu a região de Criciúma, porque dá dinheiro, porque Criciúma e região são ricos, tem retorno, agora tu imagina no início o cara puxar uma linha de transmissão da usina termoeletrica de Capivari em Tubarão pra Florianópolis, quer dizer, uma coisa,

Você: *E o retorno a longo prazo! Quantos anos que vai?*

Paulo Afonso: Agora as empresas privadas, principalmente esses setores estrangeiros tem muito interesse, então eu vi isso leilão e linhas construir, então as vezes tem construção de linha de construção que estavam dentro do programa de desenvolvimento energético e iniciativa privada ou então de associações, poder público e iniciativa privada, [...] as usinas do Rio Madeira e da Eletrosul, sócia, geral, lá outra usina que é Santo Antônio, Eros Pires no Mato Grosso são todos sociedades capitaneadas por uma empresa privada ou empresa pública juntos, então não é um

tabu absoluto, importantes, agora a Eletrobras foi privatizada, mas o setor e eu lamento, mas os setores estratégicos, quer dizer, que tem que privatizar uma coisa estratégica ou monopolista, quer dizer, que privatizar a própria CELESC o cara fica dono do estado, porque a CELESC é monopólio, até porque como a gente falou é difícil não ser um monopólio, é difícil, como é que vai ter outra empresa fornecendo energia pra Florianópolis, pra Criciúma, pra Tubarão.

Você: *Um poste do lado do outro.*

Paulo Afonso: Pois é, muito mais complicado. Mas eu sou a favor, defendo, acho que quem critica, assim com muita veemência não sabe do papel histórico, Se ele em um determinado momento houve algum tipo de extorsão, porque se tornaram salários mais elevados e é verdade que isso ocorreu, havia movimento sindical muito forte e conseguia isso, não vamos esconder, pode ser que isso tenha havido algumas extorsões, algum momento, mas isso não tira a importância e também tem que dar o desconto de quem tem inveja e de quem tem em mente que realmente deseja, porque é verdade que essas empresas, até pela necessidade de qualificação que elas têm. Das pessoas, elas sempre pagaram um bom salário, sempre teve isso, essas empresas de energia, CASAN nem tanto, mas sempre foi um salário... então precisa de um pessoal muito qualificado e essas são empresas públicas, se entra por concurso público, pelo menos da constituição de oitenta e oito pra cá, então quem entrou e se qualificou...

Você: *Existe também todo o processo de treinamento, dentro da empresa.*

Paulo Afonso: E também é claro... ah por que ganham mau, por que ganham não sei o que e “ta, ta, ta”...

Você: *Professor também ganha bastante e não faz nada...*

Paulo Afonso: Pela força de determinados [...] e pela talvez em algum momento um governo um pouco mais frágil que foi cedendo, mas isso não tira nenhum mérito da absoluta relevância e imprescindibilidade das estatais ao longo da nossa história e como disse perpassaram governos que tinham viés ideológico diferente, democrático, conservador, progressista, ditadura militar governo social democrática, trabalhista, tal, foi tudo passaram e elas tiveram a sua permanência, fortalecimento, talvez o público que mais foi fortalecido da ditadura militar.

Você: *A maior parte das estatais foram consolidadas, na Ditadura Militar.*

Paulo Afonso: Então ainda que eles votassem general...

Você: *Isso não é nacionalismo, isso é pseudo patriotismo*

Paulo Afonso: Então, isso não é uma coisa de comunista, esquerdista, socialista num país como o nosso.

Você: *É no pensar desenvolvimentista.*

Paulo Afonso: A gente precisou disso, porque senão não deu do jeito, não tinha, ou se tornaria totalmente internacionalizados como pequenos países aí, Paraguai, ou nunca sairia daquele estágio porque não teria força, a capacidade, o fôlego financeiro e tal. Então isso foi... é claro, a gente nunca pode analisar a história sobre os olhos da atualidade, no sentido do quadro que a gente tem, e de dizer ah... e nisso não é só lá em 1889, 1822, 1915, não, 1980 era um outro mundo, era um outro mundo.

Você: *Cada um dos seus acontecimentos...*

Paulo Afonso: Não pode olhar com os olhos da atualidade, julgar o passado, o cara lá em 1980 levou cinco dias pra fazer tal coisa, por que que ele não passou no WhatsApp pra ele, 2 minutos estava resolvido, levou 5 dias pra mandar uma carta quando chegou o Carlos tinha morrido.

Você: *Era um atraso. Era um atraso na tecnologia.*

Paulo Afonso: ... Carta, sendo que podiam mandar uma mensagem pelo WhatsApp, eu já estou finalizando, mas se tu olhas sobre esse ponto de esquerda, como é que o cara não ficou sabendo na mesma hora que tinha acontecido tal coisa se era só mandar uma mensagem.

Você: *É só ler o jornal, o jornal que eu digo, assim, nas publicações.*

Paulo Afonso: Porque o cara no meio do mato não tinha telefone, então celular muito menos... [...] de um ponto de vista de uma realidade material de uma época e querer olhar o dia de hoje.

Você: *Julgar o passado com os olhos do presente.*

Paulo Afonso: Nós temos uma outra realidade, um outro mundo. Querer voltar sobre esse prisma agora é lá atrás, então, que absurdo os imigrantes vieram de navio... entra de noite em um avião de manhã ele ta aqui.

Você: *A última pergunta que eu vou fazer é que assim, eu percebi que a Eletrobras ela financiava bastante a CELESC, ela tinha um grande volume de financiamento na CELESC, porém, em 1994, não recordo a data porque eu não botei aqui, eles cessam esses investimentos, mas eu vejo que ainda continua investindo, a*

Eletrobras na década de noventa era a maior fonte de financiamento da CELESC ou havia outras fontes de financiamento?

Paulo Afonso: Agora tu me pegasses, eu teria que ir atrás desses dados, não sei precisar exatamente, não sei mesmo tá? Teria que olhar onde é que os recursos, não saberia te precisar, posso até depois consultar alguém pra ver se tem de cabeça esses números, mas não saberia te dizer mesmo, não sei. Naturalmente era compreensível que fosse a Eletrobras, que é tudo sistema, a Eletrobras não é distribuidora, nunca foi, então ela é geradora e transmissora e obviamente alguém tem que distribuir, não adiantava gerar, transmitir e não tinha quem entregasse.

Você: *É que eram braços da Eletrobras.*

Paulo Afonso: Ao mesmo tempo que tu não podes querer distribuir o que não tem, não adianta querer oferecer energia que não é produzida, não adianta produzir se o distribuidor não entrega. A razão desses financiamentos, dessas parcerias, é obviamente essa, que é a Eletrobras também ganha dinheiro, óbvio, nesse sentido, ela gerava, transmitia e que o distribuidor Celeste, Copel lá no Rio Grande do Sul, Eletropaulo, não sei o que... Tinha que distribuir, se eles fossem límbicos o dinheiro em última instância de todo esse sistema e da nossa cozinha de luz. [...] o da Celesc, da Eletrobras, de todo mundo, da Eng, de quem quer que seja...

Você: *Um vai pagando o outro!*

Paulo Afonso: ... No fim, todos os serviços são... mas tem que ter o consumidor...

Você: *Senão é consumidor não tem fatura.*

Paulo Afonso: Consegue se produzir energia pra cem pessoas e a distribuidora está entregando só pra setenta, tu estás perdendo dinheiro, por que tu estás com trinta que tu quer entregar e não está entregando...

Você: *É entendi, é um empurrãozinho assim.*

Paulo Afonso: Tudo junto, [...] aumento ele que não pode entregar se não está gerado, e se tu geras e não tens a entrega.

Você: *Todo conectado.*

Paulo Afonso: Vai funcionar limpinho, ao mesmo tempo que tem a usina, tem que ter a linha de transmissão pra levar energia pros centros consumidores, então também tem isso, nós tivemos até um caso da América do Sul, que a usina estava pronta e a linha de transmissão não estava ponta, então, ela podia gerar...

Você: *E não podia transmitir, eu acredito.*

Paulo Afonso: A empresa que estava, que não era lá do Sul, fazendo a linha e a usina ficou pronta antes da linha, então essas coisas ... tem uma usina que vai produzir um monte de energia [...]

Você: *Vou dar um empurrãozinho para que funcionem as coisas. Mas era isso, eu te agradeço, agradeço mesmo, porque a gente vai, e vai indo, vai aparecendo as lacunas. Então, de que forma que eu vou preencher? Te agradeço. Eu posso te pedir a gentileza de eu fazer uma foto junto contigo? Eu vou fazer o que tentar fazer uma conta, eu queria só interromper...*

ANEXO C – ENTREVISTA COM EXCELENTÍSSIMO SR. EDUARDO PINHO MOREIRA



Entrevista com Excelentíssimo Sr. Eduardo
Pinho Moreira



Eu, Carolina Biz, doutoranda do programa de Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), diante da posição exercida, como Deputado Federal por dois mandatos, prefeito de Criciúma, duas vezes presidente da Celesc (1997) e (2007-2009), vice-governador (2011-2018), venho solicitar contribuição do Excelentíssimo Senhor para com minha tese. A pesquisa tem como título “A Celesc na Formação do Sistema Estatal Catarinense” e tem como objetivos: entender como a estatal, em meio a privatização do setor elétrico, manteve-se no poder do estado; quais foram as rupturas e continuidades do novo modelo de gestão na década de 1990; quais os desdobramentos, como integrante de um sistema de estatais, permitiram que a empresa (como *Holding*) absorvesse o comando de mais estatais, como a Casan e a SC Gás.

- 1) Nos anos do seu mandato como Deputado Federal, as estatais estavam, conforme o PND (Plano Nacional de Desestatização), sendo privatizadas, quais eram os rumores perante a Celesc?
- 2) Em 1994 é instaurada uma nova empresa estatal, a SC Gás. Como o Sr. analisa essa contramão da ordem do dia, onde o governo Nacional estava enxugando o poder do estado e SC estava criando uma estatal?
- 3) No ano de 1995 foi criada a Invesc para auxiliar no crescimento e manutenção dos investimentos das empresas no estado, como o Sr. a analisa?
- 4) O ano de 1997 foram privatizadas inúmeras empresas do setor elétrico, nesse ano o Sr. estava no comando da estatal, dessa forma, qual foi a repercussão dentro da empresa?

- 5) Como vice governador do estado nos anos de 2003-2006 e presidente da GENESC (Grupo Executivo de Energia do Estado de Santa Catarina), como a Celesc era vista? Quais eram as principais fontes de recursos para financiamento da empresa nesse período?
- 6) Em 2006, a empresa torna-se novamente um *Holding*, geração distribuição, como foi a experiência de administrar a empresa nesse período? Quais as principais fontes de financiamento?
- 7) Como *Holding*, assume a Casan, a SC Gás (outros duas estatais), dois setores também estratégicos, como o Sr. vê essa questão para desenvolvimento socioeconômico do estado?
- 8) O Sr. foi vice-governador (2007-2018), período de grandes investimentos para o estado (Pacto por Santa Catarina), como o Sr. analisa esse período? Havia ainda rumores de privatização da empresa?

Eduardo: O BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, foi criado em 1961, por três governadores, do Rio Grande do Sul, o Leonardo Brizola, Santa Catarina Celso Ramos e do Paraná Nei Braga. Por que foi criado? E por que esse nome? Quando ele foi criado em 1961 o estado de São Paulo pertencia a região sul geograficamente, então colocaram extremo sul pra excluir São Paulo. Mas ele foi criado por uma razão simples, porque na década de cinquenta, no desenvolvimento do Brasil, do socialismo Kubitschek, aquele plano de metas, foi criado o BNDES, e o BNDES concentrou investimentos notadamente no Rio e São Paulo, então a região Sul do Brasil estava ficando atrasada do ponto de vista do desenvolvimento, vivia da agricultura meio que arcaica e o BRDE teve essa finalidade, pra você ter uma ideia tenho 61 anos, nos últimos dez anos nos três estados do Sul, BRDF financiou trinta e dois bilhões de reais, foi dez anos, mudança da economia. Então pra mostrar, o ano passado nós financiamos três estados, quatro bilhões e cem milhões sendo que um

bilhão e quatrocentos milhões só isso na Santa Catarina, todos os setores da economia que você imagina o agronegócio, saúde, turismo, município, tudo que você imagina existe pra inovação, um produto, apenas um adendo a nossa conversa...

Você: *É uma grande introdução para nossa conversa. Então, que que é a fundamentação da minha tese. Que a CELESC na formação de um sistema estatal em Santa Catarina, porque existe um sistema de estatais de Santa Catarina voltado ao alimento da infraestrutura do estado que os governos, [...] os governos catarinenses fizeram, conservaram essas estruturas como fonte de desenvolvimento do estado. Existe sim uma parceria público-privada, mas o público sempre manteve essas estruturas, sempre teve grandes investimentos. Então o senhor é uma parte importantíssima da história do fomento, da questão do desenvolvimento, do pensar desenvolvimento e como presidente da CELESC, deputado federal, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Então, nos anos do seu mandato como deputado federal, as estatais estavam conforme o PND, Plano Nacional de Desestatização, sendo privatizadas. Quais eram os rumores perante a CELESC nesse período?*

Eduardo: Olha, a CELESC, e esse é um fato que aconteceu com todas as estatais, inclusive com o BESC foi a intervenção do Banco Central e o BRDE também teve intervenção do Banco Central em 1989. Por que isso? Porque as estatais eram usadas politicamente, elas tinham benefícios políticos, UBESC nas eleições não exigiu antes da constituição de 1988, não se exigia concursos públicos e eles colocaram politicamente, e frequentemente sem... eu preparo técnico da pessoa para exercer aquela função. Isso acontece com milhares. Isso fez com que as estatais tivessem sempre no foco da privatização pra que não fosse usado como cabines eleitorais como frequentemente foram. Então é nesse sentido que a CELESC, a CASAN, se endividaram muito, eu me lembro a CELESC na década de oitenta ela era vinculada ao gabinete do vice-governador do Estado na época, década de oitenta. Aí eu vi que em um dia, o governador que estava de plantão pegou vinte e cinco milhões de dólares de dinheiro que estava no caixa da CELESC para pagar conta dos servidores do Estado, e depois não devolvia o dinheiro. Fizeram isso com o BRDE também, fizeram isso. Então as estatais eram utilizadas, materializadas dentro de uma cultura de coronelismo e de benefício político que acabou, hoje é muito mais rigoroso.

Você: Sim, é uma herança do patrimonialismo, podemos dizer isso? Então, em noventa e quatro é instaurada uma nova empresa estatal em Santa Catarina, SC gás.

Como o senhor analisa essa contramão da ordem do dia onde o governo nacional estava privatizando, ideia era a privatização?

Eduardo: Bem, a SC gás, a ideia da SC gás, foi para que nós tivéssemos, mantivéssemos competitivo um setor extremamente importante da atividade econômica de Santa Catarina, que é o setor cerâmico, que é o setor que mais usa gás natural, e como havia o gasoduto Bolívia, Brasil, ele iria passar longe de nós, ele entrava lá pelo Paraná, ia por São Paulo, e as empresas daqui se tivessem dificuldades se transfeririam pra lá, como ficou isso muito claro na época, por isso, a criação da SC gás, para nós termos um mecanismo de lutar pra que o gás natural viesse pro Sul, e essa foi uma luta importante dos membros do Congresso Nacional, representantes dos estados do Sul, porque foi criada lá em Brasília, eu era deputado federal nessa época e teve a participação de vários empresários do setor cerâmico, que na época capitaneado, se não me falha a memória, Ademir Lemos, e ele é o presidente do sindicato do setor cerâmico Sind Cerâmica, isso a história pode mostrar, e aí aprovou então a finalidade seria manter competitivo, e aí na participação o estado de Santa Catarina, hoje eu tenho uma participação que tem cinquenta e um por cento do capital votante da SC, mas tem apenas dezessete por cento do patrimônio da SC gás, na verdade, não é nem do estado, o estado vendeu pra CELESC, então, hoje é uma empresa privada a SC gás, porque ela tem... eh é a dona da Petrobras é a Mitsui que é japonesa e o grupo Cosan de São Paulo, comprou a parte que era da Gaspetro da Petrobras, então a empresa é majoritariamente privada e isso de alguma forma pode dar mais ritmo a levar gás a outras regiões de Santa Catarina, porque as empresas... bom a própria Petrobras eles queriam que todo lucro fosse devolvido para as empresas com a distribuição de lucro e não como investimento em levar mais rede de gás. A gente diria que o problema do gás de Santa Catarina terá solução se nós tivermos mais aporte de gás, e é o que está sendo previsto no GNL gás natural líquido importado e lá no Porto de Itapuí no norte do estado, ele será regasificado e colocado na rede, porque nós não vamos dar conta e isso dificulta a chegada de gás. Nós temos que buscar alternativas.

Você: *Isso é bastante investimento para isso. Então, próximo, no ano de noventa e cinco foi criada a Invest para auxiliar no crescimento e manutenção dos investimentos das empresas no estado. Como o senhor analisa a Invest pra aquele período?*

Eduardo: Na verdade houve um equívoco. É o governo Paulo Afonso, ele... conversasse com ele, ele deve ter te orientado sobre isso, mas eles investiram a inversa foi lastreada em quê? Em debêntures emitidas e a garantia de ações da CELESC, ações importantes, quase trinta por cento, e aí acabou o estado não tendo condições de pagar as debêntures, e aí o Banco do Brasil, na verdade a PREVI que é a previdência privada dos empregados do Banco do Brasil, ficou com essa parte que ela tinha comprado as debêntures e foi comprado então esse mais recentemente a cinco anos atrás pela EDP eletricidade de Portugal que hoje é sócio importante da CELESC, não é capital português? Não, à parte, então maior é chinês, é desse que vem através da EDP, então... emitiram... hoje a CELESC, o Governo do Estado, ele tem 50.18 do capital votante da CELESC, então o voto está na maioria, mas do patrimônio da CELESC o Estado tem apenas 20.2... 20,2, então se tem 100 de lucro pra distribuir, vem apenas 20 pro estado, [...] então só pra mostrar que houve um equívoco, que eu acho que a finalidade ela foi construída, não tinha objetivo nobre não, aqui foi o equívoco.

Você: *No ano de noventa e sete foram privatizadas inúmeras empresas, setor elétrico. Neste ano o senhor estava no comando da estatal. Dessa forma, qual foi a repercussão dentro da empresa?*

Eduardo: Olha, a CELESC sempre ocupou um posto importante na área de energia elétrica de Santa Catarina, primeiro a CELESC, depois tinha ERUSC, que a ERUSC cuidava da eletrificação rural e a CELESC incorporou, e a CELESC ficou grande, eu te diria que a CELESC não teve nenhuma administração gravosa, gravosa no sentido de prejudicar o seu volume na empresa tinha um corpo técnico qualificado, eu te diria que a CELESC não precisaria, não precisava, nem precisa ser privatizada, porque qual é a missão de uma empresa pública, é claro que servir a sociedade, essa empresa pública é servir a sociedade, mas é claro dar retorno pra aqueles que investem na empresa dos acionistas minoritários e etc. Mas a regulação tem que ser dada pela... energia é um bem essencial. Então eu acho que nós não podemos abrir mão totalmente da regulação, eventualmente pode privatizar uma empresa ou outra, mas renunciar a isso, do comando do setor de energia do Brasil, acho que não deve sair totalmente da mão do Governo não.

Você: *Com o vice-governador do estado nos anos de 2003 a 2006 o ex-presidente da GENESC, Grupo Executivo de Energia do Estado de Santa Catarina,*

como a Celesc foi vista nesse período? Quais eram as principais fontes de financiamento nesse período? Porque em 2006, antes o senhor participou assim num momento... dois momentos da CELESC, primeiro como vice-governador vendo toda essa situação e depois 2006, que já é a próxima pergunta, 2006 a 2009 o senhor já é presidente da CELESC.

Eduardo: E o que aconteceu? Eu fui presidente da CELESC em 1997, no segundo semestre, entrei em agosto, saí em dezembro, saí por vontade própria pra disputar uma condição eleitoral, isso em 1997, mas antes... por que que eu fui presidente da CELESC? Sou médico, Político, fui deputado, fui prefeito, antes disso, mas por que que eu fui? Porque lá em Brasília, por ser oriundo da região carbonífera e conhecer o setor de energia gerado a partir da usina George Lacerda em Capivari e o setor metalúrgico através do carvão que saía pelo porto de Imbituba [...] Brasileira, eu fui presidente da comissão de minas e energia da Câmara dos Deputados, ocupei esse espaço durante um ano e durante muitos anos eu fui membro da comissão. Então eu conheci o Brasil, conheci o interior do Brasil na área de mineração, no interior da Amazônia, conheci usinas e geradoras de energia, conheci empresa de energia de geração e de distribuição, de transmissão e distribuição, eu conheci esse setor e por isso acabei presidente em 1997 e quando Luiz Henrique e eu nos elegemos governador, visto já vinha do governo anterior do Amin a GENESC que é o grupo executivo de energia que controla as áreas de energia e poder decisório, só de planejamento e o setor de energia do estado, que seria a CELESC, que seria SC gás, seria essas empresas que de alguma forma também envolveram, mas era mais o GENESC, era mais um órgão de avaliação, de planejamento, mas não tinha nenhuma função executiva, não tinha uma importância administrativa não.

Você: *Em 2006 a empresa torna-se novamente Holding: Geração e distribuição. Como foi a experiência de ministrar a empresa nesse período? Quais as principais fontes de financiamento nesse período?*

Eduardo: A CELESC, ela se transformou em Holding em 1999, ela foi ilustrada na bolsa de valores. Você conhece os níveis de governança. Níveis de governança. A CELESC ela é governança nível dois que é o penúltimo nível de governança da bolsa de valores. Então, quando você entra na bolsa você tem que se submeter a uma série de critérios, de respeito aos acionistas, minoritários, aos preferencialistas, você tem que querer seguir critérios de distribuição de lucros, você tem uma série de

critério, e a CELESC então em 1999, 2000 presidente era José Xavier Faraco, foi presidente da Federação Brasil das Indústrias da FIESC inclusive, colocou na bolsa. Então a partir desse momento a CELESC passou a ser administrada com o controle importante da BOVESPA a bolsa de valores. Então a diretoria da CELESC, todos os diretores que assumiram, eles tinham que assinar um termo de compromisso com as metas da empresa, então você era avaliado trimestralmente o desempenho da empresa e dos diretores, aqueles que não preenchessem critérios técnicos de cumprimento de metas eles eram afastados, aconteceu alguma vez? Sim, poucas, mas aconteceu. Então, esse foi o foco, a CELESC foi colocado na bolsa de valores, governança corporativa nível dois, penúltimo, o último nível de governança é novo mercado, novo mercado são as empresas que fazem a IPO, que colocam na bolça e tal, a CELESC ainda tem um controle, só que depois disso foi criada uma tal de ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. O que que é a ANEEL? Pra evitar distorções de que se pudesse fazer político... oh elimina aquele campo de futebol, elimina aquela rua ali, isso só deixou de existir porque o que que a ANEEL faz? A ANEEL ela faz uma empresa espelho, ela pega a CELESC e constrói virtualmente uma empresa espelho como a CELESC, e aí eles analisam na empresa o espelho como seria o desempenho, como será a tarifa da energia daquela da empresa que elas tão fiscalizando, porque apenas o que dá retorno pra empresa CELESC no caso é colocado tarifa, por exemplo, se você faz uma... quem é que fez aqui a via rápida, a iluminação? Foi o Governo do Estado, por quê? Porque a CELESC como empresa não tem interesse ali, então se fosse uma empresa pública como era antigamente faz e pronto, a Celesc pagava, agora não é assim, eu era da CELESC, não, vice-governador, nós fizemos a subterrânea da Praça Nereu Ramos, um pedaço da Pedro Benedit, um pedaço das ruas do centro e isso custou já quatro, cinco milhões na época, isso não sai dos cofres da CELESC porque se ela é a bolsa, não permite, os acionistas não permitem e a ANEEL não coloca na tarifa e tal, oh como é que tu vai fazer, a ANEEL não vai pagar aquela obra e aí os acionistas vão ser prejudicados, então, isso é algo que é real, então, a CELESC hoje, as empresas públicas, elas são muito bem fiscalizadas, a CELESC durante o período que eu fui presidente, 2007, 2008, e a metade de 2009, eu fui várias vezes e outros diretores receber prêmios nacionais e internacionais como a empresa de melhor satisfação do cliente, então eu te disse, ela tem vários focos, não é só a satisfação do cliente, tem indicadores,

satisfação do cliente, satisfação dos acionistas, lucros, tem uma série de fatores, mas na satisfação do cliente a CELESC sempre teve um desempenho muito montante.

Você: *Só tem mais duas perguntas pra não te alongar.*

Eduardo: Não sei se está te ajudando aí?

Você: *Muito. Vai fechando os pontos da minha pesquisa. Então ela em 2006 como Holding, ela tem um pedacinho da CASAN e tem um pedacinho da SC gás, como administração, outras duas estatais, dois setores também que são estratégicos pra economia. Então como o senhor vê essa questão pro desenvolvimento socioeconômico do estado, essas amarras, uma estatal, que é tão consolidada, ela administra outras duas estatais e que são setores estratégicos da economia?*

Eduardo: A CASAN não é administrada pela CELESC,

Você: *É só uma parte dela.*

Eduardo: Mas por quê? Porque a CELESC não pagava...

Você: *Isso, em 1999?*

Eduardo: E aí ela ficou com um pedaço da CASAN, um pedaço, não me lembro se é sete ou nove por cento, bom o percentual não me lembro, mas foi por causa disso, não foi? Porque a CASAN mal administrada, com todas elas já com benefícios políticos, leva água para aquela comunidade porque vai dar voto pro fulano de tal, isso acontecia, não acontece mais, então, eu mesmo, nós falamos da CASAN, a SC gás curiosamente em 2006 eu era o governador, [...] renunciado eu assumi, no final do ano o Luiz Henrique me procurou, Eduardo, eu vou assumir, era uma situação econômica, complicada no Brasil e nós não temos o recurso, então vamos fazer o seguinte, a CELESC tem dinheiro, o governo não tem, então o governo vende a participação dele para, na CELESC, na SC gás, pra CELESC, foi uma decisão política e por que a CELESC tem tudo a ver com energia, então o Governo do Estado tinha que ter uma estrutura pra cuidar da SC gás, porque o governador que indicava o presidente, então isso foi pra um setor que já era mais próximo disso, que era a CELESC que cuidava da energia, então, e não deixa, como a CELESC tem uma um controle maior eles não deixaram, não há a influência política e se fosse o Governo. Entendeu? Pelos critérios da bolsa de valores, governança corporativa nível dois, os acionistas participarem do conselho, os acionistas minoritários, acionistas preferencialistas na região de conselhos, não, eles não permitem há muito mais rigor do que se fosse a razão pela qual SC gás foi pra Celesc.

Você: Isso respondeu muitas perguntas minhas, essa. E a última, prometo que é a última. O senhor foi vice-governador no período de 2007...

Eduardo: Vice-governador 2003 a 2006. Aí 2006 eu fiquei governador, depois mais 2 mandatos, eu fiquei 2011 a 2018.

Você: *É um período de grandes investimentos para o estado de Santa Catarina especialmente porque o Raimundo Colombo juntamente com o senhor, assinaram um pacto por Santa Catarina. Como o senhor analisa esse período? Havia ainda rumores de privatização da empresa? Como eram esses investimentos? Qual era a ligação desse pacto por Santa Catarina com a empresa?*

Eduardo: Primeiro... vou... qual era o financiamento da CELESC? O financiamento da CELESC era recursos próprios. Eventualmente nós buscávamos fazer, a gente chama de FIDIC, que a gente fazia uma operação, um banco ou um grupo de investidores e investia na CELESC e ficava com os recebíveis das tarefas. Então, a conta da tua casa, a conta da minha casa, que são contas que se pagavam sempre em dia de empresas, aí o investidor que botava dinheiro na CELESC, ele sabia que se a CELESC não o pagasse tinha direito de ficar com aquele dinheiro que você paga com conta [...] então esse FIDIC era dado recebíveis e garantia. CELESC em 2018 eu era Governador e aí nós conseguimos e levamos na Assembleia Legislativa o financiamento de mais de um bilhão de reais do Banco Interamericano de Desenvolvimento o BID, um banco que empresta a prazos muito longos de juros relativamente baratos, foi aprovado pela assembleia na luta danada e o atual presidente da CELESC aí disse que investiram muito, porque um bilhão e tanto foi deixado de 2018? Que foi aprovado na CELESC esse financiamento. Então são os dois grandes FIDIC, recebíveis e esse financiamento do BID e isso foi aprovado em 2018 e [...] a ambulância elétrica em 2019, 2020. Bom, agora com relação Santa Catarina, qual é a missão e a função do Governador? O Governador é um representante máximo do Estado, um Governador ele tem que fazer o que o Luiz Henrique fazia, ser um [...] cacheiro de entrada, então Luiz Henrique era um homem que viajava pelo mundo e quando ele não podia ir ele me mandava, então tinha evento de turismo na Alemanha, “Oh Arthur tens que ir, eu não posso ir, tu tem que ir”, aí tinha um estande de Santa Catarina, aí pô! lá na Alemanha é um negócio imenso de muitos países, e um pedaço do Brasil vai entrar, vai conhecer o de Santa Catarina ... Esse exemplo, e o outro, o Luiz Henrique, por exemplo, tinha um evento de uma etapa

mundial do surfe, ele dava recurso e durante aquela semana do Surf, que anteriormente Imbituba, nós éramos notícia mundial, eu entreguei troféu pro Kelly Slater que é surfista campeão mundial aqui em Imbituba, tinha negócio das estrelas, que é um campeonato de carte, sexta, sábado e domingo em Florianópolis no kartódromo lá e o Estado ajudava financeiramente, então todas as redes de televisão do mundo vinham porque quem é que vinha correr de Kart? O Micael Schumacher, foi o Barrichello, todos os corredores de formula 1, vinham em seus aviões próprios, sem nenhuma despesa do Estado participar de uma que era promovido pelo Rui. Então primeiro, buscar Santa Catarina em função disso a partir de 2005, não sei, mais ou menos 2003, Santa Catarina é considerado o melhor destino turístico do Brasil, exatamente porque houve investimento e mostrar a qualidade do nosso estado. Agora esse é o Luiz Henrique, em algumas legislações que o Luiz Henrique fez, talvez vocês não tenha, tem que pesquisar e a facilidade da importação pelos nossos portos, os portos de Santa Catarina, mas se você fizer o balanço a nossa importação é fabulosamente maior do que a nossa exportação, é mas nós damos muitos incentivos pra que se importe pelos nossos portos, Navegantes, Itajaí, São Francisco, Itapoá e agora o de Imbituba que também presta, então esse projeto de atrair e quem não importa, que tem sobrando, paga imposto pra nós. Então, Santa Catarina é um estado que acabou tendo uma situação financeira melhor, e o pacto de Santa Catarina, o Raimundo Colombo na época buscou recursos do BNDES, financiamento importante do BNDES que ele chamou de FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios, então ele liberou muitos recursos pros municípios, fez muitas obras com recurso, com empréstimos do BNDES, notoriamente do valor eu não me lembro de cabeça, mas foram muitos bilhões de reais. Quando eu assumi em 2018 eu tentei dar sequência, mas aí Santa Catarina já tinha esgotado sua capacidade de endividamento. E agora o Moisés ele pegou um estado, Secretaria da Fazenda, é bom que ele manteve o secretário da fazenda Paulo Eli e a minha diretora da tesoura Michele a secretária adjunta hoje da fazenda, então eles mantiveram o ritmo que é dar incentivo pra quem merece, por esse, pra setores que dá um incentivo, pode dar para aquele, pode dar pra dar pra esse, então isso acontecia muito no passado. Então nós organizamos e por isso que o Estado cresceu muito na sua arrecadação, hoje eu vi uma situação financeira e fiscal bastante interessante.

Você: Era isso, muito obrigada.

Eduardo: Era isso, menina?

Você: Era isso, muito obrigada

ANEXO D – ENTREVISTA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO



Entrevista ao Excelentíssimo Senhor Esperidião
Amin Helou Filho



Eu, Carolina Biz, doutoranda do programa de Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), venho solicitar contribuição do Excelentíssimo Senhor para com a minha tese. A pesquisa tem como título “A Celesc na Formação do Sistema Estatal Catarinense” e tem como objetivos: entender como a estatal, em meio a privatização do setor elétrico, manteve-se no poder do estado; quais foram as rupturas e continuidades do novo modelo de gestão da década de 1990; quais os desdobramentos, como integrante de um sistema de estatais, permitiram que a empresa (como *Holding*) absorvesse o comando de mais estatais, como a Casan e a SC Gás. Diante da posição exercida, como governador do estado entre 1999 a 2002, assim como 1983 a 1987 (período de crescimento da empresa), e toda a experiência de gestão, poderias contribuir com a pesquisa respondendo as questões abaixo:

- 1) Nos anos do seu primeiro mandato como governador, a estatal apresentava níveis consideráveis de investimento e, conseqüentemente, de crescimento e expansão pelo estado. Como a empresa era vista para o governo do estado?
- 2) Inauguramos a década de 1990 com os ideais neoliberais e, com isso, o governo nacional instaura o PND (Plano Nacional de Desestatização) e, como ele, a privatização do setor elétrico entra em pauta. Havia muitas suposições sobre a privatização da estatal, contudo, o governador Paulo Afonso, na época, assume e no seu discurso ele garante que não permitiria tal ação. Dessa forma, qual era a repercussão no meio político sobre essa posição?
- 3) No ano de 1995 foi criada a Invesc para auxiliar no crescimento e manutenção dos investimentos das empresas no estado, como o Sr. a analisa?

- 4) No ano de 1997, mais uma vez, o governo nacional sinaliza novas privatizações no setor elétrico, em meio a campanhas políticas para governo do estado, qual era sua posição com relação as estatais?
- 5) Ao assumir o governo, havia ainda uma pressão do governo nacional para a privatização das estatais, como foi esse período para o governo do estado? Havia pressões do âmbito nacional?
- 6) Com relação a pergunta anterior, as decisões estavam divididas ou havia um consenso para a empresa permanecer estatal?
- 7) Em 2003, a empresa passa para uma nova gestão, sinalizando as mudanças advindas da Reforma Administrativa de 1995, dentre essas mudanças, estavam a terceirização dos trabalhadores e os cargos comissionados, como o sr. se posicionava a essas mudanças?
- 8) Diante da sua experiência e todo conhecimento na política do estado, na sua opinião, como a empresa era vista nas décadas: 1980, 1990 e anos 2000?
- 9) Como o Sr. analisa a estatal para com o desenvolvimento socioeconômico do estado?
- 10) Carta aos Catarinenses (1984-1987) e Santa Catarina: Estado Vencedor (1999-2002)

Você: Certo...

Espiridião Amim: Mas se quiseres ganhar um prêmio pela tua tese de doutorado, tu vais ter que fazer um esforço que não está nas tuas perguntas.

Você: Certo. Vamos lá.

Espiridião Amim: O Renan e o Kim têm arquivados, eles têm arquivado, um arquivo meu, intitulado “O Pêndulo das Privatizações”.

Você: *Ohh, que interessante!*

Espiridião Amim: É um arquivo que fala sobre esse movimento que a gente tem, de hora privatiza, hora estatiza. Com o advento do Lula nós poderemos ter não uma reestatização, mas podemos ter mais participação do governo.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Eu não consegui localizar um documento do BNDE, na época não era BNDS.

Você: *Era BNDE.*

Espiridião Amim: Cujo presidente era o Roberto Campos, avô do atual presidente do Banco Central.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Foi Senador, Deputado Federal, Ministro do Planejamento, Embaixador – não sei se em Londres ou Paris – Roberto de Oliveira Campos. Autor de livros como “Lanterna na Popa”, livrão! Sobre a biografia dele. Roberto de Oliveira Campos. Ele enviou uma correspondência para o governador Heriberto Hülse entre 59 e 60, dizendo o seguinte: “Para financiar a SOTELCA – Sociedade Termoelétrica do Capivari – que é, são as Usinas Jorge Lacerda. Isso só poderia ser feito a uma empresa estatal. Se fosse privada. Isso contribui decisivamente para os [...] da CELESC

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: E se engrandeceu, adquirindo as empresas distribuidoras de energia do Sul do Estado, de Criciúma, de Joinville, de Blumenau, de Florianópolis, o Oeste de Santa Catarina, entregando ações da CELESC. A CELESC era financiável e elas não eram. Isso faz parte do histórico da estadualização de uma estatal... A CELESC nasceu como uma empresa, mas ela não tinha dinheiro...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: E o governo também não tinha dinheiro para botar. Então, quanto é que vale a distribuidora de Criciúma. Vale 10 milhões. Então te dou 10 milhões em ações da CELESC. Aumenta o capital da empresa e tu vais participar do resultado dela. Que a tua vai morrer, não vai ter financiamento do governo. Essa história marcaria um tempo, se tu conseguisses abordar, que isso é novo, e eu sugiro

que tu procures uns advogados mais experientes da CELESC. Infelizmente quem me deu esse papel, que eu não acho, foi o ex advogado geral, consultor geral da CELESC, Sebastião Berlin de Brito, que já faleceu. Mas se tu fizeres uma pesquisa junto aos advogados da CELESC, atuais, ...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: E junto ao pessoal mais antigo de carreira [...] esse momento de criação da CELESC [...] e as construções das primeiras hidrelétricas, especialmente no governo do governador Celso Ramos e depois, subsequentemente, no nosso governo. Mas eu acho que o que mais investi. foi realmente o Celso Ramos.

Você: *Através dos planos de governo também. Os planos de governo, eles foram a base, dos investimentos.*

Espiridião Amim: O PLAMEG, plano de metas do Celso Ramos foi marcante. Porque ele fez um grande seminário socioeconômico no Estado, que eu procurei tentar atualizar.

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: Ele fez pela FIESC, eu fiz como candidato.

Você: *Mas eu li sobre carta aos catarinenses e é um dos planos que mais me chama atenção senador, que o senhor foi em todos os municípios de Santa Catarina e ouviu as pessoas. O PLAMEG, ele ouviu as empresas. O senhor ouviu as empresas e as pessoas.*

Espiridião Amim: As empresas e digamos as forças produtivas.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: E Foi feito pela FIESC, não foi feito, no sentido político da palavra.

Você: *Sim. E a Carta aos Catarinenses...*

Espiridião Amim: Mas tudo é mérito.

Você: *Ela, ela é diferenciada, é um dos planos que mais me chama atenção.*

Espiridião Amim: É diferenciada e, teve um relatório, a resposta à carta aos catarinenses.

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: Tu tens esse livro?

Você: *Eu tenho os documentos. Eu tenho a foto dos documentos. O livro físico eu não tenho. Eu tenho só, a, as fotos que a gente tirou.*

Espiridião Amim: O Renan vai anotar, o livro, capa cinza...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Resposta à carta dos catarinenses. A carta aos catarinenses, a carta dos catarinenses, e a resposta à carta dos catarinenses.

Você: *Então, é como eu falei com o Renan...*

Espiridião Amim: E finalmente, no segundo governo.

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Também pode ser disponibilizado a você pelo Renan. Podemos ir para as perguntas?

Você: *Claro. Fica à vontade.*

Espiridião Amim: Com preâmbulo.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Com preâmbulo como contribuição minha para o seu trabalho. Uma vez que eu também já fiz tese de doutorado.

Você: *Sim. Então...*

Espiridião Amim: Você conhece?

Você: *Eu não conheço a sua tese de doutorado, mas...*

Espiridião Amim: Minha tese é Gestão Pública como indicadores de desenvolvimento. Aliás, como indicadores de sustentabilidade com utilização de tecnologia da informação e comunicação e observatório urbano.

Você: *Ah! Eu tenho, eu fiquei muito feliz, quando o senhor falou que fala sobre o movimento pendular. Da... das privatizações. A minha te... a minha dissertação é sobre desenvolvimentismo conservador em Santa Catarina. O que que eu falo na minha dissertação? Eu falo sobre os planos de governo, eu analiso pela óptica dos planos de governo esse movimento pendular das políticas catarinenses.*

Espiridião Amim: Mas você usa a palavra pendular?

Você: *Pendular, eu uso movimento pendular. É do Octavio Iani.*

Espiridião Amim: Pêndulo. O pêndulo das privatizações... Vamos lá então?!

Os anos do primeiro mandato como governador, a estatal apresentava níveis consideráveis de investimento, e conseqüentemente crescimento e expansão pelo estado. Uma empresa era vista pelo governo do estado, ou para o governo do estado. A CELESC tem uma história, que eu procurei mencionar a pouco. A sua criação, na década de 50, e consolidação nos anos 60 coincide com o processo de

industrialização efetiva de Santa Catarina. Como é que Joinville se industrializou inicialmente, foi com uma empresa local, distribuidora de energia. Com geração local de energia. Mas a urbanização foi determinante pra existir grandes investimentos. As indústrias foram de tornando mais complexas. A necessidade de energia elétrica foi crucial. Ou tem energia elétrica ou não tem indústria.

Você: Hum...

Espiridião Amim: Não tem nem padaria. Tudo o que demanda, se imagina uma cerâmica, para falar da região sul, ou uma indústria siderúrgica. Eu lembro por exemplo, esse é mais recente, nos anos 99 e 2000, nós tivemos que fazer uma linha, acho que de 230 megawatts para alimentar a Mital, hoje se chama Acelormital.

Você: Uhum.

Espiridião Amim: Em São Francisco do Sul. Na época foi o maior investimento privado de Santa Catarina, inaugurado em 2004. 2003 aliás. Dois... Então, ela, era 450 milhões de dólares, indústria siderúrgica, e laminação. Hoje ela já tá com quatro vezes esse investimento. Quatro vezes a capacidade. E é uma empresa indiana, capital indiano. Atende a indústria automobilística. e, e linha branca no sul do Brasil. Essa indústria não viria, se não tivesse alimentação de energia elétrica a altura do empreendimento. Então, a CELESC vivia naquele momento, década de 80, um grande momento de busca de financiamento. E como o Brasil tem, naquela época investia bastante na energia hidráulica, esse é um grande patrimônio do Brasil. Nós tivemos aqui também investimentos expressivos. Não pela CELESC, mas que garantiram, pela Eletrobrás, no nosso caso específico, as termoeletricas, tem tudo a ver com o sul do nosso estado, e que nesse momento estão an... tendo um programa próprio de transição energética justa. Mas o fato, voltando a sua pergunta. A CELESC estava correspondendo as necessidades nesse intenso processo de industrialização, iniciado na década de 70, o chamado Programa de Substituição de Importações. Isso gerou mais necessidade de energia. E a CELESC pode-se dizer a vista como uma empresa absolutamente associado a industrialização, urbanização eletrificação rural, conforme nós consolidamos. O governador Antônio Carlos Konder Reis criou a ERUSC

Você: A ERUSC.

Espiridião Amim: E a ERUSC foi incorporada pela CELESC exatamente o nosso governo.

Você: *Eu ia dizer: No teu governo? No final da década de 80.*

Espiridião Amim: Então, nós acrescentamos, e hoje, hoje, o estado ainda está precisando da, da usi... da energia chamada, como é que chama... Está me faltando a palavra. Está faltando a trifásica, suprir com energia trifásica, ou seja, de maior capacidade, todos os estabelecimentos, todas casas. Do dos... pequenos empresários rurais. Porque todos eles têm alguma máquina, então a falta do Trifásico...

Você: *Faz diferença.*

Espiridião Amim: A fase do monofásico tem que acabar. Então, isso foi compromisso que todos nós a governador nesse ano de 2022. Então você vê que uma pendência ainda remanescente, aliás, é uma evolução da pendência. [...] . Agora é a trifásica. E com a internet 5G, é a escola com condições de ter equipamento, portanto tem que ter não apenas energia, mas tem que ter internet na escola, seja ela rural ou urbana. Mas a empresa era tida como uma empresa de competência boa, vamos dizer assim, na distribuição, na geração, nós sempre perdemos para o vizinho estado do Paraná.

Você: *Paraná.*

Espiridião Amim: Onde foram feitos os maiores investimentos e, e hidrelétricas, por isso, correspondente distribuidora, sempre teve, a COTEL, sempre foi vista como uma empresa de grande eficiência, graças não aos serviços prestados, mas a disponibilidade de energia por hidrelétricas próprias ou de seu investimento direto. Deu para responder à pergunta?

Você: *Deu, deu para responder à pergunta.*

Espiridião Amim: Inauguramos a década de... Inauguramos a década de 1990 com os ideais neoliberais, e com isso, o governo nacional instaura o Plano Nacional de Desestatização. E como ele a privatização do setor elétrico entra em pauta, com ele. Havia muitas suposições sobre a privatização da estatal [...] quando o governador Paulo Afonso, na época assume no seu discurso, ele garante. Dessa forma, qual era a repercussão do poder político sobre essa posição? Olha, essa pergunta tem que ser associada a terceira.

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: Em 95 foi criada a INVESC para auxiliar...

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: ... no crescimento da questão dos investimentos das empresas do estado. Como o Senhor analisa? Eu acho que a INVESC representou o desejo, o propósito não revelado de privatizar a CELESC.

Você: Hum.

Espiridião Amim: Porque...

Você: Entendi.

Espiridião Amim: A Invesc era uma empresa de captação de recurso, para investir sem retorno. Constrói uma estrada, não cobra pedágio, não tem nenhuma cobrança. Ah o crescimento econômico... Tudo bem. Mas o crescimento econômico não vai pagar a INVESC. O crescimento econômico é o bem-estar do povo, aumento de impostos estaduais, municipais, federais, melhoria da qualidade de vida. Mas a INVESC, como é que vai pagar esse empréstimo?

Você: Uhum.

Espiridião Amim: Vai pagar com o que ela tiver de garantia. Qual era a garantia? Os emprés...

Você: As ações da CELESC. Haha

Espiridião Amim: Isto. Que empréstimos!

Você: É.

Espiridião Amim: Procure analisar, a taxa de juros dos empréstimos, pra, para a INVESC. Se for atualizar hoje, cem milhões, acho, cem milhões de reais, que a INVESC captou, de 1995, 96. Isso hoje... Vê se você consegue prender a porta. Isso hoje, dá mais de 2 bilhões. Deu para entender?

Você: Uhum.

Espiridião Amim: O que era se não me engano, 10% fora correção monetária. Ou correção cambial...

Você: Sim.

Espiridião Amim: Ou seja, a empresa toda não paga isso. Só os cem milhões de reais que ela garantia. Então, não vou comentar o discurso do governador.

Você: Sim.

Espiridião Amim: Na prática, a INVESC significava entregar a CELESC. Tanto é que o esforço que nós fizemos, que o governo do estado fez, para que a garantia ficasse limitada ao valor das ações que não comprometesse o controle acionário...

Você: Uhum.

Espiridião Amim: ...Foi uma grande tarefa jurídica e política. Mas, o que eu dizia era o seguinte: olha quem comprou as debêntures conversíveis em ações da INVESC, fez uma aposta. Querer reaver tudo o que investiu com taxa de juros, 10% ao ano mais correção monetária não vai [...] a CELESC, e nós não concordamos. Acho que essa tese venceu o aparato. E eles viraram, os que investiram na INVESC, tiveram o direito de se apropriar das ações da CELESC, que garantiram até o limite que, que não fizesse com que o estado viesse a perder o controle acionário. O que eles queriam era pegar a CELESC.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Com estes fundos de investimento aí.

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Ou seja, a pergunta dois é poética, a pergunta três remete ao fato.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Ah! Eu quero dizer o seguinte: esta casa aqui jamais venderemos. Mas essa casa é dividida em ações, eu vou dar as ações da casa em garantia de um empréstimo, que não vai ser pago, e aí? Eu sou um pouco ingênuo ou eu sou inconsequente. Agora, como existe uma descrição constitucional que eu não posso vender a CELESC, o controle acionário da CELESC, não pode também comprar as ações da CELESC dizendo que não sabia que existia isso. Esse foi o embate jurídico que se travou, jurídico e político [Tosse] e nós vencemos.

Você: *Hum.*

Espiridião Amim: No ano de 1997 mais uma vez que o governo nacional sinaliza as novas privatizações do setor elétrico. Em meio as campanhas políticas para o governo do estado, qual era a sua posição em relação as estatais? Olha, eu acho que é muito atual nós conversamos sobre isso. Porque eu sempre defendi que nós tivéssemos empresas públicas. Com o seu desempenho avaliado...

Você: *Aham.*

Espiridião Amim: para que elas merecessem continuar. Então, vamos começar pelos fundos de pensão. Uma das providências que eu tomei ao assumir em 83, foi retirar o governo do estado da gestão dos fundos de previdência, por exemplo da CELESC. Olha o que aconteceu no governo federal, os aposentados da Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Eco... Caixa Econômica Federal principalmente, Pe...

Petrobrás. Estão pagando os rombos dos empréstimos feitos com o seu dinheiro, com a sua poupança. Por exemplo, o me, metro de Caracas. Ou seja, havia tudo isso. Em Santa Catarina ninguém anda reclamando do governo do Estado. E nós não nomeamos gente pra dirigir os fundos de previdência, por exemplo.

Você: *Aham.*

Espiridião Amim: Deu para entender? Lá foi o governo que nomeou, pelo menos um ou dois diretores [...]. Então, respondendo a sua pergunta, durante a campanha, todos erámos a favor da não privatização da CELESC, mas eu continuo tendo salvado a CELESC dessa vir, dessa virtual não, dessa nebulosa incursão feita pelo, pelas ações da CELESC no empréstimo da INVESC, como garantidora da INVESC. Mais do que isso nós conseguimos, já no segundo governo, isso ficou pra depois...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Trocá-la de um mecanismo de governança...Que foi logo depois...

Você: *Um novo modelo de gestão!*

Espiridião Amim: 99 e 2002...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Nós conseguimos que a CELESC entrasse num sistema de governança. E a transformou na primeira empresa do Brasil, não estatal, empresa. No caso empresa pública, com o compromisso de governança nível 2 na bolsa de valores [...] eu acho que, eu sempre defendi que as empresas sempre sejam públicas e não estatais...Nesse momento, como eu estou conversando contigo, está para ser votada a mudança na lei das estatais.

Você: *Olha.*

Espiridião Amim: Hoje...

Você: *Exatamente.*

Espiridião Amim: Vou lutar contra. Porque elas vão ser não só estatais, mas políticas. Se você reduz de 35 para 1 mês o prazo de quarentena pra quem participou da campanha eleitoral e agora vai administrar uma estatal, uma empresa pública, voltamos a correr os riscos do Petrolão. Isso é bom ou é ruim? E quem acreditar que isso é bom, acredita que o cabrito, a raposa, nova vai cuidar do galinheiro.

Você: *Mas, eu tenho uma questão uma questão que o governo, os governos de Santa Catarina, ao longo da história, pelo meu pequeno conhecimento, eles sempre foram na contramão do governo nacional. No sentido de que...*

Espiridião Amim: Mais no Rio Grande do Sul, mais no Rio Grande do Sul.

Você: *Existe uma linha política de pensamento e de desenvolvimento que muitas vezes vai na contramão do governo nacional. E funciona.*

Espiridião Amim: Sim.

Você: *E sempre funcionou.*

Espiridião Amim: No Rio Grande do Sul mais do que em Santa Catarina. Tanto que é que eles ainda têm o Banrisul.

Você: *O Banrisul. É, e o BESC!*

Espiridião Amim: O Banrisul, e manteve empresas telefônicas...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: ... até os anos 90.

Você: *Eu fui estagiária...*

Espiridião Amim: Um resíduo daquele espírito federalista.

Você: *Eu fui estagiária do Besc, 2007/2008 hum.*

Espiridião Amim: E você sabe que, 2007/2008 já era Banco do Brasil!

Você: *Não. Foi no final de 2008. Quando eu saí do Besc, o Banco do Brasil encampou.*

Espiridião Amim: Mas a encampação...

Você: *Foi ao longo, daquele período.*

Espiridião Amim: Foi um processo de absorção.

Você: *Absorção é.*

Espiridião Amim: A verdade é que esse espírito federativo, especialmente no Rio Grande do Sul, sempre nos influenciou.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Isso também está ligado ao fato de que nós sempre tivemos uma grande autonomia.

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: Autonomia. Por exemplo, eu tenho muito orgulho de dizer que Itapiranga, lá na divisa com a Argentina, tinha na década de 50 e 60, casa bancária, telefonia própria ligando com o distrito...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Itapiranga. Ou seja, cooperativa, bombeiro voluntário. A maior cidade de Santa Catarina hoje tem bombeiros, corpo de bombeiro voluntário mais antigo do Brasil. Comemoramos no ano passado os 130 anos, mil novecentos, 1892, o corpo de bombeiros voluntários de Joinville. Então, isso faz parte da nossa autonomia, um pouco da nossa, da, da transformação da nossa revolta...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Em função de falta de obras federais em Santa Catarina...

Você: *O que foi feito aqui, foi por aqui... O que foi feito aqui.*

Espiridião Amim: Estamos vivendo agora, está aí, a 285, aí no sul do estado. Para, bota um dinheirinho. 1600 metros em quatro anos não foram concluídos. 1600 metros! Uma tristeza. O governo do Estado... Vou interromper aqui...

Você: *Sim, sim, fica à vontade. Retomar.*

Espiridião Amim: Então sobre a questão da privatização acho que eu já falei, acho...

Você: *Isso.*

Espiridião Amim: A pergunta 4. Vamos para a pergunta 5? Ao assumir o governo, havia ainda uma pressão nacional para a privatização das estatais. Como foi esse período para o governo do estado? houve sim pressões. E eu acho que nós conseguimos dentro da regra do jogo, avançar. Avançamos em qualidade...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: E isso eu já mencionei, que foi a caminhada para que a CELESC fosse a empresa, a primeira empresa do Brasil com governança nível 2, junto a Bolsa de Valores, que significa uma democratização, uma governança, com transparência, com critério. Devo isto sem dúvida alguma, ao corpo funcional, mas especialmente a contribuição política, mais bem sentido da palavra, tanto do então deputado Francisco. O Deputado Francisco, quanto, de uma maneira muito especial, José Francisca Xavier de Faraco, presidente da FIESC, que interpretou tudo o que a CELESC representou para a industrialização. Graças ao seu prestígio bem pessoal, credibilidade, conseguiu as melhores negociações, nos melhores momentos de negociação com o Ministro Pedro Malan. E pegamos uma CELESC com zero de endividamento...

Você: *Aham.*

Espiridião Amim: Com crédito, com credibilidade, e habilitada para navegar com governo... com governança no século XXI. Eu acho que...

Você: *É, foi uma... Foi uma nova... Uma nova...*

Espiridião Amim: Nós deixamos de copiar e criamos um padrão. Acho que isso é muito importante. Nós fomos os primeiros. Quem quiser faça igual e nos supere.

Você: *Ham.*

Espiridião Amim: Mas nós abrimos um caminho absolutamente novo e necessário para o país. Em matéria de empresa pública, empresa pública. E volto a lembrar que hoje as empresas estão dando um passo se for aprovada essa lei das estatais. Um passo para trás, talvez uma queda na sua governança, ao revisar esse prazo de quarentena de políticos pra assumir empresas públicas. Em relação a pergunta anterior, as decisões estavam divididas ou havia um consenso? Não, não havia consenso.

Você: *Ah...*

Espiridião Amim: Mas nós conseguimos que a CELESC, continuando a ser estatal fosse uma empresa pública, e com gestão publicamente conhecida, comentada, debatida...

Você: *Uhum. Aberta!*

Espiridião Amim: Ser aberta. Pública. Em 2013 a empresa passa por uma nova gestão, sinalizando as mudanças advindas da reforma administrativa, entre essas mudanças, estava a terceirização de trabalhadores, cargos comissionados... Olha, isso é uma questão interna da empresa, com o governo, com o governo que me seguiu, eu prefiro não fazer comentários...

Você: *ok!*

Espiridião Amim: Pois será comentário político.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Mas acho que a CELESC teve altos e baixos...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Isso é uma questão para ser analisada politicamente e eu não sou juiz...

Você: *Sim...*

Espiridião Amim: Acho que na minha gestão, em 92 e até o final do governo, especialmente na gestão do [...]. Eu acho que nós legamos a Santa Catarina e ao

Brasil um modelo de gestão que deve ser não apenas copiado, mas aprimorado, e está sendo. Neste momento, por exemplo, eu acho que a CELESC deve ter duas grandes discussões. Primeiro, o seu orçamento não pode contemplar só distribuição de lucro, ela pode distribuir muito lucro, é mais ou menos como a Petrobrás, muita distribuição de lucro e pouca...

Você: *Investimento interno*

Espiridião Amim: Pouco fortalecimento para investir. É. Investir pra indústria.

Você: *É a retroalimentação, de expandir, de aumentar, como o senhor mesmo falou...*

Espiridião Amim: Por exemplo...

Você: *Da parte trifásica...*

Espiridião Amim: O polo têxtil de Brusque, da região, uma subestação, em Botuverá. A CELESC não foi, não agiu com presteza, tendo dinheiro, tendo dinheiro. Quer dizer, a prioridade...

Você: *Uhum. Entendi.*

Espiridião Amim: Para acompanhar o desenvolvimento industrial, principalmente de Santa Catarina, mas de serviço, score de educação, de serviço de saúde. Essa prioridade tem que ser fortalecida, como exemplo. Então, olhando para a experiência que tem, como a empresa era vista nas décadas? Eu acho que a empresa sempre foi respeitada.

Você: *Foi.*

Espiridião Amim: Nós somos críticos, eu estou sendo crítico agora, mas reconheço que a média de qualificação da empresa sempre foi muito positiva. E no atual desenvolvimento, desenvolvimento socioeconômico do estado, eu acho que nós temos que cobrar da CELESC junto com a, com a continuidade do seu aperfeiçoamento...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: E pesa duas coisas. Primeiro, a atenção ao cliente, tem que ser mais proativa. Há um hiato entre você ter um escritório com a pessoa que você conhece, quer dizer, o contato pessoal, e o contato digital, nós mesmos estamos vivendo isso agora.

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Era ideal que a gente estivesse conversando pessoalmente. Mas a pandemia nos ensinou que o remoto, teleatendimento, isso são coisas sobre o trabalho remoto, isso veio para ficar. Então nós temos que ter mais contato, ser mais proativo: ei você, está precisando de alguma coisa, o que que eu posso fazer pra ajudar?

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Como é que você avalia o meu atendimento? Você tem que ser proativo para valer, ora valer. Mais cuidado, mais carinho com o cliente. E mais compreensão de que eu tenho que ser um dínamo do desenvolvimento econômico do estado. Olha, eu, eu falei a pouco sobre Botuverá, sobre o polo têxtil. Já falei sobre o exemplo da, da ArcelorMittal...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Arcelor Mittal lá de São Francisco. Mas nós ainda temos trechos do Estado de Santa Catarina que estão, sem segurança de suprimento, de distribuição de energia.

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Então, tem que acelerar as linhas de transmissão de responsabilidade da CELESC. Por exemplo, eu lembro de uma, Campos Novos, sul do estado... Nós tivemos problemas a dois anos. A, a linha de transmissão do Vale do Rio do Peixe. Foi uma, foi uma das panes que nós tivemos. Só para dar exemplo. E vamos ter grandes exigências, grandes demandas em função, por exemplo, da nossa logística. Santa Catarina vai fechar esta década e entrar na década de 30 como segundo polo portuário do Brasil. Ora, cada terminal portuário, nós vamos fechar com 29 a 30 terminais portuários...

Você: *Nossa.*

Espiridião Amim: De transporte de...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: De...

Você: *São Francisco, Itajaí, Imbituba...*

Espiridião Amim: São Francisco, da, da Baía da Babitonga...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Até de Itapoá, além de São Francisco... Do Vale do Itajaí. O, o novo aeroporto em navegantes...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Um aeroporto. Além do fluxo de carga que nós vamos ter no porto de Imbituba, por exemplo, com a 285. Carga do Norte, do Nordeste do Rio Grande do Sul. Então, a CELESC tinha que participar dessa, desse, desse radar de planejamento, é o radar para planejar...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: ...demandas.

Você: *Eu sinto falta disso...*

Espiridião Amim: Eu acho que sobre a parte do cliente eu já falei,

Você: *Sim...*

Espiridião Amim: Eu gostaria de falar mais sobre essa questão do desenvolvimento econômico. Santa Catarina tá caminhando com uma nova economia...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Veja... 5G, todas as escolas e Internet. Nós estamos apreciando aqui o programa de, o... o Programa Nacional de Educação Digital, que é o projeto da dona Ângela...

Você: *Uhum...*

Espiridião Amim: Da deputada Ângela. Então, isso exige energia...Não adianta ter uma porção de *notebooks* na escola para prestigiar lá, como é que é, da fazendinha...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Da escola lá, da nossa vereadora lá, bor... Bortoloto, a fazendinha lá de Nova Veneza...

Você: *Sim, aqui perto.*

Espiridião Amim: Não adianta eu ter computador, ar-condicionado, se eu não tiver energia elétrica...

Você: *Não funciona...*

Espiridião Amim: Agora como é que vai ser a modalidade, se vai ser energia solar, se vai ser a gás, se vai ter algum gerador a gás, isso é um outro problema. A CELESC tem que estar aberta para isso. O assunto dela é entregar energia elétrica. Se a geração é distribuída...

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: Se a geração é de Itaipu, se é de um moinho...

Você: *Não importa... Tem que...*

Espiridião Amim: não importa. Ela tem que estar aberta para isso. A, as empresas estão mudando qual é o seu, qual é o conceito da sua missão, minha missão é levar energia elétrica para que o equipamento que você dispõe funcione. Funcione com segurança, sem as impenitências de, de um suprimento inseguro de energia. O que acaba com uma indústria é ela não ter... Ah consegui botar, mas não funciona. A voltagem cai. Esse caso que eu relatei de Botuverá mostra bem isso. Não adianta. Ah, deu 500 milhões de lucro, a CELESC...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Lá na origem, Roberto Campos, Celso Ramos, Heriberto Hülse, da criação da CELESC. Então para quê? Para permitir a industrialização.

Você: *Uhum.*

Espiridião Amim: É! Lá em Itapiranga também tinha uma pequena represa. Em Blumenau, em Doutor Pedrinho, que fazia parte de Blumenau. Tinha lá Ponte do Salto, o que quer dizer Salto Donner, represava e gerava energia, para aquela localidade. Seja uma PCH, seja uma, uma outra. A CELESC tem que captar essa potencialidade, botar no seu radar e fazer força para acompanhar no mínimo. E se puder se antecipar, melhor.

Você: *O desenvolvimento econômico. A energia propulsora do desenvolvimento econômico...*

Espiridião Amim: Agora sob formas mais sofisticadas... Por hoje está bom?

Você: *Está ótimo! Só tenho a agradecer pela aula de história econômica...*

Espiridião Amim: Podemos concluir... Se você tiver mais alguma..., mas você tenta achar aquele documento que eu falei...

Você: *Sim.*

Espiridião Amim: Roberto Campos, imagine o papa da privatização dizendo o seguinte, presidente do BNDE: só empresto dinheiro se for para estatal... Se você botar isso na sua tese e mostrar que existe um pêndulo...

Você: *Um pêndulo também. Isso que eu quero dar continuidade na minha dissertação. Porque o pêndulo ele faz parte da minha dissertação e dentro dos, do Governo de Santa Catarina. Até que eu comentei com o Renan, eu quero voltar na*

minha dissertação, porque a gente sempre tem um prazo muito curto, e esses prazos acabam deixando falhas...

Espiridião Amim: Vê se tu consegues... se precisar localizar lá na... Se você localizar na CELESC uma fonte boa... eu ajudo no que puder.

Você: *Muito Obrigada!*